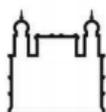


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 16/2023
De 1º. a 13 de setembro de 2023



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2023



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

04 Apresentação - *Paulo M. Buss, Pedro Burger e Erica Kastrup*

Sistema Nações Unidas

- 11 Agenda da Saúde Global e Diplomacia da Saúde se intensifica em todas as frentes - *Paulo Marchiori Buss*
- 20 É possível ir mais longe? - *Santiago Alcázar*
- 24 Setembro de 2023: a reconstrução? - *Adhemar Bahadrian*
- 26 2024: um ano promissor - *Adhemar Bahadrian*
- 28 Resultados da Índia e novos caminhos para o G20 sob a presidência brasileira. G7 e OCDE- *Pedro Burger, João Miguel Estephano, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*
- 46 Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura da Cúpula do G20
- 47 Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Sessão 2 - Uma Família, da Cúpula do G20, na Índia
- 48 Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Cúpula do G20
- 50 Conselho de Direitos Humanos abre sua 54ª. sessão ordinária e ouve atualização global do Alto Comissariado, com destaque para o papel do desenvolvimento para a materialidade dos direitos humanos - *Armando De Negri Filho*
- 80 O alto escalão se reúne na ONU para falar de saúde - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*
- 87 Os efeitos das mudanças climáticas na saúde se intensificam globalmente - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*
- 96 O progresso da Agenda 2030: iniciativas importantes em meio a um contexto preocupante - *Erica Kastrup e Romulo Paes de Sousa*
- 100 Migração, refúgio e saúde global - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek, Júlia Moraes e Deisy de Freitas Lima Ventura*
- 103 Progressos no alcance dos ODS: panorama de gênero 2023 - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*
- 109 A natureza introduziu grande variedade na paisagem, mas o homem manifesta uma paixão para simplificá-la: os riscos da perda de biodiversidade nos sistemas alimentares e caminhos para a atuação do G20 e organismos internacionais - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*

117 Preservando Nossa História: Patrimônio Documental na América Latina e no Caribe - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard e Vitor Rodrigues*

122 A união das Instituições Financeiras Multilaterais: uma resposta para as críticas? - *Isis Pillar Cazumbá*

125 Comércio, desenvolvimento e a Declaração de Líderes do G20 de Nova Deli - *Claudia Chamas*

Movimentos sociais globais e saúde

129 O apelo renovado da Sociedade Civil às potências estabelecidas: quem verdadeiramente se importa com os desafios globais? - *Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Marciglei Brito Morais, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza*

162 O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional como cúpula da anti democracia neoliberal - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

171 Vozes do Sul Global: UNOSSC - G-77 - MNA - Centro Sul - *Regina Ungerer*

179 BRICS tenta redesenhar a ordem mundial - *Claudia Hoirisch*

184 Coragem para mudar? A América Latina em busca de novas práticas políticas e econômicas - *Sebastian Tobar, Miryam Minayo e Samia de Brito*

196 73ª Sessão do Comité Regional da OMS AFRO - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

221 A Europa sente as mudanças climáticas - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

225 O grande mercado chamado ASEAN: cresce a importância do Sudeste Asiático - *Lúcia Marques*

236 BRICS energizado (sem medo de ser global) - *André Costa Lobato*

241 Atualização sobre EUA - *Guto Galvão*

Autores deste fascículo - 247

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 250

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 251

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 16/2023 – 01 a 13 de setembro de 2023

APRESENTAÇÃO

As palavras iniciais deste fascículo dos Cadernos deveriam ser sobre o G20, mas serão de consternação. Pelos mortos nas inundações no Rio Grande do Sul e na tremenda enchente que matou mais de 2 mil na Líbia e pelos mais de 2 mil mortos no terremoto do Marrocos. As mudanças climáticas associadas à pobreza continuam a produzir tragédias. Consternação também pelas milhares de vítimas da ditadura de Pinochet, na semana em que recordamos os 50 anos do golpe no Chile e a morte de Salvador Allende que, aliás, nos deixou belo legado em saúde coletiva¹. Golpes e ditaduras nunca mais!

O descompromisso com o meio ambiente nos leva a uma emergência climática sem precedentes. (...) Se não agirmos com urgência, seus impactos serão irreversíveis. Os efeitos da não são sentidos por todos da mesma forma: são os mais pobres, mulheres, indígenas, idosos, crianças, jovens e migrantes, os mais impactados. (...) Quem mais contribuiu historicamente para o aquecimento global deve arcar com os maiores custos de combatê-lo. (...) Recursos não faltam. Ano passado, o mundo gastou 2,24 trilhões de dólares em armas. (...) Não basta olhar as fotos de satélite. Debaixo de cada árvore, há uma mulher, um homem e uma criança.

O que nos divide tem nome: é a desigualdade, e ela não para de crescer. (...) O mundo desaprendeu a se indignar e normalizou o inaceitável. A crença de que o crescimento econômico, por si só, reduziria as disparidades se provou falsa. Os recursos não chegaram nas mãos dos mais vulneráveis. (...) A desigualdade não é um dado da natureza. Ela é socialmente construída. Combatê-la é uma escolha que temos de fazer todos os dias.

Essas afirmações da maior importância para o mundo de hoje foram pinçadas dos discursos do presidente Lula na Cúpula do G20 dias 9 e 10 de setembro de 2023. Em função do diagnóstico que faz e do legado da presidência indiana do grupo, o presidente enunciou as três prioridades do Brasil: (i) a inclusão social e o combate à fome; (ii) a transição energética e o desenvolvimento sustentável em três vertentes (social, econômica e ambiental); e (iii) a reforma das instituições de governança global. Todas essas prioridades estão contidas no lema da Presidência brasileira, que diz: "Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável".

Declarou o presidente que, visando assegurar que o G20 atue de forma inclusiva e coerente, o Brasil pretende organizar os trabalhos em torno de três orientações gerais: 1) fazer com que as trilhas política e de finanças se coordenem e trabalhem de forma mais integrada; 2) ouvir a sociedade, assegurando que os grupos de engajamento tenham a oportunidade de reportar suas conclusões e recomendações aos representantes de governo; 3) não deixar que questões geopolíticas sequestrem a agenda de discussões das várias instâncias do G20, pois não interessa um G20 dividido. Só com uma ação conjunta poderemos fazer frente aos desafios dos nossos dias. Precisamos de paz e cooperação em vez de conflitos, diz Lula.

¹ Ver artigo de Guilherme Arruda em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/o-legado-de-allende-para-a-saude-coletiva/>

Anunciou a criação de duas forças-tarefas: a *Aliança Global contra a Fome e a Pobreza*; e a *Mobilização Global contra a Mudança do Clima*. Os grupos técnicos e as reuniões ministeriais preparatórias serão sediadas em várias cidades de todas as cinco regiões do nosso país. A Cúpula de chefes de Estado será realizada no Rio de Janeiro em novembro de 2024.

Neste Caderno 16 trazemos diversos artigos analisando e comentando a Cúpula do G20, assim como a íntegra da Declaração do G20 e dos discursos do presidente Lula no evento. São diversas perspectivas abordadas por nossos analistas, tecendo um interessante quadro de múltiplas visões sobre a mesma temática e suas repercussões nos diferentes espaços políticos cobertos pelo Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS.

Buss contribui com uma análise sobre a aceleração da **agenda da saúde global e da diplomacia da saúde** nestes meses restantes de 2024, incluindo as reuniões de alto nível sobre saúde a serem realizadas na Assembleia Geral das Nações Unidas e outros eventos, sem deixar de mencionar as reuniões de BRICS e CPLP já realizadas.

Os embaixadores **Alcázar** e **Bahadian** analisam, com a visão perspicaz de suas longas carreiras como diplomatas, os principais eventos internacionais que ocorreram na quinzena focada neste fascículo do Caderno, e aqueles que se aproximam, além de comentar as posições da política exterior brasileira em ambos casos.

Nossos especialistas em **G20, G7 e OCDE**, sob a liderança de **Burger, Estephânio e Esteves**, entendem que, contrariando as previsões mais pessimistas, que apontavam para a continuidade das divergências entre os membros do G20, a Cúpula de Nova Deli foi concluída com relativo sucesso e com a publicação da Declaração dos Líderes. O momento também marcou a passagem da presidência do bloco para o Brasil e as prioridades da nova gestão foram divulgadas. No **G7**, o primeiro-ministro Fumio Kishida ressalta o legado da cúpula do G7 para a cúpula do G20. A Itália está avaliando sua participação na Iniciativa Cinturão e Rota, buscando não causar prejuízos à relação com a China. Um código de conduta internacional está sendo formulado para lidar com os avanços da Inteligência Artificial. Na **OCDE**, na ausência de grandes agitações, são destaques as atualizações de alguns monitoramentos de dados globais sobre a economia e certos avanços na relação entre o Brasil e a OCDE.

Ao artigo dos colegas, seguem as **versões integrais da Declaração Política da Cúpula e os três discursos proferidos pelo presidente Lula no evento**, inclusive aquele no qual ele anuncia as prioridades do Brasil para a presidência do grupo, a serem implementadas no transcorrer de 2024.

De Negri Filho aborda o **Conselho de Direitos Humanos**, que abre sua 54ª. sessão ordinária e ouve atualização global do *Alto Comissariado para os Direitos Humanos*, com destaque para o papel do desenvolvimento para a materialidade dos direitos humanos. Este 11 de setembro começou a 54ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, no Palais des Nations, em Genebra. Sob o Signo dos 50 anos do Golpe de Estado do Chile, em 1973, que inaugurou a onda mais agressiva e sofisticada do neoliberalismo na América Latina, com impacto direto na luta ideológica sobre as políticas sociais, incluída a da saúde.

A **Assembleia Geral da ONU (AGNU)** e seu seguimento de alto nível se iniciam na próxima semana em Nova York. Para a 78ª sessão, o tema é: *“Reconstruir a confiança e reacender a solidariedade global: Acelerar a ação na Agenda 2030 e nos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) rumo à paz, prosperidade, progresso e sustentabilidade para todos”*. Este ano, a AGNU 78 convoca três reuniões de alto nível sobre saúde, comentadas

por **Reges, Bermudez e Galvão**. Estas reuniões representam uma oportunidade histórica para os líderes mundiais colocarem a saúde de volta na agenda política de alto nível, à medida que reafirmam os seus compromissos para acabar com a tuberculose, proporcionar uma cobertura universal de saúde e reforçar a prevenção, a preparação e a resposta a pandemias. Ademais, estamos no meio do ciclo para cumprimento da Agenda 2030 e dos ODS, e por isso, a Assembleia também será palco da Cimeira dos ODS 2023. Será a peça central da Semana de Alto Nível da Assembleia Geral. E fornecerá orientação política de alto nível sobre a Agenda 2030 e a sua implementação, identificando os progressos e os desafios emergentes e mobilizando novas ações para acelerar a implementação.

O artigo de **Kastrup e Souza** aborda a iniciativa do PNUD em compartilhar experiências sobre Infraestruturas Públicas Digitais que se alinham aos ODS. É um esforço para promover a implementação da Agenda 2030. Contudo, estando as vésperas da Cúpula dos ODS, é importante ter em conta um cenário ampliado que considera as disputas geopolíticas que constroem o avanço do pacto global firmado em 2015. Nesse cenário, o Brasil vem buscando se posicionar como defensor do desenvolvimento sustentável.

O **Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** destaca o grande número de crianças refugiadas fora da escola, sendo limitador para o alcance das outras metas de emprego, saúde, igualdade e erradicação da pobreza. Também ressalta a importância do Centro de Acolhida Temporária para Refugiados e Migrantes Todos Irmãos, em Guarulhos. Por último, comenta sobre o aumento do número de pedidos de asilo no continente europeu, apesar dos esforços da UE de frear os movimentos migratórios.

Massari e Gomes abordam o relatório sobre o Progresso no Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que aborda especificamente o **panorama de gênero na Agenda 2030**. A publicação, que é feita anualmente pela **ONU Mulheres** e a **UN DESA**, mostra que mesmo com progressos significativos em determinados setores, desafios monumentais permanecem e esforços urgentes são necessários para alcançar as metas da Agenda 2030. A disparidade de gênero nas posições de poder e de liderança permanece enraizada e, no atual ritmo de progresso, a próxima geração de mulheres ainda gastará, em média, mais 2,3 horas por dia em cuidados não remunerados e trabalho doméstico do que os homens. Nenhum país está ao alcance da erradicação da violência entre parceiros íntimos, e a porcentagem de mulheres em cargos de gestão permanecerá abaixo da paridade, mesmo em 2050. Foram feitos progressos razoáveis na educação das meninas, mas as taxas de conclusão permanecem abaixo da marca universal. Além disso, a crescente vulnerabilidade provocada pelas alterações climáticas induzidas pelo homem deve piorar ainda mais esse cenário. O relatório também aponta que, à medida que a população mundial envelhece, a discriminação, a insegurança econômica e a violência afetam também as mulheres idosas, sendo necessárias políticas que apoiem seu envolvimento, cuidados de saúde e bem-estar. A menos de sete anos para atingir o prazo limite para a Agenda 2030, esforços concertados e financiamento são mais necessários do que nunca.

Nesse informe, discutimos os avanços na transformação dos sistemas alimentares a partir das recomendações da Diretora da Divisão de Sistemas Alimentares e Segurança de Alimentos da FAO e exemplificada por experiências exitosas de países da América Latina, incluindo as perspectivas de aumento do protagonismo do Brasil nessas agendas.

O artigo de **Cazumbá** tem o propósito de mostrar a intensificação das parcerias entre **Banco Mundial, BID e FMI**, em meio a uma onda de críticas feitas por países membros e

observadores internacionais ao seu atual funcionamento. Interessante, caro leitor, confrontar com o conteúdo do informe de De Negri sobre o mesmo tema, mas da perspectiva da sociedade civil global.

A reunião dos líderes do G20 em Nova Deli manifestou compromisso com a reforma da **OMC**, em especial com a revitalização do sistema de solução de controvérsias, além de trabalho construtivo com visa à *Décima Terceira Conferência Ministerial da OMC*. É que aborda em seu informe nossa analista **Cláudia Chamas**. O Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota, Representante Permanente do Brasil junto à OMC e a outras organizações econômicas (OMPI, UPOV, UNCTAD, UIT, ITC, Centro Sul, UNECE) em Genebra, apresentou suas credenciais aos diretores-gerais da OMC, OMPI e UNCTAD.

Entre 26 de agosto e 08 de setembro de 2023, as **organizações da sociedade civil** centraram suas manifestações na crise climática e na crise alimentar, com especial atenção para a escassez de água. A crise migratória e os esforços de ajuda humanitária aos migrantes também foram temas recorrentes, assim como os apelos pela paz mundial. A equidade de gênero, a luta pelo acesso universal a medicamentos e vacinas foram questões mencionadas. Além desses temas, as organizações de interesse privado, em particular, abordaram as doenças infecciosas e a promoção da vacinação, bem como a testagem para doenças crônicas não transmissíveis. Também destacaram as discussões sobre a colonialidade na saúde global e a procura de equidade sustentável da saúde. Novas pandemias e tecnologias digitais de saúde global também foram temas mencionados. Pela baixa frequência com que aparece, vale registrar que houve uma menção ao tema da segurança econômica global e sua interligação com a saúde. Por fim, vale ressaltar que todas estas questões foram discutidas no contexto de realização da Cúpula do G-20, em Nova Deli, e da proximidade da Assembleia Geral das Nações Unidas, que discutirá os ODS. Em linha com relatórios anteriores, a participação ativa da sociedade civil destaca um compromisso global abrangente relativamente a uma vasta gama de questões cruciais na busca de um futuro equitativo e sustentável. São as informações deste fascículo do **grupo de analistas** liderados por **Luis Eugênio de Sousa**.

De Negri e De Negri Filho trabalhamos com as instituições do **Fundo Monetário Internacional** e do **Banco Mundial**. Fazem isto a partir de uma perspectiva anticolonial proposta por organizações civis de todo o mundo, que neste último mês produziram uma série de documentos questionando como de fato as políticas oferecidas e impostas por estes mecanismos financeiros internacionais lidam com os desafios contemporâneos urgentes, como a crise global saúde pública, alterações climáticas e desenvolvimento social. Interessante, caro leitor, confrontar com o conteúdo do informe de Cazumbá sobre o mesmo tema, mas da perspectiva das IFI.

Como já mencionado por **Ungerer** em informes anteriores, no dia 12 de setembro será celebrado o **Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul**, cujo tema será *“Solidariedade, Equidade e Parceria: Desbloqueando a Cooperação Sul-Sul para Alcançar os ODS”*, com eventos promovidos por diversas organizações, agências e programas dentro e fora da ONU. O **G-77** participou do diálogo com o administrador do PNUD sobre os desafios dos países do Sul Global para financiar seu desenvolvimento a longo prazo e progredir na implementação dos ODS e avançar com a agenda de desenvolvimento. Com a confirmação dos Chefes de Estado e de Governos na **Cúpula em Havana**, o G-77 está pronto para analisar os principais desafios e questões centrais do desenvolvimento das nações do Sul, que serão discutidos à luz da ciência, tecnologia e inovação, como elementos centrais para o desenvolvimento sustentável, dias antes da Assembleia Geral das Nações Unidas. O **Movimento Jovem dos não-alinhados** está pronto

para participar da HRC54 trazendo a voz dos jovens para a discussão e também aproveitando o Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, organizou um painel para discutir os princípios, a história e o significado da cooperação Sul-Sul apresentando propostas de parceria lideradas por jovens. O **Centro Sul** examina o impacto negativo da resistência antimicrobiana.

O informe de **Hoirisch** tem por objetivo comentar os principais pontos da Declaração dos Líderes do **BRICS**, que inclui desenvolvimento institucional, parceria para o multilateralismo inclusivo, crescimento, desenvolvimento sustentável (saúde) e a Declaração dos Ministros da Saúde do grupo.

No informe sobre **América Latina e Caribe**, nossos analistas **Tobar, Minayo e Brito** dão especial destaque ao aniversário de 50 anos do golpe de Estado de Pinochet no Chile. Trazem também a palestra de Aluísio Mercadante na **CEPAL**, ressaltando a necessidade de a região agir com coragem para impulsionar a sua integração. Ainda no âmbito da **CEPAL**, destacam a publicação de seu relatório anual “*Estudo Econômico da América Latina e do Caribe de 2023*”. Informamos também sobre as restrições na *Hidrovia Paraná-Paraguai*, que têm gerado dificuldades na livre circulação e a origem do conflito. Igualmente, observam a publicação do relatório da **SEGIB** sobre *Violência Econômica e Patrimonial como Violência de Gênero*. No âmbito da Cúpula do G20, analisamos os desdobramentos da Cúpula da Amazônia e do Acordo UE-Mercosul. Tratamos também da *XXXVI Reunião Extraordinária de Ministros de Saúde da Área Andina*, organizada pela **ORAS-CONHU**, do lançamento das *Funções Essenciais de Saúde Pública* na América Central e República Dominicana pela **SECOMISCA** e pela **OPAS** e do workshop de Implementação do Programa de Ações Estratégicas para gestão integrada das águas na Bacia Amazônica realizado pela **OTCA** e Colômbia. Por fim, abordamos a passagem do comando do partido governista no México de AMLO para Claudia Sheinbaum.

Silva e colegas trazem no seu informe a repercussão do **Comité Regional da OMS para África** (RC73), oficialmente inaugurado a 28 de agosto no Centro Internacional de Convenções de Gaborone, com um forte apelo para que se dê prioridade aos interesses dos povos de África nos debates e negociações que estão a remodelar a arquitetura da saúde global. Os Ministros da Saúde adotaram *resoluções e decisões* relativas a: Estratégias Regionais sobre Resistências aos Antimicrobianos; Serviços e Sistemas de Diagnóstico e de Laboratório; Estratégia Multissetorial para a Promoção da Saúde e do Bem-estar; Reforço da proteção e da resiliência das comunidades; e aos Quadros (Frameworks) sobre a implementação das orientações estratégicas mundiais para a Enfermagem e Obstetrícia; para a manutenção de um Sistema de Saúde resiliente; e implementação do Plano de Ação Mundial sobre o Consumo de Álcool. Também analisaram e aprovaram recomendações apresentadas nos *Relatórios de Progresso*. A segunda parte do informe repercute a **Cúpula africana sobre o clima** pois, desde a COP27, os líderes africanos parecem mais determinados a procurar uma voz própria para a sua participação nas ações globais sobre o clima. A terceira parte é dedicada à situação no **Níger**, como ilustração dos golpes de estados quase que permanentes nos países africanos e mais precisamente nos países africanos de língua oficial francesa. A última parte do informe traz informações sobre atividades desenvolvidas no âmbito da **SADC** sobre industrialização e mudanças climáticas.

Segundo **Freire**, o **continente europeu** sofre com as mudanças climáticas, sob o calor do verão mais quente e do pior incêndio florestal já registrados na história da UE. Também decorrente das mudanças climáticas, o avanço do mosquito *Aedes albopictus*, transmissor de doenças como dengue, zika e chicungunia, levou fumigação às ruas de Paris. Em reunião do G-20, o **Conselho Europeu** faz jogo duplo, se reunindo bilateralmente com a China, mas lançando

iniciativa que visa fazer frente à rota da seda, em parceria com os EUA. A ausência do presidente chinês é notada na reunião.

Com um produto interno bruto (PIB) da **Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)** atingindo quase 3,2 trilhões de dólares americanos em 2019, este número coloca a ASEAN (10 países: Brunei, Camboja, Filipinas, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnam) em terceiro lugar como a maior economia regional da Ásia e em quinto como a maior economia do mundo, depois dos Estados Unidos, China, Japão e Alemanha. **Marques** informa ainda que na última década, o crescimento médio anual da ASEAN atingiu 3,98%, acima da média de crescimento econômico global de 2,6%. O aumento projetado na região da ASEAN em 2022 foi de 5,1%. Esta foi uma tendência positiva que a presidência da Indonésia, procurou manter. A capacidade de resiliência foi uma constante na construção da perspectiva ASEAN para o futuro do Indo Pacífico, para manter a posição do bloco como o epicentro do crescimento econômico, político e sociocultural, preservando sua relevância como ator global capaz de enfrentar desafios futuros e promover a estabilidade e a paz na região do Sudeste Asiático. Saúde Única, tecnologia digital e economia criativa interconectam todos os setores. Esse foi o projeto da Indonésia para sua presidência em 2023. Laos assume a presidência do bloco a partir de janeiro de 2024.

O Brics anunciou, no último dia 24 de agosto, o convite para que seis novos países entrem no agrupamento, aumentando o número de produtores de energia do bloco e ampliando seu simbolismo e influência. Arábia Saudita, Irã e Emirados Árabes produzem metade dos barris de petróleo da Opep, e os dois primeiros são as capitais sunita e xiita do Islã. Egito possui um papel histórico no pan-arabismo e a Etiópia é a capital da União Africana. Xi Jinping esteve na África do Sul para o encontro do agrupamento, reuniões bilaterais e reuniões com países africanos. Pequim enviou Li Qiang para o G20, na Índia, e para a Cúpula China-Asean, em Jakarta. Washington e Pequim anunciam encontro anual de ministros do comércio e atividades diplomáticas continuam se intensificando. O secretário britânico de relações exteriores também visitou a China, a mais elevada autoridade do reino a ir à Pequim em cinco anos. Estes são os conteúdos do informe sobre **China**, preparado pelo nosso analista **André Lobato**.

Galvão se debruça sobre três temas no seu informe sobre os **Estados Unidos**. *Construindo um Mundo Equitativo, Acessível e Inclusivo*: No momento em que o Presidente Lula faz um chamado pela equidade global, é interessante observar como a inclusão de pessoas com deficiências é abordada em outros países. Nos EUA, o Departamento de Estado apresenta uma proposta intitulada "Como Construir um Mundo Equitativo, Acessível e Inclusivo." *A Crise do PEPFAR no Congresso Americano*: O President's Emergency Plan for AIDS Relief (PEPFAR) está enfrentando desafios no Congresso americano. Este programa, criado pelo presidente George W. Bush em 2003, tem como objetivo fornecer tratamento e prevenção do HIV/AIDS em países em desenvolvimento. Inicialmente, o PEPFAR foi um sucesso notável, salvando milhões de vidas e evitando milhões de infecções pelo HIV. *Reciclagem e Outros Mitos sobre Enfrentamento das Mudanças Climáticas*: Uma pesquisa do Washington Post, realizada em parceria com a Universidade de Maryland, revela que uma grande maioria dos americanos acredita que suas ações individuais podem contribuir para a redução dos impactos das mudanças climáticas. No entanto, será que eles estão cientes das ações verdadeiramente eficazes? Aparentemente, muitos não estão.

O biênio político global de 2023-2024 toma impulso neste mês de setembro, com as Cúpula do G20 na Índia, e do G77 em Cuba; a Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York; e o Conselho de Direitos Humanos, em Genebra. Em saúde, temos os conselhos diretores

da África e das Américas. No transcorrer do semestre teremos ainda a COP 28, nos Emirados Árabes Unidos. Já ocorreram as importantes Cúpulas do G7 e de BRICS.

Existe expressiva convergência discursiva em quase todas estes grandes encontros políticos, embora, como quase sempre, o Diabo mora nos detalhes. Ademais, torna-se cada vez mais evidente o aprofundamento da disputa pela hegemonia global entre Estados Unidos e China, com países aderidos firmemente a um dos lados e, outros, caso do Brasil, que procuram sustentar-se num delicado balanço diplomático entre os dois mega-polos.

Ademais, assistimos demonstrações da mais absurda insensatez, como é caso do desfinanciamento de um desejável desenvolvimento equitativo global – que não logra alcançar um mínimo indispensável de recursos – e uma escandalosa corrida armamentista, na qual o mundo dispendeu nada menos do que 2,24 trilhões de dólares no ano passado, como denunciou o presidente Lula num dos seus discursos na Cúpula do G20.

Por aqui ficamos, queridos leitores e leitoras, com a fé dos que não esmorecem, pois terrível mesmo seria cruzar os braços e alienar-se. Atentos ao que acontece no mundo, para aprofundar nossas análises e compartilhar com vocês, que são, afinal, a razão primeira do nosso trabalho.

Rio de Janeiro, Mangueiras, 14 de setembro de 2023

Paulo M. Buss, Pedro Burger e Erica Kastrup

Coordenação do CRIS/Fiocruz – Edição dos Cadernos

Agenda da Saúde Global e Diplomacia da Saúde se intensifica em todas as frentes²

Paulo Marchiori Buss

As **Cúpulas de BRICS e da CPLP** na África, respectivamente na África do Sul e em São Tomé e Príncipe, e a **reunião dos Ministros da Saúde do G20**, na Índia, foram os principais espaços políticos relevantes no transcorrer do mês de agosto último. A política exterior presidencial brasileira também esteve muito ativa, com o périplo africano do presidente Lula que incluiu as Cúpulas de BRICS e CPLP, além de uma visita oficial à Angola.

BRICS se inscreve na grande geopolítica global: sua ampliação para onze países, a fila de candidatos desejosos de ingressar no mecanismo e os propósitos e medidas assumidas na Declaração final do histórico encontro produziu o que Fiori denominou apropriadamente como “uma explosão sistêmica da ordem internacional”³. *Hoirisch* analisa no seu informe para o *Caderno CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*⁴ as principais questões, convergências e contradições abordadas na Declaração da Cúpula, cuja íntegra (em inglês) vem reproduzida no mesmo fascículo do periódico digital⁵, assim como a íntegra do discurso do presidente Lula na oportunidade e a Declaração da reunião de Ministros da Saúde de BRICS, ocorrida dias antes em Durban.

Os Líderes do BRICS se reuniram em Sandton, África do Sul, de 22 a 24 de agosto de 2023 para a **XV Cúpula do BRICS**, cuja grande novidade foi a ampliação inédita do grupo, que passará a incluir Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos como membros de pleno direito, a partir de 1º de janeiro de 2024 (BRICS+6). No formato original, BRICS já havia ultrapassado o G7 em diversos parâmetros, em 2023, com 32% do PIB mundial em PPP. Agora, com a nova conformação, abriga seis dos maiores produtores de petróleo do mundo, 36% do PIB global em PPP, 46% da população mundial e uma enorme quantidade de recursos naturais, inclusive metais raros e, o mais importante, uma pujante produção de alimentos. Contudo, a expansão anunciada também abre margem para questionamentos sobre o compromisso com os direitos humanos e os valores democráticos por parte do bloco emergente.

Está colocada a possibilidade da adoção de uma moeda de referência do BRICS para o comércio internacional, o que, junto com a nova configuração do bloco, pode ajudar a acelerar a desdolarização do Sul Global. Os entendimentos havidos anteciparam a substituição do dólar nas transações de recursos energéticos (petróleo e gás, p.ex.) entre os países membros do BRICS e desses países com todas as suas zonas de influência, constituindo-se, possivelmente, no maior

² Artigo publicado originalmente no blog CEE: <https://cee.fiocruz.br/?q=agendas-da-saude-global-e-diplomacia-da-saude-se-intensificam-em-todas-as-frentes>

³ Ver: <https://tutameia.jor.br/novo-brics-explode-a-ordem-internacional/>

⁴ Ver: Hoirsch, C. BRICS 11, uma nova ordem mundial? A expansão como novo ponto de partida para a cooperação. *Cadernos CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* 15/2023, pp. 14-23. Acesso: <https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-15-2023>

⁵ *Cadernos CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* 15/2023. Documentos BRICS: *Declaração de Johannesburgo II (Líderes)*, pp. 24-37; *Discurso Presidente Lula em Joanesburgo*, pp. 38-40; *Health Ministers' Declaration*, pp. 41-43. Acesso: idem

golpe desferido até hoje contra a hegemonia do dólar, que vem desde os Acordos de Bretton Woods, em 1944.

No espaço político global, a declaração da Cúpula atende a um dos interesses de Brasil, Índia e África do Sul, candidatos a uma vaga permanente no organismo, materializado na concordância da China com a reforma do Conselho de Segurança da ONU. A resolução pacífica do conflito ucraniano por meio de diálogo e diplomacia também está presente como proposta no documento.

Na área de saúde e C&T, os líderes comprometeram-se a intensificar esforços para melhorar a capacidade coletiva de prevenção, preparação e resposta a pandemias e demonstraram apoio ao *Centro BRICS de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas*, no qual Biomanguinhos-Fiocruz representa o Brasil. Reconheceram o papel dos cuidados de saúde primários como base para a saúde universal e a resiliência dos sistemas de saúde, bem como na prevenção e resposta a emergências sanitárias. Comprometeram-se em realizar uma revisão das áreas temáticas de CTI para garantir um melhor alinhamento com as atuais prioridades do grupo. O Programa-Quadro BRICS em CTI facilitará a discussão para lançar uma ampla Chamada de Propostas BRICS para Projetos em CTI em 2024.

A **Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)** tem enorme importância para a política exterior brasileira, pelos laços históricos que ligam o Brasil com os países luso-fônicos da África e o compromisso reafirmado com seu desenvolvimento. A reunião dos líderes do grupo ocorreu dia 27 de agosto na capital de São Tomé e Príncipe, cujos resultados são comentados por *Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg*⁶. O discurso do presidente Lula e a Declaração da Cúpula vem reproduzida em seu inteiro no Caderno 15 do CRIS⁷, que faz menção ao Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP) 2023-2027⁸, orientador de toda a ação em saúde a ser levada a cabo pelos países integrantes, aprovado na reunião de ministros da saúde da CPLP, em março de 2023.

A passagem da presidência *pro tempore* de Angola da CPLP para São Tomé e Príncipe, iniciando um novo ciclo no desenvolvimento da Comunidade. Ademais, esta Cúpula de Chefes de Estado e de Governo é a primeira do início do Governo Lula, o que só por si já confere uma dimensão muito especial na história da CPLP, conhecidos os percalços dos últimos quatro anos que marcaram negativamente o dinamismo do Brasil nesta organização. Com esse potente regresso do Brasil, abre-se importante janela de oportunidade para a cooperação acelerada no seio da CPLP, inclusive na área da saúde. Nos próximos dois anos, todas as agendas de cooperação da CPLP vão ser articuladas a partir de São Tomé e Príncipe com o secretariado Executivo e os seus Estados-Estados-Membros.

As Cúpulas de BRICS e CPLP serão debatidas no *Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde do CRIS/FIOCRUZ*, no dia 6 de setembro, 4ª feira, de 10h às 12:30h.

Na última quinzena, entre 16 e 19 de agosto, realizou-se a reunião de **Ministros da Saúde do G20**, em Gandhinagar, Índia, preparatória para a Cúpula do G20 de 9-10 de setembro, em Nova Deli. As discussões foram pautadas nas prioridades definidas pela gestão da Índia para

⁶ Silva, AP; Mahoche, M; Cá T; Rosenberg F. Regresso triunfante de Lula à África e à CPLP. *Cadernos CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 15/2023*, pp. 44-47. Acesso: <https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-15-2023>

⁷ Cadernos CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 15/2023. Documentos CPLP: *Declaração de São Tomé (Líderes)*, pp. 48-60; *Discurso Presidente Lula em São Tomé*, pp. 61-62.

⁸ Ver: <https://saude.cplp.org/plano-estrategico-pecs-cplp/pecs-cplp/>

a saúde: (i) prevenção, preparação e resposta a pandemias, com ênfase na resistência antimicrobiana (RAM) e na estrutura de Saúde Única (*One Health*); (ii) fortalecimento da cooperação no setor farmacêutico, com foco na disponibilidade e acesso equitativo a insumos seguros para a saúde, e (iii) modelos de inovação e transformação digital como ferramentas para auxiliar no alcance da cobertura universal de saúde, e em uma melhor prestação de serviços.

Ocorreram as seguintes reuniões oficiais do G20: 17/08 - 4º GT Saúde; 18-19/08 - Reunião dos Ministros da Saúde; 19/08 - Reunião conjunta entre os Ministros da Saúde e de Finanças.

Além dos 20 países membros do G20, a Índia convidou outros países para participar: Bangladesh, Egito, Ilhas Maurício, Holanda, Nigéria, Omã, Singapura, Espanha e Emirados Árabes Unidos; bem como, 28 organizações internacionais, a exemplo de OMS, Fórum Econômico Mundial, DNDI, GAVI, PATH, FIND, Welcome Trust, OCDE, União Africana e outras, totalizando 158 delegados.

Os resultados da reunião, a análise da Declaração resultante e a íntegra da mesma encontram-se no fascículo 15/2023 dos Cadernos CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde⁹.

Na oportunidade, a ministra Nísia Trindade anunciou preliminarmente o que deverá ser as prioridades da agenda de saúde do G20 sob a presidência do Brasil: (i) Preparação, prevenção e resposta a emergências de saúde pública; (ii) Cobertura universal de saúde; (iii) Saúde digital; e (iv) Mudanças climáticas e saúde. Evidentemente, no transcorrer dos próximos meses estas prioridades poderão ser reconfirmadas e/ou revisadas.

A intensa agenda futura da diplomacia da saúde

A próxima quinzena marca o início do ano político das Nações Unidas, com a realização da 78ª. sessão da **Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA)** que, neste ano, abrigará a **Cúpula dos ODS** (18-19 de setembro), na qual espera-se uma maciça presença de chefes de Estado e de Governo dos Estados-membro. Na sequência, vêm as três **Reuniões de Alto Nível da UNGA sobre Saúde**: 1) *Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias* (20/09); 2) *Cobertura Universal de Saúde* (21/09); e *Luta contra a Tuberculose* (22/09), nas quais certamente ocorrerão grande número de Ministros da Saúde e, de muitos países, os próprios presidentes.

Na semana anterior, dias 9 e 10 de setembro, realiza-se a **Cúpula do G20**, em Nova Deli, que marcará, entre muitas outras coisas, o início da passagem do bastão da PPT do G20 da Índia para o Brasil.

Nos dias 15 e 16 setembro, em Havana, sob a presidência de Cuba, reúne-se a **Cúpula do G77 + China** – grupo que reúne o maior número de países (todos ‘em desenvolvimento’) no âmbito da ONU; entre outros temas, para discutir possíveis posições comuns na Assembleia da organização.

Na semana seguinte à AGNU (25-29 de setembro), realiza-se a reunião do **Conselho Diretor da OPAS**, que define a agenda de saúde das Américas.

⁹ Ver nos *Cadernos CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 15/2023* os artigos: 1) Kavanami, V; Bouqvar, N; Medeiros, T; Birger, P; e Esteves, P. Resultados e caminhos futuros para a agenda da saúde no G20, pp. 63-74; 2) Estephano, JM; Burger, P; e Buss, PM. Saúde no G20: de Gandhinagar rumo ao Rio de Janeiro, pp. 75-87; e 3) Documento G20: *Documento resultante da reunião de Ministros da Saúde do G20*, pp. 88-92. Acesso: <https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-15-2023>

Dia 11 de setembro (indo até 13/10) abre a 54ª. sessão do **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas**, a terceira sessão de 2023, com diversas pautas que têm impacto imenso sobre saúde.

Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) 2023

A Assembleia Geral da ONU (AGNU) é o principal órgão de decisão política da Organização e, pode-se dizer, global. Abrangendo todos os Estados-Membros, proporciona um fórum único para a discussão multilateral de todo o espectro de questões internacionais abrangidas pela Carta das Nações Unidas. Neste ano cumpre uma vasta agenda, acessível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N23/182/48/PDF/N2318248.pdf?OpenElement>

Entre seus principais focos estão a Cúpula dos ODS 2023 e três reuniões de alto nível que têm como objeto temas de saúde.

Cúpula dos ODS 2023¹⁰

A *Cúpula dos ODS de 2023* será realizada durante a UNGA, dias 18 e 19 de setembro, em Nova York. Convocada pelo Presidente da Assembleia Geral (Emb. Csaba Koroési, Representante Permanente da Hungria), pretende “marcar o início de uma nova fase de progresso em direção aos ODS, com orientação política de alto nível sobre ações transformadoras e aceleradas até 2030”. Ocorre na metade do prazo estabelecido para a concretização da Agenda 2030 e dos ODS e será a peça central da Semana de Alto Nível da UNGA (18-22/09).

Seis ‘diálogos entre líderes’ estão sendo programados, com intervenções de Chefes de Estado e de Governo dos Estados-membros: 1) Intensificar as ações nas principais transições para acelerar o progresso dos ODS; 2) Construir resiliência e não deixar ninguém para trás; 3) Mudadores de jogo: aplicando ciência, tecnologia, inovação e dados para ações transformadoras; 4) Fortalecer políticas integradas e instituições públicas para alcançar os ODS; 5) Unidade e solidariedade: Fortalecimento do sistema multilateral para maior apoio, cooperação, acompanhamento e revisão; 6) Mobilizar financiamento e investimentos e os meios de implementação para alcançar os ODS.

Os temas dos Diálogos de Líderes baseiam-se na análise veiculada no Relatório do Secretário-Geral (Edição Especial) intitulado “*Progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Rumo a um Plano de Resgate para as Pessoas e o Planeta*”¹¹, bem como nas principais conclusões do “*Relatório de Desenvolvimento Sustentável Global de 2023 (GSDR)*”¹². Estas seis áreas seriam ‘cruciais para acelerar a implementação da Agenda 2030 e seus ODS’ e ‘oferecem uma oportunidade para abordar as transformações necessárias para alcançar os ODS até 2030’. Os Diálogos visam suscitar a participação de Chefes de Estado e de Governo, e também proporcionarão a oportunidade de receber mensagens e contribuições de

¹⁰ Ver o programa a ser desenvolvido em: https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-07/SDG%20Summit%20Programme.pdf?_gl=1*163lgo9*_ga*NTc5NDczMTIyLjE2Njc3ODQwOTM.*_ga_TK9BQL5X7Z*MTY5MzY2MjU0Mi4yMy4xLjE2OTM2NjQxNTluMC4wLjA

¹¹ Ver: https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-07/SDG%20Progress%20Report%20Special%20Edition.pdf?_gl=1*ufw660*_ga*NTc5NDczMTIyLjE2Njc3ODQwOTM.*_ga_TK9BQL5X7Z*MTY5MzY2MjU0Mi4yMy4xLjE2OTM2NjYwMDAuMC4wLjA

¹² Ver: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/2023-06/Advance%20unedited%20GSDR%2014June2023.pdf>

grandes grupos e outras partes interessadas. Um resultado esperado de cada diálogo é a identificação de soluções e propostas concretas para a implementação dos ODS, segundo os organizadores.

A Declaração Política da Cúpula já tem uma proposta de versão final, acessível em: <https://www.un.org/pga/77/wp-content/uploads/sites/105/2023/07/SDG-PD-Final-19-July-2023.pdf>. São 43 parágrafos, distribuídos em três grandes seções: I) Nosso compromissos compartilhados; II) Nosso mundo mudado: Progressos e lacunas e desafios remanescentes; III) Apelo à ação: Transformando nosso mundo em direção a 2030. Os chefes de Estado e de governo reiteram compromissos com os princípios, valores, objetivos e metas da Agenda 2030 e seus ODS. Reconhecem o 'atraso' na consecução das metas, sem explicitar, entretanto, onde residem de fato os obstáculos estruturais e como enfrentá-los. Os itens da 'chamada à ação' mencionam literalmente os enunciados dos 17 ODS, como erradicação da pobreza, fim da fome, cobertura e educação universais etc., com alguns complementos.

É um documento 'politicamente correto'; o que preocupa é que estas reiteraões têm se repetido ao longo dos últimos anos, mas poucos vezes ficam estabelecidos arranjos coletivos globais, financiamentos adequados, cooperação internacional para a implementação, entre outras omissões que se pode observar também neste documento.

O tema da saúde e seus elementos mais próximos aparecem no item 18, na reiteração de compromissos com a cobertura universal de saúde, incluindo acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade, proteção social, segurança alimentar e melhor nutrição, água potável segura, saneamento e higiene.

Reuniões de Alto Nível sobre Saúde na Assembleia Geral

A mais alta assembleia de chefes de Estado e de Governo do planeta realiza-se anualmente em setembro, na sede da ONU, em Nova York. A epidemia pelo vírus Ebola fê-la iniciar reuniões de alto nível, de nível presidencial, focando em temas da saúde. Pouco-a-pouco, as sucessivas crises sanitárias globais, até a culminância da Covid-19, trouxeram à consideração dos presidentes temas de saúde, em geral pelo conduto da OMS.

As Reuniões de Alto Nível ocorrem num momento crítico, à medida que o mundo mal se recupera da pandemia de Covid-19, confrontado com uma crise multidimensional, política, social, econômica, ambiental, sanitária e ética avassaladora.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) entraram em colapso, segundo o secretário-geral da ONU, António Guterres. Milhões de pessoas não têm acesso a intervenções que ajudem a salvar vidas e melhorar a saúde. Os gastos de bolso com saúde afetam de forma catastrófica mais de 1 bilhão de pessoas, empurrando centenas de milhões delas para a pobreza extrema. A situação piorou devido à pandemia de Covid-19, que tampouco está contornada. As condições que geraram a pandemia não mudaram, e especialistas esperam a emergência de novos e avassaladores processos pandêmicos.

Estas reuniões podem representar uma oportunidade histórica para os líderes mundiais colocarem a saúde de volta na agenda política de alto nível, à medida que reafirmam o seu compromisso para reforçar a prevenção, a preparação e a resposta a pandemias (PPRP); proporcionar cobertura universal de saúde aos povos que representam; e acabar com a tuberculose. As notas conceituais sobre as reuniões estão disponíveis em:

<https://www.un.org/pga/77/2023/08/23/letter-from-the-president-of-the-general-assembly-health-related-high-level-meetings-concept-notes-and-logistical-note/>

As reuniões de alto nível têm uma estruturação complexa, que incluem abertura, segmentos plenários e encerramento¹³. Os *segmentos de abertura* contarão com declarações do Presidente da Assembleia Geral, do Secretário-Geral da ONU e do Diretor-Geral da OMS. As reuniões sobre 'Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPRP)' e sobre 'Cobertura Universal de Saúde' contarão também com a participação do Presidente do Grupo Banco Mundial, bem como de eminentes defensores de alto nível nos dois temas. Na reunião sobre 'Tuberculose', também se dirigirão à Assembleia Geral: o Presidente do ECOSOC, o Presidente do Conselho da Parceria Stop TB, um eminente defensor de alto nível da luta contra a tuberculose e uma pessoa afetada pela enfermidade.

O *segmento plenário* das reuniões de alto nível sobre PPRP (A/RES/77/275) e Tuberculose (A/RES/77/274) incluirá declarações dos Estados Membros e de membros Agências especializadas das Nações Unidas. Para a reunião sobre cobertura universal de saúde (A/RES/75/315), o segmento plenário contará com declarações dos Estados Membros e Observadores da Assembleia Geral. Os *segmentos de encerramento* incluirão resumos dos painéis multi-atores programados e comentários finais do Presidente da Assembleia Geral.

Cada uma das três reuniões aprovará uma **declaração política** concisa e orientada para a ação, previamente acordada por consenso através de negociações intergovernamentais, a ser submetida pelo Presidente para adoção pela Assembleia Geral. As reuniões podem ser assistidas por qualquer interessado ao vivo na **ONU WebTV**.

A *Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR)* realiza-se em 20 de setembro, e apresenta uma oportunidade para os Estados-Membros mobilizarem a dinâmica política, por meio de uma abordagem multissetorial integrada para a prevenção, preparação e resposta a pandemias, dadas as consequências multifacetadas das mesmas. O *draft zero* da declaração política da reunião encontra-se em: <https://www.un.org/pga/77/wp-content/uploads/sites/105/2023/06/Zero-draft-PPPR-Political-Declaration-5-June.pdf>

A *Reunião de Alto Nível sobre Cobertura Universal de Saúde (CUS)*, marcada para 21 de setembro, representa uma oportunidade para os países e as partes interessadas renovarem os esforços e acelerarem o progresso no sentido de alcançar a saúde para todos. Isto servirá de base para a execução de políticas e para garantir a responsabilidade pelo fortalecimento dos sistemas de saúde para o futuro, com base na Declaração Política de 2019¹⁴. O resumo da audiência multissetorial e as declarações escritas das múltiplas partes interessadas, preparatórias para a reunião, estão disponíveis para consulta no site da OMS^{15,16}.

¹³ Ver: <https://www.un.org/pga/77/wp-content/uploads/sites/105/2023/08/Health-related-High-level-Meetings-Logistical-Note.pdf>

¹⁴ Ver em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N19/311/84/PDF/N1931184.pdf?OpenElement>

¹⁵ Ver em: <https://www.un.org/pga/77/2023/06/02/letter-from-the-president-of-the-general-assembly-high-level-meeting-summaries-on-universal-health-coverage-fight-against-tuberculosis-and-pandemic-prevention-preparedness-and-response/>

¹⁶ Ver em: https://cdn.who.int/media/docs/default-source/universal-health-coverage/uhc-hearing-statements.pdf?sfvrsn=4def5305_3

A segunda *Reunião de Alto Nível sobre a Luta contra a Tuberculose* da Assembleia Geral (em 22/09/2023) tem como tema “*Avançar a ciência, as finanças e a inovação, e os seus benefícios, para acabar urgentemente com a epidemia global de tuberculose, em particular, garantindo o acesso equitativo à prevenção, testes, tratamento e cuidados*”¹⁷. Seu principal objetivo é fazer uma análise abrangente dos progressos no cumprimento das metas estabelecidas na declaração política de 2018 e nos ODS e os desafios que permanecem¹⁸.

Cúpula do G20¹⁹

Sob a presidência pro-tempore da Índia, liderada pelo primeiro ministro Narendra Modi, mais de 40 líderes mundiais, incluindo o presidente dos EUA, Joe Biden e o presidente Lula, estarão reunidos na 18ª. *Cúpula do G20*, dias 9 e 10 de setembro, em Nova Deli²⁰. A Cúpula receberá 27 chefes de Estado ou Governo, entidades multilaterais regionais e os líderes das mais importantes organizações multilaterais globais. Xi Jinping era esperado, mas a agudização recente de desentendimentos fronteiriços entre China e Índia poderá levá-lo a não comparecer. Putin deverá estar representado por Sergey Lavrov, chefe da diplomacia russa.

O tema da Presidência indiana do G20 - ‘Vasudhaiva Kutumbakam’ ou ‘Uma Terra · Uma Família · Um Futuro’ - foi extraído do antigo texto sânscrito do Maha Upanishad. Essencialmente, o tema afirma o valor de toda a vida – humana, animal, vegetal e microrganismos – e a sua interligação no planeta Terra e no universo mais amplo.

A Cúpula será a culminância do complexo processo e de inúmeras reuniões do G20 realizadas ao longo do ano entre ministros, altos funcionários e sociedade civil. Uma Declaração Política do G20 deverá ser adotada ao final, declarando o compromisso dos Líderes relativamente às prioridades discutidas e acordadas durante as respectivas reuniões ministeriais e dos grupos de trabalho. Contudo, a Índia está preocupada que depois de tanto esforço a Cúpula fracasse pelas abissais diferenças que separam as visões de membros do G7 e do BRICS, por exemplo, que compõem o G20 e sequer uma declaração política conjunta seja consensuada.

A proposta de declaração já circula há tempo entre os *sherpas* para o G20 dos Estados-membros, mas ainda não está acessível ao público. Entretanto, declarações de todas as reuniões ministeriais e grupos e engajamento estão disponíveis no portal do G20 (ver nota de rodapé).

No discurso de Lula, no último dia, as prioridades do Brasil deverão ser anunciadas. Tudo indica que combate à fome, pobreza e desigualdade; desenvolvimento sustentável a partir

¹⁷ Ver: <https://www.who.int/activities/preparing-for-the-un-high-level-meeting-on-the-fight-against-tuberculosis--2023>

¹⁸ Ver: <https://www.who.int/teams/global-tuberculosis-programme/tb-reports>

¹⁹ Ver: <https://www.g20.org/en/g20-india-2023/new-delhi-summit/>

²⁰ Estarão presentes: presidente da Argentina, Alberto Fernandez; primeiro-ministro australiano, Anthony Albanese; primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau; presidente da França, Emmanuel Macron; chanceler da Alemanha, Olaf Scholz; presidente da Indonésia, Joko Widodo; presidente e Primeiro Ministro da Itália, Giorgia Meloni; Primeiro Ministro do Japão, Fumio Kishida; Presidente Sul Coreano Yoon Suk Yeol; Príncipe Herdeiro e Primeiro Ministro da Arábia Saudita, Mohammad Bin Salman; Presidente Sul Africano, Cyril Ramaphosa; presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan; Primeiro Ministro do Reino Unido, Rishi Sunak; presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen. Como *observadores*, países e grupos regionais convidados da Índia, incluindo os presidentes da ASEAN e da União Africana. De *organizações multilaterais*: SG da ONU, Antonio Guterres; DG da OMC, Ngozi Okonjo Iweala; Presidente do Banco Mundial, Ajay Banga; DG da OMS, Tedros Adhanom; SG da OCDE, Mathias Cormann; DG do FMI, Kristalina Georgieva; e DG da OIT, Gilbert Fossoun Hounbo, entre outros.

da harmonização entre meio ambiente, economia e políticas sociais; e reforma da governança global sejam os temas que o Brasil elege para o G20.

Cúpula do G77 + China

A **Cúpula do G77 + China** está convocada por Havana para, oficialmente, discutir o tema *'Desafios atuais do desenvolvimento: Papel da ciência, tecnologia e inovação'*. A adesão dos líderes dos países integrantes do Grupo tem sido intensa, em níveis elevados, como chefes de estado e de Governo, ou de Ministros das Relações Exteriores, pois além do tema oficial o Grupo certamente vai aproveitar a ocasião para discutir posicionamentos comuns quanto a temas políticos da atualidade e a agenda da Assembleia Geral, que irão ecoar na sede da ONU, em Nova York, por intermédio da presidência cubana do G77. Pode ser um belo momento na diplomacia global de 2023. A conferir.

Reunião do Conselho Diretor da OPAS: Agenda de Saúde das Américas

O [60º Conselho Diretor e a 75ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas \(OPS\)](#) serão realizados em Washington, D.C., de 25 a 29 de setembro de 2023. O tema da reunião será *"A saúde nas Américas: Construindo um futuro sustentável e resiliente"*.

O Conselho Diretor é o órgão executivo da OPAS e o Comitê Regional seu principal órgão deliberativo, compostos por representantes (em geral Ministros da Saúde) dos 35 Estados Membros da Organização e dos Territórios de Ultramar dos Estados Unidos.

As principais prioridades para o evento incluem:

- O enfrentamento das consequências da pandemia de Covid-19, incluindo a redução da transmissão, o aumento da cobertura vacinal e a melhoria da preparação para futuras emergências de saúde pública.
- A promoção da saúde e do bem-estar, com foco na atenção primária à saúde, na prevenção de doenças não transmissíveis e na equidade em saúde.
- O novo plano de trabalho da OPAS, garantindo que esteja bem equipado para cumprir sua missão de melhorar a saúde da população da região.

Esse é o primeiro conselho diretivo da nova administração e, portanto, a atenção principal está focada sobre o *Orçamento por Programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2024–2025* que deve conter as propostas de ação para o próximo período, já sob a direção do brasileiro Jarbas Barbosa. A agenda a ser cumprida inclui:

- Relatório anual do Diretor da OPAS
- Eleição de três Estados Membros para integrar o Comitê Executivo ao expirar o mandato de Brasil, Cuba e Suriname
- Orçamento por Programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2024–2025
- Política sobre a força de trabalho em saúde para 2030: fortalecendo os recursos humanos em saúde para alcançar sistemas de saúde resilientes
- Política para prevenção e controle de doenças não transmissíveis em crianças, adolescentes e pessoas jovens
- Comunicação estratégica em saúde pública para promover mudanças de comportamento
- Estratégia para melhorar a saúde mental e a prevenção do suicídio na Região das Américas

- Modificações do Estatuto do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) e eleição de dois membros para integrar seu Comitê Assessor
- Atualização sobre a pandemia de Covid-19 na Região das Américas
- Implementação do Regulamento Sanitário Internacional
- Situação do acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva
- Plano de ação para a eliminação de doenças infecciosas negligenciadas e ações pós-eliminação 2016–2022: Relatório final
- Estratégia e plano de ação para fortalecer o controle do tabagismo na Região das Américas 2018–2022: Relatório final
- Plano de ação para o fortalecimento das estatísticas vitais 2017–2022: Relatório final
- Doença renal crônica em comunidades agrícolas da América Central: Relatório final
- Saúde e turismo: Relatório final
- Iniciativa da OPAS de eliminação de doenças - política para um enfoque integrado e sustentável visando as doenças transmissíveis nas Américas: Relatório de progresso
- Estratégia e plano de ação sobre doação e acesso equitativo a transplante de órgãos, tecidos e células 2019-2030: Relatório de progresso
- Estratégia e plano de ação para melhorar a qualidade da atenção na prestação de serviços de saúde 2020-2025: Revisão intermediária
- Estratégia para o acesso universal à saúde e a cobertura universal de saúde: Relatório de progresso
- Estratégia e plano de ação sobre etnia e saúde 2019–2025: Relatório de progresso
- Cooperação para o desenvolvimento da saúde nas Américas: Relatório de progresso
- A saúde e os direitos humanos: Relatório de progresso
- Proteção radiológica e segurança das fontes de radiação: Normas básicas Internacionais de Segurança: Relatório de progresso

Considerações finais

A intensa agenda da diplomacia da saúde a partir de setembro até o final do ano traz expectativas, pois tem enunciados de aspirações elevadas, mas como muitas vezes ocorre no cenário da diplomacia global, tem também doses elevadas de retórica. Esperamos que as melhores expectativas se cumpram. As pessoas estão fartas de líderes tíbios, fracos, incompetentes na esfera global, mas também nos espaços nacionais e locais.

Do Brasil espera-se, em todas as frentes e espaços políticos, uma postura ativa em prol da justiça social, da equidade e da defesa das gentes e do planeta. Assim tem se posicionado o presidente Lula desde seu discurso de posse, estendendo-se as suas manifestações em todos os fóruns de que participa. Nossas tradições diplomáticas são respeitáveis e nossos diplomatas têm experiência e credibilidade para ajudar a tornar realidade o discurso presidencial e as aspirações mais legítimas da grande maioria da população brasileira, com uma substantiva contribuição dos profissionais de saúde e da saúde global e diplomacia da saúde, a exemplo dos especialistas do CRIS/Fiocruz.

O Brasil assume o G20 em dezembro de 2023 e ao deixar a presidência do grupo, assume a presidência de BRICS, a nova força que força seu lugar no mundo político e econômico global. Será um interessante *tour de force*, que poderá consagrar definitivamente o Brasil como uma das forças expoentes do século XXI. Oxalá as melhores expectativas se materializem!

É possível ir mais longe?

Santiago Alcázar

A *Cúpula do G-20*, em 9 e 10 de setembro, em Nova Deli; a *Cimeira dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*, na semana seguinte, ao abrigo da 78ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU); e a *Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-28)*, de 30 de novembro a 12 de dezembro, em Dubai – são as reuniões de maior importância mundial neste último semestre do ano.

O G-20 – que responde por mais de 80% do PIB global, 75% do comércio e 60% da população do planeta – tem uma agenda de grande dificuldade e complexidade. Para a considerar e tratar dispõe de duas vias, chamadas “*trilhas*”, em alusão a um Himalaia imaginário que tem que ser vencido: a trilha dos *sherpas* e a trilha das finanças.

A trilha dos *sherpas* segue os caminhos abertos por doze grupos de trabalho: i) agricultura; ii) anticorrupção; iii) cultura; iv) economia digital; v) redução do risco de desastres; vi) desenvolvimento; vii) educação; viii) emprego; ix) sustentabilidade climática e ambiental; x) transições energéticas; xi) comércio e investimentos; xii) turismo.

A trilha das finanças, por sua vez, avança nas sendas da: i) economia global; ii) arquitetura financeira internacional; iii) infraestrutura; iv) finanças sustentáveis.

Ademais dessas duas trilhas, o G-20 criou ambientes de participação não-governamental e para diversos atores de instâncias públicas. Esses ambientes compõem o chamado *Ecosistema*, constituído por representantes de: i) parlamentos; ii) tribunais de contas; iii) cidades; iv) *think tanks*; v) negócios; vi) ciências; vii) sociedade civil; viii) trabalho; ix) *startups*; x) mulheres; xi) juventude – todos com o distintivo 20 ao final.

Qualquer um que veja essa estrutura temática complexa pensará que alcançar consenso nesse grupo deve ser obra de milagre. De que se trata, afinal? Como principal plataforma mundial de diálogo e coordenação nas áreas de economia e finanças, desenvolvimento e cooperação internacional, o propósito do G-20 deveria ser, imagina-se, vencer o Himalaia de dificuldades que se antepõem na busca de condições favoráveis para as respectivas populações dos países que o integram. Essa circunstância, por si só, deveria ser suficiente para levantar algumas sobranceiras. Por maior que seja, o G-20 não reúne a totalidade dos países e fica então evidente que a máxima de não deixar ninguém para trás da Agenda 2030 sequer pode ser formulada com sentido.

Por quê mundo, então, trabalha o G-20? É ao menos curioso, por exemplo, que o desenvolvimento apareça somente na trilha dos *sherpas*. Não há menção ao desenvolvimento na trilha das finanças, como se esta levasse a outro caminho distinto ou, talvez, a um caminho que não leva a nada, como parece ser o caso. Outra observação legítima é saber quais os *think tanks* atuantes no G-20. Quantos são ‘ocidentais’, quantos de países em desenvolvimento? Quem os financia? O que perseguem? Essas e outras eventuais perguntas são relevantes na medida do impacto que podem ter as decisões do G-20 no conjunto da população mundial. Afinal, pensar que o que é bom para o G-20 é bom para o mundo não soa bem e parece, ademais, guardar resquícios de antigas reverberações coloniais.

O ponto de gravidade do G-20, não obstante toda a complexidade de entroncamentos de trilhas, grupos de trabalho e ecossistemas, é o sistema financeiro internacional. É esse sistema que define como será a economia e a política global. O mesmo sistema que é objeto de crítica por parte do Secretário-Geral das Nações Unidas, que a ele se refere como perpetrador de injustiças históricas e de preconceitos sistêmicos. Muitos dos que o seguem, o ouvem ou o leem, com ele concordariam que são necessárias reformas urgentes para que o sistema financeiro possa voltar-se às grandes questões do momento: pós-pandemia, consequências da guerra na Ucrânia e mudança climática.

É quase um truísmo afirmar que a pandemia da Covid-19 teve um efeito devastador sobre as condições de vida da maior parte da população mundial. Nada reflete melhor esse fato do que o lastimável estado dos ODS. Se antes da pandemia, as metas já se achavam defasadas, na pandemia o retrocesso foi brutal. As inequidades explodiram e mostraram a cara da mais abjeta crueldade. Na pós-pandemia, não há indicação clara e objetiva de que os ODS tenham voltado às trilhas traçadas para alcançar 2030 com o tão esperado êxito. Os US\$ 500 bilhões por ano solicitados pelo SG para auxiliar no financiamento para o desenvolvimento sustentável²¹ não obteve tração. É possível que existam razões financeiras para tanto. Nenhuma delas, contudo, poderia invalidar o apelo do SG à solidariedade.

É notável, por sinal, que a declaração de ministros da saúde do G-20, em Gandhinagar²², em nenhuma parte faça referência ao substantivo *solidariedade*, inquestionavelmente necessário diante da tragédia humana que se desenha ante os olhos. Seria de supor que a inclusão do tema da saúde na agenda do G-20, sob a presidência da Alemanha, em 2017, poderia ter tido o efeito de humanizar o perfil do grupo. Torná-lo, por exemplo, consistente em sua ação com os determinantes sociais da saúde. A exclusão da solidariedade de uma declaração de ministros da saúde parece, no entanto, confirmar a perseverança das feições originais do grupo. Nesse contexto, são as finanças que parecem ter transformado a saúde, não o contrário.

A guerra na Ucrânia que seguiu à pandemia, por outro lado, arrastou a precariedade trágica dos ODS à catástrofe abismal. Os preços dos combustíveis fósseis e dos alimentos subiram pelos ares, alimentando ainda mais a inflação global já instalada, apertando ainda mais o cinto, condenando milhões à fome e à miséria, soterrando ainda mais países debaixo do entulho de dívidas impagáveis.

A mudança climática por fim, a terceira grande questão, avança imperturbável com todas as suas potencialidades de destruição. A queima de combustíveis fósseis, responsável pela emissão de gases de efeito estufa, obedece à racionalidade das finanças, não necessariamente da economia ou da política, que assim parecem suicidas diante da possibilidade de tornar inviável a própria vida no planeta.

As três questões acima são as que mais deveriam importar em qualquer foro multilateral, tendo em conta a enormidade de suas possíveis consequências para o conjunto da humanidade. Buscar soluções urgentes deveria ser o último objetivo. A dificuldade, entretanto, reside na natureza das respostas que, para serem efetivas, terão de ser transformadoras. Não será suficiente as que se apoiem na lógica tradicional das finanças que nos trouxe até aqui, ou

²¹<https://www.un.org/en/desa/un-secretary-general-calls-radical-transformation-global-financial-system-tackle-pressing>

²²https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/G20_HMM_Outcome_Document_and_Chair_Summary.pdf

como diria o SG, as que historicamente produziram injustiças e preconceitos sistêmicos. O que, então, esperar da Cúpula do G-20?

Cada um dos países membros leva à Cimeira do G-20 os seus interesses e anseios. O Brasil procurará defender a inclusão social e o combate à fome e à pobreza, ademais da promoção do desenvolvimento sustentável, bem como a da reforma da governança global. São objetivos que facilmente podem alcançar consenso entre os países em desenvolvimento porque têm força moral e a todos dizem respeito.

A questão, no entanto, é se o G-20, que em sua ministerial de saúde deixou de lado a solidariedade, irá dobrar-se sob a força moral dos países em desenvolvimento? Não é provável. Os países em desenvolvimento, como de costume, terão de contentar-se com a lógica tradicional que até aqui não lhes foi favorável. Como alcançar as mudanças necessárias, então? Como contrapor-se ao poder do continuísmo ou, ainda, de maneira mais pedestre ao poder da força?

A questão torna-se mais complicada ao perceber que há no G-20 uma disputa que se repete em praticamente todos os foros multilaterais, desde o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral das Nações Unidas, passando pelo Conselho de Direitos Humanos, UNESCO, OMS. De um lado os que defendem a continuidade da unipolaridade, solidamente assentada no sistema financeiro internacional e, de outro, os que buscam uma multipolaridade, ainda fluida e indefinida, em tese mais justa e democrática. Como tantas outras vezes na história, forças de mudança se chocam contra estruturas estabelecidas, pressionando-as, deformando-as, rompendo-as, se for preciso. A situação é grave, pois não se trata de uma disputa qualquer, mas de uma que é existencial e que por essa razão toma liberdades com a racionalidade: explosão da unipolaridade ou esfacelamento da multipolaridade. Não pode haver razoabilidade quando os sentidos são torcidos e retorcidos por razões existenciais.

Não há nenhuma razão objetiva, por exemplo, para que na reunião de ministros da saúde do G-20, em Gandhinagar, os países 'ocidentais' tenham querido incluir um parágrafo sobre *a agressão da Federação Russa contra a Ucrânia*²³. Não está claro o que o conflito na Ucrânia tem a ver com a agenda especializada da saúde. Que sentido tem ou pode ter esse parágrafo a não ser o de martelar nas mentes uma narrativa até o ponto de confundi-la com a expressão da verdade? Esse parágrafo parece ser um favorito dos 'ocidentais', a julgar pela insistência com que o jogam como serpentina em qualquer ocasião, adequada ou não. Não seria de estranhar que na Cimeira fizessem o mesmo, empurrados por prováveis promessas insensatas feitas a algum duende malcriado. O ridículo não mata, infelizmente, mas se matasse seria uma solução, não uma rima, ao contrário do Raimundo do Drummond. Talvez, contudo, seja apenas mais uma demonstração de má fé.

O projeto de declaração do Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês), que este ano será considerado pelos Chefes de Estado e de Governo por ocasião da Cúpula dos ODS, ao abrigo da 78ª sessão da AGNU, também tem má fé. Para uma declaração política sobre os ODS que tem o propósito de impulsionar sua plena implementação, mencionar somente duas vezes a necessidade de reforma parece pouco. O que seria preciso, em realidade, não é uma reforma, mas uma criação nova a partir do zero; mas se de reformas se trata, então que se sublinhe e se enfatize, que de outra maneira poder-se-ia imaginar que tudo ficará bem com uma mão de pintura e novos estofados. Mas é em três lugares específicos que a má fé se esconde.

²³ Ver o paragrafo 22 da declaração de ministros da saúde do G-20

No parágrafo 12 daquele projeto decidiu-se eliminar a referência que havia à Saúde Única. Porque? Talvez para que não se estabeleça relação entre a ocorrência de pandemias e a degradação do meio ambiente e a perda da biodiversidade, ambas contempladas em acordos internacionais, com plataformas de atuação distintas. De certa maneira, a mensagem parece ser que o fracasso dos ODS e a ocorrência de pandemias nada têm a ver com a questão ambiental ou a perda da biodiversidade. É má fé.

No parágrafo 38g, decidiu-se eliminar o termo *unimpeded* antes de *timely and equitable access*²⁴. A eliminação desse termo retiraria crítica referente ao Acordo TRIPS. Má fé.

No parágrafo 38l, decidiu-se eliminar a referência aos países desenvolvidos de responsabilidade no financiamento das ações relativas à implementação do Acordo de Paris²⁵. Má fé.

O Primeiro Ministro da Índia, Narendra Modi, lançou uma pergunta retórica que deverá ecoar na reunião de cúpula do G-20: *É possível ir mais longe? Podemos mudar o nosso modo de pensar para benefício da humanidade?* A pergunta de Modi é profunda e exige, para que seja respondida afirmativamente, ação transformadora completa. Não bastará reformar o que se tem. É preciso abandonar tudo, principalmente a má fé e recomeçar de novo, com base na solidariedade, hoje ausente até da declaração dos ministros da saúde.

Não será fácil diante da recente decisão da Rússia e a Arábia Saudita de manter o corte no suprimento de petróleo até, pelo menos, o final do ano. Os preços dos combustíveis fósseis deverão aumentar. A essa decisão soma-se uma outra, por parte da Rússia, de não rever a suspensão do Acordo de Grãos pelo Mar Negro. Os preços dos alimentos e dos fertilizantes seguirão em alta.

Paralelamente, os 'ocidentais' prometeram continuar o apoio à Ucrânia em sua guerra perdida, despejando dinheiro à granel, sem nenhuma responsabilidade para as consequências catastróficas pelo uso de armas proibidas. Qual é o limite quando a insensatez entre em cena? Guerra bacteriológica? Guerra nuclear? Nada disso é impossível quando um conflito assume condição existencial. A existência pode ser um absurdo, mas deixar de existir é algo inconcebível que não se pode admitir.

Sentem-se, meninos, e perguntem se é possível ir mais longe.

²⁴ O parágrafo devia ler-se assim: *We will address gaps in preventing, preparing for, and responding to current and future pandemics and health emergencies, including in the development and distribution of **unimpeded**, timely and equitable access to medical countermeasures such as vaccines, therapeutics and diagnostics.*

²⁵ O parágrafo original era: *We stress the urgency of enhancing ambition for climate action in the implementation of the UNFCCC and the Paris Agreement in relation to climate mitigation, adaptation and the provision of the means of implementation, especially finance **of developed countries** to developing countries.*

Setembro de 2023: a reconstrução ?

Adhemar Bahadian

Sair ileso de agostos no Brasil, já é em si uma bênção. Minha geração entrava na adolescência quando o 24 de agosto de 1954 amanheceu no Palácio do Catete no Rio de Janeiro e nos fez conhecer as amargas realidades do jogo político brasileiro. Depois, vieram os idos de março e, mais recentemente, os 7 de setembro conspiratórios a nos fazer temer o calendário inteiro, desde o 8 de janeiro.

Mas, este setembro de 2023 parece inaugurar um novo Brasil. Os índices econômicos são mais do que alentadores e, aos poucos, retomamos nossa confiança de que podemos ainda fazer deste país uma referência positiva neste desafiador século 21.

Poucos dentre nós sabem que tradicionalmente setembro é uma espécie de terça-feira gorda da Diplomacia brasileira, quando o Presidente do Brasil inaugura o debate-geral das Nações Unidas.

Não é pouca coisa. Após o discurso inaugural do Brasil, sempre discursa o Presidente dos Estados Unidos da América. Por razões de segurança, o Presidente dos Estados Unidos permanece numa pequena sala atrás da tribuna de onde fala o Presidente brasileiro. O protocolo e a segurança, rígidos e eficientes, garantem uma assistência privilegiada para o discurso brasileiro, acompanhado pela imprensa internacional e, no plenário da ONU, por chefes de Estado e de governo.

Esta tradição de o Brasil abrir o debate-geral na ONU, além de ser altamente invejada, tem origem numa suposta compensação oferecida pelos países vencedores da Segunda Guerra Mundial pelo Brasil não ter sido um dos países membro-permanente do Conselho de Segurança. De qualquer forma, é uma tradição que a diplomacia brasileira, sempre com discrição e habilidade, soube conservar até hoje.

É forte expressão do 'soft-power' brasileiro, pois permite ao Presidente do Brasil destacar os pontos principais da agenda, analisar o clima internacional e sugerir propostas e medidas que serão pelo menos ouvidas e anotadas.

Há discursos que ficaram famosos e marcaram época na história da Diplomacia brasileira que foram inicialmente pronunciados na abertura da Assembléia-Geral das Nações Unidas. Alguns deles, lidos por Chanceleres, primeiros chefes de minha geração a entrar no Itamaraty. Não cito nomes para não ferir a modéstia de muitos de meus colegas, hoje a cuidar de seus jardins.

Vejo neste ano de 2023, algumas semelhanças com 1963, ano que marcou uma franca aceleração das relações internacionais dando início ao término do colonialismo de um lado, das reivindicações de mudança do relacionamento Norte-Sul - na esteira dos estudos seminais do argentino Raul Prebisch e do brasileiro Celso Furtado - e na aceleração do desarmamento nuclear e mais recentemente, com a queda do muro de Berlim, o prematuro anúncio do "fim da história".

Em 2023, nos vemos diante de um panorama desafiador. O neoliberalismo e a globalização assimétrica trouxeram de volta nos Estados Unidos da América o recrudescimento

de um protecionismo que mal esconde o renascimento de nostalgia mítica de um passado idealizado em que se superpõem ameaças à própria Democracia.

O Presidente do Brasil que ocupará a Tribuna das Nações Unidas na segunda semana de Setembro não é um “esquenta auditório” para Biden de não poucos problemas na sociedade americana. Longe disto.

Nosso Presidente, como Presidente do G-20, trará a reunião de novembro das 20 maiores economias do mundo para a cidade do Rio de Janeiro, sempre um bom augúrio . Cidade, apesar de tudo que lhe fazemos, absurdamente linda e acolhedora. Além de Presidente do G-20, Lula ocupará em breve a liderança dos BRICS, entidade que parece entrar nas negociações internacionais com o peso de seu PIB coletivo. Aliás, o Presidente já deixou bem claro em reuniões internacionais que a proteção ao meio ambiente e as reformas climáticas não devem ser a nova forma de colonialismo ou de protecionismo. E foi o primeiro a tocar o dedo na ferida da tecnologia como resgate humanitário. Sua sugestão de que a Fiocruz entre em cooperação técnica com os países africanos deveria ser um exemplo a ser expandido entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. As pandemias passadas, presentes e futuras impõem uma revisão inteligente dos mecanismos de acesso a medicamentos e insumos de vacinas num jogo de ‘ganha-ganha’, difícil, mas não impossível.

Diante de tantos temas e de tantas oportunidades para reconstruir um mundo melhor chego a sentir inveja de meus colegas no Itamaraty que se vão dedicar a este desafio.

Esta geração que hoje responde pelos destinos da Política Externa Brasileira me tranquiliza. Muitos deles conheci de perto em Genebra ou na ONU, tive o prazer de participar da Banca que examinou muitas de suas defesas de trabalhos no Curso de Altos Estudos do Itamaraty. Alguns deles, participarão dos múltiplos rascunhos do discurso que chegará às mãos do Presidente para as opções políticas finais.

Não os cito nominalmente, porque não quero ferir-lhes a modéstia e correr o risco de que um ou outro se distraia e acabe sangrando o dedo nos espinhos das rosas de seus jardins.

2024: um ano promissor

Adhemar Bahadian

Em 2024, em novembro mais precisamente, se reunirá, no Rio de Janeiro, o G-20, grupo das vinte maiores economias do mundo. Antes, no dia 5 do mesmo mês, os Estados Unidos irão às urnas para escolher um novo Presidente. Lá, o embate terá repercussões internacionais, a primeira delas sobre a própria reunião do G-20.

Se os demônios apocalípticos estiverem de plantão, o G-20 será torpedeado pela eleição de Donald Trump. Mas, me recuso a conviver com esta hipótese regressiva e vejo na mais do que possível reeleição de Biden o sinal de uma aliança benéfica entre o Brasil e as maiores economias do mundo.

Lula, que acaba de receber das mãos da Índia, e em nome do Brasil, a presidência do G-20, é o primeiro a saber da importância da reunião em novembro no Rio de Janeiro. Nós, os cariocas, deveremos ser os primeiros a agradecer ao Presidente a escolha da cidade maravilhosa para sediar um evento político que sem dúvida poderá mudar para melhor o eixo das relações internacionais.

Sei também que tanto Mauro Vieira quanto Celso Amorim, sobre cujos ombros repousará o trabalho preparatório da reunião, cogitam, com a competência dos melhores servidores públicos federais, criar inúmeros grupos de trabalho temáticos dentre os quais as questões das mudanças climáticas e da preservação da Amazônia, sem dúvida, necessitarão de atenção e especial cuidado.

A declaração de Lula na Índia ao receber a Presidência do G-20, já assinala a profundidade que o Brasil pretende dar ao encontro de novembro ao afirmar que a desigualdade é o principal problema a nos separar e poderá continuar a crescer. Ao defender a criação de inúmeros bancos de desenvolvimento para recompor o crescimento econômico, Lula já diz a que vem e o que pretende propor em nome do Brasil..

Aqui, abuso de minha velha amizade com Mauro Vieira e com Celso Amorim para sugerir algumas ideias e tópicos talvez repetitivos, mas que faço no melhor espírito de cooperação.

A primeira delas tem que ver com a própria mensagem da Declaração Final da reunião. Creio que sem necessariamente mencionar Reagan e Thatcher seria importante assinalar os exageros trazidos por uma globalização assimétrica e uma condenação do papel do Estado, do investimento público associado a uma desregulamentação perniciosa dos mecanismos protetores de concentração abusiva do Capital transnacional.

A política econômica de Biden já atua nesta área com resultados animadores, embora certamente não contará com o apoio de Trump, candidato que por um lado da boca parece defender os despossuídos e do outro mastiga as benesses que lhe trazem os mega-capitalistas americanos.

A Declaração do Rio de Janeiro poderia sublinhar equívocos da cooperação internacional e sugerir novas formas de aperfeiçoá-la. Dentre tantas áreas, me permito assinalar que o tema da transferência de tecnologia seria talvez a que mereceria inclusive um seminário próprio em meados de 2024. (NO BNDES?) Sugiro que deste seminário, que deveria contar com

a participação dos economistas Acemoglu e Stiglitz ambos com sugestões claras e conhecidas sobre a importância do tema,(inclusive inteligência artificial) deveria surgir um “registro de posição ” sobre a temática da transferência de tecnologia, sobretudo na área de saúde.

Aviso aos apressadinhos que não estou a sugerir uma revolução radical na questão da Propriedade Intelectual, mas apenas que se examinem as ideias de Stiglitz e Acemoglu sobre o tema. Afinal, não há hoje dúvidas, trazidas inclusive pela Pandemia do COVID, que a globalização na área sanitária e médica foi um fracasso total.

E isso me leva à sugestão final: que a Declaração do Rio (UMA VISÃO DO CORCOVADO?) proponha uma meta de cooperação sistêmica entre centros de tecnologia médica e universidades dos países do mundo no intuito de desenvolver medicamentos, testes e equipamentos médicos para o pronto diagnóstico e tratamento de doenças tropicas, sob a possível coordenação da Fiocruz.

Apresento, desde logo, minhas escusas aos meus jovens colegas diplomatas, que, por acaso, recebam o encargo de, a pedido de seus chefes, desenvolver os prós e os contras das ideias aqui sugeridas. Contem com mais do que simples solidariedade.

EM TEMPO: Merece leitura e reflexão o artigo “ A Fome do Carcará” de Marcos Nobre - um dos nosso melhores analistas políticos - no número de setembro na revista PIAUÍ.

Resultados da Índia e novos caminhos para o G20 sob a presidência brasileira. G7 e OCDE

India's achievements and new paths for the G20 under the Brazilian presidency. G7 and OECD

***Pedro Burger
João Miguel Estephania
Vitória Kavanami
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar
Paulo Esteves***

Abstracts. G20: Contrary to the most pessimistic forecasts, which pointed to continued disagreements between G20 members, the Summit was concluded with relative success with the publication of the Leaders' Declaration. The occasion also signaled the passing of the bloc's presidency to Brazil and the priorities of the new administration were announced.

Keywords: G20; Summit; Brazil

G7: The Prime Minister Fumio Kishida emphasizes the legacy of the G7 summit for the G20 summit. Italy is considering its participation on the Belt and Road Initiative, trying not to jeopardize its relationship with China. An international code of conduct is being formulated to deal with advances in Artificial Intelligence.

Keywords: G7; Italy; Artificial Intelligence.

OCDE: With the absence of major agitations, the highlights are the updates of some of its data monitoring on the global economy and certain advances in the relationship between Brazil and the OECD.

Keywords: OECD; international cooperation.

Resumos. G20: Contrariando as previsões mais pessimistas que apontavam para a continuidade das divergências entre os membros do G20, a Cúpula foi concluída com relativo sucesso e com a publicação da Declaração dos Líderes. O momento também marcou a passagem da presidência do bloco para o Brasil e as prioridades da nova gestão foram divulgadas.

Palavras-chave: G20; Cúpula; Brasil

G7: O primeiro-ministro Fumio Kishida ressalta o legado da cúpula do G7 para a cúpula do G20. A Itália está avaliando sua participação na Iniciativa Cinturão e Rota, buscando não causar prejuízos à relação com a China. Um código de conduta internacional está sendo formulado para lidar com os avanços da Inteligência Artificial.

Palavras-chave: G7; Itália; Inteligência Artificial.

OCDE: Com a ausência de grandes agitações, são destaques as atualizações de alguns monitoramentos de dados globais sobre a economia e certos avanços na relação entre o Brasil e a OCDE.

Palavras-chave: OCDE; cooperação internacional.

G20 – Introdução

“A natureza continua dando demonstração de que nós precisamos cuidar dela com muito mais carinho”. Com essa frase, o presidente Lula iniciou o seu último discurso na Cúpula dos Líderes do G20 em Nova Délhi em 10 de setembro de 2023. Essa frase está intimamente ligada ao lema que o governo brasileiro escolheu para sua presidência do G20: "Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável". Este discurso marcou a transição entre a presidência atual da Índia para a do Brasil, onde o presidente Lula teve a oportunidade de apresentar formalmente as três prioridades para presidência brasileira do G20, a saber:

- (i) A inclusão social e o combate à fome.
- (ii) A transição energética e o desenvolvimento sustentável em três vertentes (social, econômica e ambiental).
- (iii) a reforma das instituições de governança global

O presente artigo possui três grandes objetivos: (i) trazer um panorama geral sobre a Cúpula de Líderes do G20 que ocorreu dias 09 e 10 de setembro em Nova Délhi, na Índia, bem como dos três discursos feitos pelo presidente Lula; (ii) analisar os possíveis desdobramentos gerados pelas prioridades do Brasil no G20 em 2024 para a agenda da saúde; e (iii) analisar as discussões sobre saúde que apareceram na declaração de líderes do G20. Dessa forma, pretende-se indicar, a partir de lições aprendidas na Índia, recomendações para a presidência do Brasil em 2024.

Repercussões da 18ª Cúpula de chefes de Estado e governo do G20

Contrariando as previsões mais pessimistas que apontavam para uma continuidade das divergências entre os membros do G20, a Cúpula dos Líderes realizada na capital indiana nos dias 9 e 10 de setembro, foi concluída com relativo sucesso. Mesmo com a ausência de Xi Jinping e de Putin, duas importantes representações que dão peso ao bloco, foi possível chegar a um acordo sobre a linguagem utilizada para tratar do conflito na Ucrânia. Tal questão comprometeu a publicação de Declarações Conjuntas ao longo da gestão indiana, fazendo com que a maior parte dos encontros de ministros do bloco resultasse apenas na publicação de Documentos Resultantes (*Outcome Documents*) e Resumos da Presidência (*Chair's Summaries*), os quais refletem essa falta de consenso na totalidade dos pontos discutidos. O *sherpa* (representante líder) da Índia mencionou que Brasil, África do Sul e Indonésia trabalharam estreitamente com o país anfitrião para facilitar as últimas negociações antes do evento, especialmente no que tange a mediação para tratar da guerra²⁶.

A Cúpula, por sua vez, terminou com a publicação da tão aguardada [Declaração de Líderes](#)²⁷. No preâmbulo, os membros pontuaram as diversas crises e desafios globais que continuam minando a estabilidade e o crescimento econômico e afetando desproporcionalmente populações em maior vulnerabilidade, como as mudanças climáticas, o aumento do preço de *commodities* e os efeitos persistentes da pandemia. Para além da relevância dada à cooperação internacional e o estabelecimento de parcerias, chama atenção o

²⁶ Brazil, South Africa help as G20 sherpas race to forge consensus on Ukraine. Times of India. 08 set. 2023. Disponível em: <https://timesofindia.indiatimes.com/india/brazil-south-africa-help-as-g20-sherpas-race-to-forge-consensus-on-ukraine/articleshow/103481985.cms?from=mdr>. Acesso em: 10 set. 2023.

²⁷ G20 New Delhi Leaders' Declaration. G20. 09 set. 2023. Disponível em: https://www.g20.org/content/dam/gtwenty/gtwenty_new/document/G20-New-Delhi-Leaders-Declaration.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

destaque dado para o potencial da transição energética enquanto meio para construir um futuro melhor e mais resiliente. Os membros, então, fizeram 12 compromissos, listados a seguir:

1. Acelerar um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo.
2. Acelerar a implementação plena e eficaz da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
3. Buscar vias de desenvolvimento sustentável que envolvam baixas emissões de carbono e de outros gases de efeito estufa (GEEs), abordagens integradas e inclusivas e que sejam resilientes ao clima. Acelerar urgentemente ações para enfrentar os desafios climáticos e de desenvolvimento, promover Estilos de Vida Sustentáveis (LIFE, na sigla em inglês) e conservar a biodiversidade, as florestas e os oceanos.
4. Melhorar o acesso a contramedidas médicas e promover um maior fornecimento e capacidade de produção nos países em desenvolvimento para melhor se prepararem para futuras emergências sanitárias.
5. Promover um crescimento resiliente ao abordar de forma urgente e eficaz as vulnerabilidades da dívida nos países em desenvolvimento.
6. Aumentar o financiamento de todas as fontes para acelerar o progresso nos ODS.
7. Acelerar os esforços e aumentar os recursos para cumprir com o Acordo de Paris, incluindo a meta do aumento de temperatura.
8. Perseguir reformas nos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) para torná-los mais eficazes no enfrentamento dos desafios globais e na maximização dos impactos no desenvolvimento.
9. Melhorar o acesso aos serviços digitais e às infraestruturas públicas digitais e aproveitar as oportunidades de transformação digital para impulsionar o crescimento sustentável e inclusivo.
10. Promover empregos sustentáveis, de qualidade, saudáveis, seguros e remunerados.
11. Eliminar as disparidades de gênero e promover a participação plena, igual, eficaz e significativa das mulheres na economia enquanto tomadoras de decisão.
12. Melhor integrar as perspectivas dos países em desenvolvimento em futuras agendas do G20 e reforçar as suas vozes nos processos de tomada de decisões globais – incluindo Países em Desenvolvimento sem Litoral (*landlocked developing countries*, LLDCs), Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (*small island developing states*, SIDS), e Países menos desenvolvidos (*least developed country*, LDC).

Já no que tange especificamente ao conflito na Ucrânia, a abordagem escolhida foi a de uma maior neutralidade em contrapartida a uma condenação direta à Rússia, opção esta defendida principalmente pelo G7. A única menção feita ao Kremlin foi ao tratar dos Acordos de Istambul, mediados pela Turquia e pela Organização das Nações Unidas (ONU), que garantiam o escoamento de cereais e fertilizantes provenientes de ambos os países beligerantes até junho deste ano. Porém, nem nesse ponto os russos foram condenados, com o texto apelando apenas para a “implementação plena, rápida e eficaz de um novo acordo”. Os membros reconheceram a existência de opiniões divergentes dentro do bloco sobre a situação e reforçaram o fato do G20 ser um espaço que não lida com a resolução de questões geopolíticas. Sublinharam que os Estados devem agir de acordo com o direito internacional e com os princípios da Carta das Nações Unidas, respeitando a soberania e a integridade territorial, além de considerarem inadmissível o uso ou ameaça do uso de armas nucleares. À vista disso, o Ministério das Relações

Exteriores da Ucrânia criticou o teor do documento como sendo algo do qual “não se deve ter orgulho”²⁸.

Para além do preâmbulo e da conclusão, o documento foi dividido em 10 tópicos que abordam os compromissos e os resultados alcançados nas discussões do grupo: a) crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo; b) acelerando o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); c) pacto de desenvolvimento verde para um futuro sustentável; d) instituições multilaterais para o século XXI; e) transformação tecnológica e infraestrutura pública digital; f) tributação internacional; g) igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas; h) questões do setor financeiro; i) combatendo o terrorismo e a lavagem de dinheiro; e j) criando um mundo mais inclusivo. Deve-se mencionar que a Declaração pouco avança no quesito de novidades em relação ao que já se havia divulgado e discutido nos últimos meses. O presente Informe, portanto, irá abordar pontos que se destacam para as discussões em saúde e que trazem novas considerações e iniciativas propostas pelo bloco.

Dentro da seção “criando um mundo mais inclusivo”, algumas pontuações devem ser mencionadas. Em primeiro lugar, no parágrafo 76, houve o anúncio oficial da inclusão da União Africana (UA) enquanto membro permanente do G20 e o reconhecimento da importância do continente para a economia global. A região era mal representada e contava apenas com a participação da África do Sul. Com a adição da UA, os 55 Estados-membros vão ter uma representação no G20. O Primeiro Ministro da Índia, Narendra Modi, que propôs a medida em junho deste ano, disse em mensagem postada na rede social X (antigo *twitter*) que tal ação “fortalecerá o G20 e também fortalecerá a voz do Sul Global”²⁹.

Já no parágrafo 77, um ponto de destaque é em relação ao compromisso com a proteção de migrantes e refugiados, independente de suas situações migratórias. Por ser um tema delicado na agenda, visto que muitos países do bloco lidam com a situação em seus territórios, é um avanço que o documento cite esses grupos. Ainda que de maneira pouco aprofundada, é importante identificar essas pessoas que geralmente aparecem generalizadas no termo “populações em vulnerabilidade” nos documentos do G20.

Seguindo a mesma temática de inclusão e representatividade, uma novidade que será implementada a partir da gestão brasileira, foi o consenso para a criação do Grupo de Trabalho de Empoderamento das Mulheres, que contará com a realização da Reunião Ministerial das Mulheres no G20. O novo GT é uma conquista para o Grupo de Engajamento de Mulheres (W20, na sigla em inglês) e deve garantir o destaque e permitir o avanço em diversas pautas dessa agenda dentro do G20.

Sobre saúde, a Declaração discute o assunto dentro da seção “acelerando o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, no parágrafo 28 e seus 10 incisos. Nesse sentido, os membros reafirmaram vários dos compromissos já divulgados anteriormente na reunião dos Ministros de Saúde para fortalecer a arquitetura global de saúde, implementar a

²⁸ Ukraine says G20 summit declaration 'nothing to be proud of'. Reuters. 09 set. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/ukraine-says-g20-summit-declaration-nothing-be-proud-of-2023-09-09/>. Acesso em: 10 set. 2023.

²⁹ G20 admits African Union as permanent member. Reuters. 09 set. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/g20-admit-african-union-permanent-member-new-delhi-summit-draft-declaration-2023-09-09/>. Acesso em: 10 set. 2023.

abordagem de Saúde Única e criar sistemas mais resilientes para se alcançar uma Cobertura Universal de Saúde. De maneira resumida, os compromissos feitos foram:

1. Foco no fortalecimento da saúde primária e dos profissionais da área e na melhoria dos serviços essenciais e dos sistemas de saúde em níveis anteriores à pandemia, além da continuidade do progresso no combate a outras doenças e da investigação da chamada Covid longa.
2. Promover a abordagem de Saúde Única a partir do Plano de Ação Conjunta para Saúde Única (2022-2026).
3. Melhorar a resiliência dos sistemas de saúde e apoiar o desenvolvimento de sistemas resilientes ao clima e com baixas emissões de carbono em colaboração com os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), e apoiar o trabalho da Aliança para Ações Transformadoras em Matéria de Clima e Saúde (ATACH, na sigla em inglês) liderada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).
4. Implementar e priorizar o combate à resistência antimicrobiana (RAM) seguindo a abordagem de Saúde Única.
5. Facilitar o acesso equitativo a vacinas, terapias, diagnósticos e outras contramedidas médicas, especialmente em Países de Baixa e Média Renda (*low and middle income countries*, LMICS), LDCs e SIDS.
6. Aguardar com expectativa um resultado positivo das negociações do Órgão de Negociação Intergovernamental (INB, na sigla em inglês) para a criação de uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre prevenção, preparação e resposta a futuras pandemias.
7. Reconhecer as potencialidades da medicina tradicional baseada em evidências.
8. Apoiar o processo consultivo liderado pela OMS para a criação de um mecanismo interino de coordenação de contramedidas médicas, com efetiva participação dos LMICS e outros países em desenvolvimento.
9. Promover e melhorar o acesso aos serviços de saúde mental e ao apoio psicossocial de forma inclusiva.
10. Ao frisar a dimensão de saúde pública na problemática do uso de drogas, clamar pela cooperação internacional para lidar com o narcotráfico.

Este último compromisso claramente não emanou da reunião dos ministros da saúde, e é bastante controverso por dar uma roupagem de saúde pública à falida política de guerra às drogas, inclusive mencionando que a cooperação contra narcóticos deve ser livre de “restrições desnecessárias”, algo não específico e que pode interferir em políticas nacionais com perspectivas distintas na abordagem ao problema das drogas.

Por fim, outro reconhecimento feito pelos líderes no texto, agora ao tratar do tópico de implementação de uma transição energética justa e acessível, foi o lançamento da Aliança Global de Biocombustíveis (GBA, na sigla em inglês)³⁰. Para além de Brasil, Estados Unidos e Índia, três dos cinco principais produtores de etanol do mundo, a Aliança é composta por mais 16 países e 12 organizações dos setores público e privado. O objetivo da GBA é fomentar a produção e o consumo de biocombustíveis como fonte de energia alternativa aos combustíveis fósseis, além de servir como plataforma para facilitar a troca de conhecimento e tecnologias, e o estabelecimento de padrões e certificações internacionais. Segundo a Agência Internacional

³⁰ Launch of the Global Biofuel Alliance (GBA). G20. 09 set. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/september-2023/gba/>. Acesso em: 10 set. 2023.

de Energia, a produção de biocombustíveis precisa triplicar até 2030 para que o mundo alcance a meta de emissões líquidas zero de carbono até 2050³¹.

Além da cerimônia de abertura e do evento de encerramento, que marcou a transferência simbólica da presidência do bloco da Índia para o Brasil, a Cúpula contou com três reuniões temáticas organizadas em torno do lema da presidência indiana “Um Planeta, Uma Família, Um Futuro”. A primeira sessão, “Um Planeta”, ocupou-se de questões como desenvolvimento sustentável, transição energética, mudanças climáticas, preservação ambiental e emissões de carbono. Enquanto isso, o painel “Uma Família”, tratou do crescimento inclusivo, progresso nos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), educação, saúde e desenvolvimento liderado por mulheres. Em seguida, a última reunião, “Um Futuro” teve como tema as transformações tecnológicas, a infraestrutura pública digital, reformas multilaterais e o futuro do trabalho e emprego.

Encontros bilaterais importantes de igual modo foram organizados no período. Dentre eles, o evento de assinatura de um projeto multinacional que ligará a Índia, Oriente Médio e a Europa por vias marítimas e ferroviárias, o chamado *India-Middle East-Europe Economic Corridor* (IMEC). O corredor ajudará a impulsionar o comércio, a fornecer recursos energéticos e a melhorar a conectividade digital entre esses países, na medida em que também reduzirá o tempo de transporte, os custos e o uso de combustível. Jake Sullivan, conselheiro de segurança nacional do presidente Biden, disse que o IMEC trará oportunidades para unir os países do Oriente Médio e configurar a região como um importante centro de atividade econômica, ao invés de ser “fonte de desafio, conflito ou crise”³². A iniciativa é vista pelos analistas como uma medida de contenção da influência chinesa na região e um contraponto à Iniciativa do Cinturão e da Rota³³.

Imagem 1: 18ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo do G20



Fonte: Ricardo Stuckert, 2023.

³¹ No G20, Lula participa do lançamento da 'Aliança Global para Biocombustíveis' para produção e uso sustentáveis. O Globo. 09 set. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/09/09/no-g20-lula-participa-do-lancamento-da-alianca-global-para-biocombustiveis-para-producao-e-uso-sustentaveis.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2023.

³² G20 summit: Transport project to link India to Middle East, Europe unveiled. Al Jazeera. 09 set. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/9/9/g20-summit-transport-project-to-link-india-to-middle-east-europe-unveiled>. Acesso em: 10 set. 2023.

³³ At G20, US, India, Saudi, EU unveil alternative to Belt-and-Road. Euractiv. 10 set. 2023. Disponível em: <https://www.euractiv.com/section/global-europe/news/at-g20-us-india-saudi-eu-unveil-alternative-to-belt-and-road/>. Acesso em: 10 set. 2023.

A presidência brasileira no G20

A participação brasileira foi sem dúvida um dos grandes destaques da Cúpula do G20. O evento não só marcou simbolicamente a passagem da presidência da Índia para o Brasil, como também foi o momento de divulgar para o mundo as prioridades que guiarão toda a gestão do bloco. A partir de 1º de dezembro de 2023 e até 30 de novembro de 2024, a agenda do G20 será decidida e implementada pelo governo do Brasil, com apoio direto dos países que compõem a *troika*: a antecessora Índia e sucessora África do Sul, que assumirá o mandato em 2025. É esperado que o Brasil realize 100 reuniões oficiais, que incluem cerca de 20 reuniões ministeriais, 50 reuniões de alto nível e eventos paralelos, com destaque para a 19ª Cúpula de chefes de Estado e governo do G20, que está prevista para acontecer nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro.

Em seu discurso inicial³⁴, durante a primeira sessão da reunião, o presidente Lula chamou atenção para as mudanças climáticas e a proteção do meio ambiente ao citar como exemplo o desastre provocado pelo ciclone que atingiu o estado do Rio Grande do Sul. Endossando um discurso de parte do Sul Global sobre “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, o presidente criticou os países desenvolvidos e cobrou uma maior proatividade dos mesmo em relação ao cumprimento das metas de financiamento climático, as quais se encontram longe do valor estabelecido de 100 bilhões de dólares anuais. Lula ainda chamou atenção para os efeitos desproporcionais causados pela mudança do clima nas populações que se encontram em maior vulnerabilidade: “Os efeitos da mudança do clima não são sentidos por todos da mesma forma. São os mais pobres, mulheres, indígenas, idosos, crianças, jovens e migrantes, os mais impactados. Quem mais contribuiu historicamente para o aquecimento global deve arcar com os maiores custos de combatê-la”. Concluindo com um apelo aos membros para que se chegue em 2025 com “uma agenda climática equilibrada entre mitigação, adaptação, perdas e danos e financiamento”, o presidente aproveitou o momento para anunciar o lançamento da nova *Força Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima no G20*, o que demonstra ainda maior prioridade ao tema daqui para frente.

Em continuidade, com enfoque na crescente e persistente desigualdade entre os países, outra medida divulgada durante o segundo painel do dia, foi o lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza³⁵. Ao citar dados sobre concentração de renda, evasão escolar infantil e insegurança alimentar, o presidente afirmou que esse é um problema que precisa ser enfrentado com urgência e que “o mundo desaprendeu a se indignar e normalizou o inaceitável”. Para tanto, medidas como a transferência tecnológica, a inclusão dos pobres no orçamento público, tributações mais justas, e instituições financeiras internacionais que funcionem em prol do desenvolvimento em vez de agravar o endividamento, foram mencionadas como necessárias.

³⁴ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura da Cúpula do G20. Presidência da República. 09 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discorso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-abertura-da-cupula-do-g20>. Acesso em: 11 set. 2023

³⁵ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Sessão 2 - Uma Família, da Cúpula do G20, na Índia. Presidência da República. 09 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discorso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-sessao-2-uma-familia-da-cupula-do-g20-na-india>. Acesso em: 11 set. 2023.

Ambas ações já refletem as prioridades brasileiras que foram anunciadas na cerimônia de encerramento³⁶, com a passagem do martelo de madeira que simboliza a presidência temporária do G20.

A partir do lema “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”, Lula afirmou que para fazer a diferença, a redução das desigualdades deve estar no centro de todas as agendas. Válido dizer que para além das duas prioridades já discutidas nos discursos proferidos anteriormente, a reforma do sistema de governança é justificada como necessária para dar aos países em desenvolvimento mais condições para enfrentar os desafios globais. A reforma de instituições, que é tema recorrente da política externa dos governos de Lula, também foi mencionada para garantir uma melhor representação dos países emergentes nesses fóruns: “Queremos maior participação dos países emergentes nas decisões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. A insustentável dívida externa dos países mais pobres precisa ser equacionada. A OMC tem que ser revitalizada e seu sistema de solução de controvérsias precisa voltar a funcionar. Para recuperar força política, o Conselho de Segurança da ONU precisa contar com a presença de novos países em desenvolvimento entre seus membros permanentes e não permanentes”.

Ademais, para garantir uma atuação mais inclusiva e coerente do G20, três orientações gerais foram expressas, sendo elas: uma melhor integração e coordenação entre as trilhas políticas e de finanças; uma maior participação dos Grupos de Engajamento para garantir que as demandas da sociedade sejam ouvidas e que suas conclusões e recomendações cheguem aos representantes; e o lembrete de que questões geopolíticas não podem sequestrar as agendas de desenvolvimento e impedir o avanço das discussões. Sobre este último ponto, o presidente ainda reiterou em entrevista para a imprensa indiana que o G20 não é o local para discutir o conflito na Ucrânia, e que o assunto deve ser tratado no âmbito da Assembleia-Geral da ONU³⁷. A posição brasileira sobre o assunto é considerada de maior neutralidade e as falas do presidente costumam ser em prol do diálogo e de uma saída pacífica para a guerra, fazendo críticas a países envolvidos de ambos os lados. No entanto, uma de suas últimas falas gerou repercussões negativas, ao dizer que o Brasil receberia Putin na Cúpula do G20 em 2024, mesmo com o mandado de prisão emitido pelo Tribunal Penal Internacional contra o líder russo em março deste ano. Sendo o Brasil signatário do Estatuto de Roma, tratado que cria o TPI, tal ação poderia gerar um descumprimento de obrigações internacionais, além de um mal-estar diplomático³⁸, comprometendo os avanços da presidência no bloco.

³⁶ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Cúpula do G20. Presidência da República. 10 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discorso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-da-cupula-do-g20>. Acesso em: 11 set. 2023.

³⁷ Assembleia-Geral da ONU é local apropriado para discutir guerra da Ucrânia, não Cúpula do G20, diz Lula. CNN. 10 set. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/assembleia-geral-da-onu-e-local-apropriado-para-discutir-guerra-da-ucrania-nao-cupula-do-g20-diz-lula/>. Acesso em: 11 set. 2023.

³⁸ Lula violaria Haia se não prender Putin. Uol. 10 set. 2023. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/09/10/lula-violaria-haia-se-nao-prender-putin-e-caso-iria-a-conselho-de-seguranca.htm?utm_source=twitter&utm_medium=compartilhar_conteudo&utm_campaign=organica&utm_content=geral. Acesso em: 11 set. 2023.

Imagem 2: Primeiro-ministro da Índia e o presidente Lula no encerramento da Cúpula do G20



Fonte: Ricardo Stuckert, 2023.

Análise dos desdobramentos das prioridades brasileira no G20 para a agenda da saúde

O presidente Lula fez três discursos durante as reuniões da Cúpula de Líderes do G20, sendo que foi no último que ele anunciou que a presidência brasileira do G20 terá as três prioridades: a inclusão social e o combate à fome; a transição energética e o desenvolvimento sustentável em três vertentes (social, econômica e ambiental); e a reforma das instituições de governança global. Todas essas prioridades estão contidas no lema da presidência brasileira, que diz: "Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável".

Lembramos as prioridades definidas pela ministra Nísia e sua Equipe para a área da Saúde do G20: 1) Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias, com foco na produção local e regional de medicamentos, vacinas e insumos estratégicos para a saúde; 2) Saúde digital, para a expansão da telessaúde, integração e análise de dados dos sistemas nacionais de saúde; 3) Equidade no acesso a inovações em saúde; 4) Mudanças Climáticas, facilitando o acesso de países em desenvolvimento a tecnologias necessárias para enfrentar os impactos da mudança do clima na saúde³⁹.

Nos parece que essas prioridades da saúde dialogam apenas com a segunda prioridade geral da Presidência Brasileira e, portanto, considerar as inequidades em saúde e seus determinantes sociais e ambientais seria fundamental para o Grupo de Trabalho sobre Saúde, de modo a dialogar com a primeira prioridade anunciada pelo presidente Lula. Um olhar específico para os grupos populacionais vulnerabilizados no acesso ao bem-estar. Por exemplo, poder-se ia focar no acesso a água e alimentação de qualidade e a saneamento, como condições básicas para a saúde.

Análise dos temas de saúde na Declaração de Líderes de Nova Délhi

A análise da Declaração dos Líderes do G20 de 2023, a seguir, utilizará como metodologia a análise de conteúdo, por meio da utilização da técnica de análise inferencial

³⁹ Conheça as prioridades do Brasil para coordenar o Grupo de Trabalho de Saúde do G20. **MINISTÉRIO DA SAÚDE**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/conheca-as-prioridades-do-brasil-para-coordenar-o-grupo-de-trabalho-de-saude-do-g20>>. Acesso em: 27/08/2023.

(qualitativa) ao se observar elementos textuais utilizados no documento. Segundo Bardin, é importante, no âmbito da técnica da análise inferencial, que seja estabelecida uma relação entre as estruturas semânticas/sintáticas com as estruturas sociológicas/psicológicas dos enunciados. (BARDIN, 2016)

Além disso, foram geradas informações sobre a estrutura do documento, bem como uma inferência sobre a perspectiva política e a concretude dos compromissos assumidos pelos líderes especificamente na área da saúde. Espera-se, desta maneira, levantar informações qualificadas para suportar a preparação e elaboração da estratégia de posicionamento do Brasil no G20 em relação à saúde, durante a sua presidência em 2024.

Antes do aprofundamento na análise dos temas de saúde em si, cabe uma atenção à estrutura da declaração de líderes de Nova Deli, pois ela se diferencia bastante das declarações anteriores.

Primeiramente, o tamanho. A Declaração de líderes de Nova Deli tem 12.825 palavras (desconsiderando o título e a lista de documentos em anexo) e 83 parágrafos sendo que vários são subdivididos em incisos, o que é completamente novo ao se comparar às últimas três declarações de líderes do G20 [em ordem de proximidade: Bali (2022), Roma (2021) e Riade (2020)]. Se por um lado, a inclusão de incisos aumentou consideravelmente o tamanho da declaração, por outro lado, ela permitiu uma separação por temas que favoreceu a visualização e identificação dos mesmos pelo leitor. Aparentemente com esse mesmo propósito, a Declaração de Líderes de Nova Délhi trouxe um índice, que ilustra a estruturação da declaração.

Considerando os parágrafos que tratam de saúde diretamente, esta declaração apresenta um parágrafo com 10 incisos sobre saúde, abaixo do subtítulo "fortalecendo a saúde global e implementando a abordagem Saúde Única", e um parágrafo sobre a colaboração entre saúde e finanças, ambos inseridos na parte B [acelerando o progresso dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)]. Além disso, no preâmbulo, os líderes se comprometeram a "Melhorar o acesso a contramedidas médicas e facilitar mais suprimentos e a capacidade de produção nos países em desenvolvimento para que possam se preparar melhor para futuras emergências de saúde". Há outros parágrafos que mencionam a palavra saúde como o que congratula a Iniciativa Global em Saúde Digital (GIDH, da sigla em inglês que significa Global Initiative on Digital Health) lançada durante a presidência da Índia, abaixo do subtítulo "Promovendo ecossistemas digitais" e o que fala sobre saúde da mulher, abaixo do subtítulo "Garantindo a segurança alimentar, nutricional e o bem-estar das mulheres".

A palavra saúde é mencionada 35 vezes no documento, desconsiderando-se as menções no índice e no anexo (lista de documentos anexados à Declaração de Líderes do G20 de Nova Délhi). A tabela 1 reúne informações que auxiliam no exercício de comparação entre as declarações de líderes do G20 de 2020 a 2023.

	Riade (2020)	Roma (2021)	Bali (2022)	Nova Délhi (2023)
n° de parágrafos	38	61	52	85 (+ 123 incisos)
n° de parágrafos que tratam diretamente sobre saúde	2	5	5	2 (+ 10 incisos)

n° prioridades em saúde da presidência	5	4	3	3
Total de palavras	5.341	9.518	9.752	12.825
n° de repetições da palavra saúde	15	34	21	35
Repetição relativa da palavra saúde	0,28%	0,36%	0,22%	0,27%

Tabela 1. Informações relevantes sobre as declarações de líderes do G20 (2020 a 2023)

Fonte: Elaboração própria.

Abaixo, encontram-se os parágrafos sobre saúde e seus incisos na íntegra (p. 8-10):

B. Acelerando o progresso dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

[...]

Fortalecendo a saúde global e implementando a abordagem Saúde Única

24. Continuamos empenhados em reforçar a arquitetura global da saúde, com a Organização Mundial da Saúde (OMS) no centro, e em construir sistemas de saúde mais resilientes, equitativos, sustentáveis e inclusivos para alcançar a Cobertura Universal de Saúde, em implementar a abordagem Saúde Única, em melhorar a preparação para pandemias e em reforçar os sistemas existentes de vigilância de doenças infecciosas. Para conseguir isso, iremos:

- i. Concentrar-nos no fortalecimento da atenção primária e da força de trabalho em saúde e na melhoria dos serviços essenciais e dos sistemas de saúde para níveis melhores do que os anteriores à pandemia, idealmente nos próximos 2-3 anos, bem como, na continuação do progresso rumo à erradicação da poliomielite e do fim das epidemias em curso, incluindo AIDS, tuberculose, malária, hepatites, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis, reconhecendo, também, a importância da pesquisa sobre COVID longa.
- ii. Promover a abordagem baseada em Saúde Única, impulsionada pelo Plano Quadripartite de Ação Conjunta sobre Saúde Única (2022-2026).
- iii. Melhorar a resiliência dos sistemas de saúde, apoiar o desenvolvimento de sistemas de saúde resilientes ao clima e de baixo carbono, em colaboração com os Bancos Mundiais de Desenvolvimento (BMD), e apoiar o trabalho da Aliança para a Ação Transformadora sobre o Clima e a Saúde, liderada pela OMS (ATACH).
- iv. Implementar e priorizar o combate à resistência antimicrobiana (AMR), seguindo a abordagem Saúde Única, através da investigação e desenvolvimento, prevenção e controle de infecções, bem como esforços de gestão antimicrobiana no âmbito dos respectivos planos de ação nacionais através da vigilância do consumo de antimicrobianos e da AMR.
- v. Facilitar o acesso equitativo a vacinas, terapêuticos, diagnósticos e outras contramedidas médicas seguras, eficazes, de qualidade garantida e acessíveis, especialmente a países de baixa e média renda (LMICs), LDCs e SIDS.
- vi. Aguardar com expectativa um resultado bem-sucedido das negociações em curso no Órgão de Negociação Intergovernamental (INB) para uma convenção, acordo ou outro instrumento internacional ambicioso e juridicamente vinculativo da OMS sobre PPR pandêmico (OMS CA+) até maio de 2024, bem como, aditivos para melhor implementar o Regulamento Sanitário Internacional (RSI 2005).
- vii. Reconhecer o papel em potencial na saúde da Medicina Tradicional e Complementar baseada em evidências, e tomar nota dos esforços internacionais neste sentido, incluindo os centros globais e colaboradores da OMS, e os registros de ensaios clínicos.
- viii. Apoiar o processo consultivo inclusivo liderado pela OMS para o desenvolvimento de um mecanismo interino de coordenação de contramedidas médicas, com a participação efetiva dos LMICs e de outros países em desenvolvimento, considerando uma abordagem de rede de redes,

alavancando a P&D local e regional e as capacidades de produção, e fortalecendo a entrega na ponta⁴⁰. Isto deve ser adaptado em alinhamento com o WHO CA+.

- ix. Promover e melhorar o acesso aos serviços de saúde mental e ao apoio psicossocial de forma inclusiva.
- x. Apelar, ao mesmo tempo que realçamos a dimensão de saúde pública do problema mundial das drogas, a uma forte cooperação internacional no combate aos narcóticos, livre de restrições desnecessárias, incluindo a partilha de informações e o reforço de capacidades para interromper a produção e proliferação de drogas ilícitas, incluindo drogas sintéticas e precursores químicos na sua origem, no trânsito e nos pontos de destino.

Colaboração Finanças e Saúde

29. Continuamos empenhados em reforçar a arquitetura global da saúde para a prevenção, preparação e resposta a pandemias (PPR) através de uma colaboração reforçada entre os Ministérios das Finanças e da Saúde no âmbito da Força Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde (JFHTF). No âmbito do JFHTF, acolhemos com satisfação a participação das principais organizações regionais convidadas nas reuniões do Grupo de Trabalho, uma vez que reforçam a voz dos países de baixa renda. Saudamos a discussão sobre o Quadro sobre Vulnerabilidades e Riscos Econômicos (FEVR) e o Relatório inicial sobre Vulnerabilidades e Riscos Econômicos decorrentes de pandemias, criado através da colaboração entre a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Banco Mundial, o FMI e o Banco Europeu de Investimento (EIB). Apelamos Força Tarefa para que continue a aperfeiçoar este Quadro ao longo do seu plano de trabalho plurianual, a fim de avaliar regularmente as vulnerabilidades e os riscos econômicos devido à evolução das ameaças pandêmicas, tendo em conta as circunstâncias específicas de cada país. Saudamos o Relatório sobre as Melhores Práticas dos Arranjos Institucionais de Finanças e Saúde durante a COVID-19, que contribuirá para a preparação conjunta do setor financeiro e da saúde para apoiar a nossa resposta a futuras pandemias. Saudamos o Relatório sobre Mapeamento de Opções e Lacunas de Financiamento da Resposta à Pandemia desenvolvido pela OMS e pelo Banco Mundial e aguardamos com expectativa novas deliberações sobre como os mecanismos de financiamento poderiam ser otimizados, mais bem coordenados e, quando necessário, adequadamente melhorados para distribuir o financiamento necessário de forma rápida e eficiente, considerando devidamente as discussões em outros fóruns globais. Acolhemos com satisfação a conclusão da primeira chamada de propostas do Fundo Pandêmico e aguardamos com expectativa a segunda chamada de propostas até ao final de 2023, com base nas lições aprendidas com a primeira chamada de propostas. Destacamos a importância de garantir novos doadores e investimentos conjuntos. Pedimos ao Grupo de Trabalho que apresente um relatório aos Ministros das Finanças e da Saúde em 2024 sobre o seu progresso.

A maioria dos parágrafos que tratam saúde diretamente foram oriundos da discussão do GT Saúde e, conseqüentemente, da declaração de ministros da saúde de Gandhinagar, salvo os dois últimos. Considerando os 10 incisos do parágrafo 28, eles podem ser classificados por tema da seguinte forma:

- 1 inciso sobre atenção primária mais erradicação de doenças e fortalecimento da força de trabalho em saúde, com o compromisso de voltar aos níveis pré-pandêmicos no horizonte de 2-3 anos.
- 2 incisos sobre Saúde Única, sendo um específico sobre AMR.

⁴⁰ O texto original em inglês fala de *last mile delivery* que pode ser entendido como a última etapa do processo de transporte de um produto, normalmente saindo do centro de distribuição até chegar ao destino final. Considerando o contexto de produtos para saúde, optamos por traduzir como “entrega na ponta”.

- 2 incisos sobre acesso a contramedidas médicas, sendo um específico sobre o mecanismo interino de coordenação de contramedidas médicas, referido na Reunião de Ministros da Saúde do G20 em Gandhinagar.
- 1 inciso sobre mudança climática e saúde.
- 1 inciso sobre Medicina Tradicional e Complementar.
- 1 inciso sobre a negociação em andamento no INB, com a expectativa de se chegar a um instrumento juridicamente vinculante até maio de 2024 que é prazo esperado para finalização dos trabalhos do INB e do grupo de trabalho sobre a revisão do RSI (2005) em coerência com a realização da 77ª Assembleia Mundial da Saúde.
- 1 inciso sobre saúde mental (que não estava presente na Declaração de Ministros da Saúde do G20).
- 1 inciso sobre saúde pública e combate ao narcotráfico (que também não estava presente na Declaração de Ministros da Saúde do G20).

Especificamente esse último, que trata de uma pretensa correlação entre saúde pública e combate ao narcotráfico, causa extrema preocupação. Primeiramente, pelo fato de ele estar deslocado em relação aos temas de saúde tratados no G20 nos últimos quatro anos. Em segundo lugar, devido ao conteúdo. É muito temerário utilizar a saúde pública como justificativa para o combate ao narcotráfico principalmente sendo “livre de restrições desnecessárias”, o que concede uma discricionariedade grande para atuações que possam ferir direitos humanos e garantias constitucionais. Parece que o protagonismo que a saúde obteve nos fóruns internacionais, pós pandemia de COVID-19, foi usurpado para promover uma agenda nada progressista de combate às drogas. Esperamos que a declaração de líderes do Rio de Janeiro, em 2024, não reproduza e, inclusive, corrija a forma como combate ao narcotráfico e saúde pública é tratada nesta declaração.

Já o inciso sobre saúde mental é muito bem-vindo, apesar de não ter sido discutido no âmbito das discussões sobre saúde no G20. Fica como sugestão para a presidência brasileira que as discussões sobre saúde sejam fruto das reuniões do Grupo de Trabalho de saúde e consequentemente da Declaração dos Ministros da Saúde, de modo a otimizar o resultado da inserção dos temas de saúde na declaração de líderes.

Os outros incisos oriundos da declaração dos ministros da saúde já foram discutidos na edição 15 do Cadernos do CRIS.

O contexto internacional para o Brasil é muito profícuo, sendo a presidência do G20, uma oportunidade singular para reafirmar o papel protagonista do Brasil nas relações internacionais e um palco importante rumo ao sucesso na reforma das instituições de governança global.

Referências

- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
- G20 SECRETARIAT. G20 Health Minister’s Meeting Outcome Document & Chair’s Summary. Gandhinagar: [s.n.], 2023.
- G20 SECRETARIAT. G20 New Delhi Leaders’ Declaration. Nova Déli: [s.n.], 2023.
- G20 SECRETARIAT. G20 Bali Leaders’ Declaration. Bali: [s.n.], 2022.
- G20 SECRETARIAT. G20 Rome Leaders’ Declaration. Roma: [s.n.], 2021.

O legado do G7 para o G20

Na última quinzena, com os holofotes da agenda internacional voltados para o G20, o primeiro-ministro japonês Fumio Kishida veio a público estabelecer uma ligação entre a cúpula do G7, de maio de 2023, e o legado deixado para a cúpula do G20. Nesse contexto, Kishida disse que o Japão “tem participado das negociações do G20 com a consciência de transmitir os resultados da cúpula do G7 de Hiroshima, principalmente em áreas como: energia e clima, segurança alimentar e saúde”, sem deixar de mencionar a questão da Ucrânia. Isso, pois embora no G20 tenha uma dificuldade de chegar ao consenso sobre a invasão da Rússia ao território ucraniano, em Hiroshima o Japão teve como prioridade a condenação da invasão russa reafirmando a paz, de forma simbólica, na cidade que sofreu o ataque da bomba nuclear. Também é motivo de orgulho para a presidência japonesa o convite feito a Volodymyr Zelenskyy, bem como ao primeiro-ministro indiano Narendra Modi, para participarem da cúpula⁴¹.

Kishida ainda tenta trazer um peso maior à importância e influência da cúpula do G7 na declaração do G20 do que de fato possui. Na declaração do grupo dos 20 deste ano, no ponto 8 do preâmbulo, os países reiteram suas posições de defender as resoluções adotadas no Conselho de Segurança da ONU e na Assembleia Geral da ONU (A/RES/ES-11/1 e A/RES/ES-11/6). Também ressaltam que todos os Estados devem agir de maneira consistente com os Objetivos e Princípios da Carta da ONU em sua totalidade. Para Kishida, “isso foi de grande importância, e esses são exatamente os pontos que confirmamos em Hiroshima.” No entanto, ao mesmo tempo, a declaração do G20 suprime expressões alcançadas na cúpula de Bali, em 2022, como: “*Most members strongly condemned the war in Ukraine*” ou “*deplores in the strongest terms the aggression by the Russian Federation against Ukraine and demands its complete and unconditional withdrawal from the territory of Ukraine*” - texto da resolução ES-11/1 já mencionada⁴².

Ainda, para Kishida, a declaração de 2023 possui “vários elementos novos com novas expressões [em comparação com a declaração de Bali], ao mesmo tempo em que relembra as conquistas da cúpula de 2022” como, por exemplo, que “*all states must refrain from the threat or use of force to seek territorial acquisition*”, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas. Para o primeiro-ministro japonês, os países terem mantido o compromisso com a integridade territorial e soberania e a não aceitação do uso da força foi a confirmação de pontos que haviam sido discutidos em Hiroshima. Para Zelenskyy, a declaração de Nova Delhi não traz resultados para se orgulhar.

Já se preparando para a próxima presidência do G7, a Itália vem buscando formas de se alinhar aos outros países do grupo. Como já mencionado em informes anteriores, a Itália é o único país do G7 a compor a Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative, BRI, em inglês). No início da semana a mídia italiana informou que o país deixaria o acordo com a China, mas sem perder a parceria estratégica com a grande potência, renovando acordos de cooperação econômica. Segundo a primeira-ministra Giorgia Meloni, o relacionamento da Itália com a China é mais importante do que a Iniciativa Cinturão e Rota, acrescentando que uma decisão final

⁴¹ G7 Hiroshima legacy led to significant G20 deal on Ukraine: Kishida. NIKKEI ASIA. 2023. Disponível em: <<https://asia.nikkei.com/Spotlight/G-20-summit-2/G7-Hiroshima-legacy-led-to-significant-G20-deal-on-Ukraine-Kishida>>. Acesso em: 10/09/2023.

⁴² Ibid.

sobre a saída do BRI ainda não foi tomada⁴³. Meloni se reuniu com o primeiro-ministro chinês, Li Qiang, em um encontro bilateral e descreveu as conversas como educadas e construtivas e acrescentou que "a questão é como garantir uma parceria que seja benéfica para ambos os lados, deixando de lado a decisão que tomaremos sobre o BRI". Em outubro, a China realizará um Fórum do BRI para o qual Meloni foi convidada.

Por fim, ampliando a temática deste informe, com o desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA) nos últimos anos, a exemplo do Chat-GPT e iniciativas dos Estados Unidos, Canadá e União Europeia em criar controles sobre essa tecnologia, o G7 se uniu para pensar um código de conduta internacional para IA. Em maio, os líderes do grupo dos 7 já haviam levantado a questão, o desenvolvimento e a adoção de padrões técnicos internacionais para IA⁴⁴. Esse código seria não-vinculativo e tem previsão de ser apresentado em novembro deste ano. O principal alvo é a inteligência artificial generativa, ou seja, com capacidade de aprender padrões complexos de comportamento a partir de uma base de dados. O objetivo é criar compromissos voltados para as empresas para prevenir danos sociais criados pelos sistemas de IA das mesmas; investir em controles rígidos de segurança cibernética sobre como a tecnologia é desenvolvida e seu uso; e criar sistemas de gerenciamento de riscos para conter o uso indevido da tecnologia⁴⁵.

Sem grandes agitações, OCDE atualiza seus dados econômicos mundiais

Estendendo o período de calma para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com uma marcante ausência de grandes destaques, eventos e/ou produções relevantes para a presente iniciativa, a organização intergovernamental prosseguiu em suas atividades com a publicação de atualizações de algumas de suas séries de monitoramento e acompanhamento de dados estatísticos da economia mundial.

Assim, ainda no fim do mês de agosto de 2023, a organização divulgou a mais recente edição do "*G20 International Trade Statistics*"⁴⁶, parte da iniciativa especializada no monitoramento de dados estatísticos e na identificação de tendências em comércio e economia internacional entre o G20 e seus países participantes, dividido por trimestres. A atualização referente ao segundo trimestre de 2023 do estudo, desse modo, aponta um declínio em termo de valor no comércio de mercadorias do G20 durante o período em comparação com o observado no trimestre anterior. Além disso, foi observado que suas exportações e importações sofreram a queda de 3,1% e 2,0%, respectivamente, refletindo então a moderação na demanda

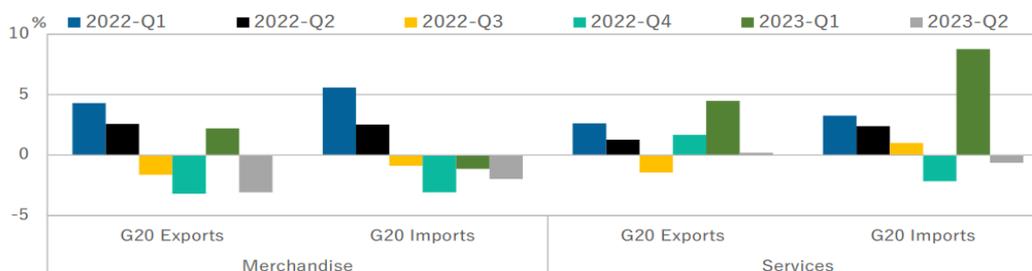
⁴³ Italian PM: Strong partnership with China more important than Belt and Road Initiative. REUTERS. 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/italian-pm-tells-chinas-premier-plan-quit-belt-road-initiative-media-2023-09-10/>>. Acesso em: 10/09/2023.

⁴⁴ G7 calls for adoption of international technical standards for AI. REUTERS. 2023. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/g7-calls-adoption-international-technical-standards-ai-2023-05-20/>>. Acesso em: 10/09/2023.

⁴⁵ G7 countries commit to AI code of conduct. POLITICO. 2023. Disponível em: <[⁴⁶ OCDE. International trade statistics: trends in second quarter 2023. OECD \[Internet\]. 2023 Aug 24 \[cited 2023 Set 08\]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/international-trade-statistics-trends-in-second-quarter-2023.htm>](https://www.politico.eu/article/g7-countries-commit-to-ai-code-of-conduct/#:~:text=The%20code%20of%20conduct%20is,potential%20misuse%20of%20the%20technology.>>. Acesso em: 10/09/2023.</p></div><div data-bbox=)

global e a queda dos preços das *commodities*, principalmente da energia, o que afetou consequentemente o desempenho comercial dos países.

Figura 1: Comércio internacional do G20, taxas de crescimento trimestrais – variações percentuais trimestrais, dólares estadunidenses correntes, ajustados sazonalmente

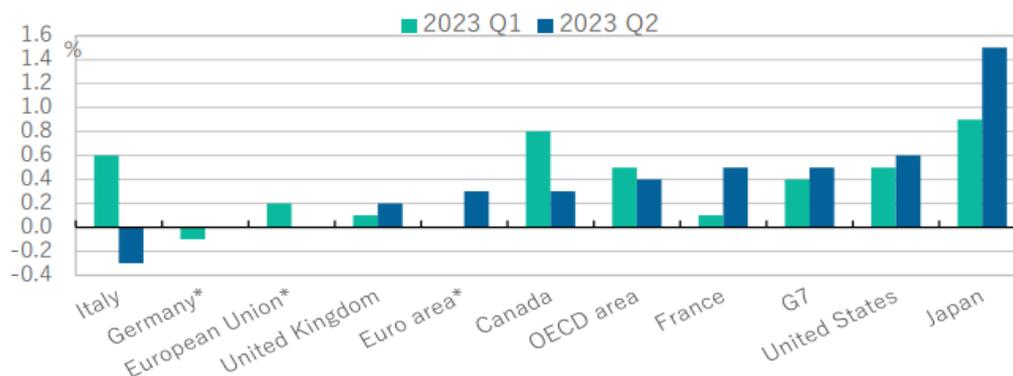


Fonte: OCDE, 2023.

Pode-se verificar também em agosto a divulgação da atualização do levantamento da organização focado em informações e análises sobre o produto interno bruto (PIB) da própria OCDE, G20, União Europeia, da Zona do Euro e de países participantes do G7⁴⁷. A nova edição do estudo revela o aumento de 0,4% no PIB da OCDE em comparação aos dados do segundo trimestre de 2023 – um desempenho, portanto, abaixo do crescimento projetado e esperado de 0,5% indicado pelas estimativas provisórias da edição anterior. Tal conjuntura, dessa forma, evidencia a manutenção e consistência de um padrão de crescimento moderado observado desde o primeiro trimestre de 2022.

Outro ponto interessante a ser ressaltado aqui foi a heterogeneidade nos resultados obtidos pelos países participantes do G7, com o crescimento nos níveis do Japão, da França, dos Estados Unidos e do Reino Unido e seu contraste em relação à retração aparente nos dados da Itália e do Canadá.

Figura 2: Produto interno bruto (variação trimestral) – variação percentual em relação ao trimestre anterior, dados dessazonalizados



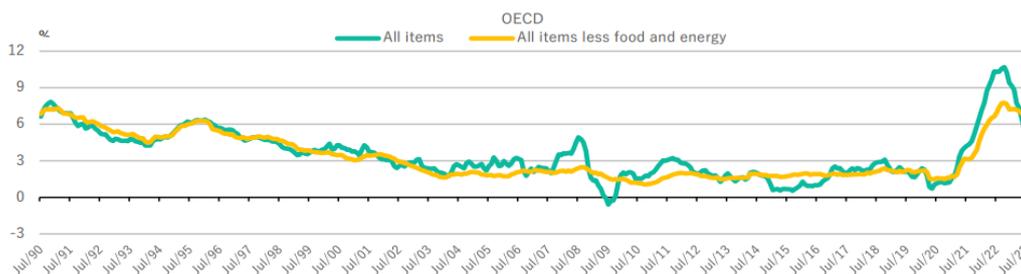
Fonte: OCDE, 2023.

Na esteira de tais lançamentos, a OCDE divulgou ainda a atualização referente ao mês de julho de 2023 de seu estudo e acompanhamento do consumo e da inflação mundial, o

⁴⁷ OCDE. GDP Growth - Second quarter of 2023, OECD. OECD [Internet]. 2023 Aug 28 [cited 2023 Set 08]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/gdp-growth-second-quarter-2023-oecd.htm>

chamado Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês)⁴⁸. O resultado de suas medições expõe o primeiro aumento desde outubro de 2022⁴⁹, com a inflação anual na OCDE subindo para 5,9% em julho após os 5,7% registrados em junho deste ano. Tal aumento foi impulsionado principalmente por uma acentuada alta na taxa de inflação na Turquia e, excluindo tal país, estima-se que a inflação da OCDE tenha permanecido em geral estável durante o mês⁵⁰. Ademais, foram registradas quedas na inflação em vinte e seis dos trinta e oito países da OCDE, dos quais dezessete apresentaram quedas acima de 0.5 pontos percentuais.

Figura 3: Inflação na OCDE acompanhada pelo Índice desde os anos de 1990 até sua versão mais atual: todos os itens e todos os itens salvo alimentos e energia



Fonte: OCDE, 2023.

Por fim, no que tange as progressões na relação da OCDE com o Brasil durante esta quinzena, salienta-se a instituição de um grupo de trabalho interministerial via o decreto (Nº 11.671/2023)⁵¹ do final de agosto de 2023. Composto pela representação de dezesseis órgãos públicos, tal grupo é focado especialmente sobre a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico e é responsável em assessorar e coordenar as ações no processo de adesão do país à organização internacional. No entanto, chama-se a atenção a ausência do Ministério das Comunicações e da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom) na participação de sua composição⁵², o que aponta possivelmente a não priorização de diálogo e atenção de tais pastas, devido seu nível de amadurecimento na adaptação aos moldes promovidos e sugeridos pela OCDE.

⁴⁸ OCDE. Consumer Prices, OECD - Updated: 5 September 2023. OECD [Internet]. 2023 Set 05 [cited 2023 Set 08]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/consumer-prices-oecd-updated-5-september-2023.htm>

⁴⁹ Valor. Inflação nos países da OCDE em julho registra primeira alta desde outubro de 2022. Valor Econômico [Internet]. 2023 Set 05 [cited 2023 Set 08]. Available from: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/09/05/inflacao-nos-paises-da-ocde-em-julho-marca-primeira-alta-desde-outubro-de-2022.ghtml>

⁵⁰ Estadão Conteúdo. Inflação ao consumidor na OCDE acelera e avança 5,9% no ano em julho, puxada por Turquia. Istoé Dinheiro [Internet]. 2023 Set 05 [cited 2023 Set 08]. Available from: <https://istoedinheiro.com.br/inflacao-ao-consumidor-na-ocde-acelera-e-avanca-59-no-ano-em-julho-puxada-por-turquia/>

⁵¹ Brasil. Decreto Nº 11.671, de 30 de agosto de 2023. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. 2023 [cited 2023 Set 08]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11671.htm

⁵² Estadão Conteúdo. OCDE recomenda que BCE mantenha política monetária restritiva pelo tempo que for necessário. InfoMoney [Internet]. 2023 Set 06 [cited 2023 Set 08]. Available from: <https://www.infomoney.com.br/politica/ocde-recomenda-que-bce-mantenha-politica-monetaria-restritiva-pelo-tempo-que-for-necessario/>

Ademais, outro destaque foi a definição da data de “sabatina” brasileira sobre o acordo contra suborno transnacional, como parte da quarta fase de monitoramento da implementação e efetiva aplicação da Convenção Antissuborno da OCDE⁵³. Assim, há a previsão de que o Ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques de Carvalho, responderá pessoalmente os questionamentos de países-membros no dia 12 de outubro na sede da organização, em Paris.

⁵³ Rittner D. Brasil passará por “sabatina” da OCDE sobre acordo contra suborno transnacional. CNN Brasil [Internet]. 2023 Set 06 [cited 2023 Set 08]. Available from: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/brasil-passara-por-sabatina-da-ocde-sobre-acordo-contrasuborno-transnacional/>

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva durante a abertura da Cúpula do G20

Discurso lido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula do G20, na Sessão I: “Um planeta Terra”. Evento realizado em Nova Delhi, na Índia, em 9 de setembro de 2023

Quando olhou através da escotilha de sua nave, e viu pela primeira vez nosso planeta em toda a sua plenitude, o cosmonauta Yuri Gagarin não conteve o encantamento, e disse: “A Terra é azul”. Sete décadas depois, as fotografias enviadas pela Chandrayaan-3 que a Índia pousou recentemente no polo sul da Lua não deixam dúvidas: vista do alto, a Terra continua azul e linda.

No entanto, o descompromisso com o meio ambiente nos leva a uma emergência climática sem precedentes. O aquecimento global modifica o regime de chuvas e eleva o nível dos mares. As secas, enchentes, tempestades e queimadas se tornam mais frequentes e minam a segurança alimentar e energética. Agora mesmo no Brasil, o estado do Rio Grande do Sul foi atingido por um ciclone que deixou milhares de desabrigados e dezenas de vítimas fatais.

Se não agirmos com sentido de urgência, esses impactos serão irreversíveis. Os efeitos da mudança do clima não são sentidos por todos da mesma forma. São os mais pobres, mulheres, indígenas, idosos, crianças, jovens e migrantes, os mais impactados.

Quem mais contribuiu historicamente para o aquecimento global deve arcar com os maiores custos de combatê-la. Esta é uma dívida acumulada ao longo de dois séculos. Desde a COP de Copenhague, os países ricos deveriam prover 100 bilhões de dólares por ano em financiamento climático novo e adicional aos países em desenvolvimento. Essa promessa nunca foi cumprida. De nada adiantará o mundo rico chegar às COPs do futuro vangloriando-se das suas reduções nas emissões de carbono se as responsabilidades continuarem sendo transferidas para o Sul Global. Recursos não faltam. Ano passado, o mundo gastou 2,24 trilhões de dólares em armas. Essa montanha de dinheiro poderia estar sendo canalizada para o desenvolvimento sustentável e a ação climática.

No Brasil, estamos fazendo nossa parte. A proteção da floresta e o desenvolvimento sustentável da Amazônia estão entre as prioridades do meu governo. Nos primeiros 8 meses deste ano reduzimos o desmatamento em 48% em relação ao mesmo período do ano passado.

Sediamos, há um mês, a Cúpula da Amazônia e lançamos nova agenda de colaboração entre os países que fazem parte daquele bioma. Também aprofundamos o diálogo com outros países detentores de florestas tropicais da África e da Ásia, para articular posições comuns entre as bacias Amazônica, do Congo e do Bornéu-Mekong.

Não basta olhar as fotos de satélite. Debaixo de cada árvore, há uma mulher, um homem e uma criança. As energias renováveis, os biocombustíveis, a socio-bio-economia, a indústria verde e a agricultura de baixo carbono devem gerar empregos e renda, inclusive para as comunidades locais e tradicionais.

O G20 deve impulsionar esse esforço, respeitando o conceito de responsabilidades comuns, porém diferenciadas e valorizando todas as três convenções da Rio 92: de clima, biodiversidade e desertificação. A melhor forma de sermos ambiciosos é garantir o sucesso do Exercício de Avaliação Global do Acordo de Paris, na COP28, e da negociação de novas metas quantitativas.

Para complementar esse esforço, lançaremos, em nossa presidência do G20, uma Força Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima. Queremos chegar na COP 30, em 2025, com uma agenda climática equilibrada entre mitigação, adaptação, perdas e danos e financiamento, assegurando a sustentabilidade do planeta e a dignidade das pessoas.

Esperamos contar com o engajamento de todos. Para que a beleza da Terra não seja apenas uma fotografia vista do espaço. Muito obrigado!

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Sessão 2 - Uma Família, da Cúpula do G20, na Índia

Discurso lido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Sessão 2 - Uma Família, da Cúpula do G20, em Nova Delhi, na Índia, em 9 de setembro de 2023

Comparo o mundo a uma grande família, cujo bem-estar depende da harmonia entre seus membros – que somos nós. Eu me pergunto se estamos agindo como bons irmãos. E a resposta, infelizmente, é: Não. Falamos diferentes idiomas, e mesmo assim somos capazes de nos entender perfeitamente. Temos diferentes personalidades, mas isso não nos impede de trabalharmos juntos pelo bem comum – e tomo como exemplo esta Cúpula do G-20. Apesar de todos os esforços, nossa família está cada vez mais desunida.

O que nos divide tem nome: é a desigualdade, e ela não para de crescer. Há dois séculos, a renda dos mais ricos era 18 vezes maior do que a dos mais pobres. Hoje, em plena quarta revolução industrial, a renda dos mais ricos é 38 vezes a dos mais pobres. Os 10% mais ricos detêm 76% da riqueza do planeta, enquanto os 50% mais pobres possuem apenas 2%. De acordo com as Nações Unidas, no ritmo atual, cerca de 84 milhões de crianças ainda estarão fora da escola até 2030. Precisaremos de quase 300 anos para atingir a igualdade de gênero perante a lei. Segundo a FAO, a fome, que afeta mais de 700 milhões de pessoas em todo o mundo.

O mundo desaprendeu a se indignar e normalizou o inaceitável. A crença de que o crescimento econômico, por si só, reduziria as disparidades se provou falsa. Os recursos não chegaram nas mãos dos mais vulneráveis. O mercado continuou indiferente à discriminação contra mulheres, minorias raciais, LGBTQI+ e pessoas com deficiência. A desigualdade não é um dado da natureza. Ela é socialmente construída. Combatê-la é uma escolha que temos de fazer todos os dias.

Na semana passada, lançamos o plano Brasil sem Fome, que vai reunir uma série de iniciativas para reduzir a pobreza e a insegurança alimentar. Garantir oportunidades iguais para todos significa assegurar acesso a serviços básicos de qualidade. Significa formular políticas públicas que contribuam para erradicar o racismo e o sexismo das nossas práticas sociais e institucionais. No Brasil, tornamos obrigatório que homens e mulheres que fazem o mesmo trabalho recebam o mesmo salário. Essa é uma aspiração antiga da OIT.

Como líderes das vinte maiores economias do mundo, é nosso papel fortalecer a capacidade do Estado de cuidar dos seus cidadãos. É preciso colocar os pobres no orçamento público. E fazer os mais ricos pagarem impostos proporcionais aos seus patrimônios.

As instituições financeiras internacionais devem funcionar a serviço do desenvolvimento, em vez de agravar o endividamento. Novas tecnologias devem ser compartilhadas, em vez de aprofundar o fosso digital entre as nações.

A desigualdade é um flagelo que cresce dentro dos nossos países, mas também entre eles. A disparidade de renda entre países ricos e pobres quadruplicou entre o começo do século dezenove e o fim do século vinte. As assimetrias se perpetuaram por novas formas de dependência econômica e financeira, regras e instituições injustas, compromissos não cumpridos.

A Agenda 2030 prometia redefinir essa relação. É urgente resgatar o espírito de solidariedade que anima os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para formularmos respostas conjuntas aos desafios econômicos do nosso tempo.

Lançaremos, em nossa presidência do G20, uma Aliança Global contra a Fome. Esperamos contar com o apoio e o engajamento de todos vocês.

Para construirmos um mundo cada vez menos desigual e mais fraterno. E nos reconhecermos, de fato, como uma grande família. Que não deixa ninguém para trás. Muito obrigado!

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Cúpula do G20

Discurso lido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no encerramento da Cúpula do G20, na transmissão da Presidência do bloco da Índia para o Brasil, em Nova Delhi, em 10/09/2023

Bem, primeiro gostaria de dizer às autoridades aqui presentes, suas altezas, aos presidentes, aos primeiros-ministros, de que a natureza continua dando demonstração de que nós precisamos cuidar dela com muito mais carinho.

Essa semana, há três dias atrás, no Brasil, um ciclone, no estado do Rio Grande do Sul – nunca tinha havido ciclone –, matou quarenta e seis pessoas e tem quase cinquenta pessoas desaparecidas. Isso nos chama a atenção porque fenômenos como esse têm acontecido nos mais diferentes lugares do nosso planeta.

Bem, eu quero, primeiro, cumprimentar o primeiro-ministro Narendra Modi pela condução eficaz da Presidência indiana do G20, e pelo excelente trabalho na preparação dessa Cúpula e no carinho que foi dedicado a todos nós, convidados, nesses dia que nós passamos aqui.

Agradeço os esforços da Índia em dar voz a temas de interesse dos países emergentes. Por isso, eu quero me solidarizar aqui com o nosso querido companheiro, representante da União Africana, que agora faz parte do G20.

Há 15 anos, este grupo se consolidou como uma das principais instâncias de governança global na esteira de uma crise que abalou a economia mundial. Nossa atuação conjunta nos permitiu enfrentar os momentos mais críticos, mas foi insuficiente para corrigir os equívocos estruturais do neoliberalismo.

A arquitetura financeira global mudou pouco e as bases de uma nova governança econômica não foram lançadas. Novas urgências surgiram. Os desafios se acumularam e se agravaram. Vivemos num mundo em que a riqueza está mais concentrada. Em que milhões de seres humanos ainda passam fome. Em que o desenvolvimento sustentável está sempre ameaçado. Em que as instituições de governança ainda refletem a realidade de meados do século passado.

Só vamos conseguir enfrentar todos esses problemas se tratarmos da questão da desigualdade. A desigualdade de renda, de acesso a saúde, educação e alimentação, de gênero e raça e de representação está na origem de todas essas anomalias. Se quisermos fazer a diferença, temos que colocar a redução das desigualdades no centro da agenda internacional.

Por isso, a presidência brasileira do G20 terá três prioridades:

- (i) a inclusão social e o combate à fome
- (ii) a transição energética e o desenvolvimento sustentável em três vertentes (social, econômica e ambiental) e
- (iii) a reforma das instituições de governança global

Todas essas prioridades estão contidas no lema da Presidência brasileira, que diz: "*Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável*".

Duas forças-tarefas serão criadas: a *Aliança Global contra a Fome e a Pobreza*; e a *Mobilização Global contra a Mudança do Clima*. Precisamos redobrar os esforços para alcançar a meta de acabar com a fome no mundo até 2030, caso contrário estaremos diante do maior fracasso multilateral dos últimos anos. Agir para combater a mudança do clima exige vontade política e determinação dos governantes, e também recursos e transferência de tecnologia.

Queremos maior participação dos países emergentes nas decisões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. A insustentável dívida externa dos países mais pobres precisa ser equacionada. A OMC tem que ser revitalizada e seu sistema de solução de controvérsias precisa voltar a funcionar.

Para recuperar sua força política, o Conselho de Segurança da ONU precisa contar com a presença de novos países em desenvolvimento entre seus membros permanentes e não permanentes.

A comunidade internacional olha para nós com esperança, porque reunimos no G20 economias de países emergentes e países desenvolvidos. Representamos 80% do PIB global, 75% das exportações e cerca de 60% da população mundial.

Para assegurar que o G20 atue de forma inclusiva e coerente, o Brasil pretende organizar os trabalhos em torno de três orientações gerais:

Primeiro, nós vamos fazer com que as trilhas política e de finanças se coordenem e trabalhem de forma mais integrada. Não adianta acordarmos a melhor política pública se não alocarmos os recursos necessários para sua implementação.

Segundo, nós temos de ouvir a sociedade. Não existem governos sem sociedade. A Presidência brasileira vai assegurar que os grupos de engajamento tenham a oportunidade de reportar suas conclusões e recomendações aos representantes de governo.

Terceiro, nós não podemos deixar que questões geopolíticas sequestrem a agenda de discussões das várias instâncias do G20. Não nos interessa um G20 dividido. Só com uma ação conjunta é que podemos fazer frente aos desafios dos nossos dias. Precisamos de paz e cooperação em vez de conflitos.

O caminho que nos levará de Nova Delhi ao Rio de Janeiro exigirá de todos muita dedicação e empenho. Os grupos técnicos e as reuniões ministeriais preparatórias serão sediadas em várias cidades de todas as cinco regiões do nosso país. Por isso, nós acolheremos os integrantes do G20 de braços abertos e precisamos, efetivamente, do apoio de todas as pessoas, inclusive a experiência dessa bem-sucedida Cúpula feita no nosso querido país que é a Índia.

Terei a honra de receber todos vocês na Cúpula do Rio de Janeiro em novembro de 2024. E quero, antes de bater o martelo, eu quero agradecer ao presidente Modi e agradecer ao povo indiano pela competência da organização.

E eu quero dizer, presidente Modi, que eu, particularmente, fico muito emocionado quando estou em uma homenagem ao nosso querido Gandhi. Todo mundo sabe que, na minha vida política, Mahatma Gandhi tem muito significado, porque a luta pela não violência é um exemplo que, por muitas décadas, eu segui quando estava no movimento sindical. Por isso, eu fiquei emocionado e quero agradecer a oportunidade de ter ido prestar homenagem ao Gandhi e quero dizer a todos vocês que o Brasil assumirá o G20 e vamos fazer um esforço muito grande para conseguirmos fazer, pelo menos, igual os companheiros da Índia fizeram. Muito obrigado!

Conselho de Direitos Humanos abre sua 54ª. sessão ordinária e ouve atualização global do Alto Comissariado, com destaque para o papel do desenvolvimento para a materialidade dos direitos humanos

Armando De Negri Filho

Este 11 de setembro começou a 54ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, no Palais des Nations, em Genebra. Sob o Signo dos 50 anos do Golpe de Estado do Chile em 1973 que inaugurou a onda mais agressiva e sofisticada do neoliberalismo na América Latina, com impacto direto na luta ideológica sobre as políticas sociais, incluída a da saúde. Neste link [54th session of the Human Rights Council \(11 September to 13 October 2023\) | OHCHR](#) pode-se consultar o programa e agenda.

O webcast das reuniões do Conselho de Direitos Humanos pode ser encontrado [aqui](#). Todos os resumos das reuniões podem ser encontrados [aqui](#). Documentos e relatórios relacionados à quinquagésima quarta sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos podem ser encontrados [aqui](#).

O informe do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk, chamou a atenção para as raízes das desigualdades no mundo a partir das assimetrias no desenvolvimento e sua manutenção, e o aumento de mecanismos que afetam continuamente a materialidade dos direitos humanos em todos seus âmbitos. Esta ênfase no tema do desenvolvimento como direito e como política internacional prepara o terreno para o debate e adoção da proposta de Instrumento juridicamente vinculante – o *Tratado sobre Direito ao Desenvolvimento*, tema que está na agenda da 54ª Sessão.

Destacamos, por sua conexão imediato com o debate proposto pelo informe do Alto Comissário, o relatório *“Impacto das medidas coercitivas unilaterais no direito à saúde. Relatório da Relatora Especial sobre o impacto negativo das medidas coercivas unilaterais no gozo dos direitos humanos”*, de Alena F. Douhan. [A HRC 54 23 AdvanceUneditedVersion.docx \(live.com\)](#)

Neste relatório, a relatora especial, Alena Douhan, fornece uma visão geral e uma avaliação do impacto das sanções unilaterais em vários aspectos do direito à saúde, incluindo o acesso aos cuidados de saúde, a vacinação, a prevenção de mortes, o acesso a testes, medicamentos, equipamentos médicos. O relatório aborda a questão do impacto das medidas coercivas unilaterais no ODS 3, incluindo a manutenção e o desenvolvimento do sistema de saúde, e o impacto nos mais vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, pessoas que sofrem de mortes raras e graves, crianças, mulheres, idosos. O relatório analisa ainda o impacto das medidas coercivas unilaterais na disponibilidade de assistência médica em situações de emergência, bem como a eficácia das isenções humanitárias.” Na 54ª Sessão a Relatora também apresentará seu informe sobre a visita realizada à República Árabe da Síria.

Finalmente, destacamos o relatório *“Revigorando o direito ao desenvolvimento: uma visão para o futuro*, Relatório do Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, Surya Deva. [G2315153.pdf \(un.org\)](#). Trata-se do documento de estreia deste novo relator e tem como destaques:

“Uma compreensão holística do direito ao desenvolvimento. Embora as raízes do direito ao desenvolvimento possam ser traçadas no Pacto da Liga das Nações e na Carta das Nações Unidas, um marco histórico foi a adoção da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, em

1986. Define o direito ao desenvolvimento como o direito de toda pessoa humana e de todos os povos de participar, contribuir e desfrutar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados (art. 1 (1)). A partir dessa definição, é possível discernir três elementos e quatro facetas do direito ao desenvolvimento. Os três elementos são a capacidade do ser humano de participar, contribuir e gozar do direito ao desenvolvimento. As quatro facetas são o desenvolvimento econômico, social, cultural e político.

A prossecução destas quatro facetas do desenvolvimento constitui um caminho para a realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. Em outras palavras, o direito ao desenvolvimento é ao mesmo tempo um fim e um meio para realizar outros direitos humanos. A Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos observou que "o direito ao desenvolvimento é um teste em duas frentes, que é constitutivo e instrumental, ou útil como meio e fim. A violação do elemento processual ou material constitui uma violação do direito ao desenvolvimento. Cumprir apenas uma das duas pontas não satisfará o direito ao desenvolvimento."

Quatro princípios gerais do direito ao desenvolvimento podem ser derivados da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e de outros instrumentos relevantes: (a) autodeterminação; (b) interseccionalidade; (c) equidade intergeracional; e (d) distribuição justa."

O esforço de fazer mais conhecidas as bases conceituais e éticas do direito ao desenvolvimento são um ponto essencial para exigir as bases materiais para sua plena aplicação internacional e o consequente enfrentamento das persistentes desigualdades estruturais na ordem social, econômica e política mundial.

Extratos de informes traduzidos ao português

1. O Conselho dos Direitos do Homem abriu esta manhã (11.09.23) a sua quinquagésima quarta sessão ordinária, realizando um minuto de silêncio pelas vítimas do terremoto no Marrocos e ouvindo uma atualização global do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

A pedido da Gâmbia, o Conselho fez um minuto de silêncio pelas vítimas do terremoto em Marrocos. Marrocos agradeceu a todos por este gesto comovente de solidariedade e compaixão demonstrado em homenagem às vítimas inocentes do terremoto.

Volker Türk, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, disse que as questões de desenvolvimento sublinham quase todos os desafios enfrentados pela comunidade internacional. As pessoas em todos os lugares tinham direito a um padrão de vida decente, incluindo alimentação, acesso a cuidados médicos acessíveis, educação, perspectivas econômicas, um ambiente limpo, saudável e sustentável, e sistemas de justiça e polícia que defendiam seus direitos. Mas, vez ou outra, as pessoas eram privadas desses direitos. As mudanças climáticas estavam empurrando milhões de pessoas para a fome. Era necessária uma ação urgente agora. Em vez de unidade, o mundo via a política da divisão e da distração.

Türk disse que o relatório global de 2023 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura projeta que quase 600 milhões de pessoas estariam cronicamente subnutridas no final da década. Com a crise planetária ganhando ritmo, havia também uma necessidade vital de uma mudança para economias de direitos humanos que promovessem

soluções verdes. Ele enfatizou a necessidade de uma eliminação rápida e equitativa dos combustíveis fósseis. O Alto Comissariado também falou sobre a crescente crise dos sem-teto, a escassez de água sem precedentes e a situação dos direitos humanos em vários países e territórios.

Václav Bálek, Presidente do Conselho de Direitos Humanos, ao abrir comentários sobre questões processuais e organizacionais, disse que Mianmar não estaria representada no diálogo interativo sobre o relatório do Mecanismo de Investigação Independente para Mianmar e no diálogo interativo sobre o relatório do Alto Comissariado sobre a situação geral dos direitos humanos em Mianmar. A sessão foi marcada para esta sessão, uma vez que a Assembleia Geral ainda não tinha tomado uma decisão sobre a representação de Myanmar. Ele também disse que insultos pessoais, ataques ou ameaças contra os titulares de mandatos do Conselho não serão tolerados. Apelou a todos para que tomem todas as medidas necessárias para evitar qualquer ato de represália ou intimidação cometido contra indivíduos ou grupos que tenham cooperado com o Conselho, os seus mecanismos e procedimentos.

O Conselho aprovou o projeto de programa de trabalho com o entendimento de que se tratava de um documento vivo.

O Conselho realizará esta manhã um diálogo interativo com o Mecanismo de Investigação Independente para Mianmar, seguido de um diálogo interativo sobre a atualização escrita do Alto Comissariado para os Direitos Humanos sobre a situação dos direitos humanos no Sri Lanka.

Minuto de silêncio

MUHAMMADOU M. O. KAH, Representante Permanente da Gâmbia junto do Escritório das Nações Unidas em Genebra, pediu um minuto de silêncio pelas vítimas do terremoto em Marrocos. Todos sabiam que, há apenas três dias, um terremoto devastador atingiu o Marrocos, com a morte de milhares de pessoas. Esse trágico acontecimento lembrou a todos a natureza temporária da vida e a vulnerabilidade coletiva. O Conselho deve lembrar que eles não eram apenas membros de nações, mas parte de uma comunidade global: a humanidade. Fazia parte da responsabilidade coletiva estar unido nos momentos bons e difíceis.

OMAR KNIBER, Representante Permanente de Marrocos junto do Escritório das Nações Unidas em Genebra, agradeceu a todos por este gesto comovente de solidariedade e compaixão demonstrado em honra das vítimas inocentes do terramoto. Desde o evento, houve uma onda de solidariedade e manifestações de pesar, que foram afetuosas e emocionadas de toda a comunidade internacional em Genebra, sem exceção. Marrocos estava muito grato por a humanidade estar unida com profunda compaixão. O trabalho continuava dia e noite para salvar vidas, e esforços consideráveis estavam sendo feitos, apesar dos obstáculos significativos enfrentados. As autoridades, guiadas pelo rei, realizaram esforços incansáveis para trazer socorro, sendo ajudadas pela comunidade internacional. Marrocos tinha sido completamente atingido por este acontecimento, mas o povo de Marrocos era conhecido pela sua resiliência, e iria superar esses problemas e dificuldades. Todos foram agradecidos pelas manifestações de solidariedade.

O Conselho fez um minuto de silêncio em memória daqueles que perderam a vida e como símbolo do seu compromisso coletivo.

Discurso de abertura do Presidente do Conselho

VÁCLAV BÁLEK, presidente do Conselho de Direitos Humanos, ao abrir comentários sobre questões processuais e organizacionais, disse que a Assembleia Geral ainda não tomou uma decisão sobre a representação de Mianmar. Por conseguinte, no diálogo interativo sobre o relatório do Mecanismo de Investigação Independente para Mianmar e no diálogo interativo sobre o relatório do Alto Comissário sobre a situação geral dos direitos humanos em Mianmar, previsto para ter lugar durante esta sessão, Mianmar não estaria representado. O presidente disse que tal proposta foi feita com base no fato de que essa circunstância excepcional não abria um precedente para o futuro. O Conselho concordou com a proposta de que os dois diálogos interativos decorreriam como previsto, sem a participação do país em causa.

Para o Sr. Bálek era inaceitável que os titulares de mandatos do Conselho fossem por vezes sujeitos a insultos, ataques ou ameaças pessoais no decurso dos seus trabalhos, e reiterou que o desacordo com o conteúdo dos relatórios e apresentações dos titulares de mandatos poderia ser expresso, mas insultos, ataques ou ameaças pessoais não seriam tolerados. Na mesma linha, a participação ativa de representantes da sociedade civil e de instituições nacionais de direitos humanos fez parte da fundação do Conselho de Direitos Humanos. O Presidente apelou a todos para que tomem todas as medidas necessárias para evitar qualquer ato de represália ou intimidação cometido contra indivíduos ou grupos que tenham cooperado com o Conselho, os seus mecanismos e procedimentos e, no caso de tal ato ter ocorrido, garantir que seja rápida e seriamente tratado. Sublinhou também que as Nações Unidas, incluindo este Conselho, têm tolerância zero para qualquer forma de assédio, incluindo o assédio sexual, e que todas as queixas serão tratadas prontamente.

Atualização Global do Alto Comissariado para os Direitos Humanos

VOLKER TÜRK, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, disse que as questões de desenvolvimento sublinham quase todos os desafios enfrentados pela comunidade internacional. As pessoas em todos os lugares tinham direito a um padrão de vida decente, incluindo alimentação, acesso a cuidados médicos acessíveis, educação, perspectivas econômicas, um ambiente limpo, saudável e sustentável, e sistemas de justiça e polícia que defendiam seus direitos. Mas, vez ou outra, as pessoas eram privadas desses direitos. No mês passado, no Iraque, Türk havia testemunhado a seca em Basra, anteriormente exuberante, onde o calor escaldante, a poluição extrema e o rápido esgotamento do suprimento de água doce estavam criando paisagens estéreis de escombros e poeira. Tratava-se de uma emergência de direitos humanos para o Iraque e muitos outros países. As mudanças climáticas estavam empurrando milhões de pessoas para a fome. Era necessária uma ação urgente agora. Em vez de unidade, o mundo via a política da divisão e da distração. A série de cerca de 30 incidentes de queima do Alcorão recentemente foi a mais recente manifestação de polarização.

Türk ficou chocado com as mais de 2.300 pessoas mortas ou desaparecidas no Mediterrâneo este ano, incluindo a perda de mais de 600 vidas em um único naufrágio ao largo da Grécia em junho. Era evidente que muito mais migrantes e refugiados estavam morrendo, sem serem notados, nos mares ao redor da Europa, ao longo da fronteira dos Estados Unidos com o México, ou na fronteira do Reino da Arábia Saudita, onde o Escritório buscava esclarecimentos urgentes sobre alegações de assassinatos e maus-tratos. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 – sobre paz, justiça e instituições fortes – resumiu a saída e o avanço e deixou claro que, para promover o desenvolvimento, os Estados tinham a responsabilidade de garantir e proteger o espaço cívico e os direitos fundamentais. Nesse

contexto, Türk disse que seu discurso se concentrará no desenvolvimento e nos direitos humanos.

O relatório global de 2023 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura projetou que quase 600 milhões de pessoas estariam cronicamente subnutridas no final da década. Os fatores causais incluíram as mudanças climáticas, as consequências da pandemia e a guerra da Rússia contra a Ucrânia. A retirada da Federação Russa da Iniciativa de Grãos do Mar Negro, em julho, e os ataques a instalações de grãos em Odesa e em outros lugares, forçaram novamente os preços a subir em muitos países em desenvolvimento. Na Somália, anos de seca, violência extremista e governança fracassada levaram a cerca de 43.000 mortes em excesso no ano passado. Cerca de 1,8 milhão de crianças provavelmente serão gravemente desnutridas até 2023.

A fome e a insegurança alimentar também preocupavam profundamente o Caribe. A pesquisa de maio de 2023 do Programa Mundial de Alimentos – Comunidade do Caribe descobriu que 3,7 milhões de pessoas – ou 52% da população de países pertencentes à Comunidade do Caribe – estavam em insegurança alimentar. No Haiti, quase metade da população, 4,9 milhões de pessoas, experimentou insegurança alimentar aguda. Em 111 países, 1,2 bilhão de pessoas, quase metade delas crianças, viviam agora em pobreza multidimensional aguda. Eles representavam quase 20% da população dos países – e, de acordo com o Banco Mundial, muitos outros milhões seriam empurrados para a pobreza extrema devido às mudanças climáticas. Em todo o Sahel, a maioria das pessoas lutava pela sobrevivência diária, com Burkina Faso, Chade, Mali e Níger entre os oito países menos desenvolvidos do mundo; 2022 foi o ano mais mortífero desde o início da crise do Sahel, há uma década, e a ameaça constante de violência por parte de grupos armados estava agora a expandir-se para os Estados costeiros.

Nenhum dos desafios enfrentados por esses países poderia ser enfrentado isoladamente: eles estavam interligados. Um passo importante precisava ser a reforma da arquitetura financeira internacional, incluindo acordos mais justos sobre a redução da dívida e o financiamento do desenvolvimento. O Sr. Türk também encorajou fortemente os Estados a endossar o apelo das Nações Unidas por um estímulo ao objetivo de desenvolvimento sustentável, e saudou as discussões internacionais atuais sobre o reforço da cooperação tributária internacional. Era necessário combater a elisão fiscal, a evasão fiscal e os fluxos financeiros ilícitos. O Sr. Türk elogiou a liderança do grupo africano por trazer o tema para a Assembleia Geral e saudou a iniciativa liderada pela Colômbia, Chile e Brasil para promover a tributação progressiva e uma maior cooperação em toda a América Latina e Caribe.

Com a crise planetária ganhando ritmo, havia também uma necessidade vital de uma mudança para economias de direitos humanos que promovessem soluções verdes. Türk enfatizou a necessidade de uma eliminação rápida e equitativa dos combustíveis fósseis. Ele saudou a consideração de um crime internacional de ecocídio, proposto para inclusão no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional por vários Estados e grupos da sociedade civil.

Uma crise de habitação acessível estava a impulsionar uma crise crescente de sem-abrigo. Em muitos países europeus, os custos da habitação aumentaram muito mais rapidamente do que os rendimentos – colocando a habitação estável e segura fora do alcance de um grande número de jovens e outros com rendimentos baixos ou irregulares. Em toda a União Europeia, um relatório de 2023 indicou que quase um milhão de pessoas estavam desabrigadas – quase 30% acima do nível já alto de 2021 – com os jovens entre os mais

impactados. Nos Estados Unidos, mais de meio milhão de pessoas estavam em situação de rua em janeiro de 2022, de acordo com dados oficiais, com mais de 40% delas sendo afrodescendentes. Graças a uma ação concertada, incluindo subsídios de habitação e serviços de apoio social específicos, entre outros, a Finlândia registou reduções significativas dos sem-abrigo desde 2010. Em 2021, foi criada uma Plataforma Europeia de Combate aos Sem-Abrigo para ajudar a coordenar a ação em toda a União Europeia por parte dos governos, das cidades e da sociedade civil. Acabar com a falta de moradia e garantir moradia acessível foram firmemente incorporados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em todo o Oriente Médio e Norte da África, as pessoas estavam enfrentando uma escassez de água sem precedentes, com uma estimativa de 83% da população da região exposta a um estresse hídrico extremamente alto. As reformas da governação poderiam equipar melhor as sociedades para reagir, adaptar-se e criar resiliência à diminuição do acesso à água. A água foi apenas um exemplo da necessidade de garantir uma governança inclusiva no contexto do desenvolvimento. O impulso da China para o desenvolvimento trouxe conquistas no alívio da pobreza, mas os recentes desafios econômicos do país destacaram a necessidade de uma abordagem mais participativa que defendesse todos os direitos humanos.

Em El Salvador, Türk estava preocupado com a duração excessiva do atual estado de emergência e as detenções em massa que ocorreram neste contexto, bem como com as condições inaceitáveis das prisões e as restrições do espaço cívico. No México, as taxas de pobreza diminuíram notavelmente, com mais de cinco milhões de pessoas saindo da pobreza entre 2018 e 2022, uma conquista que vale a pena comemorar. Ao mesmo tempo, dados recentes indicaram um aumento no número de pessoas que não tinham acesso aos serviços de saúde. Uma decisão histórica da Suprema Corte na semana passada considerou inconstitucionais as penas criminais para o aborto no Código Penal Federal - outro avanço na América Latina em relação aos direitos das mulheres.

Türk também saudou as discussões do mês passado por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela em direção a uma visão comum para a floresta amazônica, incluindo a participação efetiva dos povos indígenas. Ele também parabenizou o povo do Equador por seus votos a favor da interrupção das atividades de extração de petróleo e minerais no Parque Nacional Yasuní, que abrigava povos indígenas, e na Reserva da Biosfera Andina Chocó. Na Austrália, um referendo ocorreria no próximo mês sobre o reconhecimento constitucional dos Primeiros Povos da Austrália, estabelecendo uma "voz" aborígine e das Ilhas do Estreito de Torres ao Parlamento. Esta foi uma oportunidade histórica para estabelecer uma nova base para a inclusão e participação dos povos indígenas. Na Índia, o Escritório frequentemente recebia informações de que comunidades minoritárias marginalizadas eram submetidas a violência e discriminação. Os muçulmanos eram frequentemente alvo de tais ataques, mais recentemente em Haryana e Gurugram, no norte da Índia.

Türk permaneceu chocado com a escalada da violência no território palestino ocupado, enquanto mais palestinos e israelenses, incluindo crianças, continuavam a ser mortos e gravemente feridos. Ele também estava preocupado com as contínuas restrições de espaço cívico por parte das autoridades palestinas e das autoridades de fato em Gaza. Reiterou as suas profundas preocupações relativamente à evolução dos direitos humanos na Federação Russa. As alegações de tortura e maus-tratos em centros de detenção persistiram, assim como a relutância das autoridades em investigar. No Irã, um ano após a morte de Mahsa Amini, a Alta Comissária estava preocupada com o fato de um novo projeto de lei atualmente em análise impor severas penalidades a mulheres e meninas que não obedecessem ao código de

vestimenta obrigatório, incluindo proibições de viagens e retirada do acesso a serviços sociais. A responsabilização pela morte de Amini, e por violações no contexto de protestos subsequentes, foi inadequada. O uso da pena de morte aumentou acentuadamente, principalmente contra os Baloch e outros de comunidades minoritárias. No Paquistão, Türk estava preocupado com o uso de alegações de blasfêmia para incitar a violência contra comunidades minoritárias e instigar tensões comunitárias. Projetos de emendas às já severas leis de blasfêmia do país aumentariam drasticamente as penas.

Na região de Amhara, na Etiópia, desde o início da crise e a declaração do estado de emergência no início de agosto, mais de 1.000 pessoas teriam sido presas e mais de 200 teriam morrido, no contexto de confrontos entre as forças federais e a milícia Amhara Fano. Todos esses incidentes precisavam ser investigados e os responsáveis responsabilizados. Türk pediu diálogo com todas as partes interessadas e encorajou a justiça transicional e a responsabilização. Tanto na Líbia quanto na Tunísia, ele ficou alarmado com relatos de que as autoridades estavam realizando prisões em massa e expulsões coletivas de migrantes e solicitantes de asilo do sul do Saara. Até 31 de agosto, pelo menos 28 migrantes tinham morrido de calor e sede em áreas desérticas na fronteira entre a Líbia e a Tunísia, depois de cerca de 2.000 migrantes e requerentes de asilo terem sido deixados lá pelas autoridades tunisinas.

No Líbano, três anos após a explosão em Beirute, que matou mais de 200 pessoas e feriu mais de 7.000, incluindo mais de 1.000 crianças, não houve responsabilização. Talvez seja tempo, portanto, de considerar uma missão internacional de apuração de fatos para investigar as violações de direitos humanos relacionadas à tragédia. Nos Camarões, seis anos de crise nas regiões noroeste e sudoeste causaram milhares de mortes, deslocaram cerca de 725.000 pessoas e deixaram pelo menos 1,7 milhões a precisar de assistência humanitária. Türk reconheceu os passos dados pelas autoridades no sentido de um grande diálogo nacional. No Peru, Türk expressou preocupação com a abertura de um inquérito parlamentar sobre todos os membros do Conselho Nacional de Justiça, uma instituição independente encarregada de nomear juízes e promotores. Desde janeiro, o Gabinete documentou 13 projetos de lei e cinco acusações constitucionais do Congresso que levantaram preocupações sobre a interferência em órgãos constitucionais autônomos, particularmente a Junta Nacional Eleitoral e a Junta Nacional de Justiça. O Congresso foi chamado a respeitar os Princípios Básicos das Nações Unidas sobre a Independência do Poder Judiciário e respeitar o equilíbrio dos poderes do Estado.

Mais da metade da Agenda 2030, a comunidade internacional tinha como meta que ela se tornasse um monumento trágico ao fracasso em apagar a pobreza extrema e concretizar os direitos humanos. Na cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na próxima semana; na [Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas] COP28, sobre mudanças climáticas; e na Cimeira do Futuro, os Estados precisavam de se virar decisivamente para mudanças fundamentais. À medida que o evento de alto nível Human Rights 75 em dezembro se aproximava, o Sr. Türk exortou todos os Estados-Membros a assumirem compromissos genuínos por meio de promessas transformadoras. Ele concluiu enfatizando que a causa dos direitos humanos tinha o potencial de unificar a comunidade internacional, em um momento em que o mundo precisava urgentemente se unir para enfrentar os desafios existenciais que a humanidade enfrentava. Tratava-se, em última análise, de construir confiança e restaurar a esperança, inclusive através do trabalho do Conselho. Cada um precisava fazer a sua parte.

Link: <https://www.ungeneva.org/en/news-media/meeting-summary/2023/09/opening-human-rights-council-opens-its-fifty-fourth-regular>

2. Impacto das medidas coercitivas unilaterais no direito à saúde. Relatório da Relatora Especial sobre o impacto negativo das medidas coercivas unilaterais no gozo dos direitos humanos, Alena F. Douhan. [A_HRC_54_23_AdvanceUneditedVersion.docx \(live.com\)](#)

Resumo. Neste relatório, a relatora especial, Alena Douhan, fornece uma visão geral e uma avaliação do impacto das sanções unilaterais em vários aspectos do direito à saúde, incluindo o acesso aos cuidados de saúde, a vacinação, a prevenção de mortes, o acesso a testes, medicamentos, equipamentos médicos. O relatório aborda a questão do impacto das medidas coercivas unilaterais no ODS 3, incluindo a manutenção e o desenvolvimento do sistema de saúde, e o impacto nos mais vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência, pessoas que sofrem de mortes raras e graves, crianças, mulheres, idosos. O relatório analisa ainda o impacto das medidas coercivas unilaterais na disponibilidade de assistência médica em situações de emergência, bem como a eficácia das isenções humanitárias.”

VIII. Conclusões e recomendações

A. Conclusões

87. A comunidade mundial enfrenta atualmente uma expansão de várias formas e tipos de sanções unilaterais aplicadas a todos os tipos de atores governamentais e não governamentais e setores econômicos, bem como a complexidade desses regimes, ameaças de sanções secundárias, sanções civis e penais por violação ou evasão, e um uso crescente de políticas de risco zero e excesso de conformidade por parte dos bancos, produtores de bens, empresas de entrega e de seguros e outros intervenientes privados.

88. As sanções unilaterais e o cumprimento excessivo têm um impacto negativo na implementação de todos os aspetos do direito à saúde de todas as pessoas nos países sob sanções, incluindo o acesso a medicamentos adequados, instalações de cuidados de saúde, equipamento médico, acesso a assistência médica qualificada, prevenção e controlo de falecimentos, escassez de profissionais de saúde, acesso a instalações de saúde, formação e acesso a conhecimentos científicos atualizados, tecnologias, investigação, intercâmbio de boas práticas. Eles também afetam todos os direitos subjacentes relevantes: direito à alimentação adequada, liberdade de movimento, eliminação da pobreza, acesso à água potável e saneamento, eletricidade, combustível, direitos econômicos e trabalhistas, direito a um meio ambiente favorável. Mulheres, meninas, crianças, pessoas com deficiência, pessoas que sofrem de mortes raras e graves, idosos e grupos socioeconomicamente marginalizados são os mais vulneráveis diante de sanções unilaterais.

89. As crescentes taxas de mortalidade, a redução da esperança de vida, o aumento da prevalência de condições de saúde física e mental e de incapacidades devido à falta de diagnóstico e tratamento atempados, bem como o crescente sofrimento físico e psicológico são apenas algumas das graves consequências tangíveis, em violação dos direitos humanos, como o direito à vida, a liberdade contra a tortura e os tratamentos desumanos, e o princípio da não discriminação.

90. A imposição e a implementação de sanções unilaterais e políticas de risco zero violam inúmeros tratados internacionais e obrigações consuetudinárias dos Estados, incluindo a obrigação de "... promover o respeito universal e a observância dos direitos humanos e das liberdades", de acordo com a Carta das Nações Unidas, as disposições do ICESCR, CEDAW, UNCRPD, CRC e muitas outras, incluindo convenções e normas da OIT sobre segurança do trabalho e saúde ocupacional. Tais medidas constituem medidas coercivas unilaterais

inadmissíveis nos termos do direito internacional e dão origem à responsabilidade internacional dos Estados sancionadores. Anunciado caráter não intencional do impacto das sanções unilaterais e do excesso de cumprimento sobre o direito à saúde, as referências a boas intenções não legitimam tal conduta. O ônus da prova da legalidade de qualquer meio de pressão unilateral cabe aos Estados e às organizações que os impõem.

91. Os impedimentos resultantes do uso de sanções unilaterais e o cumprimento excessivo dessas medidas impede que os países exerçam plenamente suas obrigações de garantir o direito à saúde dentro de todos os recursos disponíveis devido à escassez desses recursos; reduz sua capacidade de estabelecer um sistema de saúde nacional forte e confiável e constitui violação do direito à saúde ao sancionar Estados. Responsabilidade semelhante surge quando os Estados não tomam todas as medidas necessárias para garantir que as empresas que atuam sob sua jurisdição ou controle não afetem direta ou indiretamente o direito à saúde.

92. As isenções, exceções e derrogações humanitárias relacionadas com a saúde são ineficazes e ineficientes devido à legislação em matéria de sanções complexa, confusa e excessiva; procedimentos complexos e pouco claros de solicitação de licença; incerteza quanto à potencial responsabilidade penal e civil por eventual evasão dos regimes de sanções; incerteza em torno do âmbito da "assistência humanitária"; restrições financeiras e outras restrições operacionais como resultado da designação de instituições financeiras de países sancionados e do congelamento de seus ativos, interrupções de pagamentos internacionais, desafios no transporte e seguro de bens humanitários.

B. Recomendações

93. Os Estados sancionadores e as organizações regionais devem rever as medidas tomadas sem ou sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas e levantar as que não se enquadram nos critérios de retorsões ou contramedidas em plena conformidade com as normas e limitações do direito da responsabilidade internacional, como constituindo medidas coercivas unilaterais. As preocupações humanitárias serão sempre tidas em conta pelos Estados quando decidirem sobre a imposição de quaisquer medidas unilaterais, incluindo contramedidas (precaução humanitária), bem como no decurso da sua aplicação.

94. As sanções unilaterais nunca afetarão o funcionamento de infraestruturas críticas relevantes para a saúde, alimentação, agricultura, eletricidade, abastecimento de água, irrigação, saneamento, sementes e fertilizantes, todos necessários para a sobrevivência e o bem-estar das populações.

95. Os Estados são obrigados a tomar todas as medidas legislativas, institucionais e administrativas possíveis para evitar e minimizar o excesso de conformidade e garantir que a atividade das empresas privadas sob sua jurisdição e controle não viole extra-territorialmente o direito à saúde e outros direitos humanos. O não cumprimento dessa obrigação pode ser usado como motivo para aumentar a responsabilidade dos Estados relevantes por violações das obrigações dos tratados para proteger o direito à saúde.

96. As empresas devem evitar políticas de risco zero e excesso de conformidade que sejam incompatíveis com as suas obrigações ao abrigo do quadro dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, especialmente no que diz respeito a medicamentos, vacinas, equipamento médico e peças sobressalentes e outros bens necessários para a prestação de serviços relacionados com a saúde e apoio a infraestruturas críticas.

97. A aquisição e entrega de medicamentos, vacinas, equipamento médico, alimentos, peças sobresselentes, software, fórmulas para bebês, equipamentos e bens necessários para garantir o acesso adequado à água potável e ao saneamento não está dependente de qualquer procedimento de licenciamento. Empresas farmacêuticas, de equipamentos médicos, de transporte, de seguros e outras, doadores, organizações humanitárias não estarão sujeitas a qualquer tipo de punição, restrições ou riscos reputacionais por seus esforços para entregar bens vitais para garantir o direito à saúde.

98. Recomenda-se aos Estados sob sanções unilaterais que forneçam informações detalhadas sobre todos os tipos de desafios induzidos por sanções e excesso de conformidade em seu engajamento com todas as entidades e mecanismos relevantes da ONU, incluindo OMS, OIT, UNESCO, UPR, relatórios de órgãos de tratados e Procedimentos Especiais.

(b) Considerar a possibilidade de iniciar uma investigação sobre o impacto de sanções unilaterais sobre a capacidade dos Estados sob sanções de cumprir suas obrigações sob as convenções da OIT no que diz respeito a padrões de trabalho decente, empregos verdes, segurança social, ocupacional e de saúde, e avaliar as políticas dos Estados sancionadores, bem como os casos de excesso de conformidade por parte das empresas e do setor financeiro.

103. As organizações e agências humanitárias não serão designadas e sujeitas a sanções civis e penais por realizarem seu trabalho humanitário, especialmente em situações de risco de vida, de acordo com os princípios de humanidade, neutralidade, imparcialidade e não discriminação, nem serão obrigadas a arcar com o ônus da prova e os riscos das normas de sanções.

104. Os Estados são convidados a participar de julgamentos internacionais, uso de órgãos internacionais quase-judiciais e de direitos humanos competentes como meio de solução de controvérsias, proteção dos direitos humanos, responsabilidade e reparação em casos de sanções.

105. Tendo em conta que as sanções unilaterais afetam a capacidade dos Estados de responder eficazmente às ameaças e desafios contemporâneos e afetam todas as categorias de direitos humanos, o Relator Especial apela à inclusão da avaliação da legalidade e do impacto humanitário das sanções unilaterais na agenda de todos os órgãos das Nações Unidas e agências especializadas, incluindo o ACNUDH, a OMS, UNICEF, UNFPA, WFP, OCHA, ACNUR, OIT, UNESCO e OACI, entre outros.

(b) Considerar a possibilidade de iniciar uma investigação sobre o impacto de sanções unilaterais sobre a capacidade dos Estados sob sanções de cumprir suas obrigações sob as convenções da OIT no que diz respeito a padrões de trabalho decente, empregos verdes, segurança social, ocupacional e de saúde, e avaliar as políticas dos Estados sancionadores, bem como os casos de excesso de conformidade por parte das empresas e do setor financeiro.

103. As organizações e agências humanitárias não serão designadas e sujeitas a sanções civis e penais por realizarem seu trabalho humanitário, especialmente em situações de risco de vida, de acordo com os princípios de humanidade, neutralidade, imparcialidade e não discriminação, nem serão obrigadas a arcar com o ônus da prova e os riscos das normas de sanções.

104. Os Estados são convidados a participar de julgamentos internacionais, uso de órgãos internacionais quase-judiciais e de direitos humanos competentes como meio de solução

de controvérsias, proteção dos direitos humanos, responsabilidade e reparação em casos de sanções.

105. Tendo em conta que as sanções unilaterais afetam a capacidade dos Estados de responder eficazmente às ameaças e desafios contemporâneos e afetam todas as categorias de direitos humanos, o Relator Especial apela à inclusão da avaliação da legalidade e do impacto humanitário das sanções unilaterais na agenda de todos os órgãos das Nações Unidas e agências especializadas, incluindo o ACNUDH, a OMS, UNICEF, UNFPA, WFP, OCHA, ACNUR, OIT, UNESCO e OACI, entre outros.

106. As sanções aplicadas com autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas serão aplicadas em plena conformidade com as limitações da autorização do CS das Nações Unidas, tendo devidamente em conta as necessidades humanitárias dos povos. As resoluções humanitárias do Conselho de Segurança das Nações Unidas serão plenamente respeitadas e aplicadas por todos os Estados. Nenhuma referência a sanções unilaterais pode ser utilizada para justificar o incumprimento das resoluções humanitárias do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

107. O Relator Especial observa o importante papel das organizações da sociedade civil internacionais e locais na prestação de assistência humanitária e serviços que salvam vidas, especialmente a todas as pessoas em situação vulnerável em países sob sanções. Quaisquer discussões sobre as situações humanitárias em países sob sanções devem ser inclusivas e permitir a participação de todas as partes interessadas, incluindo a sociedade civil internacional e local.”

3. Revigorando o direito ao desenvolvimento: uma visão para o futuro Relatório do Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, Surya Deva. [G2315153.pdf \(un.org\)](#)

Resumo. No presente relatório, apresentado em conformidade com as resoluções 33/14 e 51/7 do Conselho de Direitos Humanos, o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, Surya Deva, descreve sua visão para revigorar o direito ao desenvolvimento, destaca as conquistas na realização desse direito ao longo dos anos, identifica os principais desafios atuais para sua plena implementação e propõe estratégias para superá-los. O relatório também inclui os objetivos e prioridades temáticas do Relator Especial e descreve seus métodos de trabalho para cumprir seu mandato e envolver todas as partes interessadas relevantes de maneira inclusiva.

B. Objetivos.

4. Com o presente relatório, o Relator Especial procura alcançar quatro objetivos. Primeiro, ele articula uma visão holística do direito ao desenvolvimento derivada da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e de outros instrumentos relevantes, como a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração e o Programa de Ação de Viena, a Agenda de Ação de Adis Abeba da Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris, e descreve o valor acrescentado oferecido pelo direito ao desenvolvimento e a importância de múltiplos intervenientes terem deveres e responsabilidades concorrentes. Em segundo lugar, ele fornece exemplos ilustrativos de conquistas na implementação do direito ao desenvolvimento nos níveis normativo e prático, e como esse direito é central para os apelos por uma nova ordem econômica. Em terceiro lugar, ele destaca vários desafios em curso na realização do direito ao desenvolvimento e propõe estratégias específicas para superá-los. Em

quarto lugar, descreve algumas das prioridades temáticas que se propõe concentrar durante o seu mandato nos próximos anos e os métodos de trabalho que tenciona adoptar.”

“II. Uma compreensão holística do direito ao desenvolvimento A. Quadro conceitual do direito ao desenvolvimento⁸. Embora as raízes do direito ao desenvolvimento possam ser traçadas no Pacto da Liga das Nações e na Carta das Nações Unidas,² um marco histórico foi a adoção da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, em 1986. Define o direito ao desenvolvimento como o direito de toda pessoa humana e de todos os povos de participar, contribuir e desfrutar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados (art. 1 (1)). A partir dessa definição, é possível discernir três elementos e quatro facetas do direito ao desenvolvimento. Os três elementos são a capacidade do ser humano de participar, contribuir e gozar do direito ao desenvolvimento. As quatro facetas são o desenvolvimento econômico, social, cultural e político.

9. A prossecução destas quatro facetas do desenvolvimento constitui um caminho para a realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. Em outras palavras, o direito ao desenvolvimento é ao mesmo tempo um fim e um meio para realizar outros direitos humanos. 3 A Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos observou que "o direito ao desenvolvimento é um teste em duas frentes, que é constitutivo e instrumental, ou útil como meio e fim. A violação do elemento processual ou material constitui uma violação do direito ao desenvolvimento. Cumprir apenas uma das duas pontas não satisfará o direito ao desenvolvimento."⁴

10. Quatro princípios gerais do direito ao desenvolvimento podem ser derivados da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e de outros instrumentos relevantes: (a) autodeterminação; (b) interseccionalidade; (c) equidade intergeracional; e (d) distribuição justa.

11. O primeiro princípio geral do direito ao desenvolvimento é a autodeterminação. Os povos têm o direito de determinar o seu desenvolvimento económico, social e cultural na linha¹ com a Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Todas as submissões estão disponíveis em <https://www.ohchr.org/en/calls-for-input/2023/call-inputs-2023-relatórios-un-special-relator-right-development>. 2) Surya P. Subedi, "Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento" (2021). Disponível em https://legal.un.org/avl/pdf/ha/drd/drd_e.pdf. 3) Amartya Sen, *Development as Freedom* (Oxford, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Oxford University Press, 1999), p. 10. 4) Centre for Minority Rights Development (Kenya) e Minority Rights Group International em nome de Endorois Welfare Council v. Kenya, Comunicação nº 276/2003, Decisão, nº 277.

O princípio da autodeterminação implica que os povos tenham plena soberania sobre todas as suas riquezas e recursos naturais.⁵ Esse princípio é relevante mesmo no contexto pós-colonial, pois alguns Estados e empresas tendem a justificar a tomada do controle dos recursos naturais de comunidades vulneráveis ou marginalizadas, sem sua participação significativa, como sendo para o bem público maior ou realizando um modelo de desenvolvimento econômico de cima para baixo.

12. A interseccionalidade é o segundo princípio abrangente do direito ao desenvolvimento, porque os titulares de direitos não são um grupo homogêneo.⁶ Muitos indivíduos e grupos frequentemente enfrentam múltiplas camadas de discriminação na sociedade, o que prejudica sua capacidade de realizar o direito ao desenvolvimento. Por essa razão, a obrigação dos Estados de promover o respeito universal aos direitos humanos "sem distinção de qualquer natureza, como raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra,

origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outro status" é ressaltada no preâmbulo da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento.⁷

13. O terceiro princípio geral do direito ao desenvolvimento é a equidade intergeracional, uma vez que este direito não é uma licença para destruir o ecossistema planetário ou minar a capacidade das gerações futuras de realizarem as suas aspirações de desenvolvimento. Esse componente do direito ao desenvolvimento é destacado na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e na Declaração e Programa de Ação de Viena: "O direito ao desenvolvimento deve ser cumprido de modo a atender equitativamente às necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras".⁸ Neste contexto, o princípio 5, alínea b), dos Princípios de Maastricht sobre os Direitos Humanos das Gerações Futuras é relevante na medida em que nele se afirma que as gerações futuras têm direito a todos os direitos humanos individuais e coletivos, incluindo o direito ao desenvolvimento. O princípio da equidade intergeracional, que também é reconhecido no preâmbulo do Acordo de Paris, é fundamental para garantir que o direito ao desenvolvimento contribua para o desenvolvimento inclusivo, equitativo e sustentável.

14. A distribuição equitativa é o quarto princípio do direito ao desenvolvimento. No artigo 2º, parágrafo 3º, da Declaração, observa-se que o objetivo das políticas de desenvolvimento deve ser a melhoria constante do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos e a distribuição justa dos benefícios.⁹ Em outras palavras, em vez de facilitar o desenvolvimento e melhorar o bem-estar de alguns, ninguém deve ser deixado para trás.

15. Todos os elementos, facetas e princípios gerais do direito ao desenvolvimento são cruciais: retirar qualquer um deles criaria um desequilíbrio.

5) Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, art. 1º, n.º 2. 6) A/72/162, n.º 26. Ver também A/HRC/41/43. 7) Ver também art. 6º, n.º 1. 8) Declaração do Rio, princípio 3. Linguagem semelhante é incorporada no parágrafo 11 da Declaração e Programa de Ação de Viena. 9) Ver também o artigo 8 da Declaração e as metas 2.5 e 15.6 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Econômico Social Cultural Direito político ao desenvolvimento Contribuir Participar da autodeterminação Interseccionalidade Equidade intergeracional Distribuição justa.

B. Valor único do direito ao desenvolvimento.

16. O direito ao desenvolvimento agrega valor único ao direito internacional dos direitos humanos de várias maneiras.¹⁰ Em primeiro lugar, ressalta a importância da capacidade de gozar dos direitos. Não basta que os seres humanos tenham apenas direito aos direitos humanos. Pelo contrário, devem poder usufruir desses direitos, o que exige que existam certas condições para o gozo dos direitos. Por exemplo, os sistemas financeiros e fiscais internacionais devem permitir que os países em desenvolvimento disponham dos recursos necessários para oferecer serviços públicos essenciais. Além disso, no contexto atual, o acesso à Internet é geralmente necessário para gozar plenamente do direito à liberdade de expressão, do direito à informação e do direito à liberdade de associação. Da mesma forma, o gozo do direito ao trabalho pressupõe a existência de oportunidades razoáveis de trabalho.

17. Em segundo lugar, o direito ao desenvolvimento reconhece o arbítrio dos seres humanos. O ser humano não tem ou goza dos direitos humanos apenas como agente passivo. Ao contrário, sua participação ativa, livre e significativa é fundamental para a realização do direito ao desenvolvimento.¹¹ Além disso, o ser humano deve contribuir para a realização do

direito ao desenvolvimento. Ambas as dimensões do arbítrio também se aplicam a outros direitos humanos.

18. Em terceiro lugar, o direito ao desenvolvimento incorpora a aplicação prática do princípio de que os direitos humanos são indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. Falo centrado-se na visão de alcançar um desenvolvimento holístico – isto é, um desenvolvimento económico, social, cultural e político – no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser realizados. Nenhum conjunto de direitos deve ter prioridade sobre os outros. A falta de desenvolvimento também não pode ser invocada para justificar o cerceamento dos direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Pelo contrário, todos os direitos devem ser realizados em conjunto, de forma harmoniosa. Uma compreensão holística do direito ao desenvolvimento também poderia ajudar a superar abordagens isoladas ou fragmentadas para a elaboração de leis e políticas em todos os níveis.

19. Em quarto lugar, o direito ao desenvolvimento oferece um processo não apenas para melhorar as capacidades humanas para realizar o desenvolvimento, mas também para realizar todos os outros direitos humanos. Como observou um ex-Especialista Independente sobre o direito ao desenvolvimento, o "direito ao desenvolvimento como o direito a um processo de desenvolvimento não é apenas um direito guarda-chuva ou a soma de um conjunto de direitos. É o direito a um processo que amplie as capacidades ou a liberdade dos indivíduos para melhorar seu bem-estar e perceber o que eles valorizam".¹²

20. Em quinto lugar, o direito reconhece a dimensão coletiva, uma questão que muitas vezes é negligenciada em relação aos direitos humanos.¹³ No entanto, a dimensão coletiva, como complemento à dimensão individual, dos direitos humanos é relevante.¹⁴ O recente reconhecimento do direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável é um exemplo disso.¹⁵ Observa-se também sinergia entre as dimensões individual e coletiva em relação a outros direitos humanos, como o direito à liberdade de associação.^{16,21} Em sexto lugar, o direito ao desenvolvimento, um direito de solidariedade de terceira geração,¹⁷ ressalta a importância do dever dos Estados de cooperar para realizar o direito.¹⁸ A relevância da cooperação entre os Estados é aplicável à realização de todos os direitos humanos, como destacou o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos em sua declaração ao Conselho de Direitos Humanos em sua quinquagésima terceira sessão.¹⁹

10) Ver também OHCHR, "Frequently asked questions on the right to development", Fact Sheet No. 37 (Nova York e Genebra, 2016), p. 10. 11) Declaração sobre o Desenvolvimento Correto, preâmbulo. Ver também os arts. 1º e 2º. 12) E/CN.4/2002/WG.18/2, parágrafo 3º. 13) O reconhecimento de direitos coletivos ou solidários pode abordar as limitações de uma conceituação excessivamente individualista dos direitos humanos e, por sua vez, abordar questões sociais reais, como a paz, o desenvolvimento e o meio ambiente (Philip Alston, "Making space for new human rights: the case of the right to development", Harvard Human Rights Yearbook, vol. 1 (primavera de 1988), pág. 4). 14) Ver B.G. Ramcharan, "Individual, collective and group rights: History, theory, practice and contemporary evolution", International Journal on Group Rights, vol. 1, n. 1 (1993). 15) Ver Resolução 76/300 da Assembleia Geral. 16) OHCHR, "Frequently asked questions on a human rights-based approach to development cooperation" (Nova York e Genebra, 2006). 17) Stephen Marks, "The human right to development: Between rhetoric and reality", Harvard Human Rights Journal, vol. 17 (2004), p. 138. 18) Declaração sobre o Desenvolvimento Correto, arts. 3 (2) e (3) e 6 (1). pág. 4.

A cooperação internacional e a solidariedade também são vitais para lidar com muitos desafios enfrentados atualmente pela humanidade – das mudanças climáticas às migrações, pandemias, paz e segurança, regulação de novas tecnologias, segurança alimentar e terrorismo.²⁰

22. Sétimo, o direito ao desenvolvimento oferece o potencial de abordar questões estruturais da ordem econômica atual que desautorizam sistemicamente os países em

desenvolvimento de realizarem os direitos humanos de seus povos. "Historicamente, o direito ao desenvolvimento sempre foi corrigir o que está errado na ordem econômica global."²¹ Oferece uma "linguagem de resistência única empregada tanto para desafiar as desigualdades percebidas da economia política global quanto para reivindicar a assistência e a cooperação para o desenvolvimento como um direito de direitos humanos em um mundo globalizado".²²

C. Múltiplos titulares de deveres e responsabilidades.

23. A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento identifica aqueles que têm deveres e responsabilidades em relação ao direito ao desenvolvimento. Para começar, todos os seres humanos têm uma responsabilidade pelo desenvolvimento (art. 2 (2)). Essa responsabilidade, individual e coletiva, é coerente com o fato de os titulares de direitos serem considerados agentes ativos para a realização do direito ao desenvolvimento.

24. Como acontece com outros direitos humanos, todos os Estados têm deveres tripartites de realizar o direito ao desenvolvimento, conforme estabelecido nos artigos 2-8 da Declaração. Estes deveres dizem respeito aos níveis nacional, extraterritorial e coletivo.²³ A dimensão extraterritorial dos deveres é relevante para o direito ao desenvolvimento.²⁴ Além disso, considerando a história colonial, que criou uma desvantagem inerente para o Sul global,²⁵ especial atenção é dada na Declaração ao dever dos Estados de cooperarem entre si para garantir o desenvolvimento e eliminar os obstáculos ao desenvolvimento (art. 3 (3)). No segundo texto revisto do projeto de pacto sobre o direito ao desenvolvimento, o dever dos Estados de respeitar, proteger e cumprir o direito ao desenvolvimento e o seu dever de cooperação são aprofundados.²⁶

Os artigos 7.º e 9.º do projeto de pacto definem igualmente o dever das pessoas coletivas de se absterem de participar na violação do direito ao desenvolvimento e de certas obrigações das organizações internacionais.

25. A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento não menciona deveres e responsabilidades de outros atores. No entanto, tendo em vista a natureza evolutiva do direito internacional dos direitos humanos, tanto as organizações internacionais quanto os atores não estatais também têm deveres e responsabilidades independentes em relação aos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento. Os detentores de deveres incluem agências das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais, bancos públicos de desenvolvimento, empresas, organizações da sociedade civil, universidades e meios de comunicação. Por exemplo, a Assembleia Geral, em sua resolução 48/141, estabelecendo a posição do Alto Comissário, estipulou explicitamente que deveria ser responsabilidade do Alto Comissário promover e proteger a realização do direito ao desenvolvimento.

19) Ver: <https://www.ohchr.org/en/statements/2023/06/urging-greater-cooperation-high-commissionerturk-opens-human-rights-council>. 20) Ver A/75/982. Ver também <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2023/06/un-expert-calls-declarationright-international-solidarity>. 21) Noel G. Villaroman, "Resgatando um conceito conturbado: uma visão alternativa do direito ao desenvolvimento", *Netherlands Quarterly of Human Rights*, vol. 29, n. 1 (2011), p. 14. 22) Bonny Ibhawoh, "O direito ao desenvolvimento: a política e as polêmicas do poder e da resistência", *Human Rights Quarterly*, vol. 33, n. 1 (2011), p. 78. 23) A/HRC/51/22, n.º 52. 24) Ver Comissão dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, comentário geral n.º 24 (2017) sobre as obrigações do Estado ao abrigo do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais no contexto das atividades empresariais; e Mark Gibney e outros, eds., *The Routledge Handbook on Extraterritorial Human Rights Obligations* (Nova York, Routledge, 2022). 25) James T Gathii, "Africa and the radical origins of the right to development", *Third World Approaches to International Law Review*, vol. 1 (2020), pp. 38-45. 26) A/HRC/54/50, arts. 10 a 12.

As responsabilidades em direitos humanos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional,²⁷ bem como das empresas, também estão bem estabelecidas.²⁸

III. Principais realizações

26. É importante reconhecer as principais conquistas na efetivação do direito ao desenvolvimento, tanto no nível normativo quanto no operacional, ao longo dos anos. O direito ao desenvolvimento surge também como pedra angular dos apelos a uma nova ordem económica.

A. Reconhecimento normativo nos níveis nacional, regional e internacional.

27. O direito ao desenvolvimento é expressamente reconhecido nas constituições de alguns Estados. Por exemplo, o artigo 30 da Constituição do Malawi prevê que todas as pessoas e povos têm direito ao desenvolvimento e que as mulheres, crianças e pessoas com deficiência, em particular, devem receber consideração especial na aplicação desse direito.²⁹ O artigo 43 da Constituição da Etiópia prevê que os povos da Etiópia como um todo e cada nação, A nacionalidade e as pessoas na Etiópia, em particular, têm direito a melhores condições de vida e a um desenvolvimento sustentável.³⁰ As constituições de alguns outros Estados reconhecem outros direitos humanos que contribuem para a realização e implementação do direito ao desenvolvimento, como o direito a desfrutar de um meio ambiente saudável,³¹ ou preveem que o Estado tem o dever de proteger os recursos naturais e garantir o desenvolvimento sustentável.³²

28. Além disso, os tribunais regionais elaboraram o conteúdo do direito ao desenvolvimento por meio de interpretação judicial. Por exemplo, a Corte Africana de Direitos Humanos e dos Povos concluiu que a participação é um componente-chave do direito ao desenvolvimento.³³ Da mesma forma, a Corte de Justiça da África Oriental, em *African Network for Animal Welfare v. the Attorney General of the United Republic of Tanzania*, estabeleceu um equilíbrio entre o direito ao desenvolvimento e o direito ao meio ambiente e sugeriu que alternativas para projetos destrutivos de desenvolvimento deveriam ser encontradas.³⁴

29. No plano regional, o direito ao desenvolvimento foi reconhecido na Carta da Organização dos Estados Americanos (art. 17), na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (art. 22), na Carta Árabe de Direitos Humanos (art. 37) e na Declaração de Direitos Humanos da Associação das Nações do Sudeste Asiático (art. 35). Um dos objetivos gerais do Acordo que Estabelece a Zona de Livre Comércio Continental Africana é promover e alcançar o desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo, a igualdade de gênero e as transformações estruturais dos Estados Partes (art. 3 (e)).

30. A nível internacional, o direito ao desenvolvimento tem informado vários quadros políticos, como a Agenda de Ação de Adis Abeba, o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030, o Acordo de Paris e a Agenda 2030. O processo de elaboração de um pacto sobre o direito ao desenvolvimento também está em estágio avançado no Conselho de Direitos Humanos.

27) Ver Sigrun Skogly, *The Human Rights Obligations of the World Bank and the International Monetary Fund* (Londres, Cavendish Publishing, 2001). 28) A/78/160. 29) Ver <https://faolex.fao.org/docs/pdf/mlw136089.pdf>. 30) Ver <https://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/en/et/et007en.pdf>. 31) Ver, por exemplo, as Constituições da Argentina, Colômbia, Guatemala, México e Paraguai. Disponível em <https://constituteproject.org/countries>. 32) Constituição de El Salvador, art. 117. 33) Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos contra o Quênia, Requerimento n.º 006/2012, Acórdão, 26 de maio de 2017. 34) Elsabé Boshoff, "Rethinking the premises underlying

the right to development in African human rights jurisprudence", *Review of European, Comparative and International Environmental Law*, vol. 31, n. 1 (2022), p. 33. A/HRC/54/27 8 GE.23-14421 Conselho de Direitos. 35^º

Uma vez adotado, o pacto marcará um marco importante ao fortalecer o status jurídico do direito, bem como as obrigações correspondentes dos Estados e outros atores.

B. Implementação prática do direito ao desenvolvimento.

31. A Agenda 2030 ajudou na implementação prática do direito ao desenvolvimento em todas as regiões do mundo. Também ajudou a reforçar alguns componentes centrais do direito, como a não discriminação, não deixar ninguém para trás, a partilha justa e equitativa dos benefícios, a proteção do planeta e a equidade intergeracional.

32. Muitos Estados adotaram políticas e programas para realizar o direito ao desenvolvimento, em particular das populações marginalizadas ou vulneráveis.³⁶ Por exemplo, o Governo do Chile concluiu o Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas para 2023-2026, que estabelece um roteiro transformador para acelerar o seu caminho para o desenvolvimento sustentável, inclusivo e resiliente, incluindo a consecução da igualdade substantiva no acesso e no pleno exercício dos direitos humanos.³⁷ O Equador adotou o Plano de Ação para as Diversidades LGBTI+ 2022-2025, que busca integrar os interesses comuns da população LGBTI+ no planejamento institucional e nas estratégias nacionais.³⁸ O Senegal tem seguido uma ambiciosa política de descentralização que permite às autoridades locais administrar livremente os recursos e a riqueza locais em benefício de suas comunidades.³⁹

33. Vários Estados também adotaram medidas para erradicar a pobreza nas últimas décadas, criando assim as condições necessárias para a realização do direito ao desenvolvimento. Nos últimos 40 anos, a China tirou cerca de 800 milhões de pessoas da pobreza extrema (renda inferior a US\$ 1,90 por dia), representando cerca de três quartos da redução da pobreza extrema globalmente desde 1980.⁴⁰ No Quênia, várias estratégias tiveram um resultado positivo na redução da pobreza, apesar do impacto negativo da pandemia de COVID-19.⁴¹ Na região latino-americana, países como Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional de), Brasil, Panamá e Uruguai reduziram significativamente a pobreza, inclusive adotando políticas redistributivas.⁴²

34. Há um reconhecimento crescente de que a proteção social universal é também uma parte importante das condições necessárias para realizar o direito ao desenvolvimento e todas as liberdades fundamentais no mundo pós-COVID-19.⁴³ Os Estados também tomaram medidas para superar a exclusão digital. Por exemplo, a Malaysia Digital Economy Corporation tomou várias medidas para alcançar a inclusão digital.⁴⁴

C. O direito ao desenvolvimento subjacente exige uma nova ordem econômica

35. O direito ao desenvolvimento está recuperando seu devido lugar na arena do direito internacional dos direitos humanos como resultado das falhas da ordem econômica atual, que continua a deixar milhões de pessoas para trás de forma sistêmica, daí o apelo por uma nova ordem transformadora, incluindo um novo contrato social.⁴⁵ O Secretário-Geral, estabelecendo suas prioridades para 2023, mencionou expressamente a realização dos direitos sociais e econômicos e o direito ao desenvolvimento.⁴⁶ Além disso, o apelo do Alto Comissariado para uma economia dos direitos humanos, que "direcione o investimento para enfrentar e corrigir as barreiras à igualdade, à justiça e à sustentabilidade" e "construa o máximo espaço para a participação inclusiva e o diálogo social",⁴⁷ compartilha a visão do direito ao desenvolvimento articulada acima.

35) Ver <https://www.ohchr.org/en/hrc-subsiidiaries/iwg-on-development>. 36) A/HRC/41/50, parágrafos 35–46; e veja <https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/Development/seminar-contributiondevelopment/1st-study/WangXigen.pdf>. 37) Submissão do Chile. 38) Submissão do Equador. 39) Submissão do Senegal. 40) Ver <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/04/01/lifting-800-million-people-out-ofpoverty-new-report-looks-at-lessons-from-china-s-experience>. 41) Grupo Banco Mundial, *Rising Above the Waves*, Kenya Economic Update No. 23 (junho de 2021), pp. 3 e 4. 42) Collins Ayoo, "Estratégias de redução da pobreza em países em desenvolvimento", in *Desenvolvimento Rural: Educação, Sustentabilidade, Multifuncionalidade*, Paola de Salvo e Manuel Vaquero Pineiro, eds. 43) Ver A/HRC/47/36. 44) Submissão da Malásia.

Do mesmo modo, o direito ao desenvolvimento deve ser uma componente central da Cimeira do Futuro. Para ilustrar, destaca-se no policy brief intitulado "Valorizar o que conta: quadro para progredir para além do produto interno bruto" que o desenvolvimento sustentável é multidimensional e que o foco exclusivo no produto interno bruto não captura os impactos adversos do crescimento econômico sobre o meio ambiente e a biodiversidade.⁴⁸ Estes elementos são componentes essenciais do direito ao desenvolvimento.

IV. Principais desafios em curso.

36. Com base em discussões com várias partes interessadas e em uma revisão da literatura, o Relator Especial identificou seis desafios que estão minando a capacidade dos Estados e de outros atores de realizar plenamente o direito ao desenvolvimento: (a) confusão conceitual; (b) Capacidades limitadas; (c) polarização; (d) falta de participação; (e) desigualdades; e (f) a ordem neocolonial e neoliberal.⁴⁹

A. Confusão conceitual.

37. Durante as consultas, representantes de alguns Estados e outras partes interessadas fizeram perguntas ao Relator Especial que, em conjunto, podem ser consideradas como confusão conceitual.⁵⁰ Há várias vertentes nessas questões: (a) o que exatamente o direito ao desenvolvimento significa na prática; (b) como esse direito está relacionado a outros direitos humanos e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; (c) qual é a relação do direito ao desenvolvimento com o desenvolvimento econômico ou outras abordagens, como os direitos humanos baseados no desenvolvimento e o desenvolvimento baseado nos direitos humanos; e (d) qual o fundamento e a relevância do dever de cooperação internacional na efetivação do direito ao desenvolvimento. Algumas dessas confusões conceituais também contribuíram para que certos Estados adotassem uma posição política antagônica em relação ao direito ao desenvolvimento.

38. Visões divergentes também podem ser vistas em escritos acadêmicos sobre o significado do direito ao desenvolvimento, seu valor agregado ou a necessidade de legalização. Um estudioso argumentou que não há fundamentos sólidos para afirmar que há um direito legal ao desenvolvimento.⁵¹ Outro estudioso observou que o direito ao desenvolvimento funciona como um "direito de agrupamento".⁵² Em 45 Secretário-Geral, "Fighting inequality: a new social contract for a new era", décima oitava conferência anual de Nelson Mandela, Nova York, 18 de julho de 2020; e <https://www.ituc-csi.org/new-social-contractfive-demands>.

46) Ver <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2023-02-06/secretary-generals-briefing-thegeneral-assembly-priorities-for-2023>. 47) Ver <https://www.ohchr.org/en/statements-and-speeches/2023/04/statement-un-human-rights-chiefhuman-rights-economy>. 48) Nações Unidas, *Our Common Agenda Policy Brief No. 4* (maio de 2023). 49) Três desafios são identificados em A/HRC/36/49: (a) politização; (b) falta de engajamento; e (c) tendências globais adversas. 50) Nota-se que há uma falta de acordo sobre o que exatamente o direito ao desenvolvimento implica e como ele pode ser operacionalizado (Nico Schrijver, "A new convention on the human right to development: Putting the cart before the horse?", *Netherlands Quarterly of Human Rights*, vol. 38, n. 2 (junho de 2020), p. 85). Ver também Roman Girma Teshome, "O projeto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento: um novo amanhecer

para o reconhecimento do direito ao desenvolvimento como um direito humano?" *Human Rights Law Review*, vol. 22, n. 1 (junho de 2022), pp. 4 e 5. 51) Jack Donnelly, "Em busca do unicórnio: a jurisprudência e a política do direito ao desenvolvimento", *California Western International Law Journal*, vol. 15 (1985), p. 477. 52) Schrijver, "Uma nova convenção sobre o direito humano ao desenvolvimento", p. 92.

De fato, também têm sido feitos apelos para "dissolver" o direito porque ele duplica o trabalho realizado no campo das obrigações extraterritoriais e transnacionais de direitos humanos de Estados e atores não estatais.⁵³

39. Algumas das práticas relativas ao direito ao desenvolvimento também são problemáticas porque tendem a se concentrar principalmente em uma dimensão do direito (isto é, o desenvolvimento econômico cumulativo), adotar uma mentalidade de sequenciamento entre o desenvolvimento econômico e a realização dos direitos humanos, ou ignorar o impacto adverso do desenvolvimento econômico sobre o meio ambiente, bem como a capacidade das gerações futuras de realizar suas aspirações de desenvolvimento. Essas práticas são inconsistentes com a conceituação normativa do direito contida na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, na Declaração do Rio e na Declaração de Viena.

B. Capacidades limitadas

40. Realizar o direito ao desenvolvimento requer recursos – conhecimentos técnicos, pessoal, finanças e tecnologias. Muitos Estados, em particular os Estados menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, enfrentam sérios problemas de capacidade para mobilizar ou aceder aos recursos necessários. Estes défices de capacidade surgem por várias razões. Por exemplo, alguns Estados não estão se beneficiando do comércio internacional, das cadeias de suprimentos globais e do investimento estrangeiro direto. A evasão fiscal das empresas e os fluxos financeiros ilícitos também minam a capacidade dos Estados de mobilizar recursos financeiros adequados.⁵⁴ Além disso, os desafios são colocados pelo endividamento crescente.

41. A Agenda de Ação de Adis Abeba fornece caminhos para superar a maioria desses déficits de capacidade. No entanto, o progresso na tradução desses compromissos em ação tem sido lento e a COVID-19 reverteu alguns dos ganhos.

C. Polarização

42. As contínuas divisões entre os Estados sobre a natureza e o conteúdo do direito ao desenvolvimento e os deveres correspondentes levaram a uma profunda polarização e politização.⁵⁵ Alguns Estados pensam que esse direito pode ser empregado "para formular obrigações que lhes incumbem de fornecer ajuda ao desenvolvimento a países que não podem, por si só, realizar o direito ao desenvolvimento de seus habitantes".⁵⁶ Receiam igualmente que sejam aplicadas alterações profundas na ordem económica internacional com base no direito ao desenvolvimento, incluindo condições mais justas de comércio mundial, redução da dívida e transferência obrigatória de tecnologia.

43. A polarização também se reflete no contraste dos Estados posições em relação à proposta de pacto sobre o direito ao desenvolvimento que está sendo negociada no Conselho de Direitos Humanos.⁵⁷ Tal polarização, que também é alimentada pelo amplo âmbito do direito e pela falta de clareza sobre os deveres correspondentes, é uma grande barreira para que os Estados trabalhem juntos para realizar o direito ao desenvolvimento.

53) Arne Vandenberg, "The right to development in international human rights law: A call for its dissolution", *Netherlands Quarterly of Human Rights*, vol. 31, n. 2 (junho de 2013), p. 208. 54) Shane Darcy, "'O elefante na sala':

elisão fiscal corporativa e negócios e direitos humanos", *Business and Human Rights Journal*, vol. 2, n. 1 (2017), p. 1. 55) A/HRC/36/49, nº 30, alínea a). Ver também Yuefen Li, Daniel Uribe e Danish, "The international discourse on the right to development and the need to revigorate its implementation", *Research Paper No. 149* (Genebra, Centro Sul, 2022), pp. 10-15; e Marks, "O direito humano ao desenvolvimento", pp. 141-152. 56) Schrijver, "Uma nova convenção sobre o direito humano ao desenvolvimento". 57) A/HRC/41/50, n.º 17.

- D. Falta de participação.

44. Embora a participação ativa, livre e significativa das pessoas nos processos de tomada de decisão seja um elemento-chave do direito ao desenvolvimento, na prática, os Estados e outros atores não costumam garantir que essa participação seja facilitada. Por exemplo, a Comissão Africana observou que "o Estado tem o dever de consultar ativamente a referida comunidade de acordo com seus costumes e tradições. Esse dever exige que o Estado aceite e divulgue informações, e implica uma comunicação constante entre as partes. Essas consultas devem ser de boa-fé, por meio de procedimentos culturalmente apropriados e com o objetivo de chegar a um acordo."⁵⁸

45. A falta de participação, especialmente de indivíduos e grupos vulneráveis ou marginalizados, contribui frequentemente para a partilha desigual de benefícios econômicos, deslocamento forçado de comunidades, divisões sociais, poluição ambiental, perda de biodiversidade e perseguição de defensores de direitos humanos.⁵⁹ O resultado geral de tal processo decisório é a prosperidade econômica de alguns à custa do bem-estar da maioria das pessoas e do planeta.

- E. Desigualdades.

46. As desigualdades (sociais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e digitais) dentro e entre os Estados são um grande desafio para a realização do direito ao desenvolvimento.⁶⁰ Indivíduos e comunidades vulneráveis e marginalizados que vivem em países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem litoral, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e países em conflito enfrentam desigualdades adicionais. Os refugiados – que são forçados a fugir de seus países de origem devido a guerras e conflitos – são um dos grupos mais vulneráveis, presos em camadas de desigualdades.⁶¹

47. Apesar da adoção de leis e políticas de não discriminação, muitos indivíduos e comunidades, como Dalits, Roma, Haratine, Burakumin e Quilombolas, continuam a sofrer discriminação com base no trabalho e na descendência em diferentes regiões do mundo, prejudicando diretamente sua capacidade de realizar seu direito ao desenvolvimento. Meninas, mulheres e pessoas LGBTQ+ continuam a enfrentar várias formas de discriminação (incluindo a disparidade salarial de gênero, assédio sexual e violência baseada em gênero) tanto na esfera privada quanto na pública. A desigualdade econômica é a mais alta de todos os tempos, com 1% da população global possuindo mais da metade da riqueza mundial.⁶²

48. As desigualdades também se refletem no acesso a alimentos saudáveis e no nível geral de fome global. Quase 3,1 bilhões de pessoas não podiam pagar por uma dieta saudável em 2020⁶³ e estima-se que 1,1 bilhão de residentes urbanos viviam em favelas ou condições semelhantes a favelas em 2020.⁶⁴ Quando uma parcela tão significativa da população mundial vive sob tais condições, o objetivo de realizar o direito ao desenvolvimento, ou desfrutar dos direitos humanos em geral, torna-se ilusório.

58) Centre for Minority Rights Development (Quênia) e Minority Rights Group International, em nome de Endorois Welfare Council v. Kenya, para. 289. 59) Submissão do Fórum Asiático de Direitos Humanos e Desenvolvimento; e submissão conjunta de 71 organizações da sociedade civil. 60) Ver A/HRC/39/51. 61) O número total de refugiados

aumentou para 34,6 milhões no final de 2022, o maior número já registrado (The Sustainable Development Goals Report: Special Edition (publicação das Nações Unidas, 2023), p. 33). 62) Submissão da Oxfam International. 63) Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Programa Mundial de Alimentos e Organização Mundial da Saúde, O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo: Reaproveitamento de Políticas Alimentares e Agrícolas para Tornar Dietas Saudáveis Mais Acessíveis (Roma, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2022), pág. xiv. 64) Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, p. 34.

49. A pandemia de COVID-19 agravou algumas dessas desigualdades, bem como a capacidade dos países em desenvolvimento de lidar com a situação. Muitos países em desenvolvimento têm sido confrontados com um declínio no comércio, espaço fiscal drasticamente reduzido e um nível sem precedentes de dívida pública, com 60% dos países de baixa renda em dificuldades de endividamento ou em altos riscos de endividamento.⁶⁵

F. Ordem neocolonial e neoliberal

50. O direito ao desenvolvimento está intimamente ligado à colonização passada, que minou diretamente as capacidades de muitas pessoas no Sul global de realizar seu direito ao desenvolvimento. Apesar disso, muitos Estados que se beneficiaram diretamente da exploração de pessoas e recursos durante a colonização continuam negando seu dever de corrigir uma injustiça histórica: povos e Estados que foram vítimas da colonização merecem não apenas um sincero pedido público de desculpas e reparação, mas também apoio financeiro e tecnológico como parte de um dever de cooperação e solidariedade internacional.

51. Outro aspecto contínuo da colonização tem sido que as instituições financeiras internacionais não permitem aos países em desenvolvimento uma representação justa nos processos decisórios e adotam políticas que não priorizam as necessidades e os interesses de desenvolvimento desses países. Uma vez que as pessoas têm o direito de participar nos processos de tomada de decisão relativos ao direito ao desenvolvimento, a exclusão dos países em desenvolvimento da arquitetura de poder das instituições financeiras internacionais constitui um obstáculo importante à obtenção de financiamento para o desenvolvimento em condições justas.

52. Igualmente preocupantes são os desafios colocados ao direito ao desenvolvimento pela ordem econômica neocolonial e neoliberal, sob a qual a grilagem de terras por empresas extrativas e do agronegócio sem uma consulta significativa às pessoas relevantes, a soberania de sementes de agricultores e camponeses é violada por empresas que defendem alimentos geneticamente modificados, os trabalhadores são tratados como uma mercadoria substituível e conscientemente expostos a produtos químicos perigosos ou condições de trabalho desumanas, metade da riqueza recém-gerada na última década foi capturada pelo 1% mais rico, a contribuição das mulheres para a economia do cuidado não é reconhecida, a mercantilização dos direitos humanos é promovida, os consumidores são incentivados a praticar o consumo insustentável para aumentar os lucros das empresas, o dinheiro da evasão fiscal e do fluxo financeiro ilícito é armazenado com segurança em paraísos fiscais, a dívida pública total dos países em desenvolvimento subiu para 60% do seu produto interno bruto, e os Estados mais responsáveis pela atual crise climática hesitam em contribuir para o fundo de perdas e danos.

V. Estratégias para superar desafios.

53. O Relator Especial acredita que os desafios em curso na plena realização do direito ao desenvolvimento poderiam ser superados por vários atores que adotassem certas estratégias específicas (ver quadro). Há também um papel para o Relator Especial, o Mecanismo de

Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento e o Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento na superação de cada um dos desafios.

65 Li, Uribe e Danish, "O discurso internacional sobre o direito ao desenvolvimento e a necessidade de revigorar sua implementação".

A. Abraçar uma visão holística do direito ao desenvolvimento.

54. É importante abordar as confusões ou preocupações de algumas partes interessadas sobre o direito ao desenvolvimento. Fazê-lo deve ajudar não apenas a corrigir a implementação inadequada do direito na prática, mas também a superar a polarização em curso sobre o direito em vários fóruns das Nações Unidas. Desenvolver um entendimento comum sobre o direito ao desenvolvimento também é fundamental para realizar plenamente esse direito de todos os indivíduos e povos, porque isso exigiria cooperação e solidariedade internacionais.

55. O Relator Especial acredita que é fundamental adotar uma compreensão holística do direito ao desenvolvimento, de acordo com sua fundamentação normativa sob a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. Com isso em mente, na seção II do presente relatório, articula-se uma compreensão holística do direito ao desenvolvimento que os Estados e outros atores devem adotar.

56. Na declaração política adotada no fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável de 2023, os Estados reafirmaram essa compreensão holística do direito ao desenvolvimento. Este entendimento será também fulcral para o apelo do Secretário-Geral a uma nova ordem econômica e financeira e a uma nova visão da Cimeira do Futuro. O mesmo se aplica à visão do Alto Comissário de avançar para uma economia dos direitos humanos.

B. Alavancar o papel de múltiplos atores.

57. Para superar os déficits de capacidade na realização do direito ao desenvolvimento, os papéis dos múltiplos atores devem ser aproveitados de forma coordenada. Além dos indivíduos, três conjuntos de atores têm um papel fundamental: Estados, organizações internacionais e atores não estatais. A Figura II fornece uma lista ilustrativa dos atores em cada categoria.

58. O reforço do dever de cooperação e da solidariedade internacional será necessário para mobilizar e disponibilizar os recursos necessários aos países em desenvolvimento e, por sua vez, realizar plenamente o direito ao desenvolvimento em todas as regiões do mundo. Nesse contexto, a ajuda pública ao desenvolvimento, as políticas comerciais inclusivas para o desenvolvimento sustentável e a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular serão fundamentais. Além disso, organizações internacionais, parceiros de desenvolvimento, empresas e outros atores não estatais podem oferecer ajuda financeira, conhecimento técnico e tecnologias para facilitar a realização do direito ao desenvolvimento.

C. Construir pontes e parcerias.

59. Os Estados devem elevar-se acima das suas posições políticas e ver o valor da realização do direito ao desenvolvimento de cada ser humano, porque, num mundo interligado, «a pobreza em qualquer parte constitui um perigo para a prosperidade em toda a parte». 66 O mesmo poderia ser dito sobre conflitos e guerras. O deslocamento interno, a migração forçada e uma crise de refugiados muitas vezes desencadeada pela pobreza e conflitos têm impacto em todos os Estados, direta ou indiretamente. Para salvar a globalização e criar um futuro comum,

os Estados devem ir além da adoção de uma visão míope e evitar surfar em ondas de populismo, nacionalismo e xenofobia.

60. O Relator Especial tentará construir pontes entre o Norte global e o Sul global, tentando identificar pontos de entrada comuns. Grupos regionais de Estados, agências das Nações Unidas e organizações da sociedade civil também têm um papel fundamental na facilitação de diálogos para desenvolver um entendimento compartilhado sobre o direito ao desenvolvimento. Parcerias – incluindo parcerias público-privadas – para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável também podem ajudar a superar a polarização entre os Estados.

- D. Garantir a participação popular.

61. Colocar as pessoas no centro de todos os processos de tomada de decisão relacionados com o direito ao desenvolvimento a nível local, nacional, regional e internacional contribuirá muito para dar resposta às preocupações atuais sobre a falta de uma participação significativa. Os Estados, os bancos públicos de desenvolvimento, as empresas e outros atores devem respeitar a agência das pessoas e a Declaração⁶⁶ sobre os objetivos e propósitos da Organização Internacional do Trabalho, parte I (c). facilitar uma participação genuína desde a fase inicial. Devem partilhar previamente informações relevantes e precisas, de forma acessível, a fim de garantir que a participação é ativa e informada. Outros elementos relativos à participação são detalhados a seguir.

E. Adotar uma abordagem interseccional.

62. A redução das desigualdades dentro e entre os Estados requer a adoção de uma abordagem multifacetada que envolva a distribuição equitativa de recursos, o investimento na educação e no desenvolvimento de habilidades, a implementação de medidas de proteção social, o combate à discriminação, o apoio a grupos marginalizados e a promoção da cooperação internacional para o comércio justo e os sistemas financeiros. No entanto, considerando que muitas desigualdades são o resultado de múltiplas camadas de discriminação, os Estados, as agências das Nações Unidas, os bancos públicos de desenvolvimento, os parceiros de desenvolvimento, as empresas e outros atores devem adotar uma abordagem interseccional nas políticas, programas e projetos relacionados ao desenvolvimento.

F. Avançar para um modelo de desenvolvimento participativo centrado no planeta.

63. O atual modelo de desenvolvimento não é inclusivo nem sustentável: centra-se no desenvolvimento econômico cumulativo, não assegura a participação das pessoas e ignora as fronteiras planetárias.

64. Como afirmou recentemente o Secretário-Geral: "Não podemos avançar gradualmente. Não é hora de mexer. É um momento de transformação".⁶⁷ Em consonância com esse apelo por uma visão transformadora para o futuro, o Relator Especial acredita que o mundo precisa de um novo modelo de desenvolvimento participativo centrado no planeta. Colocar o planeta no centro garantirá que todo o ecossistema planetário, incluindo as pessoas, a biodiversidade e o meio ambiente, seja protegido e que as consequências negativas da adoção de uma abordagem antropocêntrica sejam minimizadas. Os seres humanos geralmente tendem a ignorar a relevância da natureza e do meio ambiente para sua existência. Além disso, os tomadores de decisão muitas vezes se concentram demais no presente, como se "o futuro fosse um problema de outra pessoa".⁶⁸

65. O Relator Especial considera, portanto, que os administradores do planeta e as gerações futuras devem ser envolvidos em processos de tomada de decisão que tenham relação com seus interesses. O direito ao desenvolvimento anda de mãos dadas com o direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável. O objetivo de não deixar ninguém para trás deve incluir não apenas pessoas, mas também plantas e animais, porque, sem esses organismos, as pessoas não podem sobreviver. Como o direito ao desenvolvimento não é uma licença para destruir o planeta ou minar a capacidade das gerações futuras de realizar suas legítimas aspirações de desenvolvimento, freios devem ser aplicados à ideia de crescimento econômico infinito e mais foco deve ser colocado em garantir a distribuição justa e equitativa dos recursos existentes, respeitando as fronteiras planetárias.

66. Além disso, todas as políticas, programas e projetos de desenvolvimento devem ser desenvolvidos por meio da participação ativa, livre e significativa das pessoas de forma inclusiva. Por enquanto, as vozes representativas de crianças, jovens, mulheres, povos indígenas, trabalhadores migrantes, refugiados, pessoas com deficiência, grupos marginalizados, populações rurais e pessoas LGBTQ+ são pouco envolvidas pelos tomadores de decisão. As pessoas selecionadas participam de um modelo de tomada de decisão de desenvolvimento de cima para baixo e essa participação é frequentemente usada como uma ferramenta para garantir legitimidade para decisões já tomadas. Os resultados desses processos de desenvolvimento excludentes são claros: aprofundamento da pobreza, aumento das desigualdades, xenofobia crescente e aumento da polarização social.

67. Para remediar a situação, todos os tomadores de decisão – como Estados, agências das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais, bancos públicos de desenvolvimento, empresas e organizações da sociedade civil – devem adotar uma abordagem interseccional e ascendente da participação.

67) Ver: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2023-02-06/secretary-generals-briefing-the-general-assembly-priorities-for-2023>. 68 Ibidem.

O arbítrio de todos os indivíduos, povos e comunidades deve ser reconhecido para determinar suas aspirações e prioridades de desenvolvimento. A participação deve ter lugar nas fases iniciais do processo de decisão. Além disso, sempre que necessário e viável, devem ser tomadas medidas afirmativas para ultrapassar os obstáculos financeiros ou linguísticos à participação significativa.

68. Será igualmente necessária uma reforma do regime financeiro e fiscal internacional para apoiar um modelo de desenvolvimento participativo centrado no planeta. O reforço da participação dos países em desenvolvimento na governação das instituições financeiras internacionais e a construção de um regime fiscal internacional baseado nos direitos humanos devem fazer parte dessa reforma sistêmica. Os países em desenvolvimento também precisarão de recursos financeiros e tecnológicos, alívio da dívida e um sistema de comércio mais justo para realizar o direito ao desenvolvimento.

VI. Objetivos e prioridades temáticas.

69. Durante seu mandato, o Relator Especial visa revigorar o direito ao desenvolvimento, demonstrando aos Estados, às agências das Nações Unidas e a outros atores a relevância prática do direito à construção de um futuro comum inclusivo, equitativo e sustentável. Ele estabeleceu três grandes objetivos para seu mandato. Primeiro, promover uma compreensão holística do direito ao desenvolvimento e dissipar percepções ou práticas que

tendem a equiparar o direito ao desenvolvimento com o desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, integrar o direito ao desenvolvimento no sistema das Nações Unidas e nos processos de governança nos níveis nacional e regional, e conectar o direito com outras agendas políticas relevantes, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, negócios e direitos humanos, mudanças climáticas, migração e novas tecnologias. Em terceiro lugar, envidar esforços para colmatar a divisão política entre o Norte global e o Sul global no que diz respeito ao direito ao desenvolvimento, nomeadamente facilitando os diálogos e identificando pontos de entrada comuns.

70. Para alcançar esses objetivos e superar os desafios à realização do direito ao desenvolvimento identificados no presente relatório, o Relator Especial se concentrará em quatro conjuntos de questões temáticas relacionadas a atores, beneficiários, causas e perturbadores. Entre muitos atores, o foco será o papel dos Estados, instituições financeiras internacionais, bancos públicos de desenvolvimento e empresas. Embora todos os seres humanos e povos sejam beneficiários do direito ao desenvolvimento, o Relator Especial se concentrará em particular nas aspirações e necessidades de desenvolvimento de certos grupos vulneráveis ou marginalizados, como crianças, jovens, mulheres, migrantes, pessoas com deficiência e povos indígenas, e gerações futuras. Entre as muitas causas profundas da não realização do direito ao desenvolvimento, o foco estará na falta de participação, déficits de capacidade, conflitos, desigualdades, ordem econômica e modelos de negócios.

71. Finalmente, serão explorados três potenciais disruptores para a realização do direito ao desenvolvimento – conflitos, mudanças climáticas e novas tecnologias. A Figura III apresenta exemplos ilustrativos para esses quatro agrupamentos temáticos.

72. Esses quatro agrupamentos temáticos serão o foco dos relatórios do Relator Especial, bem como de outros trabalhos, como resumos de políticas e apresentações de *amicus curie*. As questões também orientarão seus compromissos durante as visitas aos países e no envio de comunicações aos Estados e outros atores. A seguir, apresenta-se uma breve elaboração dos quatro conjuntos de números temáticos.

- A. Atores.

73. Como acima se referiu, o papel dos múltiplos intervenientes deve ser aproveitado na plena realização do direito ao desenvolvimento de todos os seres humanos e povos. Cada Estado tem deveres tripartidos em matéria de direito ao desenvolvimento. Os Estados devem acelerar seus esforços individuais e conjuntos para implementar a Agenda 2030 e manter o direito ao desenvolvimento no centro da Cúpula do Futuro. Devem também reformar os regimes que regem os acordos comerciais e de investimento, bem como as zonas econômicas especiais e as zonas de processamento de exportação, que são veículos proeminentes para alcançar o desenvolvimento. Além de continuar a fornecer ajuda pública ao desenvolvimento, os Estados devem agir coletivamente como parte de um dever de cooperação e construção da solidariedade internacional. Contribuir para o fundo de perdas e danos é um exemplo disso. O Relator Especial examinará o que mais Estados devem fazer, individual e coletivamente, para realizar o direito ao desenvolvimento, explorando vários pontos de entrada para a ação.

74. Além dos Estados, as instituições financeiras internacionais, os bancos públicos de desenvolvimento e as empresas são indispensáveis à realização do direito ao desenvolvimento. Em seu primeiro relatório temático à Assembleia Geral, o Relator Especial tratou do papel das empresas na realização do direito ao desenvolvimento.⁶⁹ No relatório, ele destacou o que as empresas precisam fazer para contribuir para o desenvolvimento inclusivo, equitativo e

sustentável. Ele também fez um apelo para uma mudança fundamental na forma como as empresas operam na sociedade, reorientando o propósito dos negócios, mudando modelos de negócios irresponsáveis e indo além da abordagem de "não causar dano". Em um relatório futuro, o Relator Especial se concentrará no papel dos bancos públicos de desenvolvimento na assistência aos Estados na realização do direito ao desenvolvimento, incluindo o apoio a uma transição justa para uma economia verde. Ele também pretende envolver o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial com o objetivo de trazer uma mudança estrutural em suas políticas, governança e orientação para contribuir mais plenamente para a realização do direito ao desenvolvimento. 69 A/78/160. •Crianças, jovens, migrantes, mulheres, pessoas com deficiência, povos indígenas e gerações futuras •Não participação, déficits de capacidade, desigualdades, ordem econômica e modelos de negócios •Estados, instituições financeiras internacionais, bancos públicos de desenvolvimento e empresas •Conflitos, mudanças climáticas e novas tecnologias. Disruptores, Atores, Causas, Beneficiários.

B. Beneficiários.

75. Todos os seres humanos e povos são beneficiários do direito ao desenvolvimento. No entanto, alguns desses beneficiários – aqueles que foram marginalizados, tornados vulneráveis ou ignorados – enfrentam desafios adicionais na realização do direito ao desenvolvimento. Embora não seja possível para o Relator Especial se concentrar em todos esses beneficiários em detalhes, ele prevê se concentrar em particular nas experiências, perspectivas e necessidades de crianças, jovens, mulheres, migrantes, pessoas com deficiência, povos indígenas e gerações futuras. Serão envidados esforços para envolver representantes desses beneficiários nas consultas.

76. O que o direito ao desenvolvimento significa para crianças, adolescentes, jovens e gerações futuras e como os tomadores de decisão devem engajar esses beneficiários do desenvolvimento será o foco de um relatório futuro. Além disso, o Relator Especial integrará uma perspectiva de gênero interseccional de forma transversal ao longo do seu mandato para lidar com a discriminação enfrentada por indivíduos ou grupos em razão do sexo, orientação sexual ou identidade de gênero e, por sua vez, promover a igualdade substantiva de gênero. O desenvolvimento de orientações e a compilação de boas práticas relativas à inclusão de pessoas com deficiência nas políticas, programas e projetos de desenvolvimento serão outra prioridade.

77. Os migrantes têm sido uma pedra angular do desenvolvimento desde os primórdios dos tempos.⁷⁰ Os trabalhadores migrantes contribuem para o desenvolvimento nos países de origem e de destino. No entanto, os processos de recrutamento e visto existentes, juntamente com as vulnerabilidades relacionadas com a pobreza, discriminação, conflitos e alterações climáticas, tornam muitos trabalhadores migrantes um alvo fácil para a exploração. Além disso, a migração para muitos trabalhadores não está ligada a vias de imigração, criando novamente uma armadilha para abusos e integração sociocultural inadequada nos países de destino. O Relator Especial pretende explorar onexo entre a migração humana e o direito ao desenvolvimento, em conformidade com as normas internacionais, incluindo o Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular.

78. Os povos indígenas muitas vezes sofrem o peso do atual modelo de desenvolvimento, que não respeita seu direito de determinar prioridades e estratégias de desenvolvimento. Suas terras e recursos são retirados para projetos de desenvolvimento sem seu consentimento livre, prévio e informado. Os povos indígenas também são vulneráveis devido à pressão por projetos de energia renovável. Portanto, o Relator Especial pretende se

concentrar nas aspirações de desenvolvimento dos povos indígenas, de acordo com os padrões internacionais relevantes.

- C. Causas.

79. Há muitas causas profundas por trás da não realização do direito ao desenvolvimento. A falta de participação significativa das pessoas nos processos de tomada de decisão, os déficits de capacidade relacionados a finanças e tecnologia, as diversas desigualdades, a atual ordem econômica neocolonial e neoliberal e modelos de negócios irresponsáveis são apenas alguns. O Relator Especial pretende lidar com algumas dessas causas profundas de diferentes formas.

80. Os Estados, as agências das Nações Unidas, os bancos financeiros de desenvolvimento, as empresas, as fundações e outros atores devem assegurar a participação ativa, livre e significativa de todas as pessoas, especialmente daquelas que se tornaram vulneráveis ou marginalizadas, nos processos de tomada de decisão relativos ao direito ao desenvolvimento. No entanto, na realidade, essa participação muitas vezes não é nem inclusiva nem significativa – o encolhimento do espaço cívico significa que a participação ativa e livre é dificilmente viável. A não participação dos beneficiários do desenvolvimento significa que os projetos de desenvolvimento estão a deixar demasiadas pessoas para trás e a prejudicar o ecossistema. O Relator Especial tem como objetivo desenvolver orientações para os Estados e outros atores para garantir uma participação significativa, de acordo com a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e outras normas relevantes.

81. Os Estados, especialmente no Sul global, enfrentam déficits significativos de capacidade – alguns dos quais estão ligados à colonização passada e à ordem neocolonial contínua – na realização da⁷⁰ Submissão da Organização Internacional para as Migrações.

Enquanto alguns destes défices estão relacionados com o acesso ao financiamento e às tecnologias, outros estão relacionados com questões de boa governação, como a transparência, a corrupção, o Estado de direito, a independência judicial, os meios de comunicação social livres e a responsabilização. A cooperação internacional e a solidariedade serão fundamentais para preencher essas lacunas de capacidade.

82. As desigualdades múltiplas são outra causa fundamental que deve ser abordada para que o objetivo de não deixar ninguém para trás seja alcançado. O Relator Especial não apenas integrará uma perspectiva interseccional ao longo de seu mandato, mas também desenvolverá orientações para os Estados e outros atores sobre a superação de normas patriarcais, exclusões econômicas e formas interseccionais de discriminação.

83. Torna-se cada vez mais claro que a atual ordem econômica e os modelos empresariais não são adequados para alcançar um desenvolvimento inclusivo, equitativo e sustentável. É necessária uma mudança fundamental. No presente relatório, o Relator Especial partilhou a sua reflexão inicial sobre a necessidade de avançar para um modelo de desenvolvimento participativo centrado no planeta a todos os níveis. Orientações adicionais sobre como operacionalizar esse modelo serão desenvolvidas em parceria com as partes interessadas relevantes.

- D. Disruptores.

84. A busca pela plena realização do direito ao desenvolvimento pode ser interrompida, entre outros, por conflitos, mudanças climáticas e novas tecnologias. O Relator Especial

pretende se concentrar nesses três potenciais perturbadores em seus relatórios, resumos de orientação, visitas ao país, comunicações, apresentações de tribunais e compromissos de palestras.

85. Os conflitos perturbam a paz, afetando diretamente os caminhos para o desenvolvimento por meio da perda de vidas, destruição de propriedades e infraestruturas, violência baseada no gênero, deslocamento forçado, enfraquecimento das instituições de governança e instabilidade política.⁷¹ O que os Estados devem fazer para abordar as causas subjacentes dos conflitos, que papel preventivo os Estados vizinhos poderiam desempenhar na solidificação da paz, como os Estados podem ser encorajados a desviar recursos da militarização e do armamento para o desenvolvimento e Como as empresas poderiam contribuir para a construção da paz e a justiça transicional são algumas das questões que merecem maior atenção no contexto do direito ao desenvolvimento.

86. As alterações climáticas colocarão outro grande desafio aos Estados, em particular aos países em desenvolvimento e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, na concretização do direito ao desenvolvimento nos próximos anos.⁷² Será fundamental assegurar que a transição para uma economia hipocarbônica seja responsável, justa, equitativa e sensível às questões de gênero. Os países desenvolvidos, as agências das Nações Unidas, os parceiros de desenvolvimento, os bancos públicos de desenvolvimento e as empresas serão fundamentais para alcançar este objetivo.

87. A realização do desenvolvimento económico, social, cultural e político requer o acesso a tecnologias acessíveis e seguras em diferentes setores – da agricultura à indústria transformadora, aos transportes, às infraestruturas, à banca, ao comércio, à educação, à habitação, à saúde, à energia e ao ambiente. As tecnologias também serão essenciais para mitigar as emissões de gases de efeito estufa, a adaptação às mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono. O papel facilitador das tecnologias pode ser contrastado com o papel disruptivo das novas tecnologias, como automação, robotização, inteligência artificial e Internet das Coisas. Por exemplo, a automação pode resultar na perda de empregos, enquanto a inteligência artificial pode perpetuar a discriminação existente. As novas tecnologias também trazem desafios de adaptabilidade ou riscos adicionais para grupos vulneráveis, como crianças, idosos e pessoas com deficiência. Há desafios relacionados à exclusão digital, bem como à privacidade e vigilância de dados. Além disso, como visto durante a pandemia COVID-19, os direitos de propriedade intelectual muitas vezes representam uma barreira significativa para a transferência de tecnologia para países em desenvolvimento. O Relator Especial se concentrará em minimizar os aspectos disruptivos das novas tecnologias, inclusive garantindo o desenvolvimento, a transferência, a comercialização e o uso de tecnologias compatíveis com os direitos humanos.

71 Agenda de Ação de Adis Abeba, n.º 8. Ver também submissão da Itália. 72) Ver A/76/154 e A/HRC/48/56.

VIII. Conclusões e recomendações.

A. Conclusões.

89. O direito ao desenvolvimento é um direito humano relevante para todos, em toda a parte. Ao fornecer um caminho para o desenvolvimento holístico (econômico, social, cultural e político) por meio de um processo participativo, é um caminho para realizar todos os outros direitos humanos e liberdades fundamentais e preservar a equidade intergeracional. Também é central para a Agenda 2030, a Agenda de Ação de Adis Abeba, o Quadro de Sendai para a

Redução do Risco de Desastres e o Acordo de Paris. Além disso, o direito ao desenvolvimento sustenta a ideia de uma economia de direitos humanos, a Cúpula do Futuro e os apelos para abordar questões estruturais na ordem econômica atual que desautorizam sistemicamente os países em desenvolvimento de realizar os direitos humanos de seus povos.

90. No entanto, o potencial transformador do direito ao desenvolvimento permanece incumprido devido a vários desafios – que vão desde confusões conceituais até polarização, déficits de capacidade, não participação das pessoas, desigualdades e a atual ordem econômica neocolonial e neoliberal. No presente relatório, o Relator Especial traçou estratégias para superar esses desafios. Há necessidade de abraçar uma visão holística do direito ao desenvolvimento, alavancar o papel de múltiplos atores para fortalecer a capacidade, construir pontes para superar a polarização, garantir a participação significativa das pessoas e integrar uma perspectiva interseccional para superar a discriminação. O mundo também precisa de um novo modelo de desenvolvimento participativo centrado no planeta. Só assim será possível construir um futuro comum inclusivo, equitativo e sustentável para todos.

91. O presente relatório contém um esboço das prioridades temáticas do Relator Especial – agrupadas em torno de atores, beneficiários, causas e perturbadores – e seus métodos de trabalho para alcançar três objetivos principais: (a) promover uma compreensão holística do direito ao desenvolvimento; b) Integrar o direito ao desenvolvimento nos processos de governação a todos os níveis; e (c) superar a divisão política entre o Norte global e o Sul global em relação ao direito ao desenvolvimento.

B. Recomendações.

92. O Relator Especial recomenda que os Estados: (a) adotem uma abordagem holística e sensível às questões de gênero para o direito ao desenvolvimento e abandonem a mentalidade de "desenvolvimento econômico primeiro, direitos humanos depois"; (b) Acelerar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como parte da Agenda 2030 e manter o direito ao desenvolvimento central para operacionalizar a ideia de uma economia de direitos humanos, bem como a Cúpula do Futuro; (c) Construir pontes e parcerias para superar a polarização evitável em torno do direito ao desenvolvimento e engajar-se de boa-fé no processo de adoção de um pacto sobre o direito ao desenvolvimento; d) Respeitar as fronteiras planetárias e a equidade intergeracional na implementação do direito ao desenvolvimento; e) Assegurar a participação ativa, livre e significativa de todas as pessoas, em especial dos indivíduos e grupos vulneráveis e marginalizados, em todas as políticas, programas e projetos relacionados com o desenvolvimento; f) Preservar o espaço cívico, abraçar os princípios da boa governação e integrar uma abordagem interseccional para superar todas as formas de discriminação; g) Tomar medidas decisivas para resolver os problemas sistêmicos da atual ordem econômica, a fim de facilitar uma distribuição equitativa dos benefícios e avançar para um modelo de desenvolvimento participativo centrado no planeta.

93. O Relator Especial recomenda que as instituições financeiras internacionais reformem sua estrutura de governança para proporcionar aos países em desenvolvimento uma palavra a dizer na tomada de decisões, intensificar os esforços para alcançar a Agenda 2030 e a Agenda de Ação de Adis Abeba e aumentar a participação dos povos nos processos de tomada de decisão.

94. O Relator Especial também recomenda que os bancos públicos de desenvolvimento forneçam mais financiamento compatível com os direitos humanos para o desenvolvimento sustentável, tomem medidas para promover a igualdade de gênero, garantam a participação

ativa, livre e significativa de todas as pessoas e organizações da sociedade civil nos processos de tomada de decisão e estabeleçam mecanismos efetivos de reclamação para lidar com impactos adversos aos direitos humanos. Devem também apoiar os países em desenvolvimento na consecução de uma transição justa para uma economia verde.

95. O Relator Especial recomenda ainda que as empresas respeitem todos os direitos humanos (incluindo o direito ao desenvolvimento), contribuam para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tomem medidas ambiciosas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, se abstenham de evasão fiscal e abandonem modelos empresariais irresponsáveis. Devem também adoptar uma abordagem interseccional para superar a discriminação e assegurar a participação activa, livre e significativa das pessoas em todos os projectos de desenvolvimento.

96. O Relator Especial recomenda que as organizações da sociedade civil facilitem a participação significativa das pessoas por parte dos Estados, bancos públicos de desenvolvimento e empresas em todas as políticas, programas e projetos de desenvolvimento. Eles também devem continuar a defender uma reforma sistêmica da atual ordem econômica e modelos de negócios."

O alto escalão se reúne na ONU para falar de saúde

High echelon people meet an UN to discuss health

Paula Reges

Luana Bermudez

Luiz Augusto Galvão

Resumo. A Assembleia Geral da ONU (AGNU) e seu seguimento de alto nível se iniciam na próxima semana em Nova Iorque. Para a 78ª sessão, o tema é: “Reconstruir a confiança e reacender a solidariedade global: Acelerar a ação na Agenda 2030 e nos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) rumo à paz, prosperidade, progresso e sustentabilidade para todos”. Este ano a AGNU 78 convocará três reuniões de alto nível sobre saúde. Estas reuniões representam uma oportunidade histórica para os líderes mundiais colocarem a saúde de volta na agenda política de alto nível, à medida que reafirmam os seus compromissos para acabar com a tuberculose, proporcionar uma cobertura universal de saúde e reforçar a prevenção, a preparação e a resposta a pandemias. Ademais, estamos no meio do ciclo para cumprimento da Agenda 2030 e dos ODS, e por isso, a Assembleia também será palco da Cimeira dos ODS 2023. Será a peça central da Semana de Alto Nível da Assembleia Geral. E fornecerá orientação política de alto nível sobre a Agenda 2030 e a sua implementação, identificando os progressos e os desafios emergentes e mobilizando novas ações para acelerar a implementação.

Palavras-chave: AGNU, Objetivos de desenvolvimento sustentável, Tuberculose, Cobertura universal de saúde.

Abstract. *The UN General Assembly (UNGA) begins next week in New York. For the 78th session, the theme is: “Rebuilding trust and rekindling global solidarity: Accelerating action on the 2030 Agenda and its Sustainable Development Goals (SDGs) towards peace, prosperity, progress and sustainability for all”. This year UNGA 78 will convene three high-level meetings on health. These meetings represent a historic opportunity for world leaders to put health back on the high-level political agenda as they reaffirm their commitments to end tuberculosis, provide universal health coverage and strengthen prevention, preparedness and response to pandemics. Furthermore, we are in the middle of the cycle to fulfill the 2030 Agenda and the SDGs, and therefore, the Assembly will also be the stage for the SDG Summit 2023. It will be the centerpiece of the General Assembly's High-Level Week. And it will provide high-level policy guidance on the 2030 Agenda and its implementation, identifying progress and emerging challenges and mobilizing new actions to accelerate implementation.*

Keywords: *UNGA, Sustainable development goals, Tuberculosis, Universal health coverage.*

Expectativas para a 78ª Assembleia Geral da ONU

Todo mês de setembro, líderes e delegados mundiais reúnem-se na Sede das Nações Unidas em Nova Iorque, EUA, para discutir as questões mais prementes do nosso tempo. Este ano, a 78ª Sessão da Assembleia Geral da ONU abriu em 5 de setembro, e o seu segmento de alto nível – formalmente conhecido como “Debate Geral” – acontecerá de 19 de setembro até 26 de setembro de 2023.

A Assembleia Geral, em sigla AGNU, é o principal fórum para todos os 193 membros da ONU discutirem questões internacionais em linha com a Carta das Nações Unidas. O chamado “Debate”, na verdade, não é um debate. É o espaço no qual os Estados-Membros se revezam nos discursos e têm o direito de resposta quando necessário, sendo uma oportunidade para levantar um tópico que reflita uma questão importante a nível nacional, regional e global.

Para a 78ª sessão, o tema é: “Reconstruir a confiança e reacender a solidariedade global: Acelerar a ação na Agenda 2030 e nos seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) rumo à paz, prosperidade, progresso e sustentabilidade para todos”.

Além do Debate Geral, há uma longa lista de reuniões e eventos paralelos. Este ano a AGNU 78 convocará três reuniões de alto nível sobre saúde. Estas reuniões representam uma oportunidade histórica para os líderes mundiais colocarem a saúde de volta na agenda política de alto nível, à medida que reafirmam os seus compromissos para acabar com a tuberculose, proporcionar uma cobertura universal de saúde e reforçar a prevenção, a preparação e a resposta a pandemias.

Neste ponto médio do cumprimento dos ODS, o mundo não está no bom caminho para atingir as metas de saúde até 2030. Milhões de pessoas não têm acesso a intervenções que salvem vidas e melhorem a saúde, e o ambiente da assembleia também será palco da Cimeira dos ODS 2023.

As Reuniões de Alto Nível (ou High-Level Meeting, HLM, em inglês) ocorrem num momento crítico, à medida que o mundo recupera da pandemia da COVID-19, confrontado com múltiplas crises humanitárias e climáticas. A defesa do direito humano à saúde e a construção de sistemas de saúde equitativos são essenciais para alcançar a cobertura universal à saúde, para construir uma prevenção, preparação e resposta sustentáveis a pandemias, bem como a outras emergências de saúde, e para acabar com epidemias como a tuberculose.

Cimeira dos ODS 2023

A 78ª Sessão inclui uma Cimeira dos ODS (18-19 de Setembro), [SDG Summit 2023](#) que analisa a implementação da Agenda 2030 e dos seus 17 ODS. O programa completo pode ser [consultado](#) e marcará o início de uma nova fase de progresso acelerado em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com orientação política de alto nível sobre ações transformadoras e aceleradas até 2030.

É evidente que o mundo está atrás do compasso necessário para se cumprir as metas da agenda 2030 e espera-se que o marco deste ano seja a cimeira. Que amplifique ações nacionais e o compromisso com as metas.

Convocada pelo Presidente da Assembleia Geral, a Cimeira marcará a metade do prazo estabelecido para a concretização da Agenda 2030 e dos ODS. Será a peça central da Semana de Alto Nível da Assembleia Geral. E fornecerá orientação política de alto nível sobre a Agenda 2030

e a sua implementação, identificando os progressos e os desafios emergentes e mobilizando novas ações para acelerar a implementação.

Espera-se ainda que haja a adoção de uma declaração política concisa e orientada para a ação como documento final, que está disponível desde 1º de setembro¹.

O Secretário-Geral, Antonio Guterres, instou os líderes mundiais a apresentarem um Plano de Resgate para as Pessoas e o Planeta na Cimeira dos ODS através de resultados em três áreas. Em primeiro lugar, solicitou aos países que cumprissem compromissos globais com os ODS, nomeadamente através de um estímulo aos ODS, através do aumento maciço do financiamento e de outras medidas, como o alívio da dívida.

Em segundo lugar, instou os líderes mundiais a transmitirem um Compromisso Nacional para a Transformação dos ODS. Isto poderia incluir parâmetros de referência claros para reduzir a pobreza interna e os níveis de desigualdade até 2027 e 2030, em conjunto com contribuições climáticas determinadas a nível nacional. Traz assim a ideia de parâmetros de referência claros. É semelhante ao que se faz com os compromissos climáticos pelo Acordo de Paris, os quais em intervalos regulares devem ser escalonados. Espera-se que os Estados-Membros apresentem parâmetros de referência muito concretos e planos de ação nacionais.

E em terceiro lugar, todos os países são instados a envolver plenamente os seus círculos eleitorais nacionais, especialmente a sociedade civil e o sector privado, nos preparativos da Cimeira.

Para demonstrar que a ação transformadora é possível e para mobilizar e dimensionar ainda mais a liderança, o investimento e o apoio para obter o máximo impacto, Guterres identificou doze iniciativas de alto impacto que servirão como âncoras para a aceleração dos ODS no futuro.

Seis iniciativas de alto impacto impulsionam transições nas áreas de energia, biodiversidade, educação, proteção social, sistemas alimentares e infraestrutura pública digital.

- De bilhões a trilhões: Cumprindo o ODS7 por meio de pactos energéticos;
- A Transição da Natureza: Valorizando a Biodiversidade como Base para o Desenvolvimento Sustentável;
- Iniciativa de Alto Impacto na Transformação da Educação;
- Acelerador Global de Emprego e Proteção Social para uma Transição Justa;
- Caminhos dos Sistemas Alimentares; e
- Infraestrutura pública digital inclusiva e responsável para os ODS.
- Cinco iniciativas abordam facilitadores para impulsionar o progresso nos ODS:
- Estímulo dos ODS;
- Promoção das capacidades produtivas e da transformação económica estrutural através do comércio;
- Localização dos ODS;
- Mecanismo de envolvimento para capacidades do sector público para o futuro;
- Libertar o dividendo de dados para os ODS.

A eliminação da violência contra as mulheres surge como um tema transversal.

A Cimeira dos ODS também será seguida pela Cimeira do Futuro em 2024, que se baseará nos resultados da Cimeira dos ODS e turbinará a implementação da Agenda 2030.

Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias

A Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPRP) apresenta uma oportunidade para os Estados-Membros mobilizarem ainda mais a dinâmica política, nomeadamente através da integração de uma abordagem multissetorial para a prevenção, preparação e resposta a pandemias, dadas as consequências multifacetadas das pandemias. Acontecerá em 20 de setembro, segundo dia do debate-geral da AGNU.

A reunião consistirá em um segmento de abertura, um segmento plenário para discussão geral, dois painéis com envolvimento de stakeholders e um breve segmento de encerramento. Os temas dos dois painéis serão:

- Garantir a equidade através da governação e da responsabilização para o PPRP, utilizando a coordenação multissetorial a todos os níveis;
- Garantir a equidade através do reforço de capacidades para o PPRP e do aproveitamento de financiamento e investimento oportunos, sustentáveis e inovadores.

Este HLM é uma oportunidade para os Estados-Membros prevenirem e prepararem-se para pandemias e suas consequências, utilizando uma abordagem que envolve todos os setores governamentais.

A reunião foi convocada para Setembro de 2022, em reconhecimento de que a pandemia da COVID-19 demonstrou sérias deficiências a nível nacional, regional e global na preparação, prevenção e detecção atempada e eficaz e resposta a potenciais emergências de saúde, incluindo em a capacidade e a resiliência dos sistemas de saúde, indicando a necessidade de uma melhor preparação para futuras emergências sanitárias.

O resultado será uma declaração política² que visa “mobilizar a vontade política a nível nacional, regional e internacional para a prevenção, preparação e resposta a pandemias”.

Reunião de Alto Nível sobre a Luta contra Tuberculose

Em 22 de setembro acontecerá o segundo HLM sobre tuberculose (TB). O tema da reunião é: “Avançar a ciência, as finanças e a inovação, e os seus benefícios, para acabar urgentemente com a epidemia global de tuberculose, garantindo o acesso equitativo à prevenção, testes, tratamento e cuidados”.

A tuberculose continua a ser uma das principais causas de morte infecciosa no mundo, ceifando 1,6 milhões de vidas anualmente³. Em 2018, os líderes mundiais na Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre TB adotaram uma declaração histórica⁴ (A/RES/73/3), com metas ambiciosas. A declaração catalisou o progresso no sentido de acabar com a TB, salvando vidas. No entanto, as perturbações causadas pela pandemia da COVID-19, juntamente com as crises globais em curso, inverteram anos de progresso.

Apesar destes desafios, os Estados-Membros fizeram progressos significativos no salvamento de milhões de vidas, através da implementação de melhores ferramentas e estratégias para prevenir, detectar e tratar a TB, reforçar a colaboração entre setores para enfrentar os principais factores da epidemia e estreitar a cooperação entre agentes, envolvimento com as comunidades e a sociedade civil.

A expansão do acesso aos serviços de TB para todas as pessoas afectadas pela doença, possibilitada por financiamento adequado, envolvimento da comunidade e da sociedade civil,

medidas de protecção social e vacinas eficazes pode tornar a erradicação da epidemia de TB até 2030 uma realidade.

A reunião³ contará com a presença dos Estados-Membros e as suas delegações, incluindo Chefes de Estado e outros líderes, ministros de ministérios relevantes, representantes parlamentares, representantes da sociedade civil, incluindo organizações não governamentais e lideranças indígenas, organizações comunitárias e organizações religiosas, universidades, fundações filantrópicas, setor privado e redes que representam pessoas afetadas pela tuberculose.

O principal objetivo da reunião é implementar uma análise abrangente do progresso no contexto do cumprimento das metas estabelecidas na declaração política de 2018⁴ e nos ODS. Essa revisão visa identificar lacunas e soluções para acelerar o progresso no sentido de acabar com a epidemia até 2030, seja em nível nacional, regional ou global.

Em preparação para a reunião de alto nível, os Estados-Membros solicitaram ao Secretário-Geral, com o apoio da Organização Mundial da Saúde, que desenvolvesse um relatório⁵ abrangente e analítico sobre os progressos alcançados e os desafios remanescentes na concretização dos objetivos relativos à tuberculose no contexto de alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, incluindo sobre o progresso e a implementação da declaração política de 2018⁴.

Reunião de Alto Nível sobre Cobertura Universal em Saúde

Esta Reunião de Alto Nível representa uma oportunidade para os países e as partes interessadas renovarem os esforços e acelerarem o progresso no sentido de alcançar a saúde para todos. Isto servirá de base para a execução de políticas e para garantir a responsabilidade pelo fortalecimento dos sistemas de saúde para o futuro, com base na Declaração Política de 2019.

Em Setembro de 2019, os Chefes de Estado e de Governo aprovaram uma declaração política ambiciosa e abrangente na reunião de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a cobertura universal de saúde (CUS), reafirmando o direito de cada ser humano, sem qualquer tipo de distinção, à gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental e reafirmar o compromisso de alcançar a cobertura universal de saúde até 2030. A declaração foi adotada por meio da resolução A/RES/74/2, com a decisão de convocar uma reunião de alto nível sobre a cobertura universal de saúde em 2023 em Nova York

Este ano o tema da reunião que acontece em 21 de setembro é: "Cobertura Universal de Saúde: expandindo a nossa ambição para a saúde e o bem-estar num mundo pós-COVID. Visa uma declaração concisa e orientada para a ação, baseada numa revisão abrangente da implementação da declaração de 2019, nas lições aprendidas com a COVID-19, nas lacunas identificadas e nas recomendações baseadas em evidências para acelerar o progresso rumo à alcançar a cobertura universal de saúde até 2030.

O momento que se realiza o encontro constata o frágil percurso para o alcance aos ODS, incluindo a saúde. O acesso aos serviços essenciais de saúde estagnou desde o lançamento da agenda dos ODS. Uma abordagem de cuidados de saúde primários é o caminho mais inclusivo, equitativo e econômico para a cobertura universal de saúde. No entanto, a implementação depende agora de uma agenda de investimento que repensa, alinha e prioriza os investimentos

para fortalecer os sistemas de saúde e todos os sectores para enfrentar os determinantes da saúde e concretizar o direito à saúde para todos.

Haverá a estruturação de dois painéis:

- Painel 1: O que é uma abordagem de cuidados de saúde primários e porque é que é importante?
 - Por que a abordagem dos cuidados de saúde primários é importante e que mudanças transformacionais são necessárias agora para acelerar o progresso?
 - Como podemos passar da retórica à ação para envolver e capacitar os pacientes e as comunidades?
 - Que mudanças são necessárias para incorporar a abordagem dos cuidados de saúde primários no centro dos esforços em emergências de saúde?
 - Por que a abordagem dos cuidados de saúde primários é importante para a agenda mais ampla dos ODS?
- Painel 2: Alinhar os nossos investimentos para a saúde e o bem-estar num mundo pós-COVID.
 - Como podemos alinhar melhor os investimentos para desbloquear o progresso pós-COVID na saúde
 - e bem-estar?
 - Qual é o papel dos Deputados no aumento do investimento interno?
 - Como podem os bancos de desenvolvimento desencadear um maior alinhamento e investimento no sector primário?
 - assistência médica?
 - Como pode a sociedade civil garantir que os investimentos respondem às necessidades das pessoas?

O enfoque dado às temáticas de saúde nesta UNGA é único, entretanto é muito questionado se realmente as declarações políticas trarão propostas relevantes e realmente agregadoras. É evidente que tamanha presença dos temas durante a assembleia, com a presença de tantas autoridades, reforça o quão importante é um mundo mais saudável e com menos iniquidades para todos.

Entretanto, o receio de esvaziamento de discussões existe. Há múltiplos movimentos andando em paralelo. Relacionado à prevenção, preparo e resposta à pandemias, por exemplo, há as discussões contínuas no Órgão Intergovernamental de Negociações para construção do tratado, acordo ou instrumento pandêmico, a revisão do Regulamento Sanitário Internacional e a plataforma de mecanismos para contramedidas médicas. Como articular todos esses processos para que haja consonância e reforço de ações nas diferentes searas?

Referências

- 1.Nations U. Political Declaration [Internet]. United Nations. Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/SDGSummit2023/political-declaration>. Acesso em 11 set. 2023.
- 2.Nations U. Political Declaration [Internet]. United Nations. Disponível em: <https://www.un.org/pga/77/wp-content/uploads/sites/105/2023/06/Zero-draft-PPPR-Political-Declaration-5-June.pdf>. Acesso em 11 set. 2023.
- 3.Concept Note: High Level Meeting of the United Nations General Assembly on the High-Level Meeting on the Fight Against Tuberculosis [Internet]. www.who.int. Disponível em:

<https://www.who.int/publications/m/item/high-level-meeting-of-the-united-nations-general-assembly-on-the-high-levelmeeting-on-the-fight-against-tuberculosis>. Acesso em 11 set. 2023.

4. Political declaration of the UN high-level meeting of the General Assembly on the fight against TB [Internet]. www.who.int. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/political-declaration-of-the-un-high-level-meeting-of-the-general-assembly-on-the-fight-against-tb>. Acesso em 11 set. 2023.

5. Comprehensive review of progress towards the achievement of global tuberculosis targets and implementation of the political declaration of the United Nations high-level meeting of the General Assembly on the fight against tuberculosis [Internet]. www.who.int. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/comprehensive-review-of-progress-towards-the-achievement-of-global-tuberculosis-targets-and-implementation-of-the-political-declaration-of-the-united-nations-high-level-meeting-of-the-general-assembly-on-the-fight-against-tuberculosis>. Acesso em 11 set. 2023.

Os efeitos das mudanças climáticas na saúde se intensificam globalmente

The health effects of climate change are intensifying globally

Danielly de P. Magalhães

Luiz Augusto Galvão

Abstract: *The adverse impacts of climate change on global health are escalating, particularly affecting South Asia and the Middle East, where approximately 500 million people are expected to endure extreme heat for over a month each year by 2030. This prolonged exposure poses grave health risks, including heat-related illnesses, cardiovascular, respiratory, and renal diseases, neonatal complications, increased mortality rates, and infectious diseases. These severe health threats could quadruple by 2030 and potentially affect 1.3 billion individuals by 2050, exerting immense pressure on healthcare systems, particularly in low-income regions. Healthcare professionals are vital in raising awareness and ensuring climate-resilient facilities.*

The Africa Climate Summit and Africa Climate Week addressed climate change's economic toll on Africa, with losses estimated at \$7 billion to \$15 billion annually. The UAE Carbon Alliance pledged \$450 million in carbon credits from the Africa Carbon Market Initiative, but activists advocate for climate debt compensation and relief for developing nations.

At the 10th IPBES Plenary, invasive alien species' threats to ecosystems, economies, and health were emphasized. IPBES aims to strengthen capacity, knowledge, and indigenous engagement, conducting assessments on global biodiversity and ecosystems while supporting the Global Biodiversity Framework. A new report on Ecosystem Services is due by 2026.

Keywords: *Extreme events. Africa Climate Week. IPBES Plenary. Invasive alien species. Heatwave.*

Resumo: Os impactos adversos das mudanças climáticas na saúde global estão aumentando, afetando particularmente o Sul da Ásia e o Oriente Médio, onde aproximadamente 500 milhões de pessoas estarão expostas ao calor extremo durante mais de um mês por ano até 2030. Esta exposição prolongada representa graves riscos para a saúde, incluindo doenças relacionadas ao calor, doenças cardiovasculares, respiratórias e renais, complicações neonatais e aumento das taxas de mortalidade, bem como de doenças infecciosas. Estas graves ameaças à saúde poderão quadruplicar até 2030 e afetar potencialmente 1,3 mil milhões de pessoas até 2050, exercendo uma enorme pressão sobre os sistemas de saúde, especialmente nas regiões de baixos rendimentos. Os profissionais e serviços de saúde são vitais para aumentar a sensibilização e garantir instalações resistentes ao clima.

A Cúpula do Clima na África e a Semana do Clima na África abordaram os custos econômicos das alterações climáticas na África, com perdas estimadas em 7 a 15 mil milhões de dólares anuais. A Aliança de Carbono dos EAU prometeu 450 milhões de dólares em créditos de carbono da Iniciativa do Mercado de Carbono de África, gerando reações em ativistas.

Na 10ª Plenária do IPBES, foram enfatizadas as ameaças das espécies exóticas invasoras aos ecossistemas, à economia e à saúde. O IPBES visa fortalecer a capacidade, o conhecimento e o envolvimento indígena, realizando avaliações sobre a biodiversidade e os ecossistemas globais, apoiando ao mesmo tempo o Quadro Global de Biodiversidade. Um novo relatório sobre serviços ecossistêmicos está previsto para 2026.

Palavras-chave: Eventos extremos. Semana do Clima em África. Plenária do IPBES. Espécies exóticas invasoras. Onda de calor.

Insolação, doenças cardiovasculares, renais, abortos, efeitos neonatais e mortalidade

O Washington Post iniciou uma série em 5 de setembro chamada “The Human Limit” para explorar os riscos das mudanças climáticas à humanidade. Em uma das análises, o Washington Post revela que, até 2030, aproximadamente 500 milhões de pessoas em todo o mundo, particularmente no sul da Ásia e no Oriente Médio, enfrentarão calor extremo por pelo menos um mês a cada ano, causando riscos à saúde. A Índia é a mais afetada, com 270 milhões de pessoas, seguida pelo Paquistão, com quase 190 milhões, e outros milhões na Península Arábica, México e Sudão. O número de pessoas expostas ao calor intenso quadruplicará até 2030 em comparação com a virada do milênio, e pode aumentar ainda mais para 1,3 bilhão até 2050.

O Paquistão está no epicentro desta crise de saúde impulsionada pelo clima, sofrendo com ondas de calor extremas que representam sérios riscos para a saúde. Outras regiões, incluindo Oriente Médio, Índia, partes do Vietnã e China, também devem experimentar ondas de calor cada vez mais severas. Nos Estados Unidos, o calor deve afetar grandes porções do Sul e Sudoeste, com cidades como Houston experimentando 64 dias e Phoenix 88 dias de calor extremo.

Os efeitos do calor extremo são prejudiciais à saúde pública, causando condições como insolação e afetando o coração e os rins. Notavelmente, muitos dos países mais severamente afetados por esses problemas de saúde induzidos pelo clima são os que menos contribuíram para a crise climática, tornando-os mal preparados para lidar com os riscos crescentes

O Washington Post, em colaboração com a CarbonPlan, uma organização sem fins lucrativos especializada em dados climáticos de acesso aberto, fizeram previsões sobre a frequência com que os residentes em quase 15.500 cidades encontrariam condições extremas de calor que poderiam levar à rápida deterioração da saúde. Essas previsões abrangem tanto o futuro imediato quanto as décadas seguintes. Para isso, eles desenvolveram um método para estimar o wet-bulb globe temperature (WBGT). O WBGT é uma medida que explica como o corpo humano reage a condições como temperatura, umidade, luz solar e vento. Embora as medições diretas do WBGT necessitem de equipamento especial, utilizaram dados de modelos climáticos para fazer aproximações. A metodologia detalhada e uma calculadora de WBGT pode ser encontrada no site do CarbonPlan.

Foi estabelecido um limite crítico de calor, definido como uma temperatura de WBGT superior a 32°C. Essa temperatura é equivalente a 49 °C em um dia seco. Os pesquisadores alertam que passar mais de 15 minutos além desse limite pode afetar gravemente até mesmo um adulto saudável – no entanto, inúmeras mortes já foram registradas em níveis abaixo desse limite.

Um estudo do Climate Impact Lab estima um aumento dramático na mortalidade relacionada ao calor nas regiões mais quentes e pobres do mundo, incluindo o Paquistão, com uma estimativa de 150.000 mortes adicionais por ano até 2040, a menos que medidas de adaptação significativas sejam tomadas.

A proliferação de problemas de saúde relacionados ao clima tem colocado uma pressão significativa sobre os sistemas de saúde, particularmente em áreas de baixa renda. No Paquistão, a crise de 2022 incluiu ondas de calor recordes, incêndios florestais, derretimento de

geleiras, inundações repentinas. As chuvas de monções causaram inundações sem precedentes, que deixaram 1.700 mortos, varreram 2 milhões de casas e destruíram 13% do sistema de saúde do país. Os hospitais das regiões afetadas experimentaram um aumento de pacientes com insolação, com os casos aumentando cerca de 20% ao ano nos últimos cinco anos. Os trabalhadores ao ar livre correm alto risco de doenças relacionadas ao calor. Além disso, o estresse dos desastres induzidos pelo clima levou a um aumento nos abortos espontâneos, ao baixo peso ao nascer e à diminuição da produção de leite materno entre as mulheres.

Aumento dos casos de Malária, dengue, zika, chikungunya e febre amarela:

As condições quentes e úmidas causadas pelas mudanças climáticas globais em curso criam criadouros ideais para mosquitos transmissores de doenças. Essa tendência está levando a surtos de doenças mais frequentes em novas regiões ao redor do mundo. Os casos de dengue, por exemplo, aumentaram oito vezes nas últimas duas décadas, com mais de 4,2 milhões de casos registrados em 2022 contra meio milhão em 2000, conforme informou a Organização Mundial da Saúde (OMS). À medida que a crise climática se intensifica, doenças transmitidas por mosquitos como dengue, zika, chikungunya e febre amarela devem continuar se espalhando e representar uma ameaça crescente à saúde humana.

Bangladesh está lutando contra seu surto de dengue mais grave já registrado, relatando mais de 600 mortes e 135.000 casos desde abril. A Organização Mundial da Saúde (OMS) atribui o aumento à crise climática e ao padrão climático El Niño. Os hospitais estão sobrecarregados, enfrentando escassez de leitos e pessoal, com quase 10.000 hospitalizações em um único dia em agosto. Embora a dengue seja tipicamente prevalente durante a temporada de monções em Bangladesh, este ano houve um início de casos muito mais precoce e intenso. A OMS está ajudando ativamente o governo de Bangladesh a melhorar vários aspectos de sua resposta ao surto, incluindo vigilância, capacidade laboratorial, gerenciamento clínico, controle de vetores, comunicação de risco e envolvimento da comunidade.

O Calor piora a poluição do ar e a incidência de doenças respiratórias, cardiovasculares e problemas cognitivos:

À medida que as temperaturas sobem para níveis sem precedentes, o calor extremo leva a vários resultados adversos, incluindo o aumento da poluição do ar. Um contribuinte significativo para essa poluição são os incêndios florestais, que são mais prováveis em condições mais quentes. Esses incêndios florestais liberam quantidades substanciais de fumaça na atmosfera, representando riscos à saúde daqueles nas imediações e até mesmo das pessoas localizadas a milhares de quilômetros de distância.

A exposição à fumaça de incêndios florestais está associada a maiores visitas ao pronto-socorro para asma, bem como ao aumento dos riscos de ataques cardíacos, derrames e problemas cognitivos. Em 2022, regiões como a bacia amazônica, o Alasca e o oeste da América do Norte experimentaram níveis elevados de fumaça de incêndios florestais em comparação com as últimas duas décadas.

O calor extremo também aumenta a probabilidade de seca, levando a tempestades de poeira mais frequentes e massivas. Essas tempestades de poeira podem afetar a qualidade do ar e a saúde pública, como observado em regiões como a Península Arábica e o sul da Europa.

Além disso, as altas temperaturas favorecem a formação de ozônio, um dos principais componentes da poluição atmosférica que pode irritar o sistema respiratório. O ozônio se forma

quando poluentes, geralmente provenientes da queima de combustíveis fósseis, reagem com o calor e a luz solar. Os níveis de ozônio atingiram níveis insalubres durante uma onda de calor mortal no sul da Europa em julho de 2022. As ondas de calor criam condições de ar estagnado que exacerbam a poluição por ozônio, representando riscos significativos à saúde, particularmente para as populações vulneráveis.

A análise ressalta a necessidade urgente de conscientização global e esforços coordenados para lidar com os crescentes impactos das mudanças climáticas na saúde. Sem medidas adequadas de adaptação e redução das emissões de gases de efeito estufa, essas tendências provavelmente persistirão, representando uma grave ameaça para as populações vulneráveis em todo o mundo.

O Papel dos profissionais de saúde e as instalações de saúde

Os profissionais de saúde desempenham um papel vital na abordagem das consequências das mudanças climáticas para a saúde porque atuam na linha da frente, identificando e diagnosticando problemas de saúde diretamente ligados às alterações climáticas. Estas condições podem incluir doenças relacionadas com o calor, problemas respiratórios exacerbados devido à poluição do ar e doenças influenciadas por mudanças nos padrões climáticos. Portanto, o conhecimento dessas relações pelos profissionais de saúde é fundamental para fornecer tratamentos adequados.

Também possuem um papel importante durante emergências relacionadas com eventos climáticos extremos, como ondas de calor, furacões ou incêndios florestais. Esta resposta rápida pode salvar vidas e ajudar a mitigar a gravidade dos problemas de saúde decorrentes de tais catástrofes. Além disso, possuem uma voz confiável e respeitada nas suas comunidades, podendo aumentar a consciencialização sobre os riscos para a saúde associados às alterações climáticas. Ao educar os pacientes e o público, podem promover uma maior sensibilização e encorajar os indivíduos a tomar medidas preventivas.

As instalações e os profissionais de saúde podem participar ativamente nos esforços de prevenção e preparação. Podem desenvolver estratégias e protocolos para minimizar os impactos das alterações climáticas na saúde. Isto pode envolver a implementação de planos de ação em matéria de calor, um melhor monitoramento da qualidade do ar e a garantia de respostas robustas a emergências relacionadas com o clima.

A conscientização tanto dos profissionais de saúde quanto da comunidade pode fornecer provas críticas para mudanças políticas e permitir-lhes defender a ação climática. Podem defender políticas destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e a promover a saúde pública, além de identificar populações e grupos mais vulneráveis na comunidade - Estes incluem idosos, crianças e indivíduos com doenças crónicas que são frequentemente mais suscetíveis aos efeitos das alterações climáticas na saúde.

As próprias instalações de saúde devem ser resilientes aos impactos climáticos, especialmente aos fenômenos meteorológicos extremos. Neste sentido, os prestadores de cuidados de saúde podem contribuir para a concepção de infra-estrutura e instalações que garantam que os serviços de saúde permaneçam acessíveis e operacionais mesmo durante emergências. O envolvimento dos profissionais de saúde é fundamental para proteger a saúde pública e aumentar a resiliência climática nos sistemas de saúde.

Semana do Clima de África e Cimeira do Clima de África 2023

A primeira Cúpula do Clima da África e a Semana do Clima da África ocorreram entre 4 a 8 de setembro em Nairóbi, no Quênia, servindo como plataformas vitais para abordar a crescente vulnerabilidade da África às alterações climáticas e os seus encargos econômicos associados. Esse evento faz parte de uma série de semanas regionais destinadas a impulsionar a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Dubai. Organizada pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, pelo PNUMA e pelo Banco Mundial, com apoio de parceiros regionais, a cúpula e a semana reuniram líderes e defensores do clima de todo o mundo.

A África, embora contribua com apenas 2% a 3% das emissões globais de carbono, enfrenta os impactos mais significativos do aquecimento global. O presidente queniano, William Ruto, um defensor vocal, pediu que as nações mais ricas sejam responsáveis por seu papel no fomento às mudanças climáticas.

A cúpula contou com a participação de aproximadamente 20 chefes de Estado, com mais de 18.500 participantes registrados e credenciados, e mais 30.000 delegados. Entre os participantes notáveis estavam o secretário-geral da ONU, António Guterres, o enviado dos EUA para o clima, John Kerry, o diretor-geral da COP28, Majid Al Suwaidi, e o presidente da COP28, Sultan Al Jaber. Ministros e líderes empresariais de toda a África também se envolveram em discussões climáticas.

As mudanças climáticas impuseram perdas econômicas que variam de US\$ 7 bilhões a US\$ 15 bilhões anuais na África, com o continente exigindo cerca de US\$ 124 bilhões por ano para mitigação. Até agora, apenas uma fração desse montante, US\$ 28 bilhões, foi garantida.

Os esforços para enfrentar os desafios do financiamento climático incluem um esforço dos Estados africanos na próxima cúpula COP28 para expandir os direitos especiais de saque no Fundo Monetário Internacional, potencialmente desbloqueando US\$ 500 bilhões em financiamento climático. O Reino Unido prometeu £ 49 milhões (US\$ 62 milhões) em apoio a projetos durante a cúpula, e a Alemanha anunciou uma troca de dívida de € 60 milhões (US\$ 65 milhões) com o Quênia para liberar fundos para iniciativas verdes.

Durante a cúpula, investidores dos Estados Árabes Unidos (UAE) Carbon Alliance se comprometeram a comprar US\$ 450 milhões em créditos de carbono da Iniciativa de Mercados de Carbono da África (ACMI), apresentada na cúpula do Egito COP27. Os organizadores pretendiam posicionar a África como um destino atraente para o investimento climático, em vez de meramente como uma vítima dos desafios relacionados ao clima.

Segundo reportagem do jornal Aljazeera, alguns ativistas africanos se opuseram ao foco nos créditos de carbono, vendo-os como uma forma de os países e empresas mais ricos continuarem a poluição sem compensar diretamente as nações em desenvolvimento. Eles defenderam a "dívida climática" por meio de compensação e alívio da dívida, destacando preocupações de que os interesses climáticos da África tenham sido marginalizados por governos ocidentais, consultorias e organizações filantrópicas.

Críticos também expressaram preocupações quanto ao comprometimento do Quênia com a conservação ambiental, especialmente após a decisão do presidente Ruto, em julho, de revogar uma lei que proibia a exploração de madeira nos próximos seis anos. Ele alegou que a coleta de árvores em decomposição poderia criar empregos. Essa reversão das medidas

anteriores destinadas a proteger as florestas quenianas desencadeou polêmica e recebeu críticas de organizações da sociedade civil.

O Quênia lidera em energia renovável com 93% de sua energia proveniente de fontes renováveis e proibiu as sacolas plásticas de uso único, mas enfrenta desafios em outras iniciativas favoráveis ao clima. Apesar desses esforços, árvores foram cortadas para uma via expressa usada pelos participantes da cúpula, e o tráfego do país é muitas vezes dominado por veículos poluentes e mal conservados. Além disso, quase 600 milhões de africanos não têm acesso à eletricidade, apesar do abundante potencial para fontes de energia solar e renováveis.

10ª Sessão da Plenária da IPBES e Dia das Partes Interessadas:

A biodiversidade está em declínio rápido em todo o mundo, com muitas espécies em risco de extinção. A Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) desempenha um papel vital ao publicar relatórios de avaliação para informar a tomada de decisões. A IPBES 10, realizada em Bonn, na Alemanha, de 28 de agosto a 2 de setembro de 2023, reuniu partes interessadas, cientistas, membros de comunidades indígenas e locais, representantes da sociedade civil e a participação de 1074 delegados, incluindo participantes virtuais. Todos os documentos podem ser encontrados [aqui](#)

Relatório sobre Espécies exóticas invasoras para policy maker

Durante o IPBES 10, um novο relatório sobre espécies exóticas invasoras (EEI) foi lançado, destacando suas ameaças às pessoas e à natureza em todo o mundo.

EEI são espécies introduzidas em ambientes fora de seu habitat natural devido às atividades humanas. Aproximadamente 37.000 dessas espécies foram estabelecidas em novas áreas, com cerca de 10% delas rapidamente superando as espécies nativas por recursos, causando danos significativos aos ecossistemas nativos. As EEI impulsionaram 60% das extinções globais documentadas de plantas e animais e representam ameaças à biodiversidade, à segurança alimentar e hídrica, à saúde humana e à qualidade de vida. Estima-se que o custo económico das EEI seja de quase meio bilhão de dólares anuais.

A Avaliação IPBES das EEI fornece uma visão geral vital da questão e descreve opções políticas para prevenção, detecção precoce, controle e mitigação de seus impactos. Estratégias eficazes são essenciais para conter a expansão das EEI, embora prever seu comportamento futuro seja complexo devido a vários fatores que interagem com a perda de biodiversidade. O gerenciamento de invasões biológicas pode reduzir os impactos do EEI por meio da prevenção, erradicação, contenção e manejo adaptativo. A governação integrada e a colaboração entre setores e países são essenciais.

Anne Larigauderie, Secretária Executiva da IPBES, enfatizou que as EEI são provavelmente as menos compreendidas das cinco causas diretas da perda de biodiversidade, observando que isso em breve vai mudar, pois as EEI receberão a atenção prioritária que exigem dos formuladores de políticas em todo o mundo, graças à Avaliação da EEI. Ela enfatizou que o EEI constitui um tópico de importância global que ressoará tanto local quanto globalmente.

O Quadro Global da Biodiversidade (GBF) apresenta uma oportunidade para abordar as EEI, alinhando-se com os objetivos do GBF e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O relatório se divide em:

- Introdução: Define termos-chave relacionados a espécies exóticas invasoras (EEI).

- Seção A: Destaca as EEI como uma grande ameaça à natureza, causando mudanças irreversíveis na biodiversidade, nos ecossistemas e impactos adversos na economia, na segurança alimentar, hídrica e na saúde humana. As políticas têm sido insuficientes na gestão das EEI.
- Seção B: Discute as tendências das EEI, observando seus impactos crescentes devido às atividades humanas e às mudanças ambientais em curso, tornando as ameaças futuras difíceis de prever.
- Seção C: Concentra-se na prevenção e mitigação dos impactos das EEI por meio da gestão, enfatizando a relação custo-benefício da prevenção, erradicação bem-sucedida em alguns casos, contenção, gestão adaptativa e engajamento das partes interessadas.
- Seção D: Aborda a governança integrada para a gestão de EEI, defendendo a colaboração entre setores e países, utilizando o Global Biodiversity Framework (GBF), sistemas de informação abertos, conscientização pública e capacitação para fortalecer políticas e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Interações com o IPCC

Durante a reunião, os delegados discutiram as atividades nacionais para promover o engajamento entre os pontos focais nacionais da IPBES e seus homólogos do IPCC. A Plenária finalmente decidiu acolher a nota do Secretariado sobre o envolvimento com o IPCC, tomar nota das sugestões dos membros da IPBES sobre a colaboração em biodiversidade e mudanças climáticas e convidar os pontos focais nacionais a continuar o engajamento. Eles também pediram mais exploração da cooperação com o IPCC, solicitaram um novo chamado para sugestões e decidiram permitir que os governos revisem as avaliações, se possível. (Doc [IPBES/10/7](#))

Compromisso com GBF

Desde o início da reunião, os membros e as partes interessadas da IPBES expuseram suas expectativas para a IPBES 10 para garantir que a Plataforma apoie a implementação e o monitoramento do GBF. Com a decisão de responder a este pedido, a IPBES deverá solidificar a sua posição de não só informar a CDB, mas também outras convenções relacionadas com a biodiversidade e acordos ambientais multilaterais.

Capacitação e fortalecimento de bases de conhecimento e apoio a políticas

A Plenária aprovou cinco planos de trabalho para o período intersessional 2023-2024 e seus arranjos institucionais de apoio. Estes planos de trabalho centram-se em ([IPBES/10/8](#)):

- Reforço das capacidades (objectivo n.º 2): Reforçar a aprendizagem e o empenhamento, facilitar o acesso aos conhecimentos especializados e à informação e reforçar as capacidades nacionais e regionais. Uma força-tarefa sobre capacitação supervisionará essas atividades.
- Gestão do Conhecimento e dos Dados (Objetivo 3a): Foco nas políticas de gestão de dados e conhecimento, apoio aos autores da avaliação e envolvimento com outras entidades sobre dados e conhecimento. Uma força-tarefa sobre gestão de dados e conhecimento supervisionará essas atividades.
- Catálise da Geração de Conhecimento (Objetivo 3a): Revisar e desenvolver processos para gerar novos conhecimentos, identificar lacunas de conhecimento e promover ações para suprir essas lacunas.

- Reconhecimento e Trabalho com Sistemas de Conhecimento Indígena e Local (ILK) (Objetivo 3b): Implementação de abordagens para reconhecer e trabalhar com sistemas ILK, incluindo apoio a grupos de ligação ILK, oficinas de diálogo e revisão por pares de relatórios de avaliação.
- Ferramentas e metodologias de apoio às políticas (Objetivo 4a): Promover a utilização dos produtos IPBES na tomada de decisões e reforçar a relevância política das avaliações.
- Cenários e Modelos (Objetivo 4b): Cenários e modelos de apoio para avaliações da IPBES por meio de revisões por pares, engajamento de especialistas e organização de workshops.

Cada um desses planos de trabalho tem atividades específicas delineadas, e forças-tarefa ou grupos supervisionarão sua implementação. Haverá também um foco na medição da eficácia dessas atividades por meio de indicadores relevantes. Estes planos de trabalho visam apoiar os objetivos da IPBES durante o período intersessional.

Novo relatório até 2026 sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos

Foi acordado o desenvolvimento do segundo relatório sobre avaliação global da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. A avaliação visa apoiar a implementação do Quadro Global da Biodiversidade (GBF) e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Cobrirá ecossistemas terrestres, de águas interiores e marinhos, incorporando diversos valores e visões de mundo, com abordagem sensível ao gênero e uma análise das tendências passadas, presentes e futuras em biodiversidade e Contribuições da Natureza para as Pessoas.

A relatório também avaliará os progressos na consecução dos objetivos e metas de conservação e uso sustentável, potencialmente contribuindo para a atualização de metas e objetivos para o período pós-2030. O processo está programado para começar no segundo trimestre de 2024, com uma revisão externa no primeiro trimestre de 2025, e o relatório final deve ser apresentado no IPBES 13 no quarto trimestre de 2026.

Vigilância de Efluentes para Gestão em Saúde Pública e Meio Ambiente

Em 24 Agosto, durante a semana da água, ocorreu o evento online sobre Vigilância de Efluentes para Gestão em Saúde Pública e Meio Ambiente, organizado pelo PNUMA . O evento paralelo teve como objetivo aumentar a conscientização sobre os benefícios do monitoramento e vigilância baseados em águas residuais, promover a cooperação entre as partes interessadas, promover a colaboração entre provedores de água e instituições de saúde e reunir especialistas e formuladores de políticas para discutir as melhores práticas no uso de águas residuais para vigilância de doenças. Ele aproveitou as parcerias globais existentes e teve como objetivo estabelecer um sistema mundial de monitoramento e vigilância baseado em águas residuais.

Vai acontecer: Semana do Clima de Nova York durante a AGNU

A Climate Week NYC 2023 está programada para acontecer de 17 a 24 de setembro em Nova York, coincidindo com a Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA). O tema deste ano é "Nós Podemos. Nós Vamos.", refletindo determinação, foco e otimismo em relação à ação climática. O evento é organizado pelo Climate Group e pela cidade de Nova York e serve como uma plataforma para destacar líderes em ações climáticas e discutir maneiras de acelerar essas ações. A semana inclui uma cerimônia de abertura que aborda questões como investimentos direcionados, responsabilidade por ações, tecnologia verde e segurança energética, e visa manter a comunidade climática inspirada para continuar impulsionando a ação climática. Além

disso, mais de 400 eventos em dez temas diferentes serão realizados em Nova York e em todo o mundo como parte do programa da Climate Week NYC. Para mais informações, visite o site oficial: <https://www.climateweeknyc.org/>.

O progresso da Agenda 2030: iniciativas importantes em meio a um contexto preocupante

The 2030 Agenda progress: important initiatives amid a worrying context

Erica Kastrup

Romulo Paes de Sousa

Resumo. O artigo aborda a iniciativa do PNUD em compartilhar experiências sobre Infraestruturas Públicas Digitais que se alinham aos ODS. É um esforço para promover a implementação da Agenda 2030. Contudo, estando as vésperas da Cúpula dos ODS, é importante ter em conta um cenário ampliado que considera as disputas geopolíticas que constroem o avanço do pacto global firmado em 2015. Nesse cenário, o Brasil vem buscando se posicionar como defensor do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Agenda 2030; geopolítica; saúde digital; política externa

Abstract. The article addresses the UNDP initiative to share experiences on Digital Public Infrastructures that align with the SDGs. It is an effort to promote the implementation of the 2030 Agenda, however, at this time before the SDG Summit to be held in New York this month, it is important to take into account an expanded scenario that considers the geopolitical disputes that constrain the advancement of the global pact. signed in 2015. In this scenario, Brazil has been seeking to position itself as a defender of sustainable development.

Keywords. 2030 Agenda; geopolitics; digital health; foreign policy

Nos próximos dias 18 e 19 de setembro, acontecerá em Nova Iorque a Cúpula dos ODS de 2023. Será um momento em que os líderes mundiais reafirmarão os compromissos acordados em 2015, no âmbito da Agenda 2030. Por estarmos exatamente no meio do seu período de implementação, o evento deveria ser marcado pela celebração das metas já alcançadas na melhoria do bem-estar das populações mais empobrecidas, das relações entre as sociedades humanas e a natureza, e no progresso econômico associado a uma distribuição mais justa de renda. Contudo, a realidade é outra. Na última reunião do High Level Political Forum (HLPF), a instância das Nações Unidas encarregada de monitorar o avanço da Agenda 2030, constatou-se que o pacto está seriamente ameaçado. Ao mesmo tempo, a guerra na Ucrânia domina geopolítica global devido aos investimentos pesados em armamentos e tensões pelo alinhamento irrestrito a uma posição hegemônica sobre o conflito. Tratam-se dilemas que desconsideram a Agenda 2030 como plataforma central para o desenvolvimento global.

Apesar do quadro preocupante, as Organizações do sistema ONU, países e organizações não governamentais ainda buscam mudanças tendo os ODS como base. O PNUD, que apoia países do Sul global em seus processos de desenvolvimento, orienta-se pela Agenda 2030. Ele vem realizando o apoio à implantação de infraestruturas digitais públicas, que são, conforme definição adotada pelo G20, “um conjunto de sistemas digitais compartilhados que deve ser seguro e interoperável, e pode ser construído com base em padrões e especificações abertas para fornecer acesso equitativo a serviços públicos e/ou privados e são regidos por quadros

jurídicos e regras que permitem impulsionar o desenvolvimento, a inclusão, a inovação, a confiança, e a concorrência, e respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais.”

A inclusão digital de pessoas e infraestruturas públicas é uma das grandes agendas da atualidade e o IPD é uma abordagem que tem a capacidade de acelerar o crescimento econômico global, apoiar a transição para uma economia sustentável e verde, e aumentar a acessibilidade e a confiança pública nas instituições. Uma abordagem mais atual da IPD consiste em pensá-la como uma arquitetura tecnológica certa, governança transparente, responsável e participativa, permitindo que ecossistemas digitais locais impulsionem inovação sustentável e escalonável. Trata-se de uma abordagem convencional que investe em soluções digitais específicas para problemas específicos.

A IPD pode ser compreendida a partir de três características principais:

- Identidade digital: a capacidade de pessoas e empresas verificarem com segurança sua identidade, serviços de confiança complementares, assinaturas eletrônicas e credenciais verificáveis;
- Pagamentos digitais: transferência fácil e instantânea de dinheiro entre pessoas, empresas e governos;
- Compartilhamento de dados baseado em consentimento: fluxo contínuo de dados pessoais nos setores público e privado, com salvaguardas para a proteção de dados pessoais de acordo com a governança de dados definida;

O documento do PNUD intitulado “*Acelerando os ODS a partir da Infraestrutura Pública Digital*”⁵⁴ lançado em 21 de agosto passado, é um compêndio que mapeia cerca de 50 iniciativas de IPD alinhadas aos 17 ODS em diferentes estágios de desenvolvimento e de implementação. O objetivo é descrever as soluções de governança baseadas nas infraestruturas digitais públicas, nos processos de desenvolvimento nacionais e apoiar tomadores de decisão nos governos, organizações internacionais e da sociedade civil. Alinha-se aos esforços do PNUD de apoiar sistemas nacionais de governança por meio do intercâmbio de experiências. O relatório apresenta iniciativas em diferentes países, relacionadas aos 17 ODS. Para esse informe selecionamos alguns casos relativos ao ODS 3 - Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; e ao ODS 17 - Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, que são os temas centrais do Observatório sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde do Cris Fiocruz.

Um dos casos apresentados é uma iniciativa do governo da Índia que visa preencher a lacuna entre os diferentes sistemas de saúde digital. É formado por blocos de construção ou módulos básicos como: registros de pacientes (registro de identificação de saúde), profissionais de saúde (Registro de Profissionais de Saúde) e estabelecimentos de saúde, incluindo hospitais, laboratórios e farmácias (Cadastro de Estabelecimentos de Saúde). Cada entidade recebe um identificador exclusivo aplicável a todo o ecossistema, para permitir ligações. É um sistema de código aberto, interoperável e que possui um regulador independente, permitindo que atores públicos e locais forneçam aos indianos acesso a informações precisas sobre instalações de saúde e prestadores de serviços, bem como a opção de acesso remoto a serviços de saúde por meio de teleconsulta e farmácia eletrônica. Mais de 100 programas de saúde do setor

⁵⁴ Disponível em: <https://www.undp.org/publications/accelerating-sdgs-through-digital-public-infrastructure-compendium-potential-digital-public-infrastructure>

governamental, juntamente com 33 aplicativos de saúde do setor privado foram integrados ao sistema.

Uma iniciativa semelhante é o *Health Data Hub da França*, que é uma plataforma unificada que agrega dados administrativos de diversas fontes, como hospitais, seguradoras e instituições de pesquisa. A plataforma, que já apoiou mais de 1.600 projetos, confere interoperabilidade por meio de padrões internacionais que permitem que os dados sejam agrupados com bancos de dados externos. Em alguns tipos de acesso, é necessário a autorização para o manejo de dados selecionados que incluem o uso de medicamentos e despesas com seguro saúde. Em outros casos, dados menos sensíveis estão disponíveis abertamente. O Health Data Hub promove a inovação nos cuidados e melhoria da qualidade dos cuidados de saúde, fornecendo dados para pesquisa, seguradoras e tomada de decisões na gestão em saúde.

O governo brasileiro também vem buscando colher os benefícios da incorporação tecnológica na saúde. Criada em 1º de janeiro de 2023, a Secretaria de Informação e Saúde Digital – SEIDIGI do Ministério da Saúde, é responsável por formular políticas públicas orientadoras para a gestão da saúde digital, e tem a competência de apoiar todos os níveis do SUS no planejamento, uso e incorporação de produtos e serviços de informação e tecnologia da informação e comunicação – TIC, como: telessaúde, infraestrutura de TIC, desenvolvimento de software, interoperabilidade, integração e proteção de dados e disseminação de informações.

Por meio da SEIDIGI, o Ministério da Saúde vem garantindo o acesso ao SUS em municípios remotos, ao ampliar as teleconsultas e telediagnósticos. Implementou também um Painel Digital que permite acompanhamento diário da vacinação contra a COVID-19, ao mesmo tempo em que vem ampliando sistemas de prontuários eletrônicos.

De volta ao documento do PNUD, as soluções de infraestrutura pública digital também foram consideradas para o ODS 17. Como aponta o relatório, o próprio conceito de IPD se alinha a este ODS, já que tais estruturas digitais são colaborativas por natureza e, como tal, reúnem partes interessadas para alcançar objetivos comuns. Nesse sentido, as infraestruturas digitais públicas teriam capacidade de aprimorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular, ajudando particularmente os governos a transitar para uma arquitetura aberta na gestão das finanças públicas.

Iniciativas de infraestrutura digital pública relacionadas ao ODS 17 incluem a Iniciativa de Transparência da Ajuda Internacional, que é uma ferramenta para a registrar e monitorar a execução financeira da cooperação internacional por instituições multilaterais como o PNUD, o Banco Mundial e o UNICEF. É uma plataforma que harmoniza dados de diversas instituições e facilita a interoperabilidade entre os dados nacionais e os das agências internacionais. Ao mesmo tempo, ajuda a impulsionar o financiamento coordenado, a identificar lacunas e evitar sobreposições.

Outros exemplos de infraestrutura digital públicas que facilitam a cooperação entre países incluem sistemas que facilitam fluxos financeiros e comerciais entre países, integrando sistemas operacionais diferentes e desenvolvendo mecanismos de compensação, como por exemplo o TradeTrust de Singapura, que é um sistema baseado em blockchain que facilita o comércio e a troca de documentos entre governos e empresas. Na mesma forma o UPI-PayNow, que é um mecanismo de pagamento colaborativo entre a Associação de Bancos de Singapura e o governo indiano para reduzir os custos, aumentar a eficiência e facilitar o fluxo de transferências transfronteiriças.

No caso brasileiro é importante notar que o país vem discutindo soluções tecnológicas que melhorem a governança de políticas públicas e ampliem as chances de o país atingir os ODS em seus espaços de cooperação internacional. Por exemplo, na reunião dos Ministros da Saúde dos BRICS, realizada em Durban (África do Sul), no último dia 4 de agosto, os ministros destacaram a Saúde Digital como um dos grandes temas da agenda da saúde global ao lado da Cobertura Universal e da Saúde Única. No parágrafo 10 da Declaração Final do encontro⁵⁵, destacaram que a pandemia de COVID-19 evidenciou a necessidade da incorporação de tecnologias digitais nos sistemas de saúde e se declararam prontos para cooperarem no tema de modo a enfrentar conjuntamente os desafios globais.

⁵⁵ Declaração final do Encontro reproduzida no Caderno 15 do Cris Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Migração, refúgio e saúde global

Migración, refugio y salud global

Rafael Gomes França

Caio Murt

Harim Baek

Júlia Moraes

Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo. Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global destaca o grande número de crianças refugiadas fora da escola, sendo limitador para o alcance das outras metas de emprego, saúde, igualdade e erradicação da pobreza. Também ressalta a importância do Centro de Acolhida Temporária para Refugiados e Migrantes Todos Irmãos, em Guarulhos. Por último, comenta sobre o aumento do número de pedidos de asilo no continente europeu, apesar dos esforços da UE de frear os movimentos migratórios.

Palavras chave. Refúgio. Saúde Global. Políticas Públicas.

Resumen. En este informe, el Grupo de Trabajo de Migración, Refugio y Salud Global destaca el gran número de niños refugiados fuera de la escuela, siendo limitador para el alcance de las otras metas de empleo, salud, igualdad y erradicación de la pobreza. También resalta la importancia del Centro de Acogida Temporal para Refugiados y Migrantes Todos Irmãos, en Guarulhos. Por ende, comenta sobre el aumento del número de pedidos de asilo en el continente europeo, a pesar de los esfuerzos de la UE de frenar los movimientos migratorios.

Palabras clave. Refugio. Salud Global. Políticas Públicas.

Novo relatório do ACNUR revela que mais de 7 milhões de crianças refugiadas estão fora da escola⁵⁶

Das 14,8 milhões de crianças refugiadas em idade escolar no mundo, mais da metade ainda não possui acesso à educação formal, algo que torna mais difícil sua perspectiva de planos futuros, além de arriscar o alcance das metas de desenvolvimento global, conforme o mais novo relatório divulgado pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR).

O Relatório sobre Educação de Refugiados do ACNUR de 2023 tem como base as informações de mais de 70 países que acolhem pessoas em situação de refúgio com o intuito de fornecer o cenário mais claro até o momento com relação à situação da educação entre os refugiados em todo o mundo. O relatório mostra que, até o final do ano de 2022, o número de refugiados em idade escolar cresceu cerca de 50% em relação aos 10 milhões do ano anterior,

⁵⁶<https://www.acnur.org/portugues/2023/09/08/novo-relatorio-do-acnur-revela-que-mais-de-7-milhoes-de-criancas-refugiadas-estao-fora-da-escola/>

impulsionado essencialmente pela invasão em larga escala da Ucrânia. Aproximadamente 51% – mais de 7 milhões de crianças – não estão matriculadas na escola.

A matrícula de refugiados em escolas pode mudar drasticamente conforme o nível educacional nos países relatados, com 38% matriculados na faixa etária da pré-escola, 65% no Ensino Fundamental, 41% no Ensino Médio, e somente 6% no Ensino Superior. Em grande parte dos países, a diferença entre as quantidades de matrículas entre refugiados e não refugiados é gritante, sendo que existem muito menos refugiados frequentando o ambiente escolar, deixando nítida como a falta de acesso restringe as oportunidades para essas pessoas.

De acordo com Filippo Grandi, Alto Comissário da ONU para Refugiados, quanto mais alto é o nível da escala educacional, maior será a queda nos números, pois as oportunidades de acesso à escolarização no nível secundário e superior são extremamente limitadas. Essa situação só irá mudar, se o acesso à educação ganhar um enorme impulso. Porém, isso não irá auxiliar no alcance das outras metas de emprego, saúde, igualdade, erradicação da pobreza e muito mais.

Com 20% dos refugiados vivendo nos 46 países que possuem menor desenvolvimento socioeconômico e mais de três quartos morando em países de baixa e média renda, os valores gastos com a educação de crianças forçadas a se deslocar, recaem de modo desproporcional sobre os mais pobres.

O relatório de 2023, intitulado “Desbloqueando o potencial: o direito à educação e à oportunidade”, demonstra não somente o tamanho do desafio no setor da educação de pessoas refugiadas, mas também a extensão do potencial de pessoas refugiadas em idade escolar a partir do momento que seu acesso à educação é garantido.

Se a temática do acesso de pessoas refugiadas à educação não tiver a atenção necessária, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa para todos nunca será alcançado, porém, quando as pessoas refugiadas em idade escolar têm acesso à educação, elas têm a possibilidade de prosperar, com benefícios tanto individuais quanto coletivos.

ACNUR celebra um ano da Casa de Acolhida Todos Irmãos em Guarulhos⁵⁷

Em 10 de agosto de 2023, o Centro de Acolhida Temporária para Refugiados e Migrantes Todos Irmãos, em Guarulhos (SP), comemorou seu primeiro ano de operação, em parceria com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). Este centro notável é o primeiro abrigo no Brasil dedicado ao acolhimento de refugiados afegãos, destacando a importância da colaboração entre ACNUR, Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, Cáritas de Guarulhos e a prefeitura local para atender a essa população vulnerável.

Ao longo do último ano, essas parcerias têm coordenado esforços para garantir direitos e necessidades específicas de refugiados, incluindo mulheres grávidas, gestantes, idosos e crianças, bem como diferentes perfis familiares e indivíduos viajando sozinhos.

O município de Guarulhos demonstrou um compromisso notável ao acolher mais de 300 pessoas no Centro de Acolhida Todos Irmãos e mais de 4.300 no Posto Avançado de

⁵⁷<https://www.acnur.org/portugues/2023/08/14/acnur-celebra-um-ano-da-casa-de-acolhida-todos-irmaos-em-guarulhos/>

Atendimento Humanizado ao Migrante. Essa colaboração de longa data entre o ACNUR e a prefeitura tem facilitado a integração de refugiados no Brasil.

Além disso, o governo brasileiro emitiu mais de 9.000 vistos humanitários desde setembro de 2021, com mais de 6.000 refugiados afegãos chegando ao Brasil desde janeiro do ano passado. O compromisso contínuo com a atenção às necessidades dessas populações, desde o acolhimento inicial até a integração completa, é crucial para garantir seu bem-estar e integração na sociedade brasileira. O ACNUR e suas parcerias desempenham um papel vital nesse processo de acolhimento e proteção internacional.

As fendas da política migratória na Europa

A Europa não está pronta para o volume de migrantes que chega diariamente a sua fronteira, como pode constatar a Agência Europeia de Asilo, nesta semana, que informou que os 27 países da União Europeia (EU), Noruega e Suíça acumulam 682 mil solicitações de asilo, a mais alta cifra desde 2016, quando explodiu a crise de refugiados sírios. O aumento do número de solicitações de asilo acontece apesar dos múltiplos esforços dos países europeus de frear os movimentos migratórios. Uma pesquisa recente destaca as fórmulas para dissuadir àqueles obrigados a buscar uma nova vida no Velho Continente, que passa pelo uso de jaulas na Bulgária ou prisões flutuantes no Reino Unido.

Mesmo com as denúncias de violações de direitos humanos contra os migrantes, a justiça europeia indeferiu uma demanda contra a agência europeia de fronteiras (Frontex), colocada por uma família de refugiados sírios que foi deportada da Grécia à Turquia, em 2016, depois de ter manifestado seu desejo de pedir proteção. O Tribunal Geral da UE concluiu que a responsabilidade de respeitar os direitos humanos dos migrantes recai exclusivamente aos Estados membros.

**Progressos no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:
panorama de gênero 2023**

***Progress in achieving the Sustainable Development Goals:
gender panorama 2023***

Maria Teresa Rossetti Massari

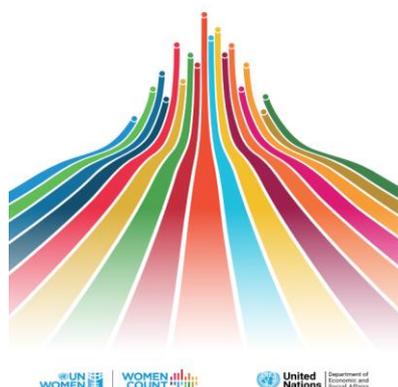
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Abstract: *The paper presents the report on Progress in Achieving the Sustainable Development Goals, which specifically addresses the gender snapshot in the 2030 Agenda. The publication, which is made annually by UN Women and UN DESA, shows that even with significant progress in certain sectors, monumental challenges remain, and urgent efforts are needed to achieve the goals of the 2030 Agenda. The gender gap in positions of power and leadership remains entrenched and, at the current rate of progress, the next generation of women will still spend, on average, 2.3 hours more each day in unpaid care and domestic work than men. No country is within reach of eradicating intimate partner violence, and the percentage of women in management positions will remain below, even by 2050. Specific progress has been made in girls' education, but completion rates are below the benchmark. Furthermore, the increasing vulnerability caused by human climate change is expected to make this scenario even worse. The report also points out that, as the world's population ages, discrimination, economic insecurity and violence also affect older women, and policies that support their engagement, health care and well-being are needed. With less than seven years for the 2030 Agenda, concerted efforts and funding are needed more than ever.*

Keywords: *women's health, sustainable development, global health.*

Resumo: O informe apresenta o relatório sobre o Progresso no Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que aborda especificamente o panorama de gênero na Agenda 2030. A publicação, que é feita anualmente pela ONU Mulheres e a UN DESA, mostra que mesmo com progressos significativos em determinados setores, desafios monumentais permanecem e esforços urgentes são necessários para alcançar as metas da Agenda 2030. A disparidade de gênero nas posições de poder e de liderança permanece enraizada e, no atual ritmo de progresso, a próxima geração de mulheres ainda gastará, em média, mais 2,3 horas por dia em cuidados não remunerados e trabalho doméstico do que os homens. Nenhum país está ao alcance da erradicação da violência entre parceiros íntimos, e a porcentagem de mulheres em cargos de gestão permanecerá abaixo da paridade, mesmo em 2050. Foram feitos progressos razoáveis na educação das meninas, mas as taxas de conclusão permanecem abaixo da marca universal. Além disso, a crescente vulnerabilidade provocada pelas alterações climáticas induzidas pelo homem deve piorar ainda mais esse cenário. O relatório também aponta que, à medida que a população mundial envelhece, a discriminação, a insegurança econômica e a violência afetam também as mulheres idosas, sendo necessárias políticas que apoiem seu envolvimento, cuidados de saúde e bem-estar. A menos de sete anos para atingir o prazo limite para a Agenda 2030, esforços concertados e financiamento são mais necessários do que nunca.

Palavras-chave: saúde da mulher, desenvolvimento sustentável, saúde global.



A ONU Mulheres e a [UN DESA](#) (*Department of Economic and Social Affairs*) publicam anualmente uma análise do progresso da igualdade de gênero em todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)(1). Ela mostrou que no ritmo atual, corremos o risco de deixar mais de 340 milhões de mulheres e meninas na pobreza extrema até 2030.

A meio caminho do objetivo final da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o mundo não está conseguindo alcançar a igualdade de gênero, tornando-a um objetivo cada vez mais distante.



Erradicação da pobreza - Com a tendência atual, 340 milhões de mulheres e meninas (8% da população feminina no mundo) ainda viverão em condições extremas de pobreza até 2030 (com menos de 2,15 dólares por dia). O progresso deve ser 26 vezes mais rápido para atingir a meta de erradicar a pobreza até 2030. Apenas 42% dos países dispõem de dados sobre a pobreza desagregados por sexo, o que impede intervenções específicas.

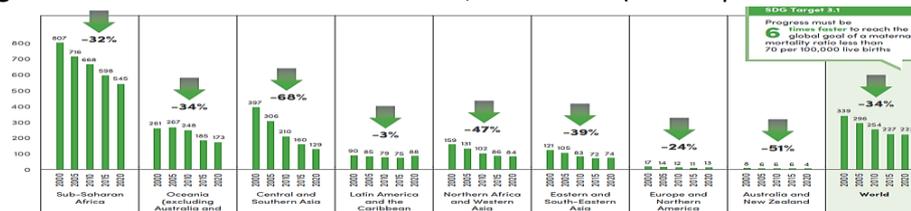


Fome zero - Perto de 1 em cada 4 mulheres e meninas vão sofrer insegurança alimentar moderada ou grave até 2030. As disparidades de gênero na agricultura persistem, com acesso limitado à terra, recursos e propriedades. Abordar as disparidades de gênero em sistemas agroalimentares pode reduzir a insegurança alimentar como bem como impulsionar o PIB global em quase US\$1 trilhão.



Boa saúde e bem-estar - Entre 2000 e 2020 reduziu-se em um terço a mortalidade materna globalmente, de 339 para 223 mortes por 100.000 nascidos vivos. No entanto, o progresso está parado desde 2015. As elevadas taxas de mortalidade materna na África Subsaariana e na Ásia Central/Sul realçam as desigualdades no acesso e na qualidade dos cuidados de saúde.

Figura 1 - Razão da mortalidade materna, 2000–2020 (mortes por 100.000 nascidos vivos)

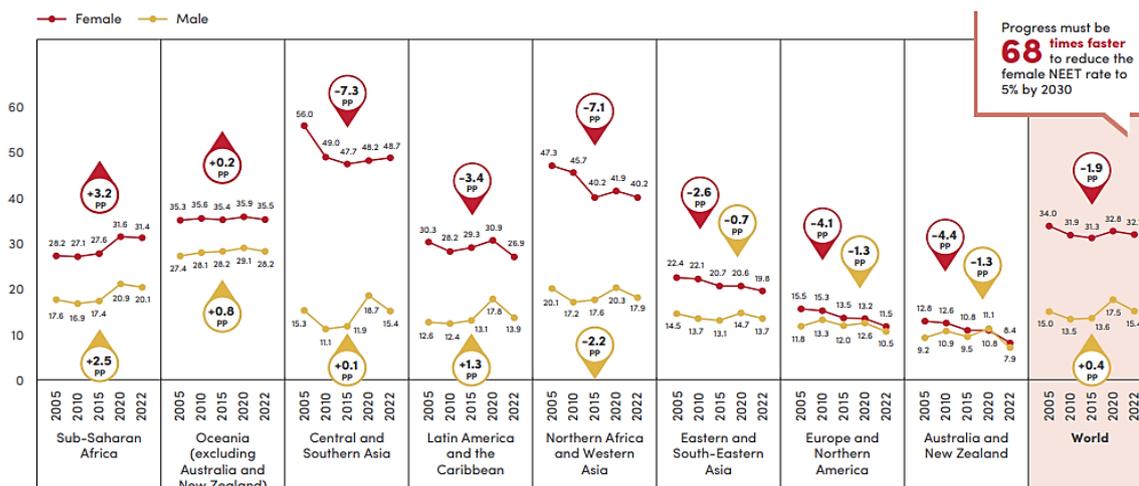


Fonte: UN Women; UN DESA, 2023.



Educação de qualidade - As meninas ultrapassaram os meninos na conclusão escolar em todos os níveis de ensino, mas as taxas permanecem abaixo de 100. Somente 60% das meninas concluíram o nível secundário em comparação com 57% dos meninos. As disparidades de gênero nas oportunidades de educação e formação persistem, afetando o potencial de rendimentos futuros e o desenvolvimento global.

Figura 2 - Proporção de mulheres e homens jovens (entre 15 e 24 anos) que não estudam ou trabalham, 2005–2022 (porcentagem)



Fonte: UN Women; UN DESA, 2023.



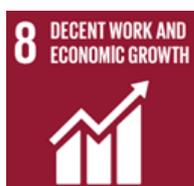
Igualdade de gênero - A igualdade de gênero registra progressos limitados, com apenas dois dos indicadores desse objetivo a aproximarem-se das suas metas. Nenhum indicador atingiu plenamente o seu objetivo. É necessário um adicional de US\$360 bilhões por ano para alcançar a igualdade de gênero em todos os principais objetivos globais. Um forte arcabouço legal pode promover resultados positivos e, apesar do progresso, 54% dos países ainda não dispõe de leis em todas as principais áreas para a igualdade de gênero e 28 países ainda não reconhecem a igualdade de direitos das mulheres no casamento e no divórcio. Globalmente, 19% das mulheres jovens se casam antes dos 18 anos. Na taxa de progresso atual, a próxima geração de mulheres ainda vai gastar em média 2.3 horas a mais por dia em cuidados não remunerados e trabalho doméstico do que os homens. A disparidade de gênero em cargos de poder e liderança ainda é um problema: globalmente, as mulheres representam apenas 26,7% no parlamento, 35,5% no governo local e 28,2% em cargos de gestão. Também faltam dados críticos para monitorar o progresso em muitos países.



Água limpa e saneamento - Água é vida, e embora mais mulheres e meninas tenham agora acesso a água potável, 380 milhões ainda vivem em um contexto de estresse hídrico alto ou crítico. Este número já crítico prevê ainda um aumento até 2050, atingindo 674 milhões de mulheres e meninas.



Energia acessível e limpa - Aproximadamente 341 milhões de mulheres e meninas podem não ter acesso à eletricidade até 2030, o que significa que os combustíveis limpos para cozinhar continuam fora do alcance de muitas pessoas. Alcançar a universalidade no acesso à eletricidade pode reduzir 185 milhões de meninas e mulheres em situação de pobreza até 2050, e os fogões modernos poderiam prevenir 6,5 milhões de mortes relacionadas com a poluição.



Emprego digno e crescimento econômico - A interrupção das carreiras, as responsabilidades de cuidados e a discriminação salarial significam que as mulheres ganham apenas 1/3 do rendimento global gerado pelo trabalho. Apenas 61,4% das mulheres em idade produtiva (25-54 anos) compõem a força de trabalho globalmente, comparado a 90,6% dos homens na mesma idade. Em 2019, para cada dólar que os homens ganharam globalmente, as mulheres ganharam apenas 51 centavos. As disparidades salariais entre homens e mulheres e a sub-representação das mulheres na força de trabalho continuam indicando a necessidade de reformas políticas para garantir oportunidades e salários equitativos.



Indústria, inovação e infraestrutura - Apenas 17% dos inventores em nível internacional que buscaram patentes em 2022 foram mulheres, em comparação com 83% homens. Apenas 1 em cada 3 pesquisadores é mulher. As mulheres ocupam 21% dos trabalhos em ciência, tecnologia, engenharia e matemática no mundo. As disparidades de gênero na tecnologia e na inovação persistem, dificultando a participação das mulheres e impedindo o progresso em tecnologias emergentes como a inteligência artificial.



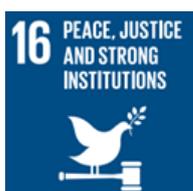
Redução das desigualdades - A discriminação de gênero assume muitas formas e continua a ser comum, comprometendo os direitos humanos. As mulheres têm quase duas vezes mais probabilidades de sofrer discriminação baseada no seu estado civil. Outras formas generalizadas de discriminação incluem aquelas ligadas à orientação sexual. Houve reformas legais em 33 países com a introdução da igualdade no casamento para casais do mesmo sexo. Mas em 64 países as leis discriminatórias ainda criminalizam atos sexuais privados e consensuais entre pessoas do mesmo sexo. 21% das pessoas que vivem com o HIV relataram ter seus cuidados de saúde negados nos últimos 12 meses, e 26% das mulheres que vivem com o HIV relataram que o seu tratamento estava condicionado ao uso de contraceptivos.



Cidades e comunidades sustentáveis - Até 2050, espera-se que as áreas urbanas abriguem 70% da população feminina do mundo. A menos que o planejamento urbano e moradia adequados sejam uma prioridade, estima-se que 1,05 bilhão (cerca de 1/3 dessas) mulheres e meninas vão morar em habitações inadequadas ou em favelas. Além disso, as mulheres com deficiência, que representam aproximadamente 18% da população feminina, enfrentam desafios acrescidos. Um estudo de 2022 indicou que apenas 27% de 190 países e regiões protegiam explicitamente os direitos das mulheres com deficiência.



Produção e consumo responsáveis, ação climática, vida debaixo de água, vida em terra - No pior cenário, até 2050, 158 milhões de mulheres e meninas vão ser empurradas para a pobreza como uma consequência direta das mudanças climáticas. Isto representa 16 milhões a mais do que os homens. A insegurança alimentar causada pelas alterações climáticas também é projetada para aumentar e afetar mais 236 milhões de mulheres e meninas (em comparação com 131 milhões de homens e meninos). Apesar destes números, apenas 55% dos planos nacionais de ação climática incluem medidas de adaptação específicas de gênero no mundo, e apenas 23% reconhecem o papel vital das mulheres como agentes de mudança na luta contra as alterações climáticas.



Paz e instituições fortes - O número de mulheres e meninas que vivem em contextos afetados por conflitos alcançou 614 milhões em 2022, o dobro quando comparado aos números de 2017. Em 2023, as pessoas em zonas extremamente frágeis eram especialmente vulneráveis, enfrentando taxas de pobreza mais elevadas e aumento da insegurança alimentar. A violência entre parceiros íntimos é 2,4 vezes maior em contextos extremamente frágeis em comparação com ambientes não frágeis.



Parcerias em prol das metas - A meio caminho de 2030, a ajuda para apoiar a igualdade de gênero é insuficiente. Existe uma necessidade extrema de maior apoio financeiro nos países onde a igualdade de gênero está mais atrasada. Apenas 4% do total de ajuda bilateral é dedicada a programas onde a igualdade de gênero é o principal objetivo. Vale ressaltar que no último relatório (2022) esse indicador era 4,6%. Este apoio mínimo, aliado ao fato de apenas um em cada quatro países acompanhar ativamente o financiamento da igualdade de gênero, evidencia os desafios enfrentados para alcançar a paridade globalmente.

A Agenda 2030 e o Envelhecimento das Mulheres

As mulheres idosas enfrentam taxas mais elevadas de pobreza e violência do que homens com a mesma idade. A discriminação e a desigualdade que as mulheres idosas enfrentam é resultado de desvantagens acumuladas ao longo de uma vida. Nesse contexto, as mulheres idosas são ponto central na busca pelo desenvolvimento sustentável, no entanto, sua diversidade não foi articulada no Plano dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e são muitas vezes ignoradas nas discussões sobre mulheres e gênero.

Em 1950, aproximadamente 128,2 milhões de pessoas tinham 65 anos ou mais (apenas 5,1% da população mundial). Hoje, o mundo tem 807,8 milhões de idosos, um aumento de seis vezes, o que representa 10% da população mundial. Considerando que as mulheres vivem mais que os homens (em média 5,2 anos), elas compreendem uma parcela maior dos idosos. Em 2023, as mulheres representavam 55,7% da população com 65 anos ou mais. Em 2050, existirão 1,6 bilhões de pessoas com 65 anos ou mais, 78,1% residindo em regiões menos desenvolvidas.

As evidências mostram que mulheres mais velhas têm maior probabilidade do que os homens de ficarem viúvas, menor probabilidade de casar novamente e maior probabilidade de viverem sozinhas – três características que podem agravar a insegurança econômica na velhice.

Muitas mulheres alcançam velhice com poucos bens, sem pensões ou proteção social. Isso ocorre devido a uma maior probabilidade de interrupções na carreira, trabalho em tempo parcial, rendimentos mais baixos e maior tempo gasto em cuidados não remunerados. Em 47 países, a cobertura das pensões das mulheres não é universal e fica atrás da dos homens. Mesmo quando as pensões estão disponíveis, as mulheres podem ter controle limitado sobre como elas são gastas dentro das famílias.

Embora os dados sejam limitados, a nível global, a prevalência da violência por parceiro íntimo entre mulheres idosas varia de 16,5% a 54,5%. Serviços para prevenir e responder à violência muitas vezes tem como alvo mulheres adolescentes e mulheres em idade reprodutiva, deixando as mulheres mais velhas fora do alcance dos serviços e políticas de saúde. Preconceitos e estereótipos profundamente enraizados sobre os idosos alimentam o preconceito de idade e perpetuam as normas sociais prevalecentes que toleram a violência na velhice.

Com o tempo passando, a urgência aumenta

O relatório defende uma abordagem integrada e holística para promover a igualdade de gênero, envolvendo a colaboração multilateral e o apoio financeiro sustentado. Negligenciar a amplificação de esforços e o investimento na paridade de gênero compromete toda a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável(2).

Ele ainda destaca 11 obstáculos principais para o cumprimento da igualdade de gênero(3):

1. Falta de mulheres na liderança
2. Pobreza e falta de oportunidades econômicas
3. Discriminação e desigualdades no local de trabalho
4. Desequilíbrio no trabalho de cuidados não remunerados
5. Normas sociais e práticas culturais prejudiciais
6. Acesso inadequado à educação e aos cuidados de saúde
7. Insegurança alimentar
8. Violência contra mulheres e meninas
9. Financiamento inadequado para iniciativas com foco na igualdade de gênero
10. Barreiras legais e legislação mal aplicada
11. Falta de acesso à energia limpa e saneamento

Faltando apenas sete anos para atingir o prazo limite para a Agenda 2030, esforços concertados e financiamento são mais necessários do que nunca. Cada passo em frente nos aproxima de um futuro em que a igualdade de gênero não é apenas um objetivo, mas uma realidade.

Referências

1. Progress on the Sustainable Development Goals: the gender snapshot 2023 [Internet]. [citado 11 de setembro de 2023]. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2023-09/progress-on-the-sustainable-development-goals-the-gender-snapshot-2023-en.pdf>
2. UN Women – Headquarters [Internet]. 2023 [citado 11 de setembro de 2023]. Global gender equality in 2023: Urgent efforts needed to reach 2030 goals. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news-stories/feature-story/2023/09/global-gender-equality-in-2023-urgent-efforts-needed-to-reach-2030-goals>
3. UN Women – Headquarters [Internet]. 2023 [citado 11 de setembro de 2023]. The 11 biggest hurdles for women's equality by 2030. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news-stories/feature-story/2023/09/the-11-biggest-hurdles-for-womens-equality-by-2030>

“A natureza introduziu grande variedade na paisagem, mas o homem manifesta uma paixão para simplificá-la”: os riscos da perda de biodiversidade nos sistemas alimentares e caminhos para a atuação do G20 e organismos internacionais

**Eduardo Nilson
Denise Oliveira e Silva
Erica Ell
Juliana Ubarana**

Resumo. *Nesse informe, discutimos os avanços na transformação dos sistemas alimentares a partir das recomendações da Diretora da Divisão de Sistemas Alimentares e Segurança de Alimentos da FAO e exemplificada por experiências exitosas de países da América Latina, incluindo as perspectivas de aumento do protagonismo do Brasil nessas agendas.*

A biodiversidade no contexto dos sistemas alimentares é definida como a variedade da vida no nível genético, das espécies e dos ecossistemas. Portanto, a biodiversidade é essencial para a alimentação e a agricultura e é essencial para a garantia da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento sustentável. Assim, a agenda de biodiversidade para a alimentação e agricultura compreende as plantas e animais, selvagens e domésticos, que proporcionam alimentos para humanos e animais, combustíveis e fibras (Food and Agriculture Organization (FAO), 2019).

A relação dos sistemas alimentares com a biodiversidade

Um texto recente do Prof. Ricardo Abramovay (Abramovay, 2023) começa com uma frase profética de Rachel Carson, bióloga marinha, escritora, cientista e ecologista norte-americana, na sua publicação Primavera Silenciosa: “A natureza introduziu grande variedade na paisagem, mas o homem manifesta uma paixão para simplificá-la”.

Carson já antevia os riscos da perda de biodiversidade que acompanhavam a Revolução Verde, a partir da seleção de sementes de maior produtividade associadas ao uso de fertilizantes nitrogenados e a concentração da produção em poucas culturas, criando uma monotonia que favorece o ataque de ervas invasoras, de insetos e de fungos, de modo que levam a um uso cada vez maior de biocidas (agrotóxicos).

Um exemplo claro da perda da perda de biodiversidade é que, das 7.039 plantas comestíveis existentes no mundo, 417 são cultiváveis, mas somente quinze produtos respondem por 90% da alimentação humana e quatro deles (arroz, soja, milho e trigo) representam 60% do total. Essa concentração também tem consequências geopolíticas, visto que 60% do suprimento agrícola global está concentrado em cinco países e riscos sistêmicos desse modelo ficaram muito claros com o desabastecimento de grãos como o trigo decorrentes da guerra na Ucrânia. Além disso, esse novo sistema de produção aumentou significativamente a poluição ambiental e os impactos à saúde humana a partir da redução da biodiversidade dos próprios solos e da liberação de carbono para a atmosfera, somada aos impactos da

incorporação do ultraprocessoamento dos alimentos como parte desses que viriam a se tornar os sistemas alimentares hegemônicos na atualidade.

Em consequência, os custos das externalidades do atual sistema agroalimentar global chegam a US\$ 18 trilhões, sendo US\$ 11 trilhões relacionados aos custos às vidas humanas, US\$ 7 trilhões em custos ambientais e US\$ 1 trilhão em custos econômicos, representando o dobro dos custos atuais do consumo global de alimentos. Em outras palavras, para cada dólar gasto com o consumo dos produtos dos sistemas alimentares hegemônicos há danos correspondentes à saúde humana e planetária na ordem de dois dólares, ou seja, o sistema regido pelo mercado financeiro e interesses econômicos gera prejuízos coletivos muito significativos (United Nations Food Systems Summit 2021 Scientific Group, 2021).

Na sequência do texto Professor Abramovay, como parte dos impactos desses sistemas alimentares hegemônicos, também é destacada a influência da pecuária para a perda de biodiversidade por meio da seleção de raças de aves, bovinos e suínos, levando a uma homogeneidade que favorece difusão de vírus e bactérias, levando à necessidade de uso de antibióticos para evitar sua propagação. Esse maior uso de antibióticos na criação animal aumentou o problema da resistência antimicrobiana, por meio da seleção de micróbios cada vez mais resistentes e que colocam em risco a saúde humana e animal, tornando-se uma questão global de saúde pública. Além disso, em termos da perda de biodiversidade, 96% da biomassa global de mamíferos é representada por rebanhos e 71% da biomassa de pássaros é representada por aves de criação (Bar-On, Phillips e Milo, 2018).

Essas questões, portanto, se articulam muito proximamente com a agenda da Saúde Única (*One Health*), mostrando muito claramente o caráter predatório dos sistemas alimentares hegemônicos e seus impactos sobre a saúde humana, animal e planetária e como essas questões estão interligadas nas causas das crises globais atuais e quais são as possíveis soluções para reverter esse quadro,

Um outro ponto, não abordado no texto, mas muito relevante, é a incorporação do ultraprocessoamento dos alimentos como parte dos sistemas alimentares, ligando as mudanças na agricultura e pecuária à forma que alimentos são produzidos e consumidos. Assim como nos exemplos anteriores, o uso de matérias primas cada vez menos diversas e transformadas em relação à sua matriz natural, como amidos modificados, concentrados proteicos, gorduras modificadas, que constituem a base dos produtos ultraprocessoados, levou ao grande aumento no uso de aditivos alimentares cosméticos para transformar esses ingredientes industriais em produtos que imitam alimentos de verdade. São os flavorizantes, aromatizantes, emulsificantes, estabilizantes e outros produtos que dão cor, sabor, cheiro, consistência e textura aos produtos, inclusive contribuindo para sua hiperpalatabilidade, que favorece o consumo exagerado. Por essa mesma formulação de caráter industrial e ligada a uma produção com pouca biodiversidade, os produtos são desbalanceados nutricionalmente, sendo pobres em nutrientes essenciais e frequentemente ricos em nutrientes críticos, associados ao risco de doenças crônicas não transmissíveis. Uma pesquisa recente no Brasil mostrou que 98,8% dos produtos ultraprocessoados vendidos nos supermercados do país contêm ingredientes nocivos à saúde, incluindo aditivos cosméticos e nutrientes críticos (Canella *et al.*, 2023).

Quantificando os impactos ambientais dos sistemas alimentares associados aos produtos ultraprocessoados, estes estão associados a 39% do uso de energia, 36% a 45% da perda de biodiversidade, um terço das emissões de gases de efeito estufa, de uso da terra e perdas e

desperdícios e aproximadamente um quarto do uso de água relacionado às dietas pelos adultos de países de alta renda. (Anastasiou et al., 2022).

No campo da própria ciência da nutrição, o que muitos especialistas chamam de “nutricionismo” e seus ícones como a pirâmide alimentar, ou seja, o foco nos nutrientes dos alimentos em vez dos alimentos e padrões alimentares, também favoreceu a perda da biodiversidade na alimentação ao fortalecer as narrativas dos sistemas hegemônicos e seus produtos. Por outro lado, a mudança de paradigma trazida pela classificação NOVA dos alimentos, segundo o propósito e o grau de seu processamento, embasa recomendações dietéticas baseadas na diversidade de alimentos in natura e minimamente processados, evitando os ultraprocessados, como base para dietas e sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.

Por fim, a questão do preço dos alimentos deve ser adicionada nessa discussão, na medida em que a Revolução Verde permitiu inicialmente um aumento significativo na produção dos alimentos e seu consequente barateamento, com impactos iniciais na redução da insegurança alimentar e nutricional no mundo. Contudo, os sistemas de produção em que essa revolução se baseia levaram à concentração de recursos e renda e, com o barateamento dos ultraprocessados em relação aos alimentos in natura e minimamente processados, favoreceram o crescimento da participação dos ultraprocessados nas dietas e tiraram o espaço na produção e consumo de alimentos saudáveis, como frutas, verduras e grãos integrais, principalmente entre as populações mais vulneráveis, aumentando desigualdades socioeconômicas e em saúde.

Relembrando as discussões do Informe 15/2023 do CRIS, os sistemas alimentares hegemônicos estão entre as principais causas da ruptura dos limites planetários para a garantia da sobrevivência da humanidade: mudanças climáticas, perda de biodiversidade, mudanças nos ciclos do nitrogênio e do fósforo, perda da camada de ozônio, acidificação dos oceanos, uso de água doce, mudanças no uso das terras, poluição atmosférica com aerossóis e poluição química. Até a última década, seis dessas barreiras já haviam sido rompidas e as restantes atualmente estão em grande risco (Rockström, Steffen e Noone, 2009).

Nesse sentido, juntando as características da produção e alimentos, desde a agropecuária até o processamento industrial, somam-se impactos ambientais dos sistemas alimentares hegemônicos, desde o desmatamento para as plantações e pecuária até as embalagens dos produtos (Fardet e Rock, 2020)(Ridoutt et al., 2019)(Leite et al., 2022)(Seferidi et al., 2020). Esses sistemas alimentares são responsáveis por 26% das emissões de gases de efeito estufa, pelo uso de 50% da terra habitável, por 70% do uso de água fresca e por 78% da poluição (eutrofização) das águas do planeta (Poore e Nemecek, 2018). No Brasil, durante as últimas três décadas, houve aumento de 21% na produção de gases de efeito estufa, de 22% na pegada hídrica e de 17% na pegada ecológica relacionadas à dieta, sendo que a contribuição dos ultraprocessados para essas pegadas ambientais aumentou em 183% a 245% nesse período (T Da Silva et al., 2021).

Em outras palavras, as revoluções na alimentação baseadas nas monoculturas de commodities agrícolas com alto uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos junto com o ultraprocessamento dos alimentos, a pretexto de possíveis benefícios às populações, sempre trouxeram externalidades negativas cujo combate gerou mais problemas à saúde humana e planetária e a perda de biodiversidade nos sistemas alimentares está entre as causas desses problemas.

Os compromissos internacionais e a atuação da FAO

Em agosto de 2023, a FAO participou da 7ª Assembleia do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (*Global Environment Facility*), que discutiu as metas do Quadro Global de Kunming-Montreal para a biodiversidade, que tratam de suas interações com a redução da poluição ambiental e das perdas na natureza, o combate às mudanças climáticas e a conservação inclusiva e comandada localmente. O Fundo é dedicado exclusivamente para apoiar esse Quadro Global que busca reverter a perda de biodiversidade até 2030 e colocar a natureza em uma rota de recuperação até 2050.

No Quadro Global de Kunming-Montreal, mais da metade das metas estão diretamente relacionados aos setores de agricultura e alimentação, considerando os indicadores da restauração dos ecossistemas, dos estoques de peixes, das áreas de agricultura produtiva e sustentável e do gerenciamento florestal sustentável (Convention on Biological Diversity, 2022).

Na assembleia, a FAO coordenou discussões de alto nível sobre novos paradigmas para a construção das cidades, sobre a transformação dos sistemas alimentares e sobre o gerenciamento para resultados ambientais, e destacou projetos no contexto do Fundo como iniciativas de pesca costeira e o Programa de Oceanos Comuns, além de lançar uma publicação sobre a nutrição nos investimentos do Fundo. Além disso, a FAO é membro do grupo técnico ad hoc de especialistas sobre Indicadores do Quadro Global de Biodiversidade e é uma das lideranças da Década de Ação sobre Restauração dos Ecossistemas, junto com o Programa Ambiental das Nações Unidas (Food and Agriculture Organization (FAO), 2023)

Segundo a Vice-Diretora Geral da FAO, Maria Helena Semedo, durante o evento, o Quadro Global de Kunming-Montreal coloca os sistemas agroalimentares na linha de frente do grande desafio de construir soluções em que todos ganham (*win-win*) para as pessoas e o planeta diante da ação climática (Food and Agriculture Organization (FAO), 2023).

Adicionalmente, às vésperas da Cúpula de Sistemas Alimentares +2 (UNFSS+2), a diretora da Divisão de Sistemas Alimentares da FAO, Corinna Hawkes, reforçou também que aumentar a diversidade dentro dos sistemas alimentares é uma das chaves para sua transformação (FAO, 2023). Nesse sentido, a transformação dos sistemas agroalimentares alinhada a partir da prioridade à diversificação dos sistemas produtivos, utilizando múltiplas espécies, raças e variedades, integrando o uso da biodiversidade de plantações, da pecuária, das florestas e das águas e promovendo a diversidade dos habitats para apoiar a produção sustentável e trazer sinergias e impactos benéficos no aumento da resiliência dos sistemas, no enfrentamento da crise climática, na melhoria das condições de vida das populações e na garantia de sua segurança alimentar e nutricional.

Contudo, são necessários compromissos maiores no campo da biodiversidade nos sistemas alimentares, bem como salvaguardas em relação a conflitos de interesses e lobbies incompatíveis com os interesses coletivos das populações e do planeta, tendo em vista que os sistemas hegemônicos têm perpetuado e ampliado seu poder e influência inclusive no âmbito da agenda global como da UNFSS+2 (Canfield, Anderson e McMichael, 2021). Somado a isso, é subestimada ou desconsiderada a influência dos produtos ultraprocessados nas discussões globais de sistemas alimentares, convenções de biodiversidade e conferência sobre mudanças climáticas (Leite *et al.*, 2022).

A permanência dessa dicotomia entre sistemas hegemônicos e da alimentação baseada em sistemas diversificados na agenda dos organismos internacionais e dos países, atrasa

significativamente as transformações, pois fragiliza os compromissos globais e nacionais e limita os espaços de transformação às iniciativas locais. Ainda que transformações a partir das bases, das políticas e ações locais sejam fundamentais, elas encontram barreiras grandes quando confrontam os interesses corporativos e disputam em condições desiguais os espaços dentro dos sistemas alimentares ao tentarem ganhar escala.

Recomendações da ciência brasileira para o Brasil e para o G20

De volta ao texto do Professor Abramovay, em sua conclusão são apontados caminhos para a transformação dos sistemas alimentares e de demandas para o G20. Um primeiro ponto é a eliminação do desmatamento, mas mudanças mais profundas são necessárias, a partir de uma agropecuária regenerativa e de uma oferta alimentar acessível e saudável com alcance global, às quais se opõem os sistemas hegemônicos, baseados em cadeias produtivas longas e internacionalizadas.

Todavia, esses problemas são complexos, envolvendo primeiramente questões de natureza geopolítica, tendo em vista que a produção dos commodities agrícolas está concentrada em alguns poucos países e, dentro destes, em algumas poucas regiões, aumentando sua suscetibilidade às mudanças climáticas. Em segundo lugar, a monotonia agropecuária está intimamente ligada à produção dos ultraprocessados e suas consequências sobre a saúde humana e planetária, representadas pela sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, logo as soluções devem se basear na diversificação da produção, oferta e consumo de alimentos, valorizando diferentes territórios, recuperando culturas produtivas e culinárias locais e ampliando tecnologias regenerativas. Ao contrário de continuar insistindo em soluções baseadas nos mesmos sistemas alimentares que causaram as atuais crises, como, por exemplo, focando genericamente no aumento na oferta de grãos, transformações devem considerar alternativas como a economia de proximidade (incluindo a agricultura urbana e periurbana) e ampliando a oferta de frutas, verduras e produtos frescos.

Ainda, pensando em sugestões ao G20, a Cátedra Josué de Castro da Faculdade de Saúde Pública da USP e o Instituto Comida do Amanhã apresentaram um documento com propostas ao G20 a partir da recuperação da biodiversidade dos sistemas alimentares globais, reforçando o potencial do Brasil ser protagonista nessa transição, na qual a priorização do tema na agenda é fundamental (Cátedra Josué de Castro e Instituto Comida do Amanhã, 2023).

O chamamento à ação leva em consideração que o G20 deve abordar a transformação dos sistemas alimentares de maneira integrada com o conceito da Saúde Única e com os ODS, articulando dietas saudáveis, a regeneração dos serviços ecossistêmicos e o bem-estar animal.

Na contextualização trazida nesse texto conjunto, reforça-se que os sistemas agroalimentares dominantes são baseados na homogeneidade, desde as culturas agrícolas e a pecuária até os ingredientes dos produtos ultraprocessados, que ligam esses sistemas à sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas e à redução da biodiversidade global. A partir disso, é feito um chamamento inicial à cooperação nos espaços multilaterais, como o G20, para combater os efeitos nocivos desses sistemas à saúde humana, animal e planetária e fortalecer a produção local, saudável e diversificada, que, na prática, implica grande reorientação drástica de políticas como os subsídios para a agricultura e a pecuária do nível nacional ao nível global e a preservação da sociobiodiversidade, inclusive nas florestas.

Assim, é prioridade na transformação dos sistemas alimentares quebrar essa monotonia na produção e nas dietas, por meio de práticas de agricultura e a pecuária que respeitem os

limites ecossistêmicos do planeta. Por exemplo, ao contrário das longas cadeias de suprimentos dos sistemas hegemônicos, os circuitos locais promovem a preservação da agrobiodiversidade e a redução das perdas e desperdícios, enquanto também promovem a educação dos consumidores para mudanças nos hábitos alimentares. Isso envolve a reorientação da agricultura e do processamento dos alimentos, tendo em vista que os ambientes alimentares, principalmente no meio urbano, são frequentemente dominados pela presença de produtos ultraprocessados, caracterizando desertos e pântanos alimentares.

Nesse sentido, é fundamental abordar esse problema sob a perspectiva do consumo e da demanda de alimentos, incluindo um olhar específico que contemple as novas dinâmicas entre o rural e o urbano para promover e apoiar a diversificação das dietas. As formas de abastecimento das cidades precisam ser repensadas, ampliando o acesso aos alimentos saudáveis e produzidos de forma sustentável, a exemplo dos circuitos de proximidade e da economia circular. Além disso, o processamento industrial precisa ser repensado, particularmente com foco em uma reformulação que vá além da redução de nutrientes críticos para priorizar a substituição dos ingredientes de natureza química por alimentos in natura e minimamente processados, de modo a reduzir a oferta de ultraprocessados.

Dessa forma, as recomendações específicas para o G20 no campo das transformações nos sistemas alimentares incluem:

- o compromisso dos países com a redução do fornecimento de produtos ultraprocessados;
- a implementação de rotulagem nutricional que permita aos consumidores reconhecer a saudabilidade dos alimentos e orientar escolhas alimentares mais saudáveis;
- o compromisso com a tributação de produtos ultraprocessados;
- o reconhecimento das orientações nos guias alimentares baseados em alimentos (como o brasileiro), de favorecer o consumo de produtos frescos ou minimamente processados, preferencialmente de origem local;
- a proibição da comercialização de produtos agrícolas provenientes de áreas recentemente desmatadas, conforme adotado pela União Europeia;
- o financiamento e oferecimento de incentivos adequados a práticas e abordagens favoráveis à biodiversidade na agropecuária;
- a redução global dos insumos químicos na agropecuária;
- o apoio ao estabelecimento de mecanismos para alcance dos objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP15);
- o apoio à redução de subsídios agrícolas, sugerindo que estes sejam direcionados para o cumprimento de metas sociais e ambientais; e
- o compromisso com políticas voltadas a sistemas alimentares urbanos com base no conceito de economia circular para abordar a produção local de alimentos (diversidade), bem como combater a perda e o desperdício de alimentos e garantir ambientes alimentares urbanos saudáveis.

O Brasil, particularmente, se coloca novamente como potencial protagonista nessas agendas, tomando em consideração a reorientação atual das políticas nacionais e as prioridades assumidas pelo país para sua presidência do grupo.

Em relação às políticas nacionais, a recriação e fortalecimento da governança das políticas de segurança alimentar e nutricional (SAN) são pontos cruciais para a redução da fome no país e, aliados ao estímulo à agricultura familiar e à agricultura urbana e periurbana, priorizando a agricultura orgânica e agroecológica junto com a exploração sustentável das

florestas e águas, trazem elementos para articular efetivamente preservar e recuperar a biodiversidade nacional e promover a SAN da população em sua completude, ou seja, realizando o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Ao mesmo tempo, ao anunciar as três prioridades da presidência brasileira do bloco, duas estão diretamente vinculadas à agenda dos sistemas alimentares: o combate à fome e o desenvolvimento sustentável, e, no discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o destaque à necessidade de atuação urgente sobre as mudanças climáticas remete aos sistemas alimentares, incluindo o papel da garantia da biodiversidade, também traz elementos importantes para que o Brasil fomente compromissos globais nessas transformações a partir do bloco.

Conclusão

O momento atual é muito oportuno para fortalecer e dar concretude aos compromissos relacionados à transformação dos sistemas alimentares globais a partir do impacto que a atuação do G20 fornecimento de alimentos, principalmente assumindo o impacto negativo dos ultraprocessados e dos sistemas produtivos baseados em commodities e reconhecendo a importância de abordar respostas orientadas para a aproximação da produção agrícola diversificada aos espaços urbanos um de seus caminhos mais promissores.

Porém, é importante ir além da simples menção a esses compromissos no discurso para trabalhar especificamente para uma agenda comum dos países no contexto dos sistemas alimentares para alcançar esses objetivos, começando por um reconhecimento do impacto negativo dos sistemas hegemônicos e da necessidade de reorientação das políticas. Em outras palavras, mencionar a prioridade ao combate à fome, à preservação da biodiversidade e ao enfrentamento das mudanças climáticas sem mostrar que elas estão ligadas e que os sistemas alimentares hegemônicos estão entre suas causas fragiliza as respostas a esses problemas em âmbito nacional e global e compromete a garantia da saúde humana, animal e planetária através da transformação nos sistemas alimentares. Essas agendas devem estar igualmente integradas na atuação da OMS, FAO, Unicef e PMA, reforçando os compromissos assumidos e apoiando os países em sua implementação.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Superar a monotonia agroalimentar**. Disponível em: <<https://ricardoabramovay.com/2023/09/superar-a-monotonia-agroalimentar/>>.

CANELLA, D. S. *et al.* Food additives and PAHO's nutrient profile model as contributors' elements to the identification of ultra-processed food products. **Scientific reports**, v. 13, n. 1, p. 13698, 2023.

CANFIELD, M.; ANDERSON, M.; MCMICHAEL, P. UN Food Systems Summit 2021: Dismantling Democracy and Resetting Corporate Control of Food Systems. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 5, p. 661552, 2021.

CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO E INSTITUTO COMIDA DO AMANHÃ. **Diversidade na produção agrícola para uma alimentação saudável e sustentável**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.comidadoamanha.org/post/diversidade-na-produção-agrícola-para-uma->

alimentação-saudável-e-sustentável>.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. **Kunming-Montreal Global Biodiversity Framework**, 2022. Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/decisions/cop-15/cop-15-dec-04-en.pdf>>

FAO. **The UN Food Systems Summit+2 should be a moment of solidarity between nations: FAO Food Systems Director**. Disponível em: <<https://www.fao.org/newsroom/detail/FoodSystemsSummit-Corinna-Hawkes/en>>.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The State of the World's Biodiversity for Food and Agriculture**. Rome, Italy: [s.n.].

____. **Efforts to safeguard biodiversity receive welcome boost**. Disponível em: <<https://www.fao.org/newsroom/detail/efforts-to-safeguard-biodiversity-receive-welcome-boost/en>>.

LEITE, F. H. M. *et al.* Ultra-processed foods should be central to global food systems dialogue and action on biodiversity. **BMJ Global Health**, v. 7, n. 3, p. e008269, 2022.

UNITED NATIONS FOOD SYSTEMS SUMMIT 2021 SCIENTIFIC GROUP. **The True Cost and True Price of Food**. [s.l: s.n.].

Preservando Nossa História: Patrimônio Documental na América Latina e no Caribe

Fabiane Gaspar
Gisele Sanglard
Vitor Rodrigues

Resumo. Em setembro de 2023, o Rio de Janeiro foi palco de um workshop promovido pela UNESCO e apoiado pelo governo brasileiro, com foco na capacitação de países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e nações latino-americanas e caribenhas. O evento visava preparar candidaturas eficazes para o Registro Internacional e/ou Regional do programa Memória do Mundo (MoW) da UNESCO. Além disso, promoveu a conscientização sobre a importância desses registros e possibilitou a colaboração entre os atores do patrimônio documental em âmbito internacional.

Palavras-chave. patrimônio, Unesco, América Latina, Fiocruz

Entre os dias 4 e 6 de setembro de 2023, no Rio de Janeiro, ocorreu um workshop⁵⁸ de capacitação voltado para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e as nações da América Latina e do Caribe (ALC). O evento, organizado pela UNESCO em colaboração com o Comitê Regional MOWLAC e o apoio do Governo do Brasil através da Biblioteca Nacional e do Instituto Guimarães Rosa, tem como principal objetivo preparar candidaturas eficazes para o Registro Internacional e/ou Regional do programa UNESCO Memória do Mundo (MoW). A iniciativa busca conscientizar os países sobre a relevância desses registros, promovendo uma compreensão mais profunda do processo envolvido. Além disso, o workshop proporcionou uma plataforma para a troca de conhecimentos e a construção de redes de colaboração entre os atores do patrimônio documental em âmbito internacional. O evento contou com a participação de Peter Scholing, Presidente do Comitê Regional para América Latina e o Caribe do MoWLAC; Marlova Jovchelovitch Noletto, Diretora e Representante da UNESCO no Brasil; e Marco Lucchesi, Presidente da Biblioteca Nacional do Brasil. Durante o encontro, também ocorreu a entrega de certificados do Registro Regional 2022 a instituições brasileiras que passaram a integrar o Comitê Regional MOWLAC, reforçando o compromisso com a preservação do patrimônio documental.

De forma complementar ao workshop, neste ano de 2023 foi traduzido para português o documento [“Patrimônio documental da América Latina e Caribe: o Registro Regional do Programa Memória do Mundo da UNESCO, 2000-2018”](#) a fim de contribuir para o diálogo intercultural e promover a cultura da paz na América Latina e no Caribe.

Entre os anos 2000 e 2018 foi realizada a formação de um catálogo com as memórias que contam a história da América Latina e Caribe. O documento conta com 191 acervos

⁵⁸ <https://www.unesco.org/pt/articles/workshop-de-capacitacao-para-preparar-candidaturas-eficazes-para-o-registro-internacional-e/ou>
<https://www.unesco.org/en/unitwin/seminars>

arquivísticos e bibliográficos com relatos de 42 países. Os países com mais inscrições são o México (30), Brasil (25) e Bolívia (22). Os temas mais abordados são colonização, direitos humanos, histórias políticas e trabalhistas. Todavia, temas como diversidade cultural, econômica, pensamento de mulheres e homens de destaque ou grupos que deixaram um legado, música, arquitetura, filosofia, guerras e iniciativas para alcançar a paz também compõe este documento. Abaixo segue um resumo de alguns acervos presentes no documento, entre eles o Fundo Carlos Chagas disponibilizado para consulta pela Fiocruz.

Música Colonial Americana dos Séculos XVI ao XVIII. Um Exemplo de Riqueza Documental da Bolívia, Colômbia, México e Peru:

As composições musicais criadas entre os séculos XVI e XVIII nas várias regiões das Américas desempenham um papel crucial na história cultural do Novo Mundo, abrangendo aspectos religiosos, seculares, políticos, acadêmicos e populares. Elas representam uma extensão das tradições renascentista, barroca e clássica, refletindo uma rica diversidade estilística e ideológica que se desenvolveu em diversos centros musicais e ambientes sociais da época colonial. Essas obras são testemunhas da interação entre culturas indígenas, europeias e africanas, resultando em uma cultura única que não é totalmente ocidental, hispânica ou americana. Compositores notáveis, como Tomás de Torrejón y Velasco, Gaspar Fernandes, Juan de Araújo e Gutierre Fernández Hidalgo, deixaram um legado musical valioso, estudado por musicólogos de todo o mundo. Cada região das Américas, como Lima, México, Bolívia e Colômbia, possui suas próprias contribuições significativas para esse patrimônio musical, destacando a riqueza da cultura colonial da época.



Educação das Mulheres na História do México. Fundos Colegiais no Arquivo

O Colégio de San Ignacio de Loyola Vizcaínas, fundado no século XVIII na Cidade do México, tinha como missão atender às necessidades das meninas órfãs e mulheres desabrigadas, concentrando-se nos momentos mais vulneráveis da vida delas: infância e velhice. Seu arquivo histórico, preservado desde a inauguração, documenta de forma abrangente a trajetória dessa instituição dedicada à educação e proteção feminina. Ao longo dos séculos, esse arquivo acumulou informações valiosas sobre o desenvolvimento da educação feminina no México e foi enriquecido com documentos de outras instituições religiosas e faculdades, tornando-se um testemunho único da história social e educacional do país. Além disso, abriga uma rica coleção de músicas e volumes da biblioteca, com origens em instituições coloniais femininas.

Carta de Abertura dos Portos Marítimos ao Comércio com as Nações Amigas, 1808:

A Carta Régia de 1808, também conhecida como Carta de Abertura dos Portos, emitida por D. João, aboliu o monopólio colonial ao permitir a exportação de produtos brasileiros e a entrada de mercadorias de nações amigas. Este marco histórico sinaliza o início das relações comerciais internacionais do Brasil e um passo rumo à independência política.

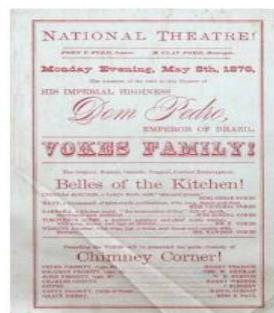
Jornal dos Trabalhadores no Cone Sul. Um Século da História nas Coleções do CeDInCI (Argentina, Chile, Uruguai, 1863-1973)

A coleção abrange diários, jornais e revistas de Argentina, Chile e Uruguai, abrangendo o período de 1863 a 1973, representando a história da esquerda e movimentos sociais na região. Composta por 328 acervos, esse material é de alto valor histórico e está disponível para consulta pública sem restrições.



Documentos Relativos às Viagens do Imperador D. Pedro II pelo Brasil e pelo mundo, 1870-1880

A série de documentos relacionados às viagens do Imperador D. Pedro II, parte do Arquivo da Casa Imperial do Brasil, abrange uma coleção de 2.210 documentos, incluindo diários, correspondências, itinerários e muito mais. Esses registros documentam as numerosas viagens de Pedro II pelo Brasil e por diferentes continentes ao longo de seu reinado de 49 anos, oferecendo algumas percepções valiosas sobre o século XIX, incluindo descobertas científicas, diversidade cultural, questões políticas e relações diplomáticas. Além de preservar esse patrimônio histórico, o Arquivo da Casa Imperial tem como missão compartilhar esse conhecimento por meio de programas culturais e científicos, tornando-se uma referência fundamental para a história imperial do Brasil e de Petrópolis.



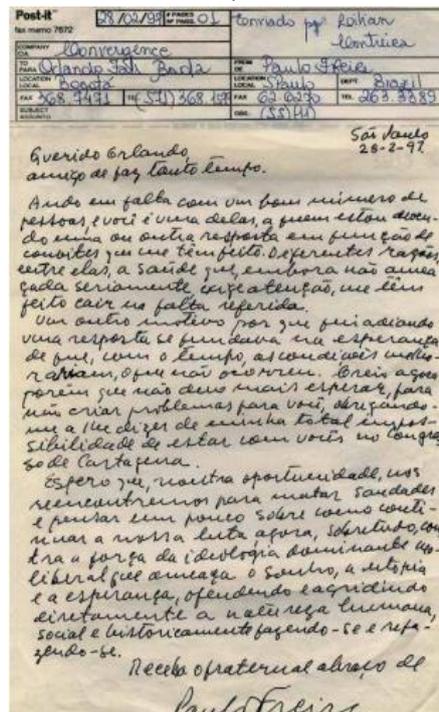
Fundo Carlos Chagas

O arquivo Carlos Chagas, criado pelo renomado cientista brasileiro Carlos Chagas, famoso por sua descoberta da doença transmitida pelo *Trypanosoma cruzi* em 1909, é de imensa importância. Além de seu impacto na medicina, o arquivo abrange diversas dimensões da carreira de Chagas, destacando sua influência não apenas na área médica, mas também em questões de saúde pública, projetos nacionais e debates sobre a nação brasileira. Essa documentação é crucial para pesquisadores interessados em compreender a institucionalização da ciência e da saúde pública no Brasil e sua interação com a sociedade e a esfera internacional da época, contribuindo para a ascensão do país na pesquisa científica e na promoção da ciência no início do século XX.



Acervo do Educador Paulo Freire, 1921-1997

Paulo Freire é aclamado como o mais influente educador brasileiro de todos os tempos, cujo legado transcende fronteiras e continua a impactar a educação atualmente. Suas ideias inovadoras na pedagogia crítica e a metodologia de alfabetização de adultos o tornaram uma figura essencial na história da educação mundial. Seu arquivo, mantido pelo Instituto Ana Maria Araújo Freire e Paulo Freire, abriga documentos cruciais para pesquisadores interessados em sua vida e obra, bem como para aqueles que desejam preservar e revitalizar seu legado em áreas como educação popular, letramento de adultos, movimentos sociais e pedagogia.



Acordo de Paz entre o Governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Exército Popular das FARC-EP)

Este extenso documento resulta das negociações entre o Governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC-EP) de 2011 a 2016, envolvendo vítimas, sociedade civil e forças armadas. O Acordo representa um passo crucial para reconstruir a sociedade colombiana, garantindo os direitos das vítimas à verdade, justiça, reparação e não repetição, buscando estabelecer uma sociedade baseada na convivência e nos princípios do Estado de Direito Social. A coleção inclui o Acordo Final e outras documentações relacionadas às negociações.

Seminário da UNESCO sobre desenvolvimento da África

De setembro até dezembro deste ano a UNESCO organizará seminários sobre o futuro da África, o primeiro: [*“Reinforcing Higher Education in Africa”*](#) ocorrerá na quinta-feira, 21 de setembro de 2023, das 14:00 às 15:30, horário de Paris (online). O objetivo é examinar questões críticas para a transformação do ensino superior na África e identificar oportunidades estratégicas de colaboração. Caso tenha interesse em participar clique o link inserido no título do seminário.

A união das Instituições Financeiras Multilaterais: uma resposta para as críticas?

The union of Multilateral Financial Institutions: a response to criticism?

Isis Pillar Cazumbá

Abstract. *This article aims to show the intensification of partnerships between the World Bank, IDB and IMF amid a wave of criticism made by member countries and international observers regarding its current functioning.*

Keywords: *World Bank; IADB; IMF; Partnership; Global Financing*

Resumo. Este artigo tem o propósito de mostrar a intensificação das parcerias entre Banco Mundial, BID e FMI em meio a uma onda de críticas feitas por países membros e observadores internacionais ao seu atual funcionamento.

Palavras-chave: Banco Mundial; BID; FMI; Parceria; Financiamento Global

Apresentação

Nos últimos tempos, notou-se um aumento no tom das críticas às instituições financeiras multilaterais pelos países membros e observadores internacionais em eventos de Alto Nível⁵⁹, mostrando o descontentamento com o funcionamento das instituições diante do preocupante cenário global – alterações climáticas, aumento da dívida dos países e tensões geopolíticas.

Para defender e mostrar a sua relevância, as instituições financeiras multilaterais uniram-se, reafirmando que possuem condições de promover a mitigação dos resistentes problemas globais.

Banco Mundial e FMI: Declaração Conjunta para Reforçar Colaboração

Na primeira semana de setembro foi liberada uma Declaração Conjunta do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). O conteúdo da Declaração mostra que as duas instituições financeiras querem reforçar a colaboração, mas, ao mesmo tempo, evidencia a intenção de estabelecer a relevância das instituições para tratar das tensões que o mundo atual tem vivido.

Ajay Banja, presidente do BM e Kristalina Georgieva, Diretora-geral do FMI disseram na Declaração que as instituições estão *comprometidas em aprimorar a colaboração para oferecer benefícios tangíveis para pessoas, empresas e instituições dos países membros.*

Temas importantes e amplamente discutidos como mudanças climáticas, transição digital e vulnerabilidades da dívida ganharam destaque na Declaração. A respeito das mudanças climáticas, as duas instituições prometeram intensificar os trabalhos neste setor. O BM vai

⁵⁹ Discurso do presidente Lula na Reunião de Alto Nível sobre o Novo Pacto Financeiro Global, criticando as instituições financeiras multilaterais. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-cupula-para-um-novo-pacto-financeiro-global-na-franca>

utilizar a base do seu Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas⁶⁰ e nos Relatórios de Clima e Desenvolvimento por País. Considerada área prioritária para o Banco, este usará toda a sua larga experiência no setor para propor estratégias que coadunem com os objetivos propostos de desenvolver a melhoria constante na área climática. Já o FMI resolveu trabalhar com uma nova estratégia, que inclui a cobertura para as questões críticas do clima e assistência técnica para resolução de problemas. O mecanismo Fundo de Resiliência e Sustentabilidade⁶¹ também será usado para viabilizar um financiamento acessível a longo prazo aos países com dificuldades de enfrentar os problemas causados pelo clima. As instituições comprometeram-se em aumentar ainda mais a coordenação, concentrando-se nos resultados, com reuniões regulares com o grupo climático estabelecido, para garantir assim os fluxos de trabalho relacionados ao tema.

Para as novas demandas digitais, as instituições entendem que há necessidade de promover um aceleração no setor tecnológico, pois assim, ajudaria no desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos na área. O BM já possui programas para promover a transformação digital em países emergentes e em desenvolvimento. O FMI apoia o processo de transformação digital no setor financeiro, propondo métodos tecnológicos mais eficazes para a sustentabilidade do sistema financeiro. As instituições concordaram em aumentar as suas ações para promover a *eficácia dos sistemas de cobrança de receitas e de despesas nos governos e a colher os benefícios das novas tecnologias digitais, atenuando simultaneamente os riscos, nomeadamente sobre formas de melhorar os pagamentos transfronteiras e apoiar a implementação do Roteiro do Grupo dos Vinte (G20)*. Com isso, as instituições acreditam que essas iniciativas vão ajudar no estímulo do crescimento, na criação de empregos, culminando na redução da pobreza.

Sobre as vulnerabilidades ocasionadas pelo aumento da dívida, as instituições mostram na Declaração que ambas trabalham em conjunto em cada país para frear os avanços indigestos nesta área. Abordaram também a dificuldade de conter o endividamento no contexto atual, mostrando que se faz necessária maior *colaboração, construção e alavancagem das respectivas áreas de especialização*. As duas instituições prometeram aprofundar o apoio aos credores e devedores para aprimorar o processo de reestruturação da dívida baseado na Mesa Redonda da Dívida Soberana Global.

No final da Declaração, as duas instituições indicaram que para enfrentar a complexidade do cenário atual e realizar todas as ações propostas terão que contar com a ajuda de parceiros e acionistas:

O Banco e o Fundo trabalharão com acionistas e parceiros para mobilizar os recursos substanciais necessários para enfrentar os complexos desafios que o mundo enfrenta hoje. Isso requer recursos internos e externos. Para esse fim, aumentaremos nosso apoio para ajudar os países a construir uma política tributária forte e instituições administrativas e fiscais que proporcionem gastos públicos eficientes e uma boa gestão da dívida e das finanças públicas, juntamente com nosso trabalho contínuo para apoiar o desenvolvimento de mercados financeiros domésticos fortes (Banco Mundial e FMI, 2023).

⁶⁰ Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas do Grupo Banco Mundial 2021–2025: Apoiando o Desenvolvimento Verde, Resiliente e Inclusivo. Disponível em:

<https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/ee8a5cd7-ed72-542d-918b-d72e07f96c79>

⁶¹ Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2023/05/24/pr23177-kristalina-georgieva-welcomes-qatar-pledge-for-imf-prgt-and-rst>

Parceria Inovadora entre o Banco Mundial e o BID

No final do mês de agosto, foi anunciada pelo BM e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) uma parceria inovadora de quatro anos que promete impulsionar o crescimento em toda a região da América Latina e no Caribe (ALC). Ilan Goldfajn, presidente do BID e Ajay Banga assinaram um Memorando de Entendimento no qual prevê um aumento ao apoio de programas verdes como o desmatamento líquido zero na região amazônica e o fortalecimento da resiliência da região caribenha em relação aos desastres naturais. Além disso, consta no Memorando tornar o acesso digital atingível em toda ALC.

Em relação à promoção do desmatamento líquido na região amazônica, as instituições usarão da sua ampla experiência para ajudar os países nessa transição, além de ajudar a população na busca por diferentes meios de subsistência ao mesmo tempo que preservam o meio ambiente. No Caribe, ficou acordado atuar no apoio aos países no gerenciamento de desastres e nas alterações climáticas e no aprimoramento de mecanismos que visem proteger a parte financeira caso ocorram adversidades. Quanto ao acesso digital acessível, o plano das duas instituições será ampliar a infraestrutura digital e a conectividade, auxiliando assim o progresso do desenvolvimento socioeconômico. Através do Programa Escolas Conectadas para Todos, as instituições têm como objetivo desenvolver planos para reduzir os problemas causados pela desigualdade de acesso às tecnologias, apoiando que os mais jovens possuam as habilidades reforçadas para o futuro. Outro programa prevê a ida da conectividade às áreas mais carentes para que estes desenvolvam também habilidades e novas possibilidades.

Os presidentes das instituições mostraram-se entusiasmados com o fortalecimento da parceria, como podemos ver a seguir:

Juntos, estamos avançando com uma visão compartilhada, desde bioeconomias sustentáveis na região amazônica até apoiar a resiliência do Caribe e superar as divisões digitais, reduzindo as lacunas de acesso, inclusive na educação. Nosso compromisso conjunto é uma prova do poder da inovação colaborativa para a América Latina e o Caribe (Ilan Goldfajn, 2023).

Nossos desafios globais exigem uma nova cartilha para o Banco Mundial que impulsionará o desenvolvimento impactante. Essa missão exige que reimaginemos parcerias com o setor privado, a sociedade civil e outras instituições multilaterais. O Banco Mundial pode e deve desempenhar um papel central para coordenar a ação global, trabalhando de forma colaborativa – e não competitiva – para gerar impacto e mudanças significativas. Esta parceria e plano de trabalho entre o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento é essa ambição em ação (Ajay Banga, 2023).

As duas instituições financeiras também estão empenhadas em mitigar o risco político na região. O BID Invest, braço do setor privado BID e a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) braço de seguros de risco político do BM, aceitaram colaborar para ajudar nesta questão. A Corporação Financeira Internacional (IFC) do BM atuará em conjunto com as agências para captar mais investimentos privados para a região.

Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet]. IDB and World Bank Join Forces Maximize Development Impact. [acesso em 09 set 2023]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-world-bank-join-forces-maximize-development-impact>

Banco Mundial [homepage na internet]. Enhancing IMF World Bank Collaboration. [acesso em 09 set 2023]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/statement/2023/09/07/enhancing-imf-world-bank-collaboration>

Comércio, Desenvolvimento e a Declaração de Líderes do G20 de Nova Delhi

Trade, Development and the G20 New Delhi Leaders' Declaration

Claudia Chamas

Abstract. *During the recent gathering of G20 leaders in New Delhi, a commitment emerged to initiate transformative changes within the World Trade Organization (WTO). This commitment primarily revolves around revitalising the WTO's dispute settlement system and fostering constructive collaboration leading up to the Thirteenth Ministerial Conference. Ambassador Guilherme de Aguiar Patriota, who serves as the Permanent Representative of Brazil to the WTO and other economic organisations (WIPO, UPOV, UNCTAD, ITU, ITC, South Centre, UNECE) in Geneva, officially presented his credentials to the Directors-General of the WTO, WIPO, and UNCTAD*

Keywords: *WTO; G20; trade*

Resumo. A reunião dos líderes do G20 em Nova Delhi manifestou compromisso com a reforma da OMC, em especial com a revitalização do sistema de solução de controvérsias, além de trabalho construtivo com vista à Décima Terceira Conferência Ministerial da OMC. O Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota, Representante Permanente do Brasil junto à OMC e a outras organizações econômicas (OMPI, UPOV, UNCTAD, UIT, ITC, Centro Sul, UNECE) em Genebra, apresentou suas credenciais aos diretores-gerais da OMC, OMPI e UNCTAD.

Palavras-chave: OMC; G20; comércio

Comércio, Desenvolvimento e a Declaração de Líderes do G20 de Nova Delhi

A cúpula do G20 na Índia no último fim de semana foi marcada por críticas pela dificuldade em obter consensos e extrair decisões vinculantes e metas. No entanto, o fórum se mantém relevante, pois discute agenda para o enfrentamento das desigualdades e negocia linguagem comum entre países desenvolvidos e de economias emergentes (1). No tocante às questões de comércio, os países:

(1) Reafirmam que um “sistema de comércio multilateral baseado em regras, não discriminatório, justo, aberto, inclusivo, equitativo, sustentável e transparente, com a [OMC](#) em seu núcleo, é indispensável”. Apoiam “políticas que permitam que o comércio e o investimento funcionem como um motor de crescimento e prosperidade para todos”.

(2) Renovam o “compromisso de garantir igualdade de condições e concorrência justa, desencorajando o protecionismo e as práticas que distorcem o mercado, para promover ambiente favorável ao comércio e aos investimentos para todos”.

(3) Reiteram “a necessidade de prosseguir com a reforma da OMC para aprimorar todas as suas funções por meio de processo inclusivo conduzido pelos membros.

(4) Estão “comprometidos em conduzir discussões com o objetivo de ter um sistema de solução de controvérsias completo e em bom funcionamento, acessível a todos os membros até 2024”.

(5) Comprometem-se a “trabalhar de forma construtiva para garantir resultados positivos na Décima Terceira Conferência Ministerial da OMC (MC13)”.

(6) Reconhecem os “desafios que as pequenas e médias empresas, especialmente nos países em desenvolvimento, enfrentam com relação ao acesso à informação”.

(7) Acolhem a “adoção da Estrutura Genérica do G20 para o Mapeamento das Cadeias Globais de Valor (GVC) para ajudar os membros a identificar riscos e construir resiliência”.

(8) Acolhem os “Princípios de Alto Nível sobre Digitalização de Documentos Comerciais”.

(9) Asseguram que as “políticas comerciais e ambientais devem se apoiar mutuamente, de acordo com a OMC e os acordos ambientais multilaterais”.

(10) Reconhecem a “importância da iniciativa "Ajuda ao Comércio" da OMC para permitir que os países em desenvolvimento, especialmente os PMDs, participem efetivamente do comércio global, inclusive por meio de maior criação de valor local”.

No tocante à reforma do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), os líderes manifestaram seu apoio para a renovação do órgão, que se encontra disfuncional desde 2019, em função do bloqueio dos EUA para a nomeação de novos membros, contribuindo para a crescente pendência de casos e o protecionismo no comércio global.

Para o G20 sob a presidência do Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a lista de prioridades do Brasil: o combate à fome, pobreza e desigualdade; a transição energética e o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões (econômica, social e ambiental), além da reforma do sistema de governança internacional, enfatizando que a “desigualdade de renda, de acesso a saúde, educação e alimentação, de gênero e raça e de representação está na origem” dos problemas que o mundo enfrenta.

Destacou que: a redução das desigualdades deve ser colocada no centro da agenda internacional; a arquitetura financeira global sofreu poucas alterações; as “bases de uma nova governança econômica não foram lançadas”; a “OMC tem que ser revitalizada e seu sistema de solução de controvérsias precisa voltar a funcionar” (2) (Imagem 1). Nesse contexto, certamente o apoio ao multilateralismo será crucial, bem como à promoção da inovação, da transferência de tecnologia e da produção local, temas frequentes da agenda global de comércio.

Em seu perfil na rede Twitter, Ngozi Okonjo-Iweala registrou o encontro com o Presidente Lula, agradecendo o compromisso do governo brasileiro com a reforma do sistema de solução de controvérsias.



Fonte: Twitter Ngozi Okonjo-Iweala

Embaixador Guilherme Patriota: entrega de credenciais

Em 6 de setembro de 2023, o Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota, Representante Permanente do Brasil junto à OMC e a outras organizações econômicas (OMPI, UPOV, UNCTAD, UIT, ITC, Centro Sul, UNECE) em Genebra, apresentou suas credenciais à Diretora-Geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala (Imagem 3). Segundo a Delbrasomc:

“Ambos assinalaram a importância do papel da OMC na conjuntura atual e renovaram o compromisso com o multilateralismo comercial em face dos desafios enfrentados por países em desenvolvimento, como o aumento do protecionismo e práticas de unilateralismo comercial. Trataram, igualmente, da agenda negociadora da organização nos próximos meses, tendo em vista o objetivo de obter resultados significativos por ocasião da Conferência Ministerial da OMC em fevereiro próximo, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. O Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota expressou a expectativa brasileira de lograr avanços nas negociações sobre agricultura em benefício dos países exportadores e reiterou o engajamento do Brasil com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.”



Em 4 de setembro de 2023, o Embaixador Guilherme Patriota, apresentou suas credenciais à Secretária-Geral da UNCTAD, Rebecca Grynspan (Imagem 4). Conforme a Delbrasomc:

“Concordaram quanto ao indispensável papel da UNCTAD na promoção do desenvolvimento econômico e social sustentável global, atuando de maneira coordenada com os países em desenvolvimento e em fóruns como o G-20 e organizações como a OMC. O Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota expressou o compromisso em reforçar a atuação do Brasil na UNCTAD, em temas como

investimentos para o desenvolvimento, políticas industriais, agricultura e segurança alimentar, transição energética, energias renováveis e biocombustíveis.”



Em 30 de agosto de 2023, o Embaixador Guilherme Patriota apresentou em 30/8 suas credenciais ao Diretor-Geral da OMPI, Daren Tang (Imagem 5). De acordo com a Delbrasomc:

“No encontro, ambos manifestaram o desejo de aprofundar a cooperação entre o Brasil e a OMPI, com ênfase no papel da propriedade intelectual na superação de desafios globais em matéria de sustentabilidade, inovação tecnológica e desenvolvimento. A OMPI é a agência da ONU dedicada à discussão de temas relacionados à propriedade intelectual, com destaque para processos de inovação tecnológica. Promove também tarefas de cooperação, assistência técnica e prestação de serviços a usuários dos sistemas de PI. O Brasil é parceiro histórico da OMPI e mantém diversos projetos de cooperação voltados à promoção do desenvolvimento e da inovação.”



Referências

1. Rajesk, YP e Kaushik, K. G20 summit agrees on words but struggles on action. [Internet]. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/g20-summit-agrees-words-struggles-action-2023-09-11/>
2. Brasil. Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Cúpula do G20. [Internet]. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-da-cupula-do-g20>

**O apelo renovado da Sociedade Civil às potências estabelecidas:
quem verdadeiramente se importa com os desafios globais?**

***Civil Society's renewed appeal to established powers:
who truly cares about global challenges?***

***El llamado renovado de la sociedad civil a las potencias establecidas:
¿quién realmente se preocupa por los desafíos globales?***

***Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos
Rivas, Jesús Enrique Patiño Escarcina,
Laurenice Pires, Matheus dos Santos da
Silveira, Marciglei Brito Morais, Patrícia
Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis
Eugênio de Souza***

Resumo. Entre 26 de agosto e 08 de setembro de 2023, as organizações da sociedade civil centraram suas manifestações na crise climática e na crise alimentar, com especial atenção para a escassez de água. A crise migratória e os esforços de ajuda humanitária aos migrantes também foram temas recorrentes, assim como os apelos pela paz mundial. A equidade de gênero, a luta pelo acesso universal a medicamentos e vacinas foram questões mencionadas. Além desses temas, as organizações de interesse privado, em particular, abordaram as doenças infecciosas e a promoção da vacinação, bem como a testagem para doenças crônicas não transmissíveis. Também destacaram as discussões sobre a colonialidade na saúde global e a procura de equidade sustentável da saúde. Novas pandemias e tecnologias digitais de saúde global também foram temas mencionados. Pela baixa frequência com que aparece, vale registrar que houve uma menção ao tema da segurança econômica global e sua interligação com a saúde. Por fim, vale ressaltar que todas estas questões foram discutidas no contexto de realização da Cúpula do G-20, em Nova Délhi, e da proximidade da Assembleia Geral das Nações Unidas que discutirá os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em linha com relatórios anteriores, a participação ativa da sociedade civil destaca um compromisso global abrangente relativamente a uma vasta gama de questões cruciais na busca de um futuro equitativo e sustentável.

Palavras-Chave: Sociedade Civil. Saúde global. Crise Climática. Crise Alimentar. Paz mundial.

Resumen. Entre el 26 de agosto y el 08 de septiembre de 2023, las organizaciones de la sociedad civil centraron sus manifestaciones en la crisis climática y la crisis alimentaria, con especial atención a la escasez de agua. La crisis migratoria y los esfuerzos de ayuda humanitaria para los migrantes también fueron temas recurrentes, al igual que los llamados a la paz mundial. Se mencionaron temas como la equidad de género y la lucha por el acceso universal a medicamentos y vacunas. Además de estos temas, las organizaciones de interés privado abordaron en particular las enfermedades infecciosas y la promoción de la vacunación, así como las pruebas de detección de enfermedades crónicas no transmisibles. También destacaron las discusiones sobre la colonialidad en la salud global y la búsqueda de una equidad sanitaria sostenible. También se mencionaron temas como las nuevas pandemias y las tecnologías digitales de salud global. Debido a la baja frecuencia con la que aparece, cabe destacar que hubo mención al tema de la seguridad económica global y su interconexión con la salud. Finalmente,

cabe destacar que todos estos temas fueron discutidos en el contexto de la Cumbre del G-20 en Nueva Delhi, y la proximidad de la Asamblea General de las Naciones Unidas, que discutirá los Objetivos de Desarrollo Sostenible. En línea con informes anteriores, la participación activa de la sociedad civil destaca un compromiso global integral con una amplia gama de cuestiones cruciales en la búsqueda de un futuro equitativo y sostenible.

Palabras clave: *Sociedad Civil. Salud Global. Crisis Climática. Crisis Alimentaria*

Abstract. *Between August 26 and September 8, 2023, civil society organizations focused their demonstrations on the climate crisis and the food crisis, with special attention to water scarcity. The migration crisis and humanitarian aid efforts for migrants were also recurring themes, as were calls for world peace. Gender equity and the fight for universal access to medicines and vaccines were issues mentioned. In addition to these topics, private interest organizations, in particular, addressed infectious diseases and the promotion of vaccination, as well as testing for chronic non-communicable diseases. They also highlighted discussions about coloniality in global health and the search for sustainable health equity. New pandemics and digital global health technologies were also mentioned topics. Due to the low frequency with which it appears, it is worth noting that there was a mention of the topic of global economic security and its interconnection with health. Finally, it is worth highlighting that all these issues were discussed in the context of the G-20 Summit in New Delhi, and the proximity of the United Nations General Assembly, which will discuss the Sustainable Development Goals. In line with previous reports, the active participation of civil society highlights a comprehensive global commitment to a wide range of crucial issues in the pursuit of an equitable and sustainable future.*

Keywords: *Civil society. Global health. Climate Crisis. Food Crisis. World Peace.*

Introdução

O monitoramento da atuação das organizações da sociedade civil entre 26 de agosto e 08 de setembro de 2023 evidenciou o compromisso com uma série de questões globais urgentes. As organizações tanto de interesse público quanto de interesse privado se manifestaram sobre uma ampla gama de tópicos, refletindo uma preocupação genuína com os desafios que afetam nosso mundo.

Dentre as organizações de interesse público, as discussões em torno da crise climática foram dominantes, ressaltando seus estreitos vínculos com a crise alimentar, especialmente com a falta de água, e a insegurança alimentar, um problema que está intrinsecamente ligado aos direitos humanos. A crise migratória e os esforços de ajuda humanitária para aliviar seus impactos também foram temas recorrentes. O combate ao tráfico humano recebeu atenção considerável, demonstrando a busca por soluções para esse desafio persistente. A saúde planetária e a necessidade de sistemas de proteção social robustos foram destacadas, assim como os direitos trabalhistas e os ataques direcionados a pessoas LGBTI. A descriminalização do aborto no México foi debatida como uma questão crucial de direitos reprodutivos. A paz global também foi uma preocupação constante, com esforços para encontrar soluções para guerras e conflitos. A equidade de gênero foi um tópico abordado em várias frentes, juntamente com a busca pelo acesso universal a medicamentos e vacinas. A saúde global teve destaque com discussões sobre o Dia Mundial da Segurança do Paciente. A saúde digital e o combate a doenças infecciosas, incluindo doenças negligenciadas, também foram mencionados. A Cobertura Universal de Saúde foi outro tema de discussão, destacando-se a importância de expandir o

acesso aos cuidados de saúde em todo o mundo. A Comissão da Sociedade Civil da OMS e a "Galeria de Profissionais de Saúde Sob Ataque" destacaram os riscos enfrentados por trabalhadores da saúde globalmente.

No que diz respeito às organizações de interesse privado, a crise climática também foi central nas manifestações, especialmente em relação à recente Cúpula do Clima da África. Preocupações com doenças infecciosas e a vacinação também ocuparam grande parte do debate, assim como as doenças crônicas não transmissíveis. A crise humanitária global e seus desafios, especialmente para grupos vulneráveis, também receberam atenção significativa. A equidade de gênero e a responsabilidade das organizações estiveram em foco, juntamente com a importância da saúde mental. O financiamento da OMS foi discutido, assim como a colonialidade na saúde global e a busca por equidade sustentável em saúde. Tiveram ainda destaque as novas pandemias, as tecnologias digitais de saúde, a participação militar em instituições mexicanas e a propriedade intelectual. Por fim, a questão da segurança econômica global foi abordada, destacando-se sua interconexão com a saúde. Ressalte-se que essas questões foram discutidas no contexto da recente reunião dos G20 e da próxima Assembleia Geral da Nações Unidas, em que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável serão tema central.

Em conclusão, as organizações da sociedade civil, tanto de interesse público como de interesse privado, mostraram um compromisso global com uma ampla variedade de questões cruciais. Suas vozes e ações ressaltam a necessidade urgente de abordar esses desafios complexos de forma colaborativa para um futuro mais justo e sustentável.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crise climática e alimentar

ActionAid lançou a campanha *Fund Our Future* durante a [Cúpula Popular do Clima em Nairobi, Quênia](#), e publicou um relatório nomeando os maiores bancos que investem em combustíveis fósseis e agroecologia industrial em países do Sul Global. Na Semana do Clima em África, as reuniões entre o setor privado e os governos discutiram as alterações climáticas. Com pressuposto de que a sociedade civil sabe que falar só é útil se for seguido de ação, a ActionAid se juntou a outras organizações e organizou a Assembleia Popular do Clima para lançar uma nova investigação sobre a crise climática com o tema "Como o financiamento flui: os bancos que alimentam a crise climática"⁶².

Um novo relatório revelou pela primeira vez que os bancos mundiais, incluindo o HSBC, o Citigroup e o Barclays, estão a canalizar, em média, uma quantidade surpreendente de 20 vezes mais [financiamento para as principais causas das alterações climáticas](#) do que os governos do Sul Global estão a receber como financiamento para soluções climáticas. O relatório mostra que o financiamento bancário fornecido à indústria de combustíveis fósseis no Sul Global atingiu um valor estimado de 3,2 bilhões de dólares nos sete anos desde a adoção do Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas, com 370 mil milhões de dólares fornecidos às maiores empresas agrícolas industriais que operam no Sul Global⁶³.

⁶² ActionAid International [Internet]. Stop Funding Destruction and Begin to #FundOurFuture; 4 set 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/stop-funding-destruction-and-begin-fundourfuture>

⁶³ ActionAid International [Internet]. The causes fueling the climate crisis are receiving 20 times more financing than the solutions, new groundbreaking report by ActionAid reveals; 4 set 2023 [citado 8 set

A ActionAid afirma que a [África perdeu a oportunidade de denunciar a injustiça climática](#) e acabar com a poluição por combustíveis fósseis, já que poderia ter aproveitado este momento chave para falar contra a injustiça climática numa voz unida. Arthur Larok, Secretário-Geral da ActionAid International, afirma que: “os acordos celebrados serviram a África como um prato para os interesses empresariais. O impulso da Cúpula para os mercados de carbono irá conduzir a ainda mais apropriações de terras, ao mesmo tempo que supostamente justifica a permissão das empresas do Norte para continuarem a poluir. As terras, florestas e recursos de África não devem ser colocados ao serviço das corporações ocidentais, que só procuram lucros”⁶⁴.

A Planetary Health Alliance divulgou o artigo de Curran et al. (2023), que destaca a importância de considerar [a saúde humana nos processos de ordenamento do espaço marinho \(MSP\)](#), embora seja frequentemente negligenciado. A análise aponta que as consequências do desenvolvimento marinho e das alterações climáticas na saúde humana estão em grande parte ausentes dos processos de governança dos oceanos e precisam de ser abordadas⁶⁵.

A Planetary Health Alliance divulgou o artigo de Nazir et al. (2023) sobre como a [intersecção das alterações climáticas e o acesso limitado aos cuidados cirúrgicos](#) colocam desafios significativos à saúde global. A análise aponta que as alterações climáticas e o acesso insuficiente a cuidados cirúrgicos são dois desafios de saúde globais que se cruzam e que afetam desproporcionalmente as populações em países de baixa e média renda, comunidades rurais e remotas e estados insulares. Afirma ainda que cinco bilhões de pessoas em todo o mundo não têm acesso a cuidados cirúrgicos e anestesia seguras, resultando em mais de 17 milhões de mortes evitáveis por ano⁶⁶.

A CARE International lançou nova parceria para dimensionar soluções de [adaptação às mudanças climáticas para pequenos produtores](#). A crise climática é um dos desafios globais mais prementes do nosso tempo. Embora todo o planeta seja afetado pelas alterações climáticas, poucos grupos sofrem os seus impactos de forma tão acentuada como os mais de 600 milhões de pequenos produtores do mundo, dos quais cerca de metade são mulheres⁶⁷.

A CARE International abordou a necessidade de assistência financeira e ajuda emergencial para comunidades da Flórida atingidas pelo [Furacão Idalia](#). Com velocidades de vento atingindo 200 km/h e uma tempestade de quase três metros em alguns lugares, o furacão Idalia atingiu a costa do Golfo da Flórida com uma tempestade de categoria 3. Segundo a CARE, apesar da Florida ter uma equipa estatal robusta de resposta a emergências e esteja a receber fundos da Agência Federal de Gestão de Emergências, estudos pós-desastre mostraram que

2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/causes-fueling-climate-crisis-are-receiving-20-times-more-financing-solutions-new>

⁶⁴ ActionAid International [Internet]. The Africa Climate Summit is a missed opportunity for Africa to turn the tables on the climate crisis, says ActionAid; 7 set 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/africa-climate-summit-missed-opportunity-africa-turn-tables-climate-crisis-says-actionaid>

⁶⁵ Planetary Health Alliance. It's Manuscript Monday [...] [Internet]. 2023 Au 28 [cited 08 Set 24]. Twitter: @ph_alliance. Available from: https://twitter.com/ph_alliance/status/1696191312196772326

⁶⁶ Planetary Health Alliance. Intersection of climate change and limited access to surgical care [...] [Internet]. 2023 Set 04 [cited 08 Set 24]. Twitter: @ph_alliance. Available from: https://twitter.com/ph_alliance/status/1698728343749755082

⁶⁷ CARE [Internet]. CARE Launches New Partnership to Scale Climate Change Adaptation Solutions for Small-Scale Producers - CARE; 30 ago 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-launches-new-partnership-to-scale-climate-change-adaptation-solutions-for-small-scale-producers/>.

estes sistemas nem sempre têm em conta as comunidades que são incapazes de aceder aos seus serviços⁶⁸.

A CARE International abordou a ocorrência do [terremoto em Marrocos](#). O epicentro do terremoto foi na região da Montanha Atlas, a cerca de 80 quilômetros de Marrakech. Cerca de 1,8 milhões de pessoas residem na área afetada e é também a área em Marrocos onde a CARE atua com equipes de ajuda humanitária⁶⁹.

A OXFAM enfatizou que no último ano, as empresas exploradoras de [petróleo](#) dobraram seus lucros para mais de 200 bilhões de dólares, destacando a importância da tributação dessas indústrias para cobrir as lacunas de financiamento solicitadas pelas Nações Unidas.⁷⁰

A OXFAM destacou que no centro da crise climática está uma [crise de água](#) sem precedentes, que representa uma das maiores ameaças à humanidade e está associada a mais fome e conflitos.⁷¹

A OXFAM sublinhou que a escassez de água está afetando a [República da África Central](#), onde as pessoas viajam longas distâncias em busca de água, e fez um apelo para o aprimoramento do financiamento governamental a fim de permitir uma melhor adaptação às mudanças climáticas.⁷²

A OXFAM destacou que o [Malawi](#) está sofrendo diversos eventos climáticos, mesmo tendo contribuído muito pouco para a crise, e fez um apelo para que os maiores poluidores paguem pelos danos causados.⁷³

A OXFAM fez um apelo por doações para o [Iêmen](#), onde a seca e o agravamento da crise humanitária estão afetando a agricultura, causando insegurança alimentar, perda de gado e problemas de saúde pública.⁷⁴

⁶⁸ CARE [Internet]. Hurricane Idalia: cash assistance and emergency relief for Florida communities hit by disaster; 30 ago 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/hurricane-idalia-cash-assistance-and-emergency-relief-for-florida/>.

⁶⁹ CARE [Internet]. Morocco earthquake: CARE's latest updates & how to help; 9 set 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/morocco-earthquake-cares-latest-updates-how-to-help/>.

⁷⁰ OXFAM. Last year, top oil companies more than doubled their profits to a whopping \$219 billion. That is enough to cover [...]. 28 ago. 2023. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1696092340362809756?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁷¹ OXFAM. "One in five water boreholes we dig now is dry or unfit for humans to drink" – Oxfam | Oxfam International. 29 ago. 2023b. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/one-five-water-boreholes-we-dig-now-dry-or-unfit-humans-drink-oxfam>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁷² OXFAM. Climate crisis hits women & girls hardest. Prolonged droughts force many, like Yvonne from CAR, to travel dangerous roads for [...]. 30 ago. 2023a. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1696779862529155440?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁷³ OXFAM. n #Malawi, Isacki has experienced cyclones, storms and floods which have devastated his land. While contributing the least to the [...]. 30 ago. 2023c. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/OxfaminAfrica/status/1696794893614813262?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁷⁴ OXFAM. Oxfam GB | Yemen Crisis Appeal. 31 ago. 2023e. Disponível em: <https://www.oxfam.org.uk/oxfam-in-action/current-emergencies/yemen/>. Acesso em: 8 set. 2023.

A OXFAM enfatizou os efeitos climáticos na agricultura da [Etiópia](#), que já teve impactos críticos no ano anterior.⁷⁵

A OXFAM destacou a importância de os governos exigirem responsabilidade corporativa e investimentos mais sustentáveis por parte dos [bilionários](#), que são responsáveis por mais emissões de carbono do que 90% da população global.⁷⁶

A OXFAM ressaltou a progressiva diminuição da precipitação no [norte da África](#) ao longo dos últimos 40 anos, levando à escassez de água, aumento da temperatura, incêndios florestais e secas.⁷⁷

A OXFAM destacou a falta de água na [Etiópia](#), apesar de o país ter contribuído muito pouco para a crise, e como milhões de pessoas estão sofrendo as consequências da poluição.⁷⁸

A OXFAM salientou que a crise de água está afetando comunidades no [Quênia](#), onde a seca está se tornando mais severa e prolongada.⁷⁹

A OXFAM enfatizou que o G7 e a Rússia são responsáveis por quase [90% das emissões](#) globais desde 1850, quase mil vezes mais do que as emissões de países africanos.⁸⁰

A OXFAM destacou que a crise alimentar resultante da [crise climática](#) está afetando de forma crítica as comunidades do Leste Africano.⁸¹

A OXFAM destacou que mais de sete bilhões de dólares foram perdidos em gado na [África Oriental](#), apesar de ter contribuído com apenas 0,1% das emissões globais, e fez um apelo para que as nações poluentes assumam a responsabilidade na busca por justiça climática.⁸²

⁷⁵ OXFAM. Apesar das mudanças climáticas causarem chuvas irregulares e secas, Nasri, da Etiópia, trabalha em seu campo de sorgo. Após a [...]. 1 set. 2023a. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1697504624092004471?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁷⁶ OXFAM. With carbon emissions a million times higher than the lower 90% of humanity, billionaires' investments are deepening the climate crisis [...]. 2 set. 2023g. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1697866993771106769?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁷⁷ OXFAM MENA. "Rainfall patterns over North Africa have declined over the past four decades.. it caused water scarcity, increased temperature, fires and [...]. 3 set. 2023. Twitter: @OxfamMENA. Disponível em: <https://twitter.com/OxfamMENA/status/1698383050248229152?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023

⁷⁸ OXFAM. In the #Somali region of Ethiopia ET, Shugri & his family have lost all his livestock & assets to the [...]. 4 set. 2023c. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1698637285552427519?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁷⁹ OXFAM. Climate Change and Water Security | Oxfam WASH Resources. 4 set. 2023b. Disponível em: <https://www.oxfamwash.org/en/response-types/water-security>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁸⁰ OXFAM. UNFAIR SHARE: Unequal climate finance to East Africa's hunger crisis | Oxfam International. 5 set. 2023. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/unfair-share-unequal-climate-finance>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁸¹ OXFAM. Every day, millions across East Africa go to bed hungry and without hope. This is a reality for Saidow and [...]. 5 set. 2023a. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1699059924637307099?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁸² OXFAM. Apesar da contribuição de 0,1% da África Oriental para as emissões globais, a mudança climática causa estragos com perdas de [...]. 6 set. 2023a. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1699424883980075065?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

A Greenpeace ressaltou o derretimento dos últimos glaciares tropicais na [Indonésia](#), onde mais da metade do suprimento energético provém do carvão.⁸³

A Greenpeace enfatizou que governos estão apoiando voos com [incentivos fiscais](#) e subsídios, apesar de causarem 80 vezes mais danos climáticos do que viajar de trem.⁸⁴

A Greenpeace destacou a petição global para proibir [voos de jatos privados](#), evidenciando como o luxo impacta negativamente o clima, resultando na invasão de ativistas ao maior evento de vendas de jatos privados.⁸⁵

A Greenpeace apresentou em um [relatório](#) como as empresas de combustíveis fósseis não têm planos claros para reduzir as emissões de carbono e mudar para energias renováveis, apesar do discurso sobre investimentos verdes.⁸⁶

A Greenpeace enfatizou o [impacto financeiro](#) que 15 mil corporações em todo o mundo enfrentariam se fossem responsabilizadas pelos danos climáticos que causaram, estimando que isso representaria quase 50% dos ganhos econômicos.⁸⁷

A Greenpeace anunciou uma [greve global](#) pelo clima marcada para o dia 15 de setembro.⁸⁸

A Greenpeace destacou a "escalada mundial de uma [tática legal](#) destinada a silenciar os críticos" (SLAPPs), mencionando o exemplo mais recente da gigante petrolífera italiana ENI enquanto a Itália enfrentava inundações devastadoras, incêndios florestais e ondas de calor recordes.⁸⁹

⁸³ GREENPEACE. Two of the world's few tropical glaciers are here, and it'll be terrible news when they vanish. Coal-fired power makes [...]. 28 ago. 2023. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1696013700803838337?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁸⁴ GREENPEACE. Governments keep supporting flying with unfair tax breaks and subsidies, despite the fact that it causes up to 80 times [...]. 28 ago. 2023a. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1696107861024059859?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁸⁵ GREENPEACE. A hundred climate activists block private jets at biggest business aviation sales event in Europe, protesting luxury mega-polluters - Greenpeace International. 28 ago. 2023b. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/59898/a-hundred-climate-activists-block-private-jets-at-biggest-business-aviation-sales-event-in-europe-protesting-luxury-mega-polluters/>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁸⁶ GREENPEACE. The Dirty Dozen The Climate Greenwashing of 12 European Oil Companies. 28 ago. 2023c. Disponível em: <https://greenpeace.at/uploads/2023/08/report-the-dirty-dozen-climate-greenwashing-of-12-european-oil-companies.pdf>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁸⁷ GREENPEACE. The world's corporations produce so much climate change pollution, it could eat up about 44% of their profits if they [...]. 28 ago. 2023d. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1696175815627887032?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁸⁸ GREENPEACE. ✨HUELGA GLOBAL POR EL CLIMA VIERNES 15 DE SEPTIEMBRE ✨🇪🇺🇪🇺 ¡Únete a las diferentes protestas, movilizaciones, manifestaciones y más [...]. 28 ago. 2023b. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1696266441732079845?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁸⁹ GREENPEACE. In the "worldwide escalation of a legal tactic intended to cow critics into silence" (SLAPPs), the latest came from Italian [...]. 29 ago. 2023d. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1696446577441644663?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

A Greenpeace enfatizou como os mega [iates](#) de luxo têm consequências devastadoras para o clima.⁹⁰

A Greenpeace destacou a necessidade de proteger a [Amazônia](#) contra as inúmeras ameaças que enfrenta, incluindo as falsas compensações de carbono.⁹¹

A Greenpeace ressaltou que o tribunal administrativo [tailandês](#) determinou que o Ministério da Indústria implementasse o Registro de Liberação de Poluentes e Transferência (PRTR) no prazo de 60 dias.⁹²

A Greenpeace enfatizou como grandes [bancos](#) que financiam empresas de combustíveis fósseis e agricultura industrial estão contribuindo para o caos climático.⁹³

A Greenpeace destacou os eventos climáticos catastróficos em [Taiwan](#).⁹⁴

A Greenpeace enfatizou o apelo para acabar com os crimes relacionados aos [combustíveis fósseis](#), associados a empresas que se tornam patrocinadoras de esportes para evitar serem associadas aos danos que causam.⁹⁵

A Greenpeace destacou um [comunicado](#) que delinea nove princípios para um futuro mais justo, verde e um mundo pacífico, incluindo a distribuição equitativa de água, o foco no bem-estar, a construção de uma sociedade diversa, justa e inclusiva, a busca por democracia real, transparência e clareza, entre outros.⁹⁶Insegurança alimentar

A CARE Internacional divulgou o [programa de nutrição escolar](#) que aborda a insegurança alimentar em Honduras e na Guatemala. Nascido da necessidade, o programa de hortas em recipientes reciclados na escola foi uma resposta à COVID-19 e uma adaptação à escassez de terrenos abertos e planos que pudessem ser cultivados para uma horta tradicional.

⁹⁰ GREENPEACE. Be like #GladisTheOrca and speak out against luxury emissions! 🌍🏠 Here's why the fuel-guzzling floating palaces that are #MegaYachts are [...]. 29 ago. 2023a. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1696485699422228891?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁹¹ GREENPEACE. Carbon markets are a threat to the Amazon - Greenpeace International. 29 ago. 2023b. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/61342/carbon-markets-are-a-threat-to-the-amazon/>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁹² GREENPEACE. O Tribunal Administrativo julgou o caso das PM2,5, ordenando ao Ministério da Indústria que preparasse o PRTR. 29 ago. 2023i. Disponível em: <https://act.gp/3PgKKi1>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁹³ GREENPEACE. Major banks are STILL funding climate chaos. "The scale of their continued financing of fossil fuels and industrial agriculture is [...]. 8 set. 2023g. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1700111651305894357?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁹⁴ GREENPEACE. Last week, Typhoon Saola dumped heavy rains and strong winds in the Philippines, Hong Kong, and southern China; and Typhoon [...]. 8 set. 2023g. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1700043142282744292?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁹⁵ GREENPEACE. Looks good but is actually bad. Fossil fuel companies stick their logos to sports to avoid being associated with the [...]. 8 set. 2023h. @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1699777048661897418?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

⁹⁶ GREENPEACE. 9 principles for an alternative future - Greenpeace International. 6 set. 2023a. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/62044/9-principles-for-an-alternative-future/>. Acesso em: 8 set. 2023.

Foi uma inovação importante, sugerida por especialistas técnicos, que permitiu a programação nutricional de escolas em ambos os países⁹⁷.

A CARE International emitiu declaração sobre [cortes em curso no financiamento global da ajuda alimentar](#). Alerta que os cortes no financiamento humanitário num momento de fome crescente em todo o mundo são extremamente preocupantes. O Programa Alimentar Mundial da ONU desempenha um papel fundamental ao ajudar algumas das populações mais vulneráveis do mundo a evitar o espectro da fome e é muitas vezes a última tábua de salvação para mulheres e meninas que têm oportunidades e recursos desiguais⁹⁸.

A World Health Nutrition Association compartilhou no X o artigo "[Barriers to Overcoming Child Hunger and Malnutrition: Applying a Human Rights Approach to Improve Policy and Action](#)" que analisou as principais barreiras para a garantia do direito das crianças à alimentação no âmbito das políticas e programas de segurança alimentar e nutricional da Colômbia⁹⁹.

Direitos Humanos

A Human Rights Watch instou o [primeiro-ministro australiano a pressionar as Filipinas para acabar com as matanças](#). Albanese deveria pressionar Marcos Jr para pôr fim à política brutal e exortar o governo filipino a cooperar plenamente com a investigação sobre crimes contra a humanidade cometidos durante a guerra às drogas do Tribunal Penal Internacional.¹⁰⁰

A Human Rights Watch publicou um artigo comentando a atuação do [Japão em matéria de direitos humanos](#). O primeiro-ministro Fumio Kishida foi à reunião da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) de 6 a 7 de setembro em Jacarta, e ao Grupo dos 20 (G20) de 9 a 10 de setembro na Índia onde reforçou o compromisso oficial de longa data do Japão com a diplomacia dos direitos humanos.¹⁰¹

A Human Rights Watch denunciou o [modelo de governança digital da Índia](#), alegando que falha na proteção aos direitos humanos. Os líderes indianos afirmam ter utilizado a tecnologia para transformar a governança, porém, nos últimos cinco anos, a Índia desligou a Internet mais do que qualquer outro país. A falha no serviço significa que os residentes não têm

⁹⁷ CARE [Internet]. School nutrition programs address food insecurity in Honduras and Guatemala -; 29 ago 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/school-nutrition-honduras-guatemala/>.

⁹⁸ CARE [Internet]. CARE Statement on Ongoing Cuts to Global Food Aid Funding - CARE; 6 set 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-statement-on-ongoing-cuts-to-global-food-aid-funding/>.

⁹⁹ World Public Health Nutrition Association. New Paper. Barriers to Overcoming Child Hunger and Malnutrition: Applying a Human Rights Approach to Improve Policy and Action. Carolina Mejía Toro, Eliana Pérez and Eric Crosbie.[Internet]. 08 Sept 2023 [citado 06 sep 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/WPHNA/status/1699457452415287361>

¹⁰⁰ GAVSHON, Daniela. **Australian Prime Minister Should Press Philippines to End Killings**. 5 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/05/australian-prime-minister-should-press-philippines-end-killings>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹⁰¹ DOI, Kanae; SIFTON, John. **How Japan Can Lead on Human Rights**. 5 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/05/how-japan-can-lead-human-rights>. Acesso em: 7 set. 2023.

informação oportuna ou acesso a serviços essenciais, desde serviços bancários a cuidados da saúde.¹⁰²

A Human Rights Watch sinaliza sua preocupação depois da [morte, em circunstâncias suspeitas, de um manifestante iraniano](#) em 31 de agosto de 2023. O manifestante foi torturado após a sua detenção em setembro de 2022 e condenado dois meses depois, posteriormente de um julgamento injusto.¹⁰³

A Human Rights Watch divulgou um diálogo sobre os [crimes internacionais graves cometidos na Etiópia](#). Depois do conflito armado na região de Tigray na Etiópia, as partes em conflito assinaram um acordo de cessação das hostilidades, encerrando os combates ativos. Desde o acordo, contudo, as forças de Eritreia em Tigray cometeram assassinatos, violações e outras formas de violência sexual. Em consequência, o governo etíope declarou um amplo estado de emergência na região.¹⁰⁴

Crise migratória

A Human Rights Watch condenou os [abusos contra os sauditas na fronteira](#). Os guardas de fronteira sauditas têm disparado e borbandedo sistematicamente imigrantes etíopes e requerentes de asilo que tentam atravessar o Iêmen.¹⁰⁵

A CARE International abordou [a crise dos refugiados Rohingya](#). Apesar de não ter mais repercussão nas mídias, durante décadas, os Rohingya, uma minoria étnica e religiosa em Mianmar, sofreram perseguições sistemáticas. Quase um milhão de refugiados fugiram para o Bangladesh desde a década de 1980 em busca de refúgio contra a violência extrema, números agravados pela agressão militar em Agosto de 2017, que fez aumentar para cerca de 725 mil o número de pessoas deslocadas, uma crise que completa 6 anos¹⁰⁶.

Ajuda humanitária

A [organização humanitária global CARE](#) está respondendo ao furacão Idalia mobilizando sua rede de parceiros na Flórida para ajudar a atender às necessidades emergenciais de comunidades vulneráveis. O furacão Idalia atingiu a costa como uma tempestade de categoria 3 em Big Bend, na Flórida, com impactos severos sentidos ao longo de grandes áreas da costa do Golfo do estado, incluindo a área da Baía de Tampa¹⁰⁷.

¹⁰² BAJORIA, Jayshree. **India's Digital Governance 'Model' Fails on Rights**. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/06/indias-digital-governance-model-fails-rights>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹⁰³ IRAN: Suspicious Death of Imprisoned Protester. 1 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/01/iran-suspicious-death-imprisoned-protester>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹⁰⁴ HUMAN RIGHTS WATCH. Q&A: Justice for Serious International Crimes Committed in Ethiopia. 4 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/04/qa-justice-serious-international-crimes-committed-ethiopia>. Acesso em: 9 set. 2023.

¹⁰⁵ FRELICK, Bill. **Saudis' Newest Horror Involves Shooting, Shelling Migrants at the Border**. 1 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/01/saudis-newest-horror-involves-shooting-shelling-migrants-border>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹⁰⁶ CARE [Internet]. The Rohingya refugee crisis: long after the headlines have faded -; 25 ago 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/perspectives/rohingya-refugee-crisis-sixth-anniversary/>.

¹⁰⁷ CARE [Internet]. Hurricane Idalia: CARE Partner Network Mobilized to Help Vulnerable Floridians Affected by the Storm - CARE; 30 ago 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em:

Combate ao tráfico humano

De 27 a 31 de agosto, uma delegação de quatro representantes do Congresso dos EUA viajou para o Nepal com a CARE para observar como os investimentos estrangeiros estão sendo aplicados no [enfrentamento do tráfico de seres humanos e do trabalho forçado, escravo e infantil](#). Os membros viajaram por todo o Vale de Katmandu, bem como pela província de Lumbini, com a oportunidade de verificar a importância dos investimentos dos EUA na expansão de oportunidades econômicas equitativas, na promoção da segurança e proteção dos trabalhadores e no estabelecimento de redes que ajudam a minimizar as vulnerabilidades à exploração e ao tráfico¹⁰⁸.

Saúde Planetária

A Planetary Health Alliance divulgou o boletim informativo PHA de agosto de 2023, que apresenta como título a frase de Mahatma Gandhi “[O futuro depende do que fazemos hoje](#)”. Na introdução, a PHA dedica o boletim às pessoas afetadas pelos recentes incêndios florestais, calor recorde e inundações. Aponta que nunca houve um momento tão urgente para o avanço da Saúde Planetária, e esperamos que este boletim informativo dê vida a oportunidades e ideias - para que todas as pessoas, em todos os lugares, possam juntar-se ao movimento como parceiros na cura do planeta¹⁰⁹.

Com uma abordagem na [Educação em saúde planetária](#), a Planetary Health Alliance apresentou uma reflexão sobre o que deve ser exigido das administrações a todos os níveis para que as novas gerações de pessoas e seres vivos tenham bem-estar. Na análise produzida por Carlos A. Faerron, o autor afirma que “não pode haver conservação ambiental se não houver paz social”¹¹⁰.

Sistemas de proteção social e Direitos Trabalhistas

A International Federation of Social Workers realizou evento paralelo ao Fórum Político de Alto Nível da ONU de 2023 sobre Desenvolvimento Sustentável em que ressaltaram a [importância de um sistema universal de proteção social](#) para ajudar a mitigar os riscos para o trabalho infantil e a força de trabalho não remunerada, o impacto da COVID 19 na saúde e na saúde mental, e em apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹¹¹.

<https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/hurricane-idalia-care-partner-network-mobilized-to-help-vulnerable-floridians-affected-by-the-storm/>.

¹⁰⁸ CARE [Internet]. Delegation of Four Congress Members Visit Nepal with CARE Learning Tours to Learn About the Root Causes of Human Trafficking and Forced-, Bonded- and Child-Labor - CARE; 6 set 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/delegation-of-four-congress-members-visit-nepal-with-care-learning-tours-to-learn-about-the-root-causes-of-human-trafficking-and-forced-bonded-and-child-labor/>.

¹⁰⁹ Planetary Health Alliance. The future depends on what we do today [...] [Internet]. 2023 Au 29 [cited 08 Set 24]. Twitter: @ph_alliance. Available from: https://twitter.com/ph_alliance/status/1696571418241274020

¹¹⁰ Planetary Health Alliance. The world is very messy [...] [Internet]. 2023 Au 30 [cited 08 Set 24]. Twitter: @ph_alliance. Available from: https://twitter.com/ph_alliance/status/1696571418241274020

¹¹¹ IFSW HOSTS side-event during the 2023 UN High Level Political Forum on Sustainable Development – International Federation of Social Workers. Disponível em: <https://www.ifsw.org/ifsw-hosts-side-event-during-the-2023-un-high-level-political-forum-on-sustainable-development/>. Acesso em: 8 set. 2023.

A Human Rights Watch celebrou a decisão da Inspeção do Trabalho da [Geórgia](#) de divulgar o nome dos empregadores que cometem violações dos direitos trabalhistas.¹¹²

Ataques a pessoas LGBTI

A Human Rights Watch reporta que [as autoridades libanesas atacam sistematicamente os direitos humanos fundamentais das pessoas LGBTI](#), informou a Coligação para a Defesa da Liberdade de Expressão no Líbano. Os ataques ocorreram durante uma crise econômica que teve consequências desastrosas para os direitos humanos e empurrou mais de 80% da população para a pobreza.¹¹³

Despenalização do aborto

A Human Rights Watch comunica que [o Estado mexicano se tornou o 12º estado americano a descriminalizar o aborto](#) após a decisão da Suprema Corte em 30 de agosto, afirmando os direitos à saúde e autonomia reprodutiva. O movimento de descriminalização do aborto começou em 2007, quando a Cidade do México aprovou a primeira lei de descriminalização do aborto no país.¹¹⁴

Guerra e conflitos

A Human Rights Watch denunciou [o uso generalizado de munições cluster](#), após repetidos ataques por parte das forças russas, que levaram ao aumento de vítimas civis. No entanto, os meios de comunicação russos negam o uso dessas munições na Ucrânia.¹¹⁵

Equidade de gênero

A Women in Global Health realizará dois eventos para chamar a atenção da 78ª Assembleia Geral das Nações Unidas para a importância da igualdade de gênero na liderança global. No dia 18 de setembro, no [Meet and Greet](#), a WGH estará com outros líderes e *advocates* globais¹¹⁶. No dia seguinte, o encontro tem como objetivo [promover discussões entre os Estados-membros, organizações multilaterais e ONGs sobre o papel crucial da equidade de gênero na força de trabalho da saúde](#), tendo como base a Iniciativa para a Igualdade de Gênero na Força de Trabalho em Saúde e Cuidados estabelecida entre o Governo de França e a Women in Global Health, que tem como objetivos: 1) reforçar a liderança das mulheres na saúde, 2) reconhecer as contribuições não remuneradas para cuidados de saúde e alcançar a paridade

¹¹² GOGIA, Giorgi. **A Victory for Labor Rights and Transparency in Georgia**. 6 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/06/victory-labor-rights-and-transparency-georgia>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹¹³ LEBANON: Attack on Freedoms Targets LGBTI People. 5 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/05/lebanon-attack-freedoms-targets-lgbti-people>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹¹⁴ TAMÉS, Regina. **Mexican State Becomes 12th to Decriminalize Abortion**. 6 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/06/mexican-state-becomes-12th-decriminalize-abortion>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹¹⁵ WAREHAM, Maria. **Russia Denies Its Widespread Use of Cluster Munitions**. 6 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/06/russia-denies-its-widespread-use-cluster-munitions>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹¹⁶ JOIN us for the WGH UNGA Meet and Greet. Disponível em: <https://womeningh.org/event/unga78-mg/>. Acesso em: 8 set. 2023.

salarial, 3) salvaguardar as trabalhadoras de saúde contra a violência no local de trabalho, e 4) garantir condições de trabalho ideais em todo o mundo¹¹⁷.

Acesso a medicamentos

A People's Vaccine celebrou a notícia sobre o tratamento com Trikafta para pacientes com **fibrose cística** que será oferecido no sistema de saúde universal brasileiro após um mecanismo legal que autoriza a produção da versão genérica do produto. É a primeira vez que um país de renda média tem acesso a ele. Nenhum país de baixa renda possui acesso.¹¹⁸

Após o anúncio dos 10 medicamentos que o Medicare irá negociar sob a Lei de Redução da Inflação (IRA), grupos e indivíduos pediram que a indústria abandonasse as ações judiciais para bloquear as disposições de **negociação de preços de medicamentos** da IRA. Peter Maybarduk, diretor do programa Acesso a Medicamentos da Public Citizen, destacou a importância da lista e apelou à expansão das negociações de preços para medicamentos em prol de uma maior acessibilidade.¹¹⁹

A People's Vaccine Alliance denunciou a interferência do Reino Unido e da União Europeia na **indústria de genéricos**, após divulgação de tentativas de implementar leis de proteção intelectual mais estritas na Índia e na Indonésia, países responsáveis por mais de um quinto do suprimento mundial de medicamentos genéricos. Qualquer acordo comercial que ameace esse fornecimento seria um ato de vandalismo global contra a saúde e representaria mais um golpe para o Sul Global por parte de alguns dos países mais ricos do mundo.¹²⁰

Vacinas

A People's Vaccine Alliance compartilhou matéria sobre os contratos secretos para a compra de **vacinas de Covid-19** que foram realizados na África do Sul e que autorizaram altos preços e adiantamentos de pagamentos. Denunciou como os fornecedores de vacinas impuseram condições rigorosas em um momento em que milhares de pessoas estavam morrendo e os países em desenvolvimento estavam desesperados para obter doses.¹²¹

¹¹⁷ UNGA'S gender equity agenda: a pivotal year for the health workforce - Women in Global Health. Disponível em: <https://womeningh.org/event/gehcwi-unga/>. Acesso em: 8 set. 2023

¹¹⁸ Peoples Vaccin. Within 180 days, cysticfibrosis patients in #Brazil will have access to crucial medication [...] [Internet]. 2023 Sept 7 [cited 2023 Sept 8]. Twitter: @peoplesvaccine. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1699778168872407112?s=20>

¹¹⁹ Public Citizen [Internet]. White house drugs list shows why price negotiation powers must be quickly expanded - public citizen; 29 ago 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/white-house-drugs-list-shows-why-price-negotiation-powers-must-be-quickly-expanded/>.

¹²⁰ India provides a fifth of the world's supply of generic medicines, saving countless lives in low and middle-income countries and across the world. Any trade deal that threatens this supply would be [...] [Internet]. 2023 Aug 26 [cited 2023 Sept 8]. Twitter: @peoplesvaccine. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1695364940075278535?s=20>

¹²¹ "Put simply, pharma companies held SA to ransom," says @_HassanF "And we must ask [...] [Internet]. 2023 Sept 6 [cited 2023 Sept 8]. Twitter: @peoplesvaccine. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1699369068162142577?s=20>

A People's Vaccine Alliance compartilhou os [contratos de aquisição de vacinas contra a COVID-19](#) da África do Sul, que foram liberados pela Health Justice Initiative após levar o governo aos tribunais para forçar sua divulgação.¹²²

A People's Vaccine Alliance celebrou a notícia de que três organizações [compartilharam a tecnologia de produção de vacinas](#) com o C-TAP (Pool de Acesso à Tecnologia COVID-19) da OMS, destacando que é uma vitória para a colaboração científica e os direitos humanos, além de representar um passo significativo em direção ao objetivo de vacinas para todos.¹²³

Dia Mundial da Segurança do Paciente

Evidências científicas mostram que quando [pacientes são tratados como parceiros de seu próprio tratamento há ganhos significativos em segurança, satisfação e bons resultados](#), foi o que divulgou a A International Alliance of Patients' Organizations e a World Patients Alliance. Ao se tornarem membros ativos da equipe de saúde, os pacientes podem contribuir para a segurança de seus cuidados e do sistema de saúde como um todo. Esse será o tema do evento em comemoração ao Dia Mundial da Segurança do Paciente de 2023, comemorado em 17 de setembro. O evento terá como tema "Engaging patients for patient safety", em reconhecimento ao papel crucial que os pacientes, familiares e cuidadores desempenham na segurança dos cuidados de saúde^{124, 125}.

Saúde digital

A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a presidência do G20 na Índia anunciaram na Reunião de Ministros da Saúde da Cúpula do G20, no dia 19 de agosto de 2023, uma nova [Iniciativa Global de Saúde Digital \(GIDH\)](#) organizada pelo Governo da Índia. A GIDH funcionará como uma rede e plataforma gerenciada pela OMS para apoiar a implementação da Estratégia Global de Saúde Digital 2020-2025. A OMS atua como Secretária da implementação da estratégia para convergir e reunir padrões globais, práticas recomendadas e recursos para acelerar a transformação do sistema de saúde digital¹²⁶.

Doenças infecciosas

A NCD Alliance juntamente com a RTI International divulgaram o relatório que mostra que: "As pessoas que vivem com HIV estão vivendo mais tempo graças ao acesso à terapia antirretroviral, e é uma ironia cruel do sucesso da resposta ao HIV em muitas partes do mundo que as pessoas que vivem com o vírus estejam agora enfrentando uma prevalência maior de

¹²² BREAKING: @HealthJusticeIn has released South Africa's COVID-19 vaccine procurement contracts [...] [Internet]. 2023 Sept 6 [cited 2023 Sept 8]. Twitter: @peoplesvaccine. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1699039492512907375?s=20>

¹²³ BREAKING: Three organisations have shared vaccine technology with the @WHO's COVID-19 Technology Access Pool (C-TAP)!!! This is a victory for scientific collaboration and human rights – [...] [Internet]. 2023 Sept 6 [cited 2023 Sept 8]. Twitter: @peoplesvaccine. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1696519872128418023?s=20>

¹²⁴ WEBINAR: Patient Engagement in Patient Safety Around the World - World Patients Alliance. Disponível em: <https://www.worldpatientsalliance.org/all-events/webinar-patient-engagement-in-patient-safety-around-the-world/> . Acesso em: 8 set. 2023.

¹²⁵ WORLD PATIENT Safety Day 2023: Engaging Patients for Patient Safety | International Alliance of Patients' Organizations. Disponível em: <https://www.iapo.org.uk/node/15638> . Acesso em: 8 set. 2023.

¹²⁶ WHO LAUNCHES A New Global Initiative On Digital Health - World Patients Alliance. Disponível em: <https://www.worldpatientsalliance.org/news/who-launches-a-new-global-initiative-on-digital-health/> . Acesso em: 8 set. 2023.

DCNT do que os adultos sem HIV." O relatório descreve os resultados de uma análise sistemática da literatura para identificar modelos de [integração de serviços de HIV-DCNT](#) em países de baixa e média renda e para avaliar seus custos, impacto e custo-benefício¹²⁷.

Doenças Negligenciadas

A DNDi analisou o modelo de [desenvolvimento de medicamentos para as doenças que o mundo esqueceu](#). Sem visar a obtenção de lucro, ao longo dos últimos 20 anos, os pesquisadores da iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas desenvolveram uma dúzia de medicamentos acessíveis aos pacientes mais esquecidos do mundo¹²⁸. A iniciativa prioriza o desenvolvimento de tratamentos para doenças que tenham alto impacto na saúde pública, mesmo que não sejam diretamente rentáveis para as empresas que as desenvolvem.

Reunião de Alto Nível sobre Cobertura Universal de Saúde

A NCD Alliance divulgou o [documento de advocacy em resposta à Declaração Política da Reunião de Alto Nível da ONU sobre Cobertura Universal de Saúde](#) que deverá ser adotada na HLM da ONU sobre UHC em 21 de setembro de 2023. Embora reconhecendo as DCNTs e o papel que elas desempenham na realização progressiva da UHC, o documento ainda apresenta desafios importantes: "Os Estados-membros se contentaram com uma linguagem segura, previamente acordada, em vez de concordar com compromissos novos e mais abrangentes que facilitariam mudanças substanciais nas políticas em nível nacional em relação à atenção primária à saúde (APS) e aos pacotes de benefícios de saúde", diz o documento¹²⁹.

Comissão da Sociedade Civil da OMS

[A World Patient Alliance publicou notícia sobre o lançamento da Comissão da Sociedade Civil da OMS](#). Seu Comitê Diretor se reuniu em Genebra, em 24 de agosto de 2023. Embora a OMS tenha uma longa tradição de trabalho com as OSCs, a criação da Comissão leva a colaboração a um novo patamar. Essa Comissão oferece, pela primeira vez, a capacidade de canalizar conselhos e recomendações de forma mais estruturada e sistemática da sociedade civil para a OMS sobre prioridades de saúde e questões relacionadas. O mandato da Comissão é fortalecer o diálogo e promover a colaboração com a OMS e entre seus membros. O processo de inscrição continua aberto e as organizações que desejarem se inscrever para participar da Comissão são incentivadas a fazê-lo¹³⁰.

¹²⁷ A NEW healthcare paradigm: Integrating noncommunicable diseases in the HIV response. 7 jul. 2023. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/a-new-healthcare-paradigm-integrating-noncommunicable-diseases-in-the-hiv-response>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹²⁸ Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi) [Internet]. A drug development model for the diseases the world forgot; 24 ago 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://dndi.org/viewpoints/2023-a-drug-development-model-for-the-diseases-the-world-forgot-2/>.

¹²⁹ NCD Alliance RESPONSE to the Political Declaration of HLM UHC – Keep the pressure on! 30 ago. 2023. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/ncda-response-to-the-political-declaration-of-hlm-uhc—keep-the-pressure-on>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹³⁰ NEW WHO Civil Society Commission To Strengthen Civil Society Organizations' Role In Accelerating Progress In Global Health - World Patients Alliance. Disponível em: <https://www.worldpatientsalliance.org/news/new-who-civil-society-commission-to-strengthen-civil-society-organizations-role-in-accelerating-progress-in-global-health/>. Acesso em: 8 set. 2023.

Galeria de Profissionais de Saúde Sob Ataque

O People's Health Movement se manifestou [em defesa do Dr. Paulo Fleury, médico do Brasil](#). Em destaque na Galeria de Profissionais de Saúde Sob Ataque, aborda a perseguição ao medicamento cannabis e as ações judiciais contra o Dr Paulo Fleur no Brasil pelo uso de medicamento canabidiol em seus pacientes, especialmente aqueles com autismo¹³¹.

Equidade de Gênero

A CARE International abordou [a luta pelos direitos das mulheres no Sudão](#). Em todo o país, as normas e dinâmicas de gênero têm um impacto significativo na participação social, económica e política das mulheres, bem como no acesso a recursos e serviços. Uma análise de gênero de acompanhamento da CARE em 2023 mostrou que a falta de oportunidades de emprego disponíveis para as mulheres, a sua responsabilidade desproporcional sobre o agregado familiar, o que duplica os seus encargos, a falta de apropriação e a exposição à violência baseada no gênero continuam a ser desafios centrais¹³².

Desenvolvimento / ODSs

A STOPAIDS divulgou resposta que foi submetida em colaboração com outras organizações à solicitação do governo do Reino Unido de contribuições de partes interessadas para lançar um documento sobre [desenvolvimento internacional](#) até o final de 2023 para delinear sua abordagem ao desenvolvimento internacional até 2030.¹³³

Reunião do G20

A Human Rights Watch fala sobre o trabalho que a Índia tem a fazer em questões de direitos humanos, a ser discutido durante a reunião dos G20, que acontecerá no país nos dias 9 e 10 de setembro. Na Índia, os direitos civis e políticos deterioraram-se acentuadamente sob a administração Modi e muitos dos temas propostos como crises da dívida, programas de proteção social, segurança alimentar, alterações climáticas, liberdade na internet têm como base os direitos humanos e as liberdades.¹³⁴

¹³¹ People's Health Movement. A story about the persecution of cannabis medicine [...] [Internet]. 2023 Au 25 [cited 08 Set 24]. Twitter: @PHMglobal. Available from: <https://twitter.com/PHMglobal/status/1695109153855873246>

¹³² CARE [Internet]. Beyond the violence itself: Fighting for women's rights in Sudan; 6 set 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/beyond-the-violence-itself-fighting-for-womens-rights-in-sudan/>

¹³³ STOPAIDS [Internet]. UK international development white paper: key insights from partner collaboration - STOPAIDS; 6 set 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/2023/09/06/uk-international-development-white-paper-key-insights-from-partner-collaboration/>.

¹³⁴ GANGULY, Meenakshi; SIFTON, John. **G20**: India Has Work To Do on Key Human Rights Issues. 4 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/04/g20-india-has-work-do-key-human-rights-issues>. Acesso em: 7 set. 2023.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Crise Climática

O Global Fund destacou que em [Moçambique](#), os efeitos da malária são agravados pelas mudanças climáticas, tornando o país altamente suscetível a um aumento nos casos de malária e a eventos climáticos extremos.¹³⁵

O Global Fund ressaltou que o [ciclone Freddy](#), que atingiu comunidades em Moçambique, forçou o deslocamento de mais de 150 mil pessoas e destruiu mais de 130 mil casas, o que facilitou a proliferação de mosquitos transmissores da malária.¹³⁶

A GAVI, the Alliance Vaccine discutiu [a situação da vacinação contra a cólera no Quênia e os possíveis obstáculos a serem enfrentados em relação às condições climáticas do país](#). Segundo o relatório, a campanha de vacina contra a cólera no Quênia atingiu a meta estabelecida, mas as alterações climáticas aumentam o risco. Fortes chuvas podem resultar num aumento de doenças transmitidas pela água, incluindo a cólera, no meio de inundações repentinas. A necessidade do estabelecimento de sistemas de alerta precoce e de vigilância que monitorem as condições climáticas e prevejam potenciais surtos de cólera são pontos levantados como basilares pelas autoridades nacionais.¹³⁷

A WADEM publicou um [artigo de opinião](#) intitulado “Ondas de calor e vulnerabilidade costeira na região do Sudeste Asiático,” onde se analisam os efeitos do fenômeno e se enfatizam soluções de gestão adaptativa e o papel da educação através de universidades e museus.¹³⁸

A International Hospital Federation (IHF) se manifestou na passagem do [Dia Internacional do Ar Limpo para o Céu Azul](#), celebrado em 7 de setembro, lembrando que devemos investir em soluções sustentáveis para melhorar os resultados de saúde para todos, em todos os lugares.¹³⁹ Em 2019, a 74ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) adotou a resolução que designa o dia 7 de setembro como o “Dia Internacional do Ar Limpo para os céus azuis”. Neste ano de 2023, o tema do Dia foi “Juntos pelo Ar Limpo”. Segundo a OMS, 99% da população mundial respiram ar poluído, o que exige parcerias locais, nacionais, regionais e globais para resolver o problema.

¹³⁵ GLOBAL FUND. Building Back After Historic Storm - Global Fund Special Coverage. 4 set. 2023a. Disponível em: <https://globalfund.exposure.co/building-back-after-historic-storm>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹³⁶ GLOBAL FUND. Reconstruire après un cyclone historique - Global Fund Special Coverage. 30 ago. 2023c. Disponível em: <https://globalfund.exposure.co/reconstruire-apres-un-cyclone-historique>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹³⁷ Gavi. Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. Kenya cholera vaccine campaign smashes target, but climate change boosts risk; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/kenya-cholera-vaccine-campaign-smashes-target-climate-change-boosts-risk>

¹³⁸ Cambridge Core [Internet]. Heatwaves and Coastal Vulnerability in Southeast Asia | Prehospital and Disaster Medicine | Cambridge Core; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/prehospital-and-disaster-medicine/article/abs/heatwaves-and-coastal-vulnerability-in-southeast-asia/A26CEB627CF7D5E7DAAF32FB576381F7>

¹³⁹ International Hospital Federation. IHF [Internet]. On International Day of Clean Air for Blue Skies; 07 Sept 2023 [citado 08 set 2023]. Disponível em:

Cúpula do Clima da África

O Global Fund destacou a [Cúpula Africana do Clima](#), na qual, em parceria com a Health Finance Coalition, facilitou a participação de comunidades para demonstrar como a saúde reflete os efeitos das mudanças climáticas nas pessoas, e como a quimioprevenção sazonal da malária é uma medida poderosa e adaptativa às condições climáticas, capaz de salvar vidas.¹⁴⁰

A Fundação Rockefeller patrocinou e participou de mais de 20 eventos e mesas redondas durante o [Cúpula do Clima da África \(ACS\) 2023](#) em Nairobi, Quênia, focando em financiamento climático, energia limpa, segurança alimentar e saúde pública na África. Durante a cúpula, eles abordaram temas como a saúde climática, mercados de carbono, alimentação escolar inteligente e sustentável, sistemas de saúde resilientes ao clima e análise energética para governos africanos. Também lançaram a Escola Africana de Regulação de Energia e discutiram o papel dos Sistemas de Armazenamento de Energia em Baterias (BESS) na industrialização verde da África.¹⁴¹

William Asiko, Vice-Presidente da Fundação Rockefeller para a África, discursou na plenária "[Mercados de Carbono para o Sul Global](#)" durante a Cúpula do Clima da África. Ele enfatizou a importância dos mercados de carbono como instrumento financeiro sob controle, interesses e sede na África para o combate às mudanças climáticas. Asiko destacou o crescimento significativo no mercado voluntário de carbono da África e seu potencial para gerar receita substancial, beneficiando o desenvolvimento sustentável e a criação de empregos. Apresentou a Iniciativa de Mercados de Carbono da África (ACMI), com o objetivo de aumentar em vinte vezes a produção de créditos de carbono africanos, garantindo a distribuição transparente e equitativa dos recursos.¹⁴²

Durante a Cúpula do Clima da África foi oficialmente lançada a Escola Africana de Regulação (ASR), apoiada pela Fundação Rockefeller com um subsídio de 1 milhão de dólares. A ASR tem como objetivo fortalecer a capacidade do [setor energético africano](#) para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2063, apoiando também a industrialização sustentável do continente por meio de investimentos significativos. A ASR atuará como um centro de excelência para compartilhamento de conhecimento, treinamento e desenvolvimento de políticas e soluções regulatórias adaptadas às necessidades específicas de cada nação africana. A iniciativa destaca o compromisso da África em liderar a transição para um futuro energético sustentável no continente, com foco na inclusão e investimentos em energia limpa.¹⁴³

¹⁴⁰ GLOBAL FUND. At @AfClimateSummit , @GlobalFund and the Health Finance Coalition are bringing together community voices to show how health is the human [...]. 6 set. 2023a. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1699319178597949516?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹⁴¹ The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. The Rockefeller Foundation Spotlights Africa-Led Climate Solutions at the Africa Climate Summit 2023; 3 set 2023 [citado 7 set 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/the-rockefeller-foundation-spotlights-africa-led-climate-solutions-at-the-africa-climate-summit-2023/>.

¹⁴² The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Remarks by William Asiko at “Carbon Markets for the Global South” Plenary Event During the Africa Climate Summit; 4 set 2023 [citado 7 set 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/remarks-by-william-asiko-at-carbon-markets-for-the-global-south-plenary-event-during-the-africa-climate-summit/>.

¹⁴³ The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. African School of Regulation Launches During African Climate Summit; 5 set 2023 [citado 7 set 2023]. Disponível em:

Enock Chikava, Diretor de Desenvolvimento Agrícola da Bill & Melinda Gates Foundation, aponta em artigo para a Telegraph que há uma necessidade urgente de [adaptação agrícola na África às mudanças climáticas](#), mas que a atenção tem sido direcionada principalmente para a mitigação climática. Para o diretor, os líderes governamentais africanos devem priorizar a adaptação para proteger os sistemas alimentares que sustentam mais de um bilhão de pessoas no continente. Ele aponta avanços tragos por cientistas que estão aprimorando culturas como a mandioca e aplicando esses avanços a outras culturas africanas resistentes ao clima. Enock aponta que é crucial que agricultores tenham acesso a conhecimento, tecnologia e financiamento, para que possam inovar em maneiras de economizar água, por exemplo, frente ao aumento das temperaturas. A chamada por mais financiamento de adaptação climática é pauta da fundação que foi reforçada na Cúpula do Clima da África assim como será na COP28 para tornar o sistema alimentar mais resiliente às mudanças climáticas.¹⁴⁴

Doenças infecciosas

A FIND destacou a publicação de um [estudo científico](#) sobre os impactos de um modelo integrado de rastreamento para várias doenças, como COVID-19, tuberculose e HIV, em Lesoto.¹⁴⁵

A FIND enfatizou sua participação no [Congresso de Resistência Antimicrobiana 2023](#), onde seus representantes do programa de resistência antimicrobiana e da unidade de genômica e sequenciamento, discutiram estratégias para enfrentar o problema da resistência antimicrobiana.¹⁴⁶

O Global Fund ressaltou a participação de membros japoneses de um [grupo de trabalho](#) do Global Fund em uma visita a hospitais no Vietnã para identificar oportunidades de apoio na luta contra a tuberculose.¹⁴⁷ O Global Fund destacou que durante essa [visita](#), foram realizados encontros com líderes comunitários para compreender como o trabalho deles está ajudando a superar as barreiras para a assistência à saúde.¹⁴⁸

O Global Fund enfatizou a [Cúpula da Índia do Global Fund](#), um evento que reuniu o setor privado, líderes governamentais e especialistas em saúde global para discutir a liderança da

<https://www.rockefellerfoundation.org/news/african-school-of-regulation-launches-during-african-climate-summit/>.

¹⁴⁴ Foundation Gates. Our I-director agriculture development, @EnockChikava shares how #ACS23 is a moment to, "move decisively toward a climate-resilient food future." #COP28 <https://t.co/Hjzv52ubpj> [Internet]. Twitter; 2023 [cited 2023 Sept 7]. Available from: <https://twitter.com/gatesfoundation/status/1698345446564102584>

¹⁴⁵ FIND. New paper: "Impact of a multi-disease integrated screening and #diagnostic model for #COVID19, #TB, and #HIV in #Lesotho" by Bulemba [...]. 5 set. 2023b. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://twitter.com/FINDdx/status/1698974281604944112?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹⁴⁶ FIND. AMR World Congress 2023 - FIND. 8 set. 2023a. Disponível em: <https://www.finddx.org/what-we-do/events/amr-world-congress-2023/>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹⁴⁷ GLOBAL FUND. O Japão é um líder global na luta para #EndTB e construir sistemas mais fortes para a saúde. Membros da [...]. 8 set. 2023d. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1699819429192778124?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹⁴⁸ GLOBAL FUND. Community & civil society organizations are critical to ensuring lifesaving services reach the most vulnerable. Members of Japan's @FGFJ_en Diet [...]. 8 set. 2023c. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1700111384971801043?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

Índia e a inovação no combate global às doenças transmissíveis.¹⁴⁹ O Global Fund destacou que durante esse evento, foram abordadas **questões** relacionadas ao setor farmacêutico, inovações em saúde global e o compromisso de combater a tuberculose.¹⁵⁰ O Global Fund ressaltou a importância do crescimento da **Índia** e do papel da indústria farmacêutica indiana no combate ao HIV, tuberculose e malária.¹⁵¹ O Global Fund destacou que seus acordos permitiram a redução dos preços dos medicamentos de primeira linha no tratamento do **HIV**, possibilitando que os governos ampliem a cobertura do tratamento e invistam mais em medidas preventivas.¹⁵²

O Global Fund enfatizou a redução dos preços da **Bedaquilina**, o que viabilizará o tratamento eficaz de um maior número de pessoas com tuberculose multidrogarresistente.¹⁵³

A FIND enfatizou a convocação para submissões de **testes** em fase de desenvolvimento ou já disponíveis no mercado para a detecção de resistência antimicrobiana.¹⁵⁴

Em Tegucigalpa, Honduras, MSF implementou um **projeto para prevenir a dengue** por meio de um método inovador, no qual a tecnologia e a participação da comunidade são essenciais. Essa nova abordagem é baseada no uso de mosquitos portadores da bactéria *Wolbachia*, cuja presença impede a transmissão da dengue e de outras doenças como zika e chikungunya.¹⁵⁵

Melinda French Gates, co-presidente da Fundação Bill & Melinda Gates, participou de uma mesa-redonda virtual com trabalhadoras de saúde do **Programa de Erradicação da Poliomielite do Paquistão**. Elas discutiram a “Iniciativa de Co-Design de Trabalhadoras da Linha de Frente Feminina”, que tem como objetivo aprender com essas trabalhadoras a superar as barreiras para a erradicação da poliomielite no Paquistão. Algumas das soluções propostas por essas trabalhadoras foram aprovadas e serão incorporadas às campanhas de imunização e aos esforços de engajamento comunitário. A iniciativa também capacitará as trabalhadoras de

¹⁴⁹ GLOBAL FUND. The @GlobalFund -India Summit opens today, bringing together private sector partners, government leaders and global health experts to discuss India's [...]. 29 ago. 2023. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1696357042104016930?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹⁵⁰ GLOBAL FUND. With its strong pharmaceutical sector, digital health innovations and commitment to ending TB, #India is poised to continue driving change [...]. 29 ago. 2023b. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1696364592853610558?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹⁵¹ GLOBAL FUND. “The success of India’s pharmaceutical industry is a testament to India’s growth, and it provides affordable, quality countermeasures throughout the [...]. 29 ago. 2023b. @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1696410871289741394?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹⁵² GLOBAL FUND. Global Fund Agreements Substantially Reduce the Price of First-line HIV Treatment to Below US\$45 a Year. 30 ago. 2023a. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/news/2023/2023-08-30-global-fund-agreements-substantially-reduce-price-first-line-hiv-treatment-below-usd45-a-year/>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹⁵³ GLOBAL FUND. “Significantly reducing the price will enable more people with MDR-TB to be treated effectively, saving lives & reducing onward infection [...]. 30 ago. 2023b. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1696898949771088309?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹⁵⁴ FIND. To #diagnostic developers in the #AMR community: you are invited to submit your tests (both in development or commercialised) through [...]. 1 set. 2023b. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://twitter.com/FINDdx/status/1697624536919732358?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹⁵⁵ MSF Brasil [Internet]. MSF usa técnica inovadora para ajudar a reduzir casos de dengue em Honduras - MSF Brasil; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/msf-usa-tecnica-inovadora-para-ajudar-a-reduzir-casos-de-dengue-em-honduras/>.

poliomielite para possíveis oportunidades futuras após a erradicação da poliomielite. O Governo do Paquistão também expressou seu compromisso em apoiar essas trabalhadoras em seus empreendimentos futuros.¹⁵⁶

Vacinação

A GAVI, the Alliance Vaccine apontou a situação em Burundi referente ao [surto de poliovírus no país](#) e a campanha de vacinação desenvolvida com vistas a conter o aumento de casos. Segundo a matéria, a campanha, que teve a primeira etapa realizada em junho de 2023, surgiu depois do Ministério Nacional da Saúde ter declarado um surto de poliovírus circulante tipo 2 pela primeira vez em mais de três décadas, em março deste ano. A campanha possui como objetivo a vacinação de mais de 2,7 milhões de crianças de 0 a 7 anos em todo o território nacional.¹⁵⁷

Na Índia, a GAVI, the Alliance Vaccine destacou a transição de sistemas de rastreamento baseados em papel para [sistemas digitais](#) na tentativa de melhoria da prestação e os resultados dos cuidados de saúde, em especial nas campanhas nacionais de vacinação. Buscando contribuir com o trabalho, a GAVI anunciou que fornecerá 1 milhão de dólares em apoio a *Khushi Baby* (uma organização sem fins lucrativos fundada em 2014) por meio do seu programa *INFUSE Pacesetters*. Estas soluções abordam lacunas e desafios críticos nos programas de imunização e na prestação de cuidados de saúde de forma mais ampla.¹⁵⁸

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) registrou sua participação no [Consórcio Global HPV](#), lançado em Kuala Lumpur (Malásia), nos dias 05 e 06 de setembro de 2023. O Consórcio é uma colaboração pública e privada mundial, focada na aceleração da prevenção do Papilomavírus Humano (HPV) e na eliminação do câncer do colo do útero. O Sabin Vaccine Institute lidera o Consórcio como seu Secretariado.¹⁵⁹

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou o resumo executivo da Reunião de Especialistas em Praga sobre vacinação ao longo da vida, destacando que são necessárias melhorias na alfabetização em saúde e na educação para [a vacinação na República Checa](#), a fim de melhorar a compreensão e a sensibilização acerca das vacinas para a saúde dos idosos.¹⁶⁰

¹⁵⁶ Gates MF. I loved speaking with women healthcare workers from @pakfightspolio this week. it is so important to make sure their expertise, solutions and wishes for the future are front and center in the effort to reach every child with vaccines and #endpolio. <https://t.co/30naqrqub2> pic.twitter.com/lxktuoxix [Internet]. Twitter; 2023 [cited 2023 Sept 7]. Available from: <https://twitter.com/melindagates/status/1697311003669647361>

¹⁵⁷ Gavi. Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. Burundi fights back against resurgent poliovirus; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/burundi-fights-back-against-resurgent-poliovirus>

¹⁵⁸ Gavi. Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. Revolutionising immunisation through digital healthcare in Rajasthan, India; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/revolutionising-immunisation-through-digital-healthcare-rajasthan-india>

¹⁵⁹ WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. WFPHA is honored to be part of the #GlobalHPVConsortium [Internet]; 5 set 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: https://twitter.com/WFPHA_FMASP/status/1698965834058657817.

¹⁶⁰ IFA International Federation of Ageing. Health literacy and education improvements for vaccination are needed in the Czech Republic [Internet]; 29 ago 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1696493198137344210>

Doenças Crônicas não Transmissíveis

A FIND ressaltou que cientistas identificaram lacunas no diagnóstico de [doenças crônicas não transmissíveis](#), como diabetes mellitus, hipercolesterolemia e hipertensão, em países de renda média e baixa.¹⁶¹

A FIND destacou o financiamento e o lançamento de uma [plataforma virtual](#) denominada Rastreador de Cobertura Universal de Saúde (UHC), que visa rastrear dados de diagnóstico de diversas doenças e condições, com o objetivo de aprimorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde no Quênia.¹⁶²

A FIND realçou a publicação de um [estudo científico](#) que aborda oportunidades e desafios relacionados ao aumento do acesso a testes de rastreamento do câncer do colo do útero.¹⁶³

Crise humanitária

MSF fez um pedido de aumento do financiamento para resposta humanitária no maior [acampamento de refugiados](#) do mundo situado em Bangladesh, onde moram cerca de 1 milhão de pessoas do povo Rohingya, a maior população apátrida do mundo. Os acampamentos estão rodeados por cercas e arame farpado desde a pandemia da COVID-19. A população não tem permissão para trabalhar ou deixar o local. O acesso a alimentos, água e cuidados de saúde depende da ajuda humanitária internacional, porém, a assistência é cada vez menos financiada por doadores internacionais.¹⁶⁴

MSF denuncia que as [organizações humanitárias estão sobrecarregadas](#) frente à situação alarmante do aumento do fluxo migratório na divisa entre Colômbia e Panamá, onde já cruzaram mais de 300 mil pessoas no ano de 2023. Diariamente, mais de 2 mil pessoas são forçadas a enfrentar o caminho repleto de riscos em meio à selva. Elas estão sujeitas a ferimentos e afogamentos devido a condições geográficas, roubos, agressões e violência sexual, por causa da ação de grupos criminosos no território. MSF pede urgentemente a todos os doadores e organizações humanitárias que multipliquem seus esforços, e aos governos do

¹⁶¹ FIND. We are happy to see researchers quantifying the #diagnosticgaps for #NCDs. Check out this new paper, "Diagnostic testing for #hypertension [...]. 29 ago. 2023. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://twitter.com/FINDdx/status/1696451645457019390?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹⁶² FIND. Last week, the Digital Health Applied Research Centre @DiscoverJKUAT launched a #UniversalHealthCoverage tracker - an #excel based #datacollection platform integrating diagnostic [...]. 29 ago. 2023a. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://twitter.com/FINDdx/status/1696548777992056844?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹⁶³ FIND. 📄 New paper: "Toward 70% #cervicalcancer screening coverage: Technical challenges and opportunities to increase access to human papillomavirus (#HPV) testing" [...]. 1 set. 2023c. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://twitter.com/FINDdx/status/1697641401058570642?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹⁶⁴ MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. **Rohingyas em Bangladesh:** necessidades médicas aumentam, mas financiamento permanece estagnado - MSF Brasil. 4 set. 2023. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/rohingyas-em-bangladesh-necessidades-medicas-aumentam-mas-financiamento-permanece-estagnado/>. Acesso em: 9 set. 2023.

Panamá e da Colômbia que desenvolvam ações efetivas para garantir uma rota segura à população migrante e o acesso a serviços básicos.¹⁶⁵Equidade de Gênero

A GAVI, the Alliance Vaccine reportou a questão das [altas taxas de gravidez na adolescência no Lesoto](#). Segundo o grupo, a UNESCO colabora com o governo no desenvolvimento e implementação de uma política de saúde e nutrição escolar, que inclui ajudar os jovens a ter acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva em unidades de saúde ao redor do país. Dados do Fundo de Populações das Nações Unidas apontam que entre 2003 e 2018, 94 meninas em cada 1.000 na faixa etária de 15 a 19 anos deram à luz, e 36% de garotas com idades entre os 10 e os 14 anos apresentaram-se num hospital com abortos incompletos. Questões como a escassez de recursos materiais e técnicos e o medo de serem julgadas por mulheres mais velhas contribuem para tal quadro no país.¹⁶⁶

Na Nigéria, a GAVI, the Alliance Vaccine analisou [as formas nas quais tradições patriarcais prejudicam os cuidados de saúde das mulheres no país](#). A partir das análises da pesquisadora Obioma Nnaemeka, é possível identificar práticas de negociação por parte das mulheres em relação à autoridade, atribuindo o papel de tomador de decisão aos seus cônjuges, mantendo ao mesmo tempo influência sobre as suas decisões e ações em matéria de cuidados de saúde durante a gravidez. Dessa forma, os achados reforçam a lógica de que a saúde materna nem sempre é uma responsabilidade individual, mas que também possui domínios comunitários e nacionais, o que pode influenciar positivamente a formulação de políticas públicas mais sensíveis.¹⁶⁷

Responsabilidade organizacional

Uma matéria escrita pelo novo Diretor Executivo da GAVI, the Alliance Vaccine, se refere ao [desenvolvimento de ações comprometidas com os três objetivos considerados “urgentes”](#): cumprir a missão de continuar protegendo a saúde das pessoas, aumentando o uso equitável e sustentável de vacinas; desenvolver uma estratégia ambiciosa para o próximo período de cinco anos da instituição; e garantir os recursos adequados para a manutenção das iniciativas para os próximos anos.¹⁶⁸

Saúde Mental

A WellcomeTrust divulgou seu webinar que ocorrerá no dia 14 de setembro, quando divulgará e esclarecerá dúvidas acerca de seu [financiamento em projetos de saúde mental](#). A inscrição para receber o financiamento da fundação está aberta, a concessão financeira, chamada pela Wellcome como prêmio, chega a casa de 4 milhões de libras esterlinas por ano

¹⁶⁵ MSF Brasil [Internet]. Colômbia/Panamá: “A fronteira de Darién está tão perigosa como sempre foi” - MSF Brasil; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/colombia-panama-a-fronteira-de-darien-esta-tao-perigosa-como-sempre-foi/>.

¹⁶⁶ Gavi. Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. “Every youth’s right to have a child when they’re ready”: Lesotho grapples with high rates of teen pregnancy; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/every-youths-right-have-child-when-theyre-ready-lesotho-grapples-high-rates-teen>

¹⁶⁷ Gavi. Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. Patriarchal traditions undermine healthcare in Nigeria; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/patriarchal-traditions-undermine-healthcare-nigeria>

¹⁶⁸ Gavi. Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. Our “One Gavi” mindset can help us meet three urgent goals; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/our-one-gavi-mindset-can-help-us-meet-three-urgent-goals>

para pesquisadores que investiguem os mecanismos causais pelos quais o cérebro, o corpo e o ambiente interagem em relação a transtornos relacionados à ansiedade e ao trauma. Busca-se entender como esses transtornos se desenvolvem e persistem, a fim de encontrar maneiras melhores de identificá-los e intervir precocemente. O foco do projeto deve estar na causalidade e na compreensão dos mecanismos subjacentes aos problemas relacionados à ansiedade. A Wellcome encoraja pesquisas em múltiplos níveis de explicação, bem como pesquisas em países de baixa e média renda, onde reside a maioria das pessoas com transtornos de ansiedade.¹⁶⁹

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) lembrou o [Dia Mundial da Prevenção do Suicídio](#) (10 de setembro), estabelecido em 2003 pela Associação Internacional para a Prevenção do Suicídio em conjunto com a Organização Mundial da Saúde (OMS). No Twitter, a IFMSA fez um apelo para que esta semana seja um começo para mais esforços de todos na prevenção do suicídio.¹⁷⁰

Financiamento da OMS

O Geneva Global Health Hub (G2H2) repercutiu uma reportagem da APNews que aborda o relatório da Fundação OMS, mostrando que 50% das doações recebidas em 2022, correspondente a US\$ 20 milhões, vieram de fontes anônimas. A notícia, intitulada “Influência indevida? Doações anônimas à nova fundação da Organização Mundial da Saúde levantam preocupações”, registra o [risco de conflitos de interesse](#) deixarem de ser analisados.¹⁷¹

Colonialidade na saúde global

O Geneva Global Health Hub (G2H2) repercutiu artigo sobre o recém-lançado Prêmio Virchow, questionando se a escolha de um virologista como primeiro recipiente não estaria cimentando a mercantilização, a [colonialidade e o reducionismo biomédico na saúde global](#).¹⁷²

Equidade sustentável em saúde

O Sustainable Health Equity Movement (SHEM) divulgou a declaração de sua assembleia anual, ocorrida em 10 de agosto de 2023. Intitulada “[Equidade sustentável na saúde: alcançar resultados de saúde justos para todos, incluindo as gerações futuras](#)”, a declaração destaca o direito à saúde como parte dos direitos humanos e o processo de determinação social da saúde.¹⁷³

¹⁶⁹ WellcomeTrust. Zoom [Internet]. Welcome! You are invited to join a webinar: Webinar for Wellcome’s Mental Health Award: Understanding how anxiety- and trauma-related problems develop, persist and resolve. After registering, you will receive a confirmation email about joining the webinar.; [citado 7 set 2023]. Disponível em: https://wellcome-org.zoom.us/webinar/register/WN_Gu4zprWjTQq63p-AoKTgwQ#/registration

¹⁷⁰ IFMSA. International Federation of Medical Students Associations [Internet]. [#SuicidePrevention](#) is a global effort! 08 Sept 2023. [citado em 08 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1700191202484613225>

¹⁷¹ G2H2. Geneva Global Health Hub [Internet]. Undue influence? Anonymous donations to World Health Organization's new foundation raise concerns; 24 Jul 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/ellenthoen/status/1683417740516753411>

¹⁷² G2H2. Geneva Global Health Hub [Internet]. Virchow Prize: cementing commodification, coloniality and biomedical reductionism in global health? [Internet]; 4 ago 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/Rvandepas/status/1687507843862208514>

¹⁷³ SHEM – Sustainable Health Equity Movement [Internet] Sustainable health equity: achieving fair health outcomes for all, including future generations. 28 Aug 2023 [citado 8 set 2023] Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1696222341846421819>

Novas pandemias

O Sustainable Health Equity Movement (SHEM) publicou uma reflexão sobre as negociações em torno do [Acordo ou Tratado da Pandemia](#). Intitulada “Podemos nos preparar para uma nova pandemia?”, a reflexão registra que o tratado sobre a pandemia foi concebido para estabelecer consenso sobre princípios juridicamente vinculativos a serem assumidos pelos Estados membros das Nações Unidas, antes da próxima pandemia. Acrescenta que, no entanto, após a publicação de um projeto ambicioso, seguiu-se um declínio no compromisso político e a linguagem do tratado foi atenuada, com as obrigações reduzidas a meras recomendações.¹⁷⁴

Tecnologias digitais

A International Hospital Federation anunciou a realização de uma masterclass sobre o impacto das tecnologias digitais em saúde, a ser realizada em 27 de outubro. A IFH afirma que o crescimento explosivo das [tecnologias de saúde digitais](#) – aplicações móveis, wearables, telessaúde e soluções baseadas em IA – revoluciona a prestação de cuidados de saúde, mas levanta a questão da sua regulação e avaliação.¹⁷⁵

Segurança militar

O Center for Strategic and International Studies analisou as [implicações políticas do novo militarismo mexicano](#) após da aceleração do controle das instituições civis pelas forças armadas. Segundo a CIDE, instituição de pesquisa mexicana, entre 2006 e 2021, mais de 246 funções governamentais anteriormente supervisionadas por autoridades civis foram transferidas para as forças armadas.¹⁷⁶

Propriedade intelectual

O Center for Strategic and International Studies divulgou um relatório sobre a [proteção da propriedade intelectual de empresas no Taiwan](#). Baseada na experiência de trabalho com empresas chinesas e análise das medidas não legais para a proteção da propriedade intelectual (PI), o relatório destaca as práticas de proteção de PI num formato de lista de verificação para preencher as lacunas na compreensão dos mecanismos de controle de PI na China.¹⁷⁷

Segurança econômica global

O Center for Strategic and International Studies comentou sobre a [Agenda Goeconómica do Outono de 2023](#). A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen,

¹⁷⁴ SHEM – Sustainable Health Equity Movement [Internet] Can we prepare for a new pandemic?. 06 Sept 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1699532362835513348>

¹⁷⁵ International Hospital Federation. IHF [Internet]. The explosive growth of #DigitalHealth technologies; 07 Sept 2023 [citado 08 set 2023]. Disponível em: https://twitter.com/IHF_FIH/status/1699811977059598542.

¹⁷⁶ BERG, Ryan C.; POLO, Emiliano. The Political Implications of Mexico’s New Militarism. 5 set. 2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/political-implications-mexicos-new-militarism>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹⁷⁷ HSU, Emma. **Manufacturing beyond Shores: The Taiwanese Checklist Approach to Intellectual Property Protection**. 6 set. 2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/manufacturing-beyond-shores-taiwanese-checklist-approach-intellectual-property-protection>. Acesso em: 7 set. 2023.

cunhou o termo “redução de risco” para determinar o marco no qual a agenda de segurança econômica foi desenvolvida.¹⁷⁸

EVENTOS

A World Public Health Nutrition Association está com [inscrições abertas para o envio de resumos para apresentações orais, pôsteres e workshops, até o dia 15 de outubro](#)¹⁷⁹, no Congresso Mundial de Nutrição em Saúde Pública, que acontecerá em junho de 2024.

Em 6 de setembro a Rede Regional Africana da IANPHI realizou um [webinar](#) intitulado “Abordagens inovadoras para resposta a emergências de saúde pública e decisões políticas”, onde discutiram a situação atual dos dados para políticas em África, e os sucessos e desafios atuais do programa para detecção e controle de surtos.¹⁸⁰

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) anunciou a realização do webinar “Alocando [financiamento sustentável para sistemas de saúde](#) resilientes: um sonho distante?”, a ser realizado no dia 18 de setembro de 2023.¹⁸¹

A International Alliance of Patients’ Organizations divulgou [a conferência sobre autoridades reguladoras nacionais e fabricantes de produtos farmacêuticos](#), que atuam no campo regulatório na África que acontecerá virtualmente entre os dias 12 e 15 de setembro, com o objetivo contribuir para a construção de um ecossistema regulatório robusto que garanta a disponibilidade de medicamentos e vacinas seguros, eficazes e de qualidade para o povo da África, levando, em última análise, a melhores resultados de saúde e melhor acesso à saúde para todos¹⁸².

O People's Health Movement divulgou a entrevista com Vivian Camacho sobre a primeira [Cúpula Mundial de Medicina Ancestral organizada pela OMS e pelo governo indiano](#) em agosto de 2023. Com o tema “Rumo ao reconhecimento da Medicina Ancestral e do conhecimento popular”, o PHM afirma que embora para alguns meios de comunicação tenha sido uma surpresa, para outros, é mais um passo no reconhecimento do tradicional conhecimento ancestral. Este momento na cúpula da OMS foi precedida pela criação do Centro Mundial de Medicina Tradicional na Índia em 2022¹⁸³.

¹⁷⁸ MOURADIAN, Catharine. **The Fall 2023 Geoeconomic Agenda: What to Expect**. 6 set. 2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/fall-2023-geoeconomic-agenda-what-expect>. Acesso em: 7 set. 2023.

¹⁷⁹ World Public Health Nutrition Association. WPHN Congress 2024[Internet].; 08 Sept 2023 [citado 29 aug 2023]. Disponível em: https://twitter.com/IHF_FIH/status/1699811977059598542

¹⁸⁰ EMORY UNIVERSITY. Video Conferencing, Web Conferencing, Webinars, Screen Sharing. 4 set. 2023. Disponível em: https://emory.zoom.us/webinar/register/WN_A7CSJ_LhRYiRr5w4cpeRbQ#/registration. Acesso em: 9 set. 2023.

¹⁸¹ WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. World Federation of Public Health Associations W. Webinar “Alocando financiamento sustentável para sistemas de saúde resilientes: um sonho distante?” [Internet]; 6 set 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: https://twitter.com/WFPHA_FMASP/status/1699338049866301723.

¹⁸² 5TH Africa Regulatory Conference | Together for patients - Transforming the regulatory ecosystem in Africa | International Alliance of Patients' Organizations. Disponível em: <https://www.iapo.org.uk/node/15622>. Acesso em: 8 set. 2023.

¹⁸³ People's Health Movement. Hacia el reconocimiento de la Medicina Ancestral y el saber popular [...] [Internet]. 2023 Au 30 [cited 08 Set 24]. Twitter: @PHMglobal. Available from: <https://twitter.com/PHMglobal/status/1696923179028037745>

Considerações finais

Muitos dos tópicos abordados neste relatório ecoam o que já foi mencionado em informes anteriores. No entanto, este documento registra uma diferença: as manifestações ocorrem no contexto das importantes cúpulas internacionais, onde influentes líderes mundiais se reúnem e têm o potencial de desencadear mudanças significativas nas condições precárias que afetam as populações mais vulnerabilizadas. Isso sublinha a oportunidade e a urgência de adotar medidas que atendam às diversas demandas das organizações da sociedade civil. E releva quem, verdadeiramente, se importa com esses desafios.

Essas demandas concentram-se em questões cruciais, como mudança climática, crise alimentar, escassez de água e conflitos violentos. É imperativo reconhecer que esses problemas muitas vezes resultam em decisões políticas que favorecem determinados interesses em detrimento dos mais afetados. Portanto, este relatório destaca a necessidade urgente de ações concretas que promovam a justiça global, como exige a sociedade civil.

Além disso, vale ressaltar que as organizações da sociedade civil não apenas levantaram preocupações, mas também ofereceram soluções e estratégias para abordar essas questões complexas. A colaboração eficaz entre governos, sociedade civil e setor privado é reconhecida como essencial para promover transformações significativas e duradouras. Esse diálogo inclusivo pode levar a políticas mais equitativas e a ações que beneficiem aqueles que mais necessitam.

Portanto, é imperativo reconhecer o poder coletivo da sociedade civil e a responsabilidade compartilhada de todas as partes interessadas, incluindo líderes globais, na busca de um mundo mais justo e sustentável.

Referências

ActionAid International [Internet]. Stop Funding Destruction and Begin to #FundOurFuture; 4 set 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/stop-funding-destruction-and-begin-fundourfuture>

ActionAid International [Internet]. The causes fueling the climate crisis are receiving 20 times more financing than the solutions, new groundbreaking report by ActionAid reveals; 4 set 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/causes-fueling-climate-crisis-are-receiving-20-times-more-financing-solutions-new>

ActionAid International [Internet]. The Africa Climate Summit is a missed opportunity for Africa to turn the tables on the climate crisis, says ActionAid; 7 set 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2023/africa-climate-summit-missed-opportunity-africa-turn-tables-climate-crisis-says-actionaid>

Planetary Health Alliance. It's Manuscript Monday [...] [Internet]. 2023 Au 28 [cited 08 Set 24]. Twitter: @ph_alliance. Available from: https://twitter.com/ph_alliance/status/1696191312196772326

Planetary Health Alliance. Intersection of climate change and limited access to surgical care [...] [Internet]. 2023 Set 04 [cited 08 Set 24]. Twitter: @ph_alliance. Available from: https://twitter.com/ph_alliance/status/1698728343749755082

CARE [Internet]. CARE Launches New Partnership to Scale Climate Change Adaptation Solutions for Small-Scale Producers - CARE; 30 ago 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-launches-new-partnership-to-scale-climate-change-adaptation-solutions-for-small-scale-producers/>.

CARE [Internet]. Hurricane Idalia: cash assistance and emergency relief for Florida communities hit by disaster; 30 ago 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/hurricane-idalia-cash-assistance-and-emergency-relief-for-florida/>.

CARE [Internet]. Morocco earthquake: CARE's latest updates & how to help; 9 set 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/morocco-earthquake-cares-latest-updates-how-to-help/>.

OXFAM. Last year, top oil companies more than doubled their profits to a whopping \$219 billion. That is enough to cover [...] 28 ago. 2023. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1696092340362809756?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

OXFAM. "One in five water boreholes we dig now is dry or unfit for humans to drink" – Oxfam | Oxfam International. 29 ago. 2023b. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/one-five-water-boreholes-we-dig-now-dry-or-unfit-humans-drink-oxfam>. Acesso em: 8 set. 2023.

OXFAM. Climate crisis hits women & girls hardest. Prolonged droughts force many, like Yvonne from CAR, to travel dangerous roads for [...]. 30 ago. 2023a. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1696779862529155440?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

OXFAM. n #Malawi, Isacki has experienced cyclones, storms and floods which have devastated his land. While contributing the least to the [...]. 30 ago. 2023c. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/OxfaminAfrica/status/1696794893614813262?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

OXFAM. Oxfam GB | Yemen Crisis Appeal. 31 ago. 2023e. Disponível em: <https://www.oxfam.org.uk/oxfam-in-action/current-emergencies/yemen/>. Acesso em: 8 set. 2023.

OXFAM. Apesar das mudanças climáticas causarem chuvas irregulares e secas, Nasri, da Etiópia, trabalha em seu campo de sorgo. Após a [...]. 1 set. 2023a. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1697504624092004471?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

OXFAM. With carbon emissions a million times higher than the lower 90% of humanity, billionaires' investments are deepening the climate crisis [...]. 2 set. 2023g. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1697866993771106769?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

OXFAM MENA. "Rainfall patterns over North Africa have declined over the past four decades.. it caused water scarcity, increased temperature, fires and [...]. 3 set. 2023. Twitter: @OxfamMENA. Disponível em: <https://twitter.com/OxfamMENA/status/1698383050248229152?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023

OXFAM. In the #Somali region of Ethiopia ET, Shugri & his family have lost all his livestock & assets to the [...]. 4 set. 2023c. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1698637285552427519?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

OXFAM. Climate Change and Water Security | Oxfam WASH Resources. 4 set. 2023b. Disponível em: <https://www.oxfamwash.org/en/response-types/water-security>. Acesso em: 8 set. 2023.

OXFAM. UNFAIR SHARE: Unequal climate finance to East Africa's hunger crisis | Oxfam International. 5 set. 2023. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/unfair-share-unequal-climate-finance>. Acesso em: 8 set. 2023.

OXFAM. Every day, millions across East Africa go to bed hungry and without hope. This is a reality for Saidow and [...]. 5 set. 2023a. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1699059924637307099?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

OXFAM. Apesar da contribuição de 0,1% da África Oriental para as emissões globais, a mudança climática causa estragos com perdas de [...]. 6 set. 2023a. Twitter: @Oxfam. Disponível em: <https://twitter.com/Oxfam/status/1699424883980075065?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

GREENPEACE. Two of the world's few tropical glaciers are here, and it'll be terrible news when they vanish. Coal-fired power makes [...]. 28 ago. 2023. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1696013700803838337?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

GREENPEACE. Governments keep supporting flying with unfair tax breaks and subsidies, despite the fact that it causes up to 80 times [...]. 28 ago. 2023a. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1696107861024059859?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

GREENPEACE. A hundred climate activists block private jets at biggest business aviation sales event in Europe, protesting luxury mega-polluters - Greenpeace International. 28 ago. 2023b. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/59898/a-hundred-climate-activists-block-private-jets-at-biggest-business-aviation-sales-event-in-europe-protesting-luxury-mega-polluters/>. Acesso em: 8 set. 2023.

GREENPEACE. The Dirty Dozen The Climate Greenwashing of 12 European Oil Companies. 28 ago. 2023c. Disponível em: <https://greenpeace.at/uploads/2023/08/report-the-dirty-dozen-climate-greenwashing-of-12-european-oil-companies.pdf>. Acesso em: 8 set. 2023.

GREENPEACE. The world's corporations produce so much climate change pollution, it could eat up about 44% of their profits if they [...]. 28 ago. 2023d. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1696175815627887032?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

GREENPEACE. 🚫 HUELGA GLOBAL POR EL CLIMA VIERNES 15 DE SEPTIEMBRE 🚫 🇪🇺 🇬🇧 🇮🇹 ¡Únete a las diferentes protestas, movilizaciones, manifestaciones y más [...]. 28 ago. 2023b. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1696266441732079845?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

GREENPEACE. In the "worldwide escalation of a legal tactic intended to cow critics into silence" (SLAPPs), the latest came from Italian [...]. 29 ago. 2023d. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1696446577441644663?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

GREENPEACE. Be like #GladisTheOrca and speak out against luxury emissions! 🌍🗣️ Here's why the fuel-guzzling floating palaces that are #MegaYachts are [...]. 29 ago. 2023a. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1696485699422228891?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

GREENPEACE. Carbon markets are a threat to the Amazon - Greenpeace International. 29 ago. 2023b. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/61342/carbon-markets-are-a-threat-to-the-amazon/>. Acesso em: 8 set. 2023.

GREENPEACE. O Tribunal Administrativo julgou o caso das PM2,5, ordenando ao Ministério da Indústria que preparasse o PRTR. 29 ago. 2023i. Disponível em: <https://act.gp/3PgKKi1>. Acesso em: 8 set. 2023.

GREENPEACE. Major banks are STILL funding climate chaos. "The scale of their continued financing of fossil fuels and industrial agriculture is [...]. 8 set. 2023g. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1700111651305894357?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

GREENPEACE. Last week, Typhoon Saola dumped heavy rains and strong winds in the Philippines, Hong Kong, and southern China; and Typhoon [...]. 8 set. 2023g. Twitter: @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1700043142282744292?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

GREENPEACE. Looks good but is actually bad. Fossil fuel companies stick their logos to sports to avoid being associated with the [...]. 8 set. 2023h. @Greenpeace. Disponível em: <https://twitter.com/Greenpeace/status/1699777048661897418?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

GREENPEACE. 9 principles for an alternative future - Greenpeace International. 6 set. 2023a. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/62044/9-principles-for-an-alternative-future/>. Acesso em: 8 set. 2023.

CARE [Internet]. School nutrition programs address food insecurity in Honduras and Guatemala -; 29 ago 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/school-nutrition-honduras-guatemala/>.

CARE [Internet]. CARE Statement on Ongoing Cuts to Global Food Aid Funding - CARE; 6 set 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-statement-on-ongoing-cuts-to-global-food-aid-funding/>.

World Public Health Nutrition Association. New Paper. Barriers to Overcoming Child Hunger and Malnutrition: Applying a Human Rights Approach to Improve Policy and Action. Carolina Mejía Toro, Eliana Pérez and Eric Crosbie.[Internet]. 08 Sept 2023 [citado 06 sep 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/WPHNA/status/1699457452415287361>

GAVSHON, Daniela. **Australian Prime Minister Should Press Philippines to End Killings**. 5 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/05/australian-prime-minister-should-press-philippines-end-killings>. Acesso em: 7 set. 2023.

DOI, Kanae; SIFTON, John. **How Japan Can Lead on Human Rights**. 5 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/05/how-japan-can-lead-human-rights>. Acesso em: 7 set. 2023.

BAJORIA, Jayshree. **India's Digital Governance 'Model' Fails on Rights**. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/06/indias-digital-governance-model-fails-rights>. Acesso em: 7 set. 2023.

IRAN: Suspicious Death of Imprisoned Protester. 1 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/01/iran-suspicious-death-imprisoned-protester>. Acesso em: 7 set. 2023.

HUMAN RIGHTS WATCH. Q&A: Justice for Serious International Crimes Committed in Ethiopia. 4 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/04/qa-justice-serious-international-crimes-committed-ethiopia>. Acesso em: 9 set. 2023.

FRELICK, Bill. **Saudis' Newest Horror Involves Shooting, Shelling Migrants at the Border**. 1 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/01/saudis-newest-horror-involves-shooting-shelling-migrants-border>. Acesso em: 7 set. 2023.

CARE [Internet]. The Rohingya refugee crisis: long after the headlines have faded -; 25 ago 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/perspectives/rohingya-refugee-crisis-sixth-anniversary/>.

CARE [Internet]. Hurricane Idalia: CARE Partner Network Mobilized to Help Vulnerable Floridians Affected by the Storm - CARE; 30 ago 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/hurricane-idalia-care-partner-network-mobilized-to-help-vulnerable-floridians-affected-by-the-storm/>.

CARE [Internet]. Delegation of Four Congress Members Visit Nepal with CARE Learning Tours to Learn About the Root Causes of Human Trafficking and Forced-, Bonded- and Child-Labor - CARE; 6 set 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/delegation-of-four-congress-members-visit-nepal-with-care-learning-tours-to-learn-about-the-root-causes-of-human-trafficking-and-forced-bonded-and-child-labor/>.

Planetary Health Alliance. The future depends on what we do today [...] [Internet]. 2023 Au 29 [cited 08 Set 24]. Twitter: @ph_alliance. Available from: https://twitter.com/ph_alliance/status/1696571418241274020

Planetary Health Alliance. The world is very messy [...] [Internet]. 2023 Au 30 [cited 08 Set 24]. Twitter: @ph_alliance. Available from: https://twitter.com/ph_alliance/status/1696571418241274020

IFSW HOSTS side-event during the 2023 UN High Level Political Forum on Sustainable Development – International Federation of Social Workers. Disponível em: <https://www.ifsw.org/ifsw-hosts-side-event-during-the-2023-un-high-level-political-forum-on-sustainable-development/>. Acesso em: 8 set. 2023.

GOGIA, Giorgi. **A Victory for Labor Rights and Transparency in Georgia**. 6 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/06/victory-labor-rights-and-transparency-georgia>. Acesso em: 7 set. 2023.

LEBANON: **Attack on Freedoms Targets LGBTI People**. 5 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/05/lebanon-attack-freedoms-targets-lgbti-people>. Acesso em: 7 set. 2023.

TAMÉS, Regina. **Mexican State Becomes 12th to Decriminalize Abortion**. 6 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/06/mexican-state-becomes-12th-decriminalize-abortion>. Acesso em: 7 set. 2023.

WAREHAM, Maria. **Russia Denies Its Widespread Use of Cluster Munitions**. 6 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/06/russia-denies-its-widespread-use-cluster-munitions>. Acesso em: 7 set. 2023.

JOIN us for the WGH UNGA Meet and Greet. Disponível em: <https://womeningh.org/event/unga78-mg/>. Acesso em: 8 set. 2023.

UNGA'S gender equity agenda: a pivotal year for the health workforce - Women in Global Health. Disponível em: <https://womeningh.org/event/gehcwi-unga/>. Acesso em: 8 set. 2023

Peoples Vaccin. Within 180 days, cysticfibrosis patients in #Brazil will have access to crucial medication [...] [Internet]. 2023 Sept 7 [cited 2023 Sept 8]. Twitter: @peoplesvaccine. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1699778168872407112?s=20>

Public Citizen [Internet]. White house drugs list shows why price negotiation powers must be quickly expanded - public citizen; 29 ago 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/white-house-drugs-list-shows-why-price-negotiation-powers-must-be-quickly-expanded/>.

India provides a fifth of the world's supply of generic medicines, saving countless lives in low and middle-income countries and across the world. Any trade deal that threatens this supply would be [...] [Internet]. 2023 Aug 26 [cited 2023 Sept 8]. Twitter: @peoplesvaccine. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1695364940075278535?s=20>

"Put simply, pharma companies held SA to ransom," says @_HassanF "And we must ask [...] [Internet]. 2023 Sept 6 [cited 2023 Sept 8]. Twitter: @peoplesvaccine. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1699369068162142577?s=20>

BREAKING: @HealthJusticeIn has released South Africa's COVID-19 vaccine procurement contracts [...] [Internet]. 2023 Sept 6 [cited 2023 Sept 8]. Twitter: @peoplesvaccine. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1699039492512907375?s=20>

BREAKING: Three organisations have shared vaccine technology with the @WHO's COVID-19 Technology Access Pool (C-TAP)!!! This is a victory for scientific collaboration and human rights – [...] [Internet]. 2023 Sept 6 [cited 2023 Sept 8]. Twitter: @peoplesvaccine. Disponível em: <https://twitter.com/peoplesvaccine/status/1696519872128418023?s=20>

WEBINAR: Patient Engagement in Patient Safety Around the World - World Patients Alliance. Disponível em: <https://www.worldpatientsalliance.org/all-events/webinar-patient-engagement-in-patient-safety-around-the-world/>. Acesso em: 8 set. 2023.

WORLD PATIENT Safety Day 2023: Engaging Patients for Patient Safety | International Alliance of Patients' Organizations. Disponível em: <https://www.iapo.org.uk/node/15638>. Acesso em: 8 set. 2023.

WHO LAUNCHES A New Global Initiative On Digital Health - World Patients Alliance. Disponível em: <https://www.worldpatientsalliance.org/news/who-launches-a-new-global-initiative-on-digital-health/>. Acesso em: 8 set. 2023.

A NEW healthcare paradigm: Integrating noncommunicable diseases in the HIV response. 7 jul. 2023. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/a-new-healthcare-paradigm-integrating-noncommunicable-diseases-in-the-hiv-response>. Acesso em: 8 set. 2023.

Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi) [Internet]. A drug development model for the diseases the world forgot; 24 ago 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://dndi.org/viewpoints/2023/a-drug-development-model-for-the-diseases-the-world-forgot-2/>.

NCD Alliance RESPONSE to the Political Declaration of HLM UHC – Keep the pressure on! 30 ago. 2023. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/ncda-response-to-the-political-declaration-of-hlm-uhc---keep-the-pressure-on>. Acesso em: 8 set. 2023.

NEW WHO Civil Society Commission To Strengthen Civil Society Organizations' Role In Accelerating Progress In Global Health - World Patients Alliance. Disponível em: <https://www.worldpatientsalliance.org/news/new-who-civil-society-commission-to-strengthen-civil-society-organizations-role-in-accelerating-progress-in-global-health/>. Acesso em: 8 set. 2023.

People's Health Movement. A story about the persecution of cannabis medicine [...] [Internet]. 2023 Au 25 [cited 08 Set 24]. Twitter: @PHMglobal. Available from: <https://twitter.com/PHMglobal/status/1695109153855873246>

CARE [Internet]. Beyond the violence itself: Fighting for women's rights in Sudan; 6 set 2023 [citado 9 set 2023]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/beyond-the-violence-itself-fighting-for-womens-rights-in-sudan/>

STOPAIDS [Internet]. UK international development white paper: key insights from partner collaboration - STOPAIDS; 6 set 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/2023/09/06/uk-international-development-white-paper-key-insights-from-partner-collaboration/>.

GANGULY, Meenakshi; SIFTON, John. **G20**: India Has Work To Do on Key Human Rights Issues. 4 set. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2023/09/04/g20-india-has-work-do-key-human-rights-issues>. Acesso em: 7 set. 2023.

GLOBAL FUND. Building Back After Historic Storm - Global Fund Special Coverage. 4 set. 2023a. Disponível em: <https://globalfund.exposure.co/building-back-after-historic-storm>. Acesso em: 8 set. 2023.

GLOBAL FUND. Reconstruire après un cyclone historique - Global Fund Special Coverage. 30 ago. 2023c. Disponível em: <https://globalfund.exposure.co/reconstruire-apres-un-cyclone-historique>. Acesso em: 8 set. 2023.

Gavi. Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. Kenya cholera vaccine campaign smashes target, but climate change boosts risk; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/kenya-cholera-vaccine-campaign-smashes-target-climate-change-boosts-risk>

Cambridge Core [Internet]. Heatwaves and Coastal Vulnerability in Southeast Asia | Prehospital and Disaster Medicine | Cambridge Core; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/prehospital-and-disaster-medicine/article/abs/heatwaves-and-coastal-vulnerability-in-southeast-asia/A26CEB627CF7D5E7DAAF32FB576381F7>

International Hospital Federation. IHF [Internet]. On International Day of Clean Air for Blue Skies; 07 Sept 2023 [citado 08 set 2023]. Disponível em:

GLOBAL FUND. At @AfClimateSummit , @GlobalFund and the Health Finance Coalition are bringing together community voices to show how health is the human [...]. 6 set. 2023a. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1699319178597949516?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. The Rockefeller Foundation Spotlights Africa-Led Climate Solutions at the Africa Climate Summit 2023; 3 set 2023 [citado 7 set 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/the-rockefeller-foundation-spotlights-africa-led-climate-solutions-at-the-africa-climate-summit-2023/>.

The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Remarks by William Asiko at "Carbon Markets for the Global South" Plenary Event During the Africa Climate Summit; 4 set 2023 [citado 7 set 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/remarks-by-william-asiko-at-carbon-markets-for-the-global-south-plenary-event-during-the-africa-climate-summit/>.

The Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. African School of Regulation Launches During African Climate Summit; 5 set 2023 [citado 7 set 2023]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/african-school-of-regulation-launches-during-african-climate-summit/>.

Foundation Gates. Our I-director agriculture development, @EnockChikava shares how #ACS23 is a moment to, "move decisively toward a climate-resilient food future." #COP28 <https://t.co/Hjzv52ubpj> [Internet]. Twitter; 2023 [cited 2023 Sept 7]. Available from: <https://twitter.com/gatesfoundation/status/1698345446564102584>

FIND. New paper: "Impact of a multi-disease integrated screening and #diagnostic model for #COVID19, #TB, and #HIV in #Lesotho" by Bulemba [...]. 5 set. 2023b. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://twitter.com/FINDdx/status/1698974281604944112?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

FIND. AMR World Congress 2023 - FIND. 8 set. 2023a. Disponível em: <https://www.finddx.org/what-we-do/events/amr-world-congress-2023/>. Acesso em: 8 set. 2023.

GLOBAL FUND. O Japão é um líder global na luta para #EndTB e construir sistemas mais fortes para a saúde. Membros da [...]. 8 set. 2023d. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1699819429192778124?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

GLOBAL FUND. Community & civil society organizations are critical to ensuring lifesaving services reach the most vulnerable. Members of Japan's @FGFJ_en Diet [...]. 8 set. 2023c. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1700111384971801043?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

GLOBAL FUND. The @GlobalFund -India Summit opens today, bringing together private sector partners, government leaders and global health experts to discuss India's [...]. 29 ago. 2023. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1696357042104016930?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

GLOBAL FUND. With its strong pharmaceutical sector, digital health innovations and commitment to ending TB, #India is poised to continue driving change [...]. 29 ago. 2023b. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1696364592853610558?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

GLOBAL FUND. "The success of India's pharmaceutical industry is a testament to India's growth, and it provides affordable, quality countermeasures throughout the [...]. 29 ago. 2023b. @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1696410871289741394?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

GLOBAL FUND. Global Fund Agreements Substantially Reduce the Price of First-line HIV Treatment to Below US\$45 a Year. 30 ago. 2023a. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/news/2023/2023-08-30-global-fund-agreements-substantially-reduce-price-first-line-hiv-treatment-below-usd45-a-year/>. Acesso em: 8 set. 2023.

GLOBAL FUND. "Significantly reducing the price will enable more people with MDR-TB to be treated effectively, saving lives & reducing onward infection [...]. 30 ago. 2023b. Twitter: @GlobalFund. Disponível em: <https://twitter.com/GlobalFund/status/1696898949771088309?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

FIND. To #diagnostic developers in the #AMR community: you are invited to submit your tests (both in development or commercialised) through [...]. 1 set. 2023b. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://twitter.com/FINDdx/status/1697624536919732358?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

MSF Brasil [Internet]. MSF usa técnica inovadora para ajudar a reduzir casos de dengue em Honduras - MSF Brasil; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/msf-usa-tecnica-inovadora-para-ajudar-a-reduzir-casos-de-dengue-em-honduras/>.

Gates MF. I loved speaking with women healthcare workers from @pakfightspolio this week. it is so important to make sure their expertise, solutions and wishes for the future are front and center in the effort to reach every child with vaccines and #endpolio.<https://t.co/30naqrqub2> pic.twitter.com/lxktuoxix [Internet]. Twitter; 2023 [cited 2023 Sept 7]. Available from: <https://twitter.com/melindagates/status/1697311003669647361>

Gavi. Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. Burundi fights back against resurgent poliovirus; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/burundi-fights-back-against-resurgent-poliovirus>

Gavi. Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. Revolutionising immunisation through digital healthcare in Rajasthan, India; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/revolutionising-immunisation-through-digital-healthcare-rajasthan-india>

WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. WFPHA is honored to be part of the #GlobalHPVConsortium [Internet]; 5 set 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: https://twitter.com/WFPHA_FMASP/status/1698965834058657817.

IFA International Federation of Ageing. Health literacy and education improvements for vaccination are needed in the Czech Republic [Internet]; 29 ago 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1696493198137344210>

FIND. We are happy to see researchers quantifying the #diagnosticgaps for #NCDs. Check out this new paper, "Diagnostic testing for #hypertension [...]. 29 ago. 2023. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://twitter.com/FINDdx/status/1696451645457019390?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

FIND. Last week, the Digital Health Applied Research Centre @DiscoverJKUAT launched a #UniversalHealthCoverage tracker - an #excel based #datacollection platform integrating diagnostic [...]. 29 ago. 2023a. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://twitter.com/FINDdx/status/1696548777992056844?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

FIND.  New paper: "Toward 70% #cervicalcancer screening coverage: Technical challenges and opportunities to increase access to human papillomavirus #(#HPV) testing" [...]. 1 set. 2023c. Twitter: @FINDdx. Disponível em: <https://twitter.com/FINDdx/status/1697641401058570642?s=20>. Acesso em: 8 set. 2023.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. **Rohingyas em Bangladesh:** necessidades médicas aumentam, mas financiamento permanece estagnado - MSF Brasil. 4 set. 2023. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/rohingyas-em-bangladesh-necessidades-medicas-aumentam-mas-financiamento-permanece-estagnado/>. Acesso em: 9 set. 2023.

MSF Brasil [Internet]. Colômbia/Panamá: "A fronteira de Darién está tão perigosa como sempre foi" - MSF Brasil; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/colombia-panama-a-fronteira-de-darien-esta-tao-perigosa-como-sempre-foi/>.

Gavi. Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. "Every youth's right to have a child when they're ready": Lesotho grapples with high rates of teen pregnancy; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/every-youths-right-have-child-when-theyre-ready-lesotho-grapples-high-rates-teen>

Gavi. Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. Patriarchal traditions undermine healthcare in Nigeria; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/patriarchal-traditions-undermine-healthcare-nigeria>

Gavi. Gavi, the Vaccine Alliance [Internet]. Our "One Gavi" mindset can help us meet three urgent goals; [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/our-one-gavi-mindset-can-help-us-meet-three-urgent-goals>

WellcomeTrust. Zoom [Internet]. Welcome! You are invited to join a webinar: Webinar for Wellcome's Mental Health Award: Understanding how anxiety- and trauma-related problems develop, persist and resolve. After registering, you will receive a confirmation email about joining the webinar.; [citado 7 set 2023]. Disponível em: https://wellcome-org.zoom.us/webinar/register/WN_Gu4zprWJTQq63p-AoKtGwQ#/registration

IFMSA. International Federation of Medical Students Associations [Internet]. [#SuicidePrevention](#) is a global effort! 08 Sept 2023. [citado em 08 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1700191202484613225>

G2H2. Geneva Global Health Hub [Internet]. Undue influence? Anonymous donations to World Health Organization's new foundation raise concerns; 24 Jul 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/ellenthoen/status/1683417740516753411>

G2H2. Geneva Global Health Hub [Internet]. Virchow Prize: cementing commodification, coloniality and biomedical reductionism in global health? [Internet]; 4 ago 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/Rvandepas/status/1687507843862208514>

SHEM – Sustainable Health Equity Movement [Internet] Sustainable health equity: achieving fair health outcomes for all, including future generations. 28 Aug 2023 [citado 8 set 2023] Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1696222341846421819>

SHEM – Sustainable Health Equity Movement [Internet] Can we prepare for a new pandemic?. 06 Sept 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1699532362835513348>

International Hospital Federation. IHF [Internet]. The explosive growth of #DigitalHealth technologies; 07 Sept 2023 [citado 08 set 2023]. Disponível em: https://twitter.com/IHF_FIH/status/1699811977059598542.

BERG, Ryan C.; POLO, Emiliano. The Political Implications of Mexico's New Militarism. 5 set. 2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/political-implications-mexicos-new-militarism>. Acesso em: 7 set. 2023.

HSU, Emma. **Manufacturing beyond Shores: The Taiwanese Checklist Approach to Intellectual Property Protection.** 6 set. 2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/manufacturing-beyond-shores-taiwanese-checklist-approach-intellectual-property-protection>. Acesso em: 7 set. 2023.

MOURADIAN, Catharine. **The Fall 2023 Geoeconomic Agenda: What to Expect.** 6 set. 2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/fall-2023-geoeconomic-agenda-what-expect>. Acesso em: 7 set. 2023.

World Public Health Nutrition Association. WPHN Congress 2024[Internet].; 08 Sept 2023 [citado 29 aug 2023]. Disponível em: https://twitter.com/IHF_FIH/status/1699811977059598542

EMORY UNIVERSITY. Video Conferencing, Web Conferencing, Webinars, Screen Sharing. 4 set. 2023. Disponível em: https://emory.zoom.us/webinar/register/WN_A7CSJ_LhRYiRr5w4cpeRbQ#/registration. Acesso em: 9 set. 2023.

WFPHA | World Federation of Public Health Associations [Internet]. World Federation of Public Health Associations W. Webinário "Alocando financiamento sustentável para sistemas de saúde resilientes: um sonho distante?" [Internet]; 6 set 2023 [citado 8 set 2023]. Disponível em: https://twitter.com/WFPHA_FMASP/status/1699338049866301723.

5TH Africa Regulatory Conference | Together for patients - Transforming the regulatory ecosystem in Africa | International Alliance of Patients' Organizations. Disponível em: <https://www.iapo.org.uk/node/15622> . Acesso em: 8 set. 2023.

People's Health Movement. Hacia el reconocimiento de la Medicina Ancestral y el saber popular [...] [Internet]. 2023 Au 30 [cited 08 Set 24]. Twitter: @PHMglobal. Available from: <https://twitter.com/PHMglobal/status/1696923179028037745>

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional como cúpula da anti democracia neoliberal

The World Bank and the International Monetary Fund as the summit of neoliberal anti-democracy

Rafaela Venturella De Negri

Armando De Negri Filho

Abstract. *In this present inform we work upon the institutions of the International Monetary Fund and of the World Bank. We do so from an anti colonial perspective stated by civil organizations around the globe, which in this last month produced a series of documents questioning how in fact the policies offered and imposed by these international financial mechanisms deal with our imperative contemporary challenges, such as global public health, climate change and social development.*

Keywords: *International Financial Institutions. Global Health. Financial Justice.*

Resumo. Neste presente informe trabalhamos com as instituições do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Fazemos isto a partir de uma perspectiva anticolonial proposta por organizações civis de todo o mundo, que neste último mês produziram uma série de documentos questionando como de fato as políticas oferecidas e impostas por estes mecanismos financeiros internacionais lidam com os nossos desafios contemporâneos urgentes, como a crise global saúde pública, alterações climáticas e desenvolvimento social.

Palavras-chave: Instituições Financeiras Internacionais. Saúde Global. Justiça Financeira.

A Contra-Cúpula

Este ano as instituições Banco Mundial - World Bank, WB - e Fundo Monetário Internacional - International Monetary Fund, IMF - completam 79 anos. Foram criados a partir dos acordos do final da Segunda Guerra Mundial para reconstrução do mundo e da economia mundial e aprofundados nos acordos Bretton Woods. Pela segunda vez desde sua criação, a reunião anual destes mecanismos será no continente africano; Marrakech irá receber a reunião na primeira quinzena de outubro. Como resposta à cúpula e às políticas notoriamente neocoloniais, neoliberais e austeras dos dois, o movimento Counter Global Social Movements organizou um evento na mesma data, de 12 a 15 de outubro, a “contra-cúpula”, como protesto à “ditadura financeira” das instituições citadas. A ação e seu manifesto destacam como o IMF e o WB são instituições profundamente não democráticas, coloniais e como suas ferramentas neoimperialistas servem apenas aos países mais ricos, marginalizando os países do Sul e os países periféricos do próprio Norte, ignorando os avisos do desequilíbrio climático sob uma capa de altruísmo e falso desejo de cooperação, enquanto enriquecem com a propagação e manutenção de uma estrutura que se sustenta da pobreza mundial. - <https://attacmaroc.org/>

“Nós, os movimentos sociais e climáticos, os sindicatos, as organizações de mulheres e pequenos agricultores, os povos indígenas, as organizações não governamentais e os cidadãos do mundo, apelamos e participamos na organização da Cúpula dos Movimentos Sociais em Marraquexe para contrariar a cúpula da hegemônica ordem mundial.

A nossa contra-cúpula será uma oportunidade para demonstrar caminhos alternativos aos seguidos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, para construir ligações entre nós e, assim, fortalecer os nossos movimentos, especialmente à luz da próxima 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP28). A nossa contra-cúpula será também uma oportunidade para discutir, a partir da perspectiva das pessoas, as dificuldades que enfrentamos atualmente: dificuldades econômicas e ambientais, dificuldades relacionadas com a inflação, dificuldades de opressão e discriminação racial e de gênero. Certamente, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e os seus aliados têm responsabilidade histórica por todas estas dificuldades.

É hora de gritar alto e forte: 80 anos de ditadura financeira que perpetuou e apoiou a opressão dos povos do Sul pelos governantes do Norte, basta! Mais de 500 anos de pilhagem da natureza e dos povos do Sul em nome dos interesses ocidentais, basta! Chegou a hora de a soberania dos povos prevalecer sobre os lucros das empresas multinacionais, dos governos e das pessoas ricas do mundo.

É hora de nos levantarmos e tecermos redes de luta e alternativas para lançar as sementes de uma sociedade em que prevaleçam a propriedade pública comum, o respeito pelas fronteiras do planeta, a soberania alimentar, o clima e a justiça social. Nós, os povos, seremos os donos das decisões do nosso futuro e rejeitaremos o que o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e os seus aliados nos querem impor. O sol da sua colonização ideológica se pôs!

É hora, então, de lhes dizermos: se vocês se recusarem a cancelar as nossas dívidas, nós as absolveremos. Porque as verdadeiras dívidas são as dívidas dos governos e das empresas multinacionais, as suas dívidas históricas, climáticas, ambientais e sociais para com os povos, especialmente os povos do Sul!

É hora de perceber a verdade e estabelecer ligações com as lutas populares, ecofeministas e anti-racistas, com as lutas das mulheres agricultoras e dos povos indígenas, e com todos os desprivilegiados e afetados pelo sistema capitalista destrutivo do clima.

Temos fé que o octogésimo aniversário da fundação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional no próximo ano não será uma celebração, mas sim uma estação para forçá-los a pagar as suas dívidas históricas aos povos, e atirá-los, como pilares da capital, na lata de lixo da história.”

O manifesto da Contra-Cúpula expõe as operações corruptas das instituições financeiras e como elas tem - desde sua criação - servido e obedecido ao capital, seja na forma de Estados neoliberais, multinacionais, bancos ou super ricos; e como o capital ainda conta com o neoimperialismo - junto da marginalização do sul e dos corpos não dóceis e do machismo - para se manter como dominante. O IMF e o WB servem, então, como ferramentas de espólio e exploração, adequando suas regras, leis e “conselhos” às necessidades urgentes do neoliberalismo - como vemos na mudança do modelo keynesiano para o laissez-faire, antigamente, e como vemos no balanço entre abertura econômica, austeridade e proteções: os modelos “corretos” e suas narrativas vêm e vão conforme as adequações necessárias para o

funcionamento do capitalismo e, por funcionamento, queremos dizer para a melhor extração de riqueza, recursos e poder do sul para o norte global.

O Sul não é pobre, ele é historicamente empobrecido

Esses dados são ecoados por duas entrevistas tecnicamente recentes - 2022 - https://www.youtube.com/watch?v=6RF5vx1W_kk - e 2019 - <https://newsocialist.org.uk/utsa-patnaik-interview/> - da economista marxista Utsa Patnaik, que nos explica como o capitalismo usa do neoimperialismo industrial e mercantil para transferir riquezas - como faziam por escambo as metrópole nos séculos 16 e 17 - pressionando países para mudarem suas políticas internas e seguirem as políticas externas das instituições financeiras - créditos ao seguir certas “recomendações”, exclusão dos negócios internacionais por recusas e a construção de uma narrativa de antidemocráticos - assim é construído um sistema que serve aos ricos.

O mesmo tópico aparece no documentário “The Spider’s Web: Britain’s Second Empire”, no qual é exposto o esquema de contas e transferências “offshore” montadas por banqueiros e ricos londrinos ao perceberem a queda eminente império colonial e do modelo imperialista britânico: a tomada de riquezas direta do sul pela dominação imperial tradicional seria cortada, mas novos caminhos foram construídos e perduram até hoje. Foi montada uma rede entre famílias ricas, advogados e bancos a fim de manter os interesses comerciais britânicos vivos, seguros e ativos.

É possível ver o documentário, com subtítulos, aqui:
https://www.youtube.com/watch?v=np_ylvc8Zj8

Essa nova forma de controle e transferência de riquezas marca um novo estilo de controle financeiro, particularmente articulado no pós Segunda Guerra Mundial, com a necessidade de novos sistemas de dominação estrutural. O documentário “Princes of the Yen - Central Banks and the Transformation of the Economy” baseado no livro e produção acadêmica de Richard Werner - <https://www.youtube.com/watch> - explora a caminho percorrido pela dominação norte-americana para verter o sistema econômico do Japão ocupado num livre-mercado com bancos - antes voltados para guerra- abertos ao capital estrangeiro e ao comércio exterior. Os bancos centrais - o japonês sendo administrado por um ex-general apontado pelos Estados Unidos - se voltam para os interesses neoliberais dos países ricos e *new dealers* se tornando totens das narrativas neoimperialistas e mecanismos financeiros, capazes de causar “mudanças sociais, econômicas e políticas”. Essa é, talvez, a marca mais importante da transformação e do caminho do capitalismo industrial até sua nova forma de capitalismo financeiro: a especulação monetária legalizada e personificada pelos bancos - centrais ou internacionais. Os Bancos Centrais passam a ocupar o espaço de reforçadores das leis internacionais de neoliberalismo, de livre mercado e de Estado mínimo, avessos à universalidade pública de um Estado provedor e protetor, ligados a medidas de austeridade para conter seus erros - 1929, 1980, 2008 - enquanto lucram com o desespero social do empobrecimento, com decisões quase ditatoriais e anti sociais sobre hipotecas, juros e inflação, sendo blocos base no firmamento da financeirização dos bens comuns. Se fôssemos usar uma metáfora dos decimais, os bancos nacionais seriam a dezena que - combinada com as outras - forma a centena internacional do sistema financeiro neocolonialista, seguindo os infames discursos e narrativas dos mecanismos do IMF e do WB.

A dívida externa: a gangrena secular do IMF e do WB

O papel central do IMF e do WB na exploração do sul fica ainda mais claro ao analisarmos suas políticas de cobrança de Dívida Externa. Quando em papel de credor, são inflados por condicionalidades - Washington Consensus não ficou na década de 90 - de empréstimo, pagamento e crediário.

Exemplo disso - além dos muitos já citados em outros informes, como a Zâmbia, país que, como mostrado na última quinzena, usa metade de seu orçamento interno para quitar sua dívida com as instituições - é o Sri Lanka. Um grupo de 82 sindicatos de trabalhadores se juntou para redigir uma carta endereçada ao Conselho Executivo do IMF criticando seu programa de reestruturação da Dívida no mundo e no Sri Lanka pós COVID-19 e o categorizando como um “ataque ao sistema de seguridade social e aos trabalhadores” que ainda estão a se recuperar da pandemia, criticando como as instituições financeiras recorrem à divisão de ônus e fazem os países empobrecidos pagarem pelos erros neoliberais cometidos vez após outra - como a WTO fez em 2008, ao chamar os países em desenvolvimento para “colaborar” com a reconstrução do sistema econômico internacional após a crise causada por especulações descontroladas dos países ricos e seus sistemas financeiros.

“Aos Membros do Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional,

O programa do FMI no Sri Lanka está a devastar a população comum do Sri Lanka, especialmente os mais vulneráveis e marginalizados entre eles. Os trabalhadores começaram a sentir o impacto do acordo do Mecanismo de Financiamento Alargado do FMI com o governo ilegítimo do Sri Lanka quando o regime do presidente não eleito Ranil Wickremasinghe começou a reformar radicalmente as políticas econômicas e sociais no Sri Lanka, particularmente a energia e a segurança social, para se qualificarem para novos empréstimos do FMI e do Banco Mundial. O desmantelamento das políticas de segurança social ganhou velocidade com a proposta de submeter o Fundo de Previdência dos Empregados (EPF) e o Fundo Fiduciário dos Empregados (ETF), as únicas poupanças dos trabalhadores no Sri Lanka, à reestruturação da dívida interna. Embora a prioridade imediata para a sustentabilidade da dívida seja a redução da dívida externa do Sri Lanka, o Ministro das Finanças do Sri Lanka e o Banco Central do Sri Lanka estão empenhados na reestruturação da dívida interna para convencer os credores privados estrangeiros de que estão a ser tratados em pé de igualdade com os credores nacionais. O FMI e o Banco Mundial sancionaram este ataque à segurança social dos trabalhadores do Sri Lanka que ainda sofrem com o devastador impacto socio econômico da crise global da COVID-19.

Seguindo as recomendações delineadas no Relatório do Corpo Técnico do FMI, o Governo do Sri Lanka aumentou as tarifas de eletricidade em 165% entre Junho de 2022 e Fevereiro de 2023. O Governo fundamentou estas reformas, conforme mandatado pelo FMI, para alcançar preços de mercado para o setor energético em Sri Lanka, reduzir a dívida do Conselho de Eletricidade do Ceilão e preparar o caminho para a entrada de intervenientes do setor privado. Além de reduzir o limiar do imposto direto sobre o rendimento para roubar às famílias da classe média baixa uma parte maior do seu pacote de pagamentos mensais, os impostos indiretos regressivos (IVA) quase duplicaram para 15% entre Junho e Setembro de 2022. Como resultado, as camadas mais pobres da população suportam hoje o fardo dos impostos. A inflação alimentar disparou para quase 95% em Setembro de 2022. Com a inflação global de 57% no final do ano passado, os salários reais caíram quase 50%. O Banco Mundial estima que 500.000 empregos foram perdidos em 2022. Neste contexto, o Governo substituiu o regime de proteção social

Samurdhi pelo Aswasuma, um novo regime de transferência de dinheiro para reduzir o número de pessoas elegíveis para assistência pública.

Neste contexto de maior precariedade e aumento do desemprego, um governo demasiado assustado para realizar eleições livres e justas está a embarcar na reestruturação da dívida interna (DDR). O Governo decidiu que o fardo da redução da exigência de serviço da dívida do PIB em 0,5% deveria ser suportado pelos fundos de pensões, incluindo o Fundo de Previdência dos Empregados (EPF) e o Fundo Fiduciário dos Empregados (ETF), que é a única poupança disponível para uma maioria dos trabalhadores. Queremos realçar que muitos contribuintes do EPF e do ETF auferem salários abaixo do limite inferior do rendimento tributável, mas os seus fundos de pensões pagam os mais elevados impostos sobre as sociedades no Sri Lanka. Sujeitar os seus fundos de pensões ao DDR diminuirá os retornos para os assalariados e esgotará o fundo para metade do seu valor atual. Sendo testemunhas dos inúmeros desastres que as reformas do FMI e do Banco Mundial tiveram sobre os trabalhadores no Sri Lanka, apelamos à atenção para o impacto catastrófico que o DDR teria nos benefícios da reforma e nos padrões de vida dos trabalhadores com baixos salários.

À semelhança dos exemplos anteriores de reformas, o Governo afirma que o DDR é uma pré-condição para a reestruturação da dívida externa, especialmente com os credores privados detendo a maior parte da dívida externa do Sri Lanka. O Governo afirma que os credores privados exigiam tratamento igual caso aceitassem uma margem de avaliação de 30%. Mais uma vez, notamos o óbvio para os árbitros do sistema financeiro e económico global. A dívida em dólares não é comparável à dívida em rúpias. Os fundos de pensões dos trabalhadores com baixos rendimentos não são comparáveis aos dos maiores especuladores dos mercados de capitais. Supõe-se que a dívida em dólares tenha rendimentos mais elevados e, portanto, riscos mais elevados. A dívida em rúpias tem um rendimento menor, portanto o risco deveria ser menor. No entanto, os detentores de obrigações privadas internacionais apoiados pelo FMI e pelo Banco Mundial transferiram convenientemente os riscos da sua dívida odiosa para o povo do Sri Lanka, mantendo os ganhos para si próprios.

Embora o povo do Sri Lanka esteja a protestar contra reformas injustas, incluindo o esgotamento dos fundos de pensões, o FMI optou por ignorá-las e reivindicar a “compra popular” do pacote de reformas económicas. As reformas apoiadas pelo FMI desintegraram a sociedade do Sri Lanka. A desnutrição aumentou. O impacto que estes anos terão na saúde dos nossos filhos é inimaginável. As casas não têm eletricidade nem água canalizada. O abandono escolar aumentou. As ruas estão lotadas de moradores de rua. O uso de drogas aumentou. A crise de saúde mental está atingindo um ponto crítico. Há um êxodo em massa de pessoas qualificadas do Sri Lanka porque o Sri Lanka não é mais um país onde as pessoas conseguem sobreviver até mesmo com o mínimo necessário.

O seu programa de reestruturação da dívida está paralisando os trabalhadores do Sri Lanka que dirigem a nossa economia e criam valor na nossa sociedade. As reformas económicas que nos impôs, sem refletir nas consequências negativas das reformas anteriores promulgadas ao longo de 16 intervenções do FMI, estão a esmagar a nossa economia. Privados de trabalhadores qualificados, a nossa maior força, estamos simplesmente a alimentar um sistema financeiro que continua a enredar mais países como o Sri Lanka e mais pessoas como as massas do Sri Lanka.

Estamos indignados com os crimes económicos e sociais que o governo do Sri Lanka e os credores internacionais estão a cometer contra os trabalhadores e os pobres do nosso país. Você

está ajudando e incentivando esses crimes. Portanto, agora consideramos você responsável pela calamidade que nos causou. 31 de Agosto de 2023”

Um outro exemplo dessas políticas de perpétua desestabilização econômica e de constante transferência financeira do sul para o norte, é o que foi intitulado de “A armadilha da dívida dos combustíveis fósseis” dentro da qual países do sul global são forçados a investir no desenvolvimento e fabricação de combustíveis fósseis como modo de pagar suas dívidas externas, como mostra o relatório de mesmo nome. - <https://debtjustice.org.uk/wp-content/uploads/2023/08/Debt-Fossil-Fuel-Trap-Report>

“(O relatório) fornece evidências de uma armadilha de dívida e de produção de combustível fóssil em que os países dependem das receitas dos combustíveis fósseis para pagar a dívida, e as receitas previstas provenientes dos combustíveis fósseis são muitas vezes super inflacionadas e exigem grandes investimentos para alcançar os retornos esperados, levando a maiores dívida, corroendo o desenvolvimento a longo prazo e causando resultados devastadores, danos ambientais e humanos. Assim, não só muitos desenvolvimentos de combustíveis fósseis nos países do sul global causam problemas humanos e danos ambientais, eles também não fazem sentido econômico e deixam muitos países financeiramente pior, mais endividados e ainda mais dependentes da exploração de combustíveis fósseis do que eram antes. Os governos do Sul Global não conseguirão

eliminar gradualmente a produção de combustíveis fósseis, a menos que se abordem esses níveis de dívida prejudiciais e as vulnerabilidades e as desigualdades embutidas na dívida e nos sistemas financeiros existentes.”

O relatório também explora como a “escolha” de explorar combustíveis fósseis e recursos naturais são uma consequência direta do imperialismo e da posição das colônias em relação às economias das metrópoles: https://debtjustice.org.uk/wp-content/uploads/2023/08/Debt-Fossil-Fuel-Trap-Report_2023.pdf

“Contexto: as raízes coloniais ‘armadilha da dependência de commodities’

A dependência global dos países do sul em combustíveis fósseis situa-se em um contexto mais amplo de exportação de commodities, dependência que remonta ao colonialismo.

Sob o domínio colonial europeu, as economias de muitos países foram transformadas para se concentrarem na exportação de matérias-primas como combustíveis fósseis, metais e culturas comerciais para alimentar o crescimento das indústrias que ocorre em toda a Europa.

A falta de recursos (muitos dos quais foram, e continuam a ser saqueados pelas antigas potências coloniais) e as desigualdades agravadas no comércio global, sistemas fiscais e financeiros significaram que para muitos países do sul global, tem sido quase impossível diversificar as economias da exportação de commodities e (fugir) da dependência. Além disso, as potências globais do norte, especialmente o Norte Global dominam instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, encorajaram e aplicaram ativamente a dependência contínua da exportação de commodities nos países do Sul global através, por exemplo, financiamento direto ou condições associadas a empréstimos empurrando uma prescrição de política baseada em modelos de desenvolvimento extrativo que vê os recursos naturais, incluindo combustíveis fósseis, como uma oportunidade fundamental para o crescimento econômico e desenvolvimento. Uma promessa que não só não se materializa, mas também causa danos ambientais e humanos significativos.

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) delineou que estratégias econômicas equilibradas são mais adequadas do que o desenvolvimento liderado pela exportação para alcançar a sustentabilidade econômica, uma mensagem ecoada por muitas organizações da sociedade civil. A dependência da exportação de commodities significa economias vulneráveis, suscetíveis a choques como a volatilidade no preço dos bens no mercado global. Está associado a níveis de rendimento mais baixos do que os países com economias diversificadas e normalmente cria empregos menos qualificados, de longo prazo ou bem remunerados do que outros setores. (...)

Esta história de exploração, pilhagem, extração e a desigualdade é um pano de fundo importante para entender os países do sul global e as relações com a exploração de combustíveis fósseis, ciclos contínuos de endividamento, elevados riscos climáticos e fragilidades econômicas e perspectivas de desenvolvimento.”

O relatório também traz 4 aspectos da relação entre dívida e a produção de combustíveis fósseis:

1. Como a dívida limita os recursos para a transição para energia limpa
2. A armadilha que dá nome ao relatório: como os países em dívida precisam de um projeto de exportação lucrativo para pagar a dívida que está em moeda estrangeira; e o próprio funcionamento dos contratos de dívida
3. Os países e instituições do norte global estimulam a produção desses bens
4. Os próprios projetos de produção de combustíveis geram um aumento da dívida

A financeirização do mundo afeta a saúde e o Estado: os dois estão à venda

Junto das armadilhas da dívida, da venda da narrativa dos bancos de inflação e hiper especulação, está a financeirização do Estado e de seus serviços, entendidos como mercadorias passíveis de venda - mesmo que esse modelo seja comprovadamente danoso para as pessoas, para a sociedade e para o planeta:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/08/31/o-experimento-libertario-que-terminou-em-tragedia-nos-eua.ghtml>

Mencionado anteriormente neste informe, a periferia do norte global também é afetada pelo empobrecimento sistemático, como mostra o texto de Nicoletta Dentico sobre a precarização crescente do sistema de saúde italiano, que está a se igualar com aquele em países empobrecidos - a diferença entre enriquecidos e empobrecidos não é singularmente geográfica, mas uma divisão de produção e projeto de subdesenvolvimento para certas partes e populações do planeta - <https://sbilanciamoci.info/chiamiamola-privatocrazia-sanitaria-una-cancrena/>

“O caminho da privatização da saúde na Itália regressou em grande estilo após a curta pausa pandêmica, sem encontrar quaisquer obstáculos. A situação atingiu níveis mais do que alarmantes: pelo menos 60% dos fundos públicos acabam em mãos privadas, em particular para a aquisição de serviços médicos e farmacológicos; mais de 50% das instituições de cuidados de saúde para doenças crônicas são privadas, tal como mais de 80% das instituições residenciais de cuidados de saúde. O Observatório GIMBE calculou mais de 12 mil milhões de desperdícios e ineficiências, absorvidos pela sobre e subutilização dos serviços de saúde, com serviços que são prestados na ausência de uma coordenação adequada, com crescentes desigualdades de acesso entre regiões, dentro das mesmas regiões (entre áreas urbanas e rurais), entre populações carenciadas, com pouca uniformidade de protocolos, segmentação da gestão administrativa a

que se associam de tempos a tempos fenômenos recorrentes de desinvestimento e re-afetação de recursos (financeiros e humanos). (...)

Este cenário produziu danos incalculáveis e entregou a saúde pública ao setor social privado (o que a tornou uma... crônica falta de financiamento para a saúde pública - uma metástase para a qual governos de todas as cores políticas contribuíram com grande espírito de continuidade); tem sido combinada com a falta de planejamento e com a ausência substancial de um diálogo social capaz de envolver as realidades afetadas pela sociedade civil. Este cenário produziu danos incalculáveis e entregou a saúde pública ao sector social privado (o que a tornou um projeto de gestão de margens crescentes) e ao lucro privado que o tornou num território de lucro sem limites. (...)

Mas a privatização progressiva dos cuidados de saúde avança em todo o mundo, a italiana é apenas a peça de um fenômeno mais amplo e global. Num magnífico ensaio publicado em 2020 com o título O Estado Privatizado (traduzido para o italiano: Privatocracia. Porque a privatização é um risco para o Estado Moderno), Chiara Cordelli explica como os processos de privatização não conduzem de forma alguma a uma redução na despesa pública global nem nas dimensões do Estado, onde, em vez disso, ocorre uma distribuição do poder político dentro de um sistema administrativo no qual a gestão da função pública é delegada, sic et simpliciter, a indivíduos. Por outras palavras, os particulares são chamados a operar como administradores públicos e os fundos públicos acabam nas mãos de particulares, que funcionam como agentes do Estado, de modo que o Estado se transforma na sua própria essência e, em última análise, se torna privatizado. Com resultados desumanizantes no caso da saúde, como já acontece no hemisfério sul.

O modelo de cuidados de saúde privada está a espalhar-se como um incêndio também graças à ação das instituições financeiras internacionais, lideradas pelo Banco Mundial. Estas atribuem fundos públicos substanciais ao setor privado com o objetivo declarado de promover o desenvolvimento econômico nos países pobres, combater a pobreza e melhorar os serviços de saúde. As consequências são simplesmente chocantes, como relata com raro poder de denúncia o relatório Sick Development, resultado de uma pesquisa complexa e corajosa da Oxfam sobre a privatização da saúde na África.”

A privatização que se espalha como fogo encontra um terreno fértil, então, não apenas no Sul, mas em países interessados no corte dos custos de serviços públicos cujas agendas políticas são controladas pelo mercado e pelas grandes instituições financeiras neoliberais. Isso acarreta 3 grandes problemas na saúde já vistos nos nossos informes: um sistema de saúde cronicamente insuficiente movido por uma narrativa de inutilidade - “Veja como a saúde pública é horrível!!! Vamos privatizar tudo para garantir bom atendimento” diz o mesmo mercado que estruturalmente torna a saúde pública insuficiente - o adoecimento do corpo médico e uma população em perpétuo risco pelo combo de determinação social da saúde dentro de uma sociedade sem acesso à saúde mesmo que com um sistema público - ele está lá, mas ele não serve ao seu papel porque o fazem assim. Essa relação se escancarou de um modo medonho durante a pandemia do COVID-19 no Brasil: uma nova pesquisa da sindical Public Services International (PSI) junto das Nações Unidas - <https://outraspalavras.net/outrasaude/covid-a-condicao-social-das-mortes-de-trabalhadores-da-saude/> - mostra que dentre os trabalhadores da saúde que foram acometidos e faleceram pelo vírus, que foram 4,5 mil de Março de 2020 a Dezembro de 2021, oito a cada 10 eram mulheres, 60% não tinham contrato de trabalho e quanto menor o salário, maior o risco de se contaminar e ir a óbito - é o extrapolamento da exploração dos corpos socialmente minorados dentro da lógica de trabalho uberizado.

A natureza - cuja superexploração está ligada ao surgimento de novos vírus, patógenos e potenciais pandemias - vem sofrendo junto conosco, como mostra o documento informativo sobre as considerações finais do *Sixth Assessment Report from the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)*: estamos em meio a perdas e danos, *loss and damage* como o resultado da falta de movimentos de mitigação e adaptação suficientemente eficazes. - https://www.twn.my/title2/briefing_papers/twn/Loss%20and%20damage%20TWNBP%20Sep%202023%20Yu.pdf

“(...) as alterações climáticas induzidas pelo homem causaram perdas e danos tanto aos seres humanos como aos ecossistemas, à medida que os efeitos adversos das alterações climáticas aumentam em termos de âmbito, intensidade e frequência em todo o mundo. Emissões cumulativas desde a Revolução Industrial, esforços inadequados para reduzir os gases de efeito estufa globais e suas emissões apesar dos compromissos existentes e esforços insuficientes para empreender e apoiar ações de adaptação significaram que os limites de adaptação estão próximos ou, em alguns casos, já estão sendo excedidos, resultando em aumento de perdas e danos.

“Perdas e danos” referem-se aos impactos das alterações climáticas que resultam de mitigação ou adaptação insuficientes. Perdas e danos são o que acontece quando já não é possível adaptar-se aos impactos das alterações climáticas. Perda e danos resultam de duas manifestações principais dos efeitos adversos das alterações climáticas:

1. Eventos climáticos extremos – São perigos relacionados com o clima que ocorrem imediatamente e causam perdas e causar danos instantâneos aos países e às suas comunidades, tais como tempestades tropicais (ciclones, furacões, tufões), chuvas torrenciais, ondas de frio, secas e ondas de calor.

2. Eventos de início lento – São processos climáticos que causam perdas e danos ao longo do tempo, tais como aumento das temperaturas (atmosfera, terra e oceano), desertificação, perda de biodiversidade, terra e degradação florestal, recuo glacial, degelo do permafrost, aumento do nível do mar, acidificação dos oceanos e águas subterrâneas e salinização.”

O documento propõe uma série de movimentos - como fundos de mitigação, adaptações, ações conjuntas com os países em desenvolvimento - que podem até ser interessantes (como são os Acordos de Paris e Kyoto sob uma percepção narrativa de apontar importância e atenção internacional), mas peca ao não perceber ou sinalizar que o ato de escolher combustíveis, indústrias e meios de produção mais ecológicos não é pessoal, mas sim pesadamente moldada pelas necessidades econômicas e possibilidades de liberdade nacionais - como vimos na Armadilha da dívida.

Vozes do Sul Global: UNOSSC - G-77 - MNA - Centro Sul

Voices of the Global South: UNOSSC - G-77 - NAM - South Centre

Regina Ungerer

Abstract: *As mentioned before in previous reports, the United Nations Day for South-South Cooperation will be observed on September 12th, with the theme "Solidarity, Equity, and Partnership: Unlocking South-South Cooperation to Achieve the SDGs" with events promoted by various organizations, agencies and programs within and outside the UN. The G-77 participated in the dialogue with the UNDP administrator on the challenges facing countries in the Global South to finance their long-term development and progress in implementing the SDGs and advancing the development agenda. With the confirmation of the heads of state and government at the Havana Summit, the G-77 is ready to analyse the main challenges and central issues in the development of Southern nations, which will be discussed in the context of science, technology, and innovation as key elements for sustainable development, just days before the UNGA high-level meeting. The Non-Aligned Youth Movement is ready to participate in HRC54 by bringing the voice of young people to the discussion, and to celebrate the United Nations Day for South-South Cooperation, the Non-Aligned Youth Movement organized a panel to discuss the principles, history, and meaning of South-South cooperation, presenting youth-led partnership proposals. The South Centre will look into the negative effects of antimicrobial resistance.*

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

Resumo: Como já mencionado em informes anteriores, no dia 12 de setembro será celebrado o Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul cujo tema será “Solidariedade, Equidade e Parceria: Desbloqueando a Cooperação Sul-Sul para Alcançar os ODS” com eventos promovidos por diversas organizações, agências e programas dentro e fora da ONU. O G-77 participou do diálogo com o administrador do PNUD sobre os desafios dos países do Sul Global para financiar seu desenvolvimento a longo prazo e progredir na implementação dos ODS e avançar com a agenda de desenvolvimento. Com a confirmação dos Chefes de Estado e de Governo na Cúpula em Havana, o G-77 está pronto para analisar os principais desafios e questões centrais do desenvolvimento das nações do Sul que serão discutidos à luz da ciência, tecnologia e inovação, como elementos centrais para o desenvolvimento sustentável, dias antes da Reunião de alto-nível da UNGA. O Movimento Jovem dos não-alinhados está pronto para participar da HRC54 trazendo a voz dos jovens para a discussão e também aproveitando o Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, organizou um painel para discutir os princípios, a história e o significado da cooperação Sul-Sul apresentando propostas de parceria lideradas por jovens. E o Centro Sul vai examinar o impacto negativo da resistência antimicrobiana.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Destaques do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

12 de setembro - Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul 2023



Como já mencionado em informes anteriores, o tema do Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul de 2023 será **“Solidariedade, Equidade e Parceria: Desbloqueando a Cooperação Sul-Sul para Alcançar os ODS”** e será celebrado alguns dias antes da Cúpula dos ODS entre 18 e 19 de setembro em que se discutirá as necessidades emergentes das várias regiões e as principais prioridades para a Agenda 2030 (UNOSSOC, 1, 2023).

Para este dia, muitas organizações, agências e programas, planejaram atividades e promoveram eventos para lembrar e celebrar o dia.

Abaixo, alguns exemplos:



[UNOSSC](#)

através da Cooperação Sul-Sul. É um estudo abrangente que destaca abordagens e estratégias inovadoras para enfrentar os desafios da gestão de resíduos no Sul Global (UNOSSOC, 1, 2023).

O PNUD e o Centro Internacional de Istambul para o Setor Privado em Desenvolvimento (IICPSD) lançaram o relatório **“Aproveitando o papel do setor privado na gestão de resíduos através da cooperação Sul-Sul para a urbanização inclusiva”**. O relatório destaca o envolvimento de boas práticas lideradas pelo setor privado nas práticas de gestão de resíduos em 12 cidades do Sul Global, avaliando soluções do setor privado para o desafio da gestão de resíduos que podem ser ampliadas



O Centro de Governança da Cooperação do Ruanda em um esforço para avançar com a implementação dos ODS e da Agenda Africana 2063 no país aproveitou o **Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul de 2023** e organizou um evento para:

- ✓ Mobilizar parcerias com diversos atores para discutir o potencial da Cooperação Sul-Sul e Triangular
- ✓ Aproveitar as parcerias de CSST para alcançar a fome zero: um caso para programas de alimentação escolar local
- ✓ Capacitação institucional para a cooperação sul-sul e triangular (UNOSSOC, 1, 2023).

UNOSSC



A Agência Presidencial de Cooperación Internacional da Colombia (**APC-Colombia**) promoveu o evento **“Um olhar sobre o desenvolvimento a partir do Sul Global!”** para marcar o dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul explorando novas ideias para o desenvolvimento (UNOSSOC, 1, 2023).

UNOSSC

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Em 2023, a presidência do G-77 está a cargo da República de Cuba.

O G-77 e a China participaram de reunião da AGNU em 30 de agosto de 2023.

New York, 30 de agosto de 2023

Declaração feita pela embaixadora Nadieska Navarro Barro, da Missão Permanente de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na segunda reunião ordinária de 2023, do Conselho executivo do PNUD durante o diálogo interativo com o administrador.



<https://misiones.cu/baminrex.cu/en/un/statements/g77-statement-ambassador-nadieska-navarro-barro-permanent-mission-cuba-united-0>

De acordo com a embaixadora, o G-77 e a China compartilham de alguns itens presentes na Nota Conceitual apresentada, especialmente no que se refere aos desafios que os países enfrentam para financiar seu desenvolvimento a longo prazo e progredir na execução dos ODS. O Grupo também compartilha com o enfoque nas reformas necessárias para ajudar o Sul Global a avançar com sua agenda de desenvolvimento.

Contudo, mesmo que as lacunas de financiamento estejam identificadas, o problema é maior do que a sustentabilidade das finanças, pois refere-se à falta de recursos disponíveis para os países em desenvolvimento, como resultado da falta de cumprimento dos compromissos assumidos pelos países desenvolvidos como a disponibilidade dos 0,7% do seu PIB como Assistência Oficial ao Desenvolvimento, criada há 53 anos.

A pandemia do Covid-19 contribuiu para este desafio, pois desviou a atenção dos governos dos objetivos de sustentabilidade a longo prazo, impondo injeções de recursos sem paralelo para salvar suas economias, contribuindo ainda mais para marginalizar os ODS e reduzindo as contribuições essenciais para o PNUD e para o sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas, como um todo.

Com esta declaração, o G-77 e a China deixaram claro a necessidade de repensar profundamente os instrumentos, práticas, métricas e ferramentas financeiras atuais, para que os países cumpram com suas obrigações, já que a situação financeira falhou na sua capacidade de mobilizar capital público e privado suficiente para esse fim. Esclarecendo mais uma vez que, para o cumprimento dos ODS, será necessária uma mudança significativa na arquitetura financeira global.

Nesse contexto, a comunidade internacional deve trabalhar para reorientar o sistema dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento para catalisar uma nova geração de investimentos públicos e privados e para reforçar a rede de segurança financeira global para oferecer um acesso maior e mais equitativo ao financiamento internacional em tempos de crise, especialmente através de emissões regulares de Direitos de Saque Especiais. É também importante que haja mudanças de governança no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional para melhorar sua representatividade e legitimidade, especialmente dando voz e participação aos países em desenvolvimento; fortalecimento da arquitetura global da dívida, inclusive através de uma plataforma para o tratamento da dívida, melhorias na transparência da dívida e preservação nas agências de classificação de crédito. E finalmente é importante reforçar os quadros regulamentares para os fluxos financeiros e para as reformas fiscais globais.

Outro tema levantado pela embaixadora foi a transformação digital global que trará avanços importantes para o bem-estar coletivo, mas que ainda não é uma realidade nos países em desenvolvimento. Ela lembrou que, desde 2010, mais de 1 bilhão de pessoas passaram a ter acesso à eletricidade e mesmo assim, 675 milhões de pessoas ainda vivem sem eletricidade enquanto que 2,3 bilhões de pessoas ainda dependem de combustíveis nocivos para cozinhar.

Apesar dos progressos em anos recentes, a meta de alcançar acesso universal à eletricidade até 2030, não deverá ser cumprida, especialmente porque a pandemia do Covid-19

contribuiu para a interrupção dos esforços de eletrificação. As disparidades regionais continuam e o déficit de acesso está concentrado na África Subsaariana, onde a eletricidade está disponível para menos de metade da população.

Tal como o relatório menciona, a utilização de tecnologias digitais pode gerar muitos benefícios de desenvolvimento e devido a importância destas questões, o G-77 organizou uma Cúpula sobre ciência, tecnologia e inovação e o seu papel para enfrentar os atuais desafios de desenvolvimento.

O G-77 e a China agradeceram o trabalho do PNUD em nível nacional e os numerosos exemplos mencionados para contribuir com os esforços dos países em desenvolvimento em sua busca pelo desenvolvimento sustentável e execução dos ODS (G-77, 2023).

Do Twitter da presidência de Cuba do G-77 (@cubag77)



<https://twitter.com/cubag77>

O momento esperado da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo de membros do G-77 está chegando, em que os principais desafios e questões centrais do desenvolvimento das nações do Sul serão avaliados utilizando a ciência, tecnologia e inovação, como elementos centrais para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com o Secretário Geral da ONU, esta Cúpula será uma oportunidade para reforçar a voz dos países em desenvolvimento

sobre as questões fundamentais, esperando que juntos, possam construir um futuro justo e sustentável para todos.

O Secretário geral deixou claro que é importante que os países do Sul lutem para garantir as transformações necessárias nos sistemas internacionais para criar condições propícias para que possam enfrentar os desafios presentes e possam ser capazes de recuperar o seu desenvolvimento. Mas para tal, é preciso solidariedade internacional e relações internacionais justas.

No entanto, António Guterres pediu aos países do Sul global que adotem as suas próprias reformas para garantir uma boa governança e que mobilizem seus próprios recursos, a fim de garantir que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se tornem uma prioridade efetiva nas suas próprias políticas internas (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 1, 2023).

A Cúpula do G-77 e da China que ocorrerá em Havana entre 15 e 16 de setembro próximo, será transmitida via streaming em 3 idiomas nos canais do YouTube

- ✓ CubaG77_Espanhol - https://youtube.com/channel/UCStTLX_z1kXlev0KN3qxEQQ
- ✓ CubaG77_Inglês - <https://youtube.com/channel/UC4lTHX5u0svfaHaMy6dUCvw>
- ✓ CubaG77_francês - https://youtube.com/channel/UCu3_aRyH-IBNN3KfDKpltYw



A revista *Cuadernos de Nuestra América* do Centro de Investigação de Política Internacional (CNA_CIPCI), em sua edição mais recente, apresenta diversas análises sobre vários temas relacionados ao G-77 e à China, e à Presidência Cubana do Grupo (Cuba Presidency | G-77 + China @Cuba - 2, 2023).

Para ler o exemplar, [clique aqui](#).

As próximas reuniões oficiais agendadas do G-77 são:

47ª Reunião Anual de Ministros das Relações Exteriores do G-77	22 de setembro de 2023	New York
Terceira Cúpula do Sul	20 a 23 de janeiro de 2024	Kampala/Uganda

Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)



07 de setembro de 2023 – Reunião de Jovens Embaixadores da CARICOM para discutir atividades conjuntas e para promover o intercâmbio cultural para expandir a presença do Movimento Jovem dos Não Alinhados na região do Caribe (Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg, 1, 2023).

<https://twitter.com/namyouthorg>



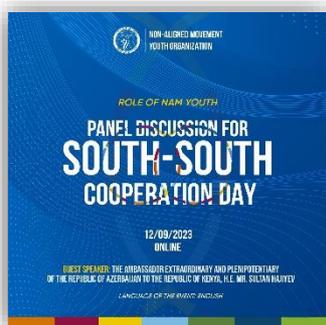
Iniciado no **dia 11 de setembro de 2023** e durante 5 semanas, os Estados-Membros que fazem parte do Conselho de Direitos Humanos, ONGs, funcionários da ONU, peritos independentes e pesquisadores discutirão uma vasta gama de questões de direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais.

A Agenda é bastante ampla em que serão apresentadas e discutidas as situações de mais de 50 países. Pela primeira vez também será apresentado o primeiro relatório que discutirá, pela primeira vez, a questão do cyberbullying contra crianças.

<https://twitter.com/namyouthorg>

Outros temas serão o ambiente e as alterações climáticas, os direitos dos povos indígenas e das pessoas de ascendência africana e o alcance do desenvolvimento sustentável

para todos. E o Movimento Jovem dos Não Alinhados estará acompanhando tudo (Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg, 2, 2023).



12 de setembro de 2013 – Aproveitando o Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, o Movimento Jovem dos Não Alinhados organizou um painel online, aberto ao público para discutir os princípios, a história e o significado da cooperação Sul-Sul e apresentaram propostas de parceria lideradas por jovens.

O objetivo do painel foi ter a possibilidade de discutir, trocar conhecimentos e motivar os jovens a se envolverem ativamente em iniciativas de cooperação Sul-Sul no mundo interligado de hoje e, em especial para os países do MNA.

O pano de fundo foi a consideração de que a cooperação é um pilar fundamental das relações internacionais, que promove a colaboração entre os países do Sul Global tudo (Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg, 3, 2023).

Centro Sul (*South Centre*)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente sobre uma ampla gama de questões relevantes para os países do Sul Global e para a comunidade global em geral, tais como desenvolvimento sustentável, alterações climáticas, cooperação Sul-Sul, financiamento para o desenvolvimento, inovação e propriedade intelectual, cooperação, acesso a medicamentos, saúde, biodiversidade, comércio, acordos de investimento, cooperação fiscal internacional, direitos humanos, gênero e a quarta revolução industrial.

O centro Sul colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Programa de Trabalho Temático do Centro Sul, 2023 a 2025

O documento descreve o programa de trabalho e as principais áreas de investigação, aconselhamento, capacitação e defesa que o Centro Sul abordará entre 2023-2025.

Espera-se que com este programa de trabalho o Centro Sul possa responder de forma eficaz dentro da sua capacidade e no contexto do seu mandato, às exigências dos seus membros e de outros países em desenvolvimento, levando em consideração a diversidade nas estratégias para alcançar o objetivo nacional e os objetivos de desenvolvimento (South Centre 1, 2023).

Para ler o documento, [clique aqui](#).



Em 20 de setembro de 2023, o Centro Sul vai promover um webinar para examinar o impacto negativo da resistência antimicrobiana (RAM) para os ODS, incluindo o **ODS-3 (Saúde e Bem-Estar)**, **ODS-2 (Fome Zero)** e **ODS-8 (Emprego Digno e Crescimento Econômico)**. O objetivo é explorar as possibilidades e as questões políticas que abordam o aumento das taxas de RAM, e ao mesmo tempo, limitando o seu impacto nos ODS,

através da perspectiva da Saúde Única.

À medida que estamos na metade do cumprimento da Agenda 2030 e dos ODS, é importante buscar novas abordagens para acelerar o progresso. Com a constatação de que de 12 dos 17 ODS estão atrasados ou foram revertidos pela RAM, é necessário um estudo mais profundo sobre o impacto da RAM (Twitter South Centre @South_Centre. 1, 2023).

Referências

- UNOSSC. 1. South-South Cooperation Day 2023 [INTERNET]. Disponível em: <https://unsouthsouth.org/south-south-cooperation-day-2023>. Acesso em 11 de ago 2023
- Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77. 1. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/CubaMINREX/status/1700539984317468966>. Acesso em: 11 set 2023
- Twitter Cuba Presidency | G-77 + China @Cubag77. 2. 2023. Disponível em: <https://twitter.com/BrunoRguezP/status/1699148845853127092>. Acesso em 11 set 2023
- G-77. Statement on behalf of the Group of 77 and China by Ambassador Nadieska Navarro Barro, permanent mission of Cuba to the UN, at the second regular session 2023 of the Executive Board of the UNDO segment – interactive dialogue with administrator (New York, 30 August 2023). [INTERNET]. Disponível em: <https://www.g77.org/statement/getstatement.php?id=230830>. Acesso em 11 set 2023
- Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 1. 11 set 2023. Disponível em: <https://twitter.com/namyouthorg/status/1700234190682239122>. Acesso em: 11 set 2023
- Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 2. 11 set 2023. Disponível em: <https://twitter.com/namyouthorg/status/1700234190682239122>. Acesso em: 11 set 2023
- Twitter NAM Youth Organization @namyouthorg. 3. 11 set 2023. Disponível em: <https://twitter.com/namyouthorg/status/1699866990075154580>. Acesso em: 11 set 2023
- Twitter South Centre @South_Centre. 1. Disponível em: <https://twitter.com/gstrategylab/status/1699836317151244430>. Acesso em: 11 set 2023
- South Centre. 1. Work Program 2023-25, 2023. [INTERNET]. Disponível em: <https://www.southcentre.int/work-program-2023-25>. Acesso em: 11 set 2023

BRICS tenta redesenhar a ordem mundial

BRICS try to reconfigure the world order

Claudia Hoirisch

Abstract. *This report aims to comment on the main points of the BRICS Leaders' Declaration, which include institutional development, partnership for inclusive multilateralism, growth, sustainable development (health) and the 13th Declaration of the Ministers of Health.*

Keywords. *Institutional development. BRICS expansion. Reconfiguring the World Order. BRICS reference currency. Conflict resolution through diplomacy.*

Resumo. *Este informe tem por objetivo comentar os principais pontos da Declaração dos Líderes do BRICS que inclui desenvolvimento institucional, parceria para o multilateralismo inclusivo, crescimento, desenvolvimento sustentável (saúde) e a Declaração dos Ministros da Saúde do grupo.*

Palavras-chave. *Desenvolvimento institucional. Expansão do BRICS. Mudança da Ordem Mundial. Moeda de referência dos BRICS. Resolução de conflito por meio da diplomacia.*

O BRIC surgiu de uma iniciativa russa quando os MRE do Brasil, Rússia, Índia e China se reuniram pela 1ª vez em 2006 às margens dos debates da Assembleia Geral das Nações Unidas. A convergência com o G20 veio rapidamente quando os países do grupo foram golpeados pela crise financeira global. Os Ministros da Fazenda do BRIC se reuniram na véspera da reunião dos Ministros da Fazenda do G20, em 2008, e um comunicado do BRIC apontava o desejo de reformar as instituições financeiras e a governança global. Os líderes do BRIC se encontraram pela primeira vez em Tóquio em 2008, informalmente durante a Cúpula do G8 e decidiram fazer uma reunião formal no ano seguinte, em Ekaterinburgo. Na Rússia, os líderes definiram uma das missões do grupo que é o de promover a reforma das instituições financeiras internacionais e de cooperar em questões prementes do desenvolvimento global¹⁸⁴.

O presidente sul-africano foi convidado a se juntar ao BRIC em dezembro de 2010 e em 2011 a África do Sul entrou no grupo, já participando da 3ª Cúpula.

O BRICS é um grupo trans regional de potências em ascensão, na maioria não-ocidentais que surgiu em resposta a demanda por governança global e a incapacidade das organizações multilaterais de responderem aos desafios atuais.

¹⁸⁴ HOIRISCH, C., 2023. Balanço dos compromissos políticos e de saúde dos países BRICS nos anos pandêmicos. *Positioning paper*.

Mas, se de início o quinteto ainda tinha esperanças de reformar o sistema multilateral, de um tempo para cá, começou a fazer novas alianças e criar instituições que pudessem resultar em um mundo multipolar. Exemplo dessas alianças, foi a realização em 2014 de um Diálogo com líderes sul-americanos com o apoio aos processos de integração sul-americanos, em particular, a Unasul¹⁸⁵ e os Diálogos estabelecidos com países não-BRICS em 2015 (líderes da União Econômica Eurasiática e OCX)¹⁸⁶ e na criação de instituições, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)¹⁸⁷ e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), em 2014¹⁸⁸.

Na visão do prof. José Luís Fiori, a invasão e a resistência russa dentro do território da Ucrânia, frente a intervenção dos EUA e os países da OTAN, já rompeu com a ordem mundial estabelecida pelos EUA e seus aliados depois do fim da Guerra Fria. Além disso, a guerra na Ucrânia acelerou a formação de uma aliança entre a Moscou e Pequim, estreitando as relações econômicas e estratégicas dos dois países. Agora, temos essa recém expansão do BRICS. O que se vê é que os EUA estão atuando de uma forma bastante reativa, frente a iniciativa militar russa e a iniciativa econômica chinesa e já se pode afirmar que a guerra na Ucrânia vem encolhendo o poder do império militar global dos EUA¹⁸⁹.

O fato é que o BRICS tem se mostrado cada vez mais intolerante em relação a todo e qualquer tipo de polarização do sistema mundial. Para se desvencilhar da polarização, optou por se expandir no espaço deixado pela perda de liderança dos europeus e norte-americanos, em especial, depois do fracasso das tentativas de convencer os países de aplicar sanções econômicas contra a Rússia. O malogro se deu porque um grupo de no máximo 40 países se alinharam aos EUA e à OTAN, o que representa uma minoria dentro do sistema ONU. O objetivo dessas sanções era isolar e enfraquecer economicamente a Rússia, mas acabou isolando o G7 e enfraquecendo a economia europeia¹⁹⁰.

Depois do que aconteceu com a Rússia, a China ficou bastante apreensiva em ser o próximo país a sofrer sanções por parte dos EUA e Europa que temem que o fornecimento de tecnologia à China possa ser usado contra eles.

Além do desenvolvimento econômico e social, o BRICS tem por objetivo ampliar a influência de seus países nas discussões políticas mundiais, se posicionando a respeito de diferentes temas, como a reforma das instituições multilaterais, a resposta à crise financeira global, a recuperação econômica, a melhoria da saúde e o combate a pandemias, a redução da pobreza, agricultura e segurança alimentar, o meio ambiente, o comércio, a segurança, entre outras áreas estratégicas.

A grande novidade da 15ª Cúpula que aconteceu de 22-24 de agosto em Joanesburgo na África do Sul foi na área de desenvolvimento institucional: em uma ampliação inédita - isso depois da primeira expansão em 2011, quando ocorreu a entrada da África do Sul-, o grupo decidiu anunciar a adesão de 6 países: Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados

¹⁸⁵ <http://www.brics.utoronto.ca/docs/140715-leaders.html>

¹⁸⁶ http://www.brics.utoronto.ca/docs/150709-ufa-declaration_en.html

¹⁸⁷ <http://www.brics.utoronto.ca/docs/140715-bank.html>

¹⁸⁸ <http://www.brics.utoronto.ca/docs/140715-bank.html>

¹⁸⁹ <https://tutameia.jor.br/novo-brics-explode-a-ordem-internacional/>

¹⁹⁰ <https://tutameia.jor.br/novo-brics-explode-a-ordem-internacional/>

Árabes Unidos como membros de pleno direito. Essa incorporação passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024¹⁹¹.

O próprio grupo original do BRICS já abrigava três das cinco economias mais ricas do mundo, em paridade de poder de compra (PPP). Depois da admissão dos seis novos membros, o BRICS+6 vai ter cerca de 36% do PIB mundial em PPP (o G7 tem 30,7% e o BRICS antes da ampliação tinha 32%), mais de 46% da população mundial, isso por si só, já mostra a importância do grupo e de sua forma ampliada. Além disso, abrigará 42% do petróleo mundial (Arábia Saudita, EAU, Irã, além de Rússia, China e Brasil), grandes produtores de grãos e alimentos (Argentina, Etiópia, China e Brasil; a Índia produz para consumo próprio), novas tecnologias (computação quântica, IA e robótica) aliada a velhas tecnologias militares, 72% dos minerais de terras raras, como o lítio que é usado em baterias de carros elétricos (Argentina, China, Brasil), 75% do manganês global e 50% do grafite mundial¹⁹².

O desejo de expandir o grupo se mostrou essencial para limitar os riscos decorrentes da fragmentação geopolítica e econômica e não há dúvidas que o movimento de expansão foi estimulado pelo conflito e pelas sanções em curso.

Existe uma dinâmica global para o uso de moedas locais e sistemas de pagamentos alternativos e, já que o grupo quer aumentar as opções de pagamento para se descolar do dólar, concordaram em estudar a adoção de uma moeda de referência do BRICS para o comércio internacional. A nova configuração do BRICS pode ajudar a acelerar a desdolarização do Sul Global^{193,194}.

Para fomentar o crescimento, reconheceram o papel do NBD na promoção da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável de seus países. Esperam que o Banco forneça soluções de financiamento mais eficazes e continue com um processo constante de expansão de seus membros^{195,196}.

A guerra na Ucrânia apontou as limitações do Conselho de Segurança da ONU. Na Declaração, defenderam o compromisso com a resolução pacífica do conflito ucraniano por meio de diálogo e diplomacia.

¹⁹¹ BRICS11, uma nova ordem mundial? A expansão como novo ponto de partida para a cooperação. 15º informe do Centro de Relações Internacionais em Saúde. https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/cadernos_cris-fiocruz_-_informe_15-23_saude_global_e_diplomacia_da_saude_pdf.pdf

¹⁹² <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/qual-e-o-tamanho-do-novo-brics-veja-em-numeros-a-dimensao-do-grupo-de-11-paises/>

¹⁹³ BRICS11, uma nova ordem mundial? A expansão como novo ponto de partida para a cooperação. 15º informe do Centro de Relações Internacionais em Saúde. https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/cadernos_cris-fiocruz_-_informe_15-23_saude_global_e_diplomacia_da_saude_pdf.pdf

¹⁹⁴ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-joanesburgo-ii-sandton-gauteng-africa-do-sul-23-de-agosto-de-2023

¹⁹⁵ BRICS11, uma nova ordem mundial? A expansão como novo ponto de partida para a cooperação. 15º informe do Centro de Relações Internacionais em Saúde. https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/cadernos_cris-fiocruz_-_informe_15-23_saude_global_e_diplomacia_da_saude_pdf.pdf

¹⁹⁶ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-joanesburgo-ii-sandton-gauteng-africa-do-sul-23-de-agosto-de-2023

Em relação à saúde, os BRICS enfrentam desafios semelhantes, incluindo a dupla carga de doenças, o acesso desigual aos serviços de saúde e custos dos cuidados de saúde cada vez maiores. Em 2011, a Diretora Geral da OMS, Margaret Chan disse o seguinte “os BRICS são reconhecidos por seu potencial de influenciar a saúde global, com (...) um grande potencial para mover a saúde global na direção certa (...) para reduzir as lacunas nos resultados na saúde e conferir maior equidade na forma como os benefícios do progresso médico e científico são distribuídos...”¹⁹⁷. E um relatório recente constatou que o apoio aos ODS terá um déficit de US\$ 17.6 trilhões a cada ano pelo restante da década¹⁹⁸.

Essa enorme lacuna exige que os doadores cumpram seus compromissos em relação aos objetivos globais, mas a triste realidade é que os países não encontrarão essa quantia adicional a cada ano para os objetivos, então nada mais lógico do que os países BRICS se voltarem para o caminho da cooperação¹⁹⁹.

Para prevenir riscos de doenças infecciosas em massa e fornecer medidas de alerta precoce e frear a disseminação nas fronteiras, os países decidiram criar um Sistema Integrado BRICS de Alerta Precoce sobre futuras pandemias e concordaram em identificar as populações vulneráveis²⁰⁰.

Os países BRICS estão enfrentando diversas emergências nos últimos anos: inundações, secas, escassez de água, crises energéticas, surtos de doenças transmissíveis, incluindo Covid-19, cólera e outras com graves consequências para a saúde. Em vista disso, recomendaram o estabelecimento de Centros de Operações de Emergência (EOCs) de Saúde, que é uma rede que vai permitir a integração dos serviços de saúde para resposta rápida a ameaças de saúde pública²⁰¹.

Para fortalecer os Sistemas de Saúde, os países pretendem criar uma plataforma comum dos BRICS para monitorar o indicador 3.8 dos ODS - Cobertura Universal de Saúde e acesso a medicamentos.

A pandemia de Covid-19 forneceu o impulso para uma aceitação do uso de tecnologias de Saúde Digital (SD) na prática. Em vista disso, o grupo concordou em promover o uso de tecnologias digitais em todos os sistemas de saúde e propuseram o estabelecimento de uma estrutura para a colaboração transfronteiriça.

Na área de saúde e CT&I, para melhorar a capacidade coletiva de prevenção, preparação e resposta a pandemias globais e combater coletivamente essas pandemias no futuro,

¹⁹⁷ WHO Director-General addresses first meeting of BRICS health ministers. Beijing, China, July 11, 2011. http://www.who.int/dg/speeches/2011/BRICS_20110711/en/index.html

¹⁹⁸ [https://www.reuters.com/business/sustainable-business/cost-hit-un-sustainability-goals-rises-176-trillion-report-2022-09-08/#:~:text=sustainability%20goals%20rises%20to%20%24176%20trillion%20%2D%20report,-By%20Simon%20Jessop&text=LONDON%2C%20Sept%208%20\(Reuters\),a%20report%20on%20Thursday%20said.](https://www.reuters.com/business/sustainable-business/cost-hit-un-sustainability-goals-rises-176-trillion-report-2022-09-08/#:~:text=sustainability%20goals%20rises%20to%20%24176%20trillion%20%2D%20report,-By%20Simon%20Jessop&text=LONDON%2C%20Sept%208%20(Reuters),a%20report%20on%20Thursday%20said.)

¹⁹⁹ <https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-14-2023>

²⁰⁰ HOIRISCH, C, 2023. XIII Reunião de Ministros da Saúde dos BRICS: Declaração da África do Sul. <https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-14-2023>.

²⁰¹ BRICS11, uma nova ordem mundial? A expansão como novo ponto de partida para a cooperação. 15º informe do Centro de Relações Internacionais em Saúde. https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/cadernos_cris-fiocruz_-_informe_15-23_saude_global_e_diplomacia_da_saude_pdf.pdf

consideram importante continuar o apoio ao Centro BRICS de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas.

O grupo decidiu fazer uma revisão estratégica das áreas temáticas de CT&I para garantir um melhor alinhamento com as atuais prioridades do grupo e lançará uma Chamada de Propostas para Projetos de CTI do BRICS em 2024.

Comprometeram-se a continuar a cooperação em Medicina Tradicional, inclusive o Primeiro Ministro indiano Narendra Modi defende que o grupo crie um repositório nessa área.

Por fim, decidiram estabelecer um Grupo de Trabalho do BRICS em Medicina Nuclear e radio farmacêutica para expandir a cooperação nesta área²⁰².

Considerações finais

O BRICS passou de um grupo essencialmente econômico para um grupo geopolítico e essa transição foi acelerada pelas relações tensas entre a China e os EUA e pela guerra da (EUA-OTAN) vs. Rússia na Ucrânia.

O BRICS precisa melhorar a cooperação em saúde, meio ambiente e transferência de tecnologia para projetos comuns. O grupo precisa se conscientizar para a necessidade de criação de instituições e espaços comuns para a pesquisa e desenvolvimento de vacinas, transferência de tecnologias, desenvolvimento de tecnologias para crescimento sustentável e transição energética, desenvolvimento de programas e políticas que possam ajudar a melhorar e aumentar a produtividade agrícola para mitigar as crises alimentares e a crise climática²⁰³.

²⁰² https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-joanesburgo-ii-sandton-gauteng-africa-do-sul-23-de-agosto-de-2023

²⁰³ Xinhua, 2023. Entrevista com a Prof. Ana Garcia. português. BRICS tem papel de equilibrar relações internacionais atuais, afirma especialista brasileira. <https://portuguese.news.cn/20230818/706c4df2e4f34802bdebb48f07145db7/c.html>

Coragem para mudar? A América Latina em busca de novas práticas políticas e econômicas

¿Coraje para cambiar? América Latina en busca de nuevas prácticas políticas y económicas

Sebastian Tobar

Miryam Minayo

Samia de Brito

Resumen. *En este informe, destacamos el 50 aniversario del golpe de Estado de Pinochet en Chile. También presentamos la conferencia de Aluísio Mercadante en la CEPAL, resaltando la necesidad de que la región actúe con coraje para impulsar su integración. Dentro del ámbito de la CEPAL, destacamos la publicación de su informe anual “Estudio Económico de América Latina y el Caribe de 2023”. Informamos también sobre las restricciones en la Hidrovía Paraná-Paraguay que han generado dificultades en la libre circulación y el origen del conflicto en torno a la Hidrovía Paraná-Paraguay. Asimismo, observamos la publicación del informe de la SEGIB sobre la Violencia Económica y Patrimonial como Violencia de Género. En el contexto de la Cumbre del G20, analizamos los desdoblamientos de la Cumbre de la Amazonía y el Acuerdo UE-Mercosur. También abordamos la XXXVI Reunión Extraordinaria de Ministros de Salud de la Región Andina, organizada por ORAS-CONHU, el lanzamiento de las Funciones Esenciales de Salud Pública en América Central y la República Dominicana por SECOMISCA y la OPS, y el taller de Implementación del Programa de Acciones Estratégicas para la gestión integrada de las aguas en la Cuenca Amazónica organizado por la OTCA y Colombia. Por último, abordamos el traspaso del liderazgo del partido gobernante en México de AMLO a Claudia Sheinbaum.*

Palabras-clave: *América Latina y Caribe. Golpe de Estado. Chile. Salud. Cooperación regional.*

Resumo. Neste informe damos especial destaque ao aniversário de 50 anos do golpe de Estado de Pinochet no Chile. Trazemos também a palestra de Aluísio Mercadante na CEPAL, ressaltando a necessidade de a região agir com coragem para impulsionar a sua integração. Ainda no âmbito a CEPAL, destacamos a publicação de seu relatório anual “Estudo Econômico da América Latina e do Caribe de 2023”. Informamos também sobre as restrições na Hidrovia Paraná-Paraguai que têm gerado dificuldades na livre circulação e a origem a do conflito pela Hidrovia Paraná – Paraguai. Igualmente, observamos a publicação do relatório da SEGIB sobre violência Econômica e Patrimonial como Violência de Género. No âmbito da Cúpula do G20, analisamos os desdobramentos da Cúpula da Amazônia e do Acordo UE-Mercosul. Tratamos também da XXXVI Reunião Extraordinária de Ministros de Saúde da Área Andina, organizada pela ORAS-CONHU, do lançamento das Funções Essenciais de Saúde Pública na América Central e República Dominicana pela SECOMISCA e pela OPAS e do workshop de Implementação do Programa de Ações Estratégicas para gestão integrada das águas na Bacia Amazônica realizado pela OTCA e Colômbia. Por fim, abordamos a passagem do comando do partido governista no México de AMLO para Claudia Sheinbaum.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Golpe de Estado. Chile. Saúde. Cooperação regional.

50 anos do Golpe Militar no Chile

Ao meio-dia de 11 de setembro de 1973, La Moneda sofreu o atentado que marcaria o início de um regime bárbaro que durou 17 anos. Aviões da Força Aérea Chilena atacaram a sede do governo da Unidade Popular, liderados por Augusto Pinochet, para derrubar o presidente Salvador Allende.

Allende havia iniciado o seu governo em 3 de novembro de 1970 promovendo um ambicioso processo de mudanças sociais, econômicas e políticas, sendo o primeiro socialista democraticamente eleito a chegar à La Moneda. Embora tenha começado de maneira otimista, o governo Allende enfrentou desafios significativos. O Chile estava profundamente dividido ideologicamente, o contexto internacional de Guerra Fria era desfavorável e as disputas internas dentro da própria esquerda complicavam o cenário. Uma parte substancial da coalizão da Unidad Popular apoiava a ideia de seguir o exemplo de Cuba, que em 1959 havia optado por uma transformação socialista por meio de uma revolução armada.

Entre as propostas do governo de Salvador Allende estava a construção de um Estado Popular e de uma economia planificada, com maior participação do Estado em diversas áreas como a exploração do cobre, outras empresas e bancos, bem como o aprofundamento do processo de reforma agrária.

Os documentos recentemente divulgados revelam que durante o auge da Guerra Fria, a principal preocupação dos Estados Unidos em relação a Allende era a possibilidade de que seu governo socialista pudesse “se consolidar e projetar uma imagem de sucesso para o mundo”. O próprio Nixon explicou essa preocupação ao seu Conselho de Segurança Nacional em novembro de 1970. Para evitar essa situação, os registros demonstram que os Estados Unidos lançaram uma campanha para minar o governo de Allende desde sua eleição naquele ano. Operações secretas foram conduzidas na tentativa de impedir que o Congresso chileno ratificasse sua vitória.

Após a posse de Allende, os Estados Unidos continuaram a tentar enfraquecer seu governo, adotando medidas que prejudicaram a economia chilena e fornecendo apoio financeiro à oposição.

Teremos sempre a dúvida de como teria evoluído o Chile, como um dos primeiros projetos latino-americanos de transição ao socialismo. O que teria acontecido ao país se não tivesse sofrido o boicote dos poderes constituídos e a conivência de Nixon/Kinsinger no golpe de Estado.

O setor saúde durante o Governo de Salvador Allende teve uma melhoria significativa nos hospitais, além de estabelecer um importante programa de distribuição diária de meio litro de leite para cada criança.

O forte investimento nas áreas sociais gerou um crescente déficit fiscal no governo da Unidade Popular, gerando um processo inflacionário, agravado por problemas de abastecimento, entesouramento e sabotagem empresarial.

O governo de Allende teve de enfrentar a oposição do Partido Nacional, ao qual mais tarde se juntaram os Democratas-Cristãos, que no seu início apoiaram a chegada do governo socialista ao poder. Alguns sindicatos, como médicos, caminhoneiros e mineiros, também aderiram à rejeição ao governo. Apesar da instabilidade econômica e da crescente oposição, nas eleições parlamentares, de março de 1973, o partido no poder venceu as eleições. Já a opção

golpista foi ganhando força, materializando-se em 11 de setembro de 1973, marcando o fim do governo de Salvador Allende e sua morte.

A ditadura de Augusto Pinochet Ugarte produziu milhares de assassinatos, desaparecimentos, casos de torturas, estupros, apropriação de menores, exílios forçados etc., que foram judicialmente classificados como genocídio.

O cantor cubano Pablo Milanés (1976) cantou em relação ao Golpe Chileno:

*Yo pisaré las calles nuevamente
De lo que fue Santiago ensangrentada
Y en una hermosa plaza liberada
Me detendré a llorar por los ausentes*

*Yo vendré del desierto calcinante
Y saldré de los bosques y los lagos
Y evocaré en un cerro de Santiago
A mis hermanos que murieron antes*

*Yo unido al que hizo mucho y poco
Al que quiere la patria liberada
Dispararé las primeras balas
Más temprano que tarde sin reposo
Retornarán los libros, las canciones
Que quemaron las manos asesinas
Renacerá mi pueblo de su ruina
Y pagarán su culpa los traidores*

*Un niño jugará en una alameda
Y cantará con sus amigos nuevos
Y ese canto será el canto del suelo
A una vida segada en La Moneda*

Passados 50 anos desde aquele triste golpe de 1973, o atual presidente Boric reivindica o legado de Allende e as últimas palavras antes de sua morte causam arrepios em muitos de nós: *“Estas são minhas últimas palavras. Tenho certeza de que meu sacrifício não será em vão. Tenho certeza de que pelo menos será uma lição moral que punirá o crime, a covardia e a traição”*²⁰⁴

A morte de Salvador Allende não só marcou a ditadura, como também elevou a sua figura que meio século depois é elogiado, odiado e continua a dividir um país em que muitos desconhecem o que realmente aconteceu.

Durante estes dias, e por ocasião do aniversário, o atual governo chileno lançou uma série de medidas de direitos humanos, incluindo várias que visam esclarecer abusos durante a ditadura, execuções e uma longa lista de pessoas desaparecidas. Como explica Amorós (2023)²⁰⁵, *“sua memória inspira e convoca hoje muitas pessoas dentro e fora do Chile”*. Porque *“Allende foi*

²⁰⁴ Salvador Allende preferiu a morte à fuga oferecida pelos golpistas.

²⁰⁵ Amorós, Mario (2023). *“Salvador Allende. Biografía, Política, Semblanza Humana”*. Disponible en: <https://capitanswing.com/libros/salvador-allende/>. Acceso Septiembre 2023.

o presidente que liderou o caminho chileno para o socialismo, uma experiência única na história do século XX e sempre uma referência para qualquer projeto político de esquerda”, explica.

Passados 33 anos de democracia no Chile, ainda não parece haver consenso na condenação do golpe de Estado ocorrido há 50 anos. Um setor da população reivindica o golpe de Estado levado a cabo por Augusto Pinochet Ugarte, que permaneceu no poder durante 17 anos.

Em 1988, Pinochet convocou um Plesbicitio²⁰⁶ como forma de avaliar seu governo e estendê-lo por mais oito anos. Nele, embora tenha sido imposto o “NÃO”, 44% da população votou “SIM” apoiando a continuidade de Augusto Pinochet.

Nas eleições presidenciais de 2021, José Antonio Kast²⁰⁷, que lidera o partido de Pinochet, também obteve 44% dos votos. José Antonio Kast, é fundador e líder do Partido Republicano, e vencedor das eleições constituintes de maio de 2023 no Chile com mais de 35% dos votos. O candidato Kast defendeu o legado de Augusto Pinochet e se posicionou como referência da extrema direita chilena. Em 2019 fundou o Partido Republicano, que reúne militantes veteranos de direita e independentes sob uma ideologia ultraconservadora.

Garretón, M.A. (2023), referindo-se à situação no Chile 50 anos após o Golpe: *“É uma sociedade dividida em torno da única coisa que importa para um país, um consenso ético, como o direito à vida, os direitos humanos e os princípios fundamentais que rege a convivência, que é o princípio democrático expresso em uma Constituição”*

Uma consultoria chilena, Activa Research²⁰⁸, realizou um estudo chamado Pulso Cidadão sobre os 50 anos do Golpe Chileno. O estudo de opinião investiga as percepções e opiniões dos cidadãos em relação ao Golpe de Estado de 1973. Os temas estudados são:

- Percepção da comemoração do Golpe de Estado
- Percepções do Golpe de Estado de setembro de 1973
- Percepção de Augusto Pinochet Ugarte e Salvador Allende
- Olhando para o futuro

25,8% dos entrevistados afirmaram ter muito interesse na comemoração dos 50 anos do golpe militar; 17,7% moderadamente interessados, enquanto 56,5% afirmaram não estar nada interessados ou ligeiramente interessados. Ao perguntar aos entrevistados: *Quem são os responsáveis pelo Golpe de Estado de 73?* 39,6% dizem que foi Salvador Allende e seu governo; 30,8% das forças armadas; 30,6% dos Estados Unidos através da CIA; 25,2% de partidos de direita; 24,2% de partidos de esquerda; 15,5% de empresários; 10,1% da guerra fria. Chama a atenção que embora 51,3% dos entrevistados tenham uma imagem negativa de Augusto Pinochet Ugarte, há 26,4% que têm uma imagem positiva. Em relação ao futuro, 52,8% dos chilenos entrevistados afirmaram que nunca serão superadas as divisões geradas pelo Golpe de

²⁰⁶ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-54734477>

²⁰⁷ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-65522480>

²⁰⁸ <https://chile.activasite.com/pulso-ciudadano/> A amostra é de 1.076 casos com abrangência nacional e as informações foram coletadas entre 28 e 31 de agosto de 2023.

Estado de 73. Embora 76,5% sejam a favor de governos democráticos eleitos pelo voto popular, 36,8% expressam que isso pode acontecer de novo²⁰⁹.

Como pode ser visto nesta pesquisa, os chilenos não parecem ter consenso sobre o seu passado ou mesmo sobre o seu futuro. Estas contradições têm sido vividas pelo atual governo, no processo de reforma da Constituição.

Em setembro de 2022, foi promovido um processo constituinte para reformar a Constituição de Pinochet. Infelizmente, 62% dos chilenos rejeitaram a nova proposta promovida pelo Presidente Boric, constituindo uma das suas primeiras derrotas no poder. Todavia não sabemos como vai a terminar este processo, mas o governo de Boric está muito fragilizado. Um indicador desta fragilidade foi que no âmbito do aniversário dos 50 anos do golpe, tentou impulsionar um projeto que incentivou a busca de desaparecidos durante o governo militar²¹⁰, mas não conseguiu apoio político para o projeto.²¹¹

É neste contexto que o Chile marca o 50º aniversário do golpe de Estado. A atmosfera política está tensa no parlamento, onde Boric não detém maioria, e posturas extremistas do passado estão ressurgindo. O governo enfrenta dificuldades para avançar com reformas significativas, como as relacionadas à previdência e à tributação e a insatisfação da população parece aumentar progressivamente.

CEPAL: Relatório - Estudo Econômico da América Latina e do Caribe de 2023²¹²

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) apresentou, no dia 5 de setembro, seu relatório “Estudo Econômico da América Latina e do Caribe de 2023: o financiamento de uma transição sustentável: investimento para crescer e enfrentar as alterações climáticas”²¹³.

Os relatórios sobre Estudo Econômico da América Latina e do Caribe são as publicações periódicas mais antigas da Comissão, já que sua primeira edição foi apresentada em 1948, mesmo ano de sua fundação. A sua atual edição (75ª) resume o desempenho da economia regional e analisa sua evolução para este ano. Além disso, de forma excepcional, fornecerá as primeiras projeções de crescimento da CEPAL para os países latino-americanos e caribenhos em 2024.

²⁰⁹ O estudo na íntegra pode ser consultado em: <https://chile.activasite.com/estudios/pulso-ciudadano-69/>

²¹⁰ O chamado “Plano Nacional de Busca da Verdade e da Justiça” visa colaborar com as investigações de mais de 1.100 detidos e desaparecidos durante a ditadura de Pinochet. “O que fazemos hoje é uma questão de democracia porque é um ato de Estado que assume a memória de uma forma que não nos mobiliza com ressentimentos, mas antes nos mobiliza com a convicção de que a única possibilidade de construir um futuro melhor, livre e respeitoso, é saber toda a verdade”, disse o presidente durante uma emocionante cerimônia na Plaza Constitución, ao norte do Palácio de La Moneda. “A democracia é memória e é o futuro, e não pode ser uma sem a outra”. <https://www.pagina12.com.ar/583634-boric-anuncio-un-plan-de-busqueda-de-desaparecidos>

²¹¹ <https://elpais.com/chile/2023-09-11/chile-conmemora-los-50-anos-del-golpe-de-estado-de-pinochet-en-un-clima-de-gran-polarizacion-politica.html>

²¹² <https://www.cepal.org/es/comunicados/economias-america-latina-caribe-mantendran-bajos-niveles-crecimiento-2023-2024>

²¹³ <https://www.cepal.org/es/publicaciones/67989-estudio-economico-america-latina-caribe-2023-financiamiento-transicion>

O relatório prevê um cenário de baixo crescimento econômico para os países da região, com um modesto crescimento de 1,7% no PIB médio regional em 2023, seguido por uma leve queda para 1,5% em 2024. Isso é atribuído a um contexto global de baixo crescimento econômico e comércio global, juntamente com desafios fiscais devido à alta dívida pública em relação ao PIB.

Além disso, o relatório ressalta as preocupações sobre a qualidade do emprego, já que o baixo crescimento econômico pode tornar os trabalhadores mais vulneráveis, com menos proteção social e empregos em setores menos produtivos. O financiamento público e privado é identificado como essencial para impulsionar o crescimento econômico e lidar com as mudanças climáticas na região. No entanto, o relatório destaca a necessidade de aumentar o financiamento concessional e implementar políticas macroeconômicas favoráveis, considerando os altos custos de financiamento externo e interno.

Os impactos macroeconômicos das mudanças climáticas também são destacados no relatório, com estimativas indicando que, até 2050, o PIB de seis países da região poderia ser até 12% menor sem investimentos significativos em adaptação e mitigação climática. Para enfrentar esses desafios, são necessários esforços em áreas como espaço fiscal, gerenciamento de riscos financeiros, mobilização de financiamento concessional e alívio da dívida, tanto a nível nacional, regional quanto global.

CEPAL: Palestra de Aluísio Mercadante sobre “O papel dos bancos de desenvolvimento na transformação do modelo de desenvolvimento latino-americano”²¹⁴

No dia 4 de setembro, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil (BNDES), Aloizio Mercadante, realizou uma conferência na sede da CEPAL no âmbito do Ciclo de Palestras organizado para comemorar o 75º aniversário da Comissão.

Em sua fala, enfatizou a necessidade de a América Latina e o Caribe agirem com coragem para impulsionar e acelerar a integração regional. Durante uma conferência na sede da CEPAL, ele destacou a importância de uma descarbonização econômica na região para combater a crise climática. Mercadante apresentou uma visão de reposicionar a América Latina no cenário internacional em meio a uma crescente polarização global.

Ele destacou os pilares da política econômica do Brasil, incluindo uma nova política industrial, programas de crescimento e transformação ecológica. Mercadante enfatizou a importância de compartilhar essas iniciativas com outros países da América Latina e do Caribe e defendeu a revisão da agenda de integração regional. Ele destacou a importância de integrar as cadeias de valor na região e gerar alianças entre empresas para acelerar a integração econômica e comercial.

Mercadante propôs a cooperação entre Brasil, Chile, Argentina e Bolívia na exportação de baterias de lítio, em vez de apenas matéria-prima, como exemplo de criação de valor agregado na região. Ele também pediu ao G-20 que priorize a ação climática e discutiu o papel dos bancos de desenvolvimento nacionais na reindustrialização, inovação, desenvolvimento digital e transição energética. O BNDES, segundo ele, está desenvolvendo instrumentos financeiros inovadores e parcerias com outros bancos públicos e instituições regionais.

²¹⁴<https://www.cepal.org/es/comunicados/america-latina-caribe-debe-aprovechar-historica-ventana-opportunidad-reimpulsar-la>

José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da CEPAL, agradeceu a participação de Mercadante e destacou a importância histórica da relação entre a CEPAL e o BNDES. Ambas as instituições assinaram um memorando de entendimento e estabeleceram um Grupo de Trabalho conjunto para promover pesquisas acadêmicas e trabalhos relacionados ao desenvolvimento econômico na região.

Em resumo, Aloizio Mercadante enfatizou a importância da integração regional e da descarbonização econômica para enfrentar a crise climática na América Latina e no Caribe. Ele defendeu a cooperação entre os países da região, o papel dos bancos de desenvolvimento e a necessidade de escalar o financiamento para transformações econômicas e estruturais.

Restrições na Hidrovia Paraguai-Paraná geram dificuldades na livre circulação proposta pelo MERCOSUL

Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai reclamam ao governo argentino por ter implementado um pedágio “unilateral” que restringe o princípio da livre circulação estabelecido pelo Tratado de Assunção. O Tratado de Assunção, assinado o 26 de março de 1991, tem como objetivo primordial a integração dos quatro Estados-partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores de produção; do estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC); da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais; e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes.

Os governos da Bolívia²¹⁵, Brasil, Paraguai e Uruguai rejeitaram conjuntamente as medidas impostas pela Argentina, que “*restringem a navegação na Hidrovia Paraguai-Paraná*”. Os países lamentaram a implementação de uma portagem de forma “*unilateral e arbitrária*”, fora das disposições regulamentares internacionais.

A denúncia apresentada pelos países expressa “*a preocupação de que se trate de restrições à liberdade de trânsito de mercadorias estratégicas e sensíveis para um país signatário que tenha o fornecimento de combustível comprometido e possa afetar o preço do referido insumo*”.

A empresa de navegação Mercurio Group S.A. afirmou ter recebido notificação de apreensão e proibição de navegação de sua barcaça MGT-05 pela Prefeitura Naval Argentina. Além disso, mais 10 barcaças foram detidas no corredor fluvial.

O Paraguai afirmou que irá ao Tribunal Permanente de Revisão (TPR) do MERCOSUL para resolver a controvérsia com a Argentina. Como ação complementar e para sancionar a Argentina, o Paraguai decidiu retirar a energia produzida por Yacireta e que acumula uma dívida por parte do governo de Alberto Fernández (150 milhões de dólares de dívida acumula Argentina ao Paraguai)

O presidente Santiago Peña afirmou²¹⁶: “*Estamos solicitando uma arbitragem na área da hidrovia Paraguai-Paraná. Isto conta com o apoio de quatro países, não só é uma proposta do Paraguai, mas também está sendo apoiada pela Bolívia, pelo Uruguai, também pelo Brasil*”

²¹⁵ Uma dezena de câmaras empresariais reunidas na Bolívia afirmaram que a cobrança unilateral de pedágios da Argentina “poderia desencorajar o uso da Hidrovia” e pediram que a cobrança fosse rediscutida em nível conjunto. <https://www.diarionorte.com/236217-escala-el-conflicto-por-los-peajes-en-la-hidrovia-parana-paraguay>

²¹⁶ <https://www.perfil.com/noticias/politica/paraguay-pedira-arbitraje-internacional-tras-el-conflicto-con-argentina-por-el-cobro-de-peajes-en-la-hidrovia-paraguay-parana.phtml>

O anúncio do presidente do Paraguai foi feito horas depois do chanceler paraguaio, Rubén Ramírez, informar que seu país irá ao Tribunal Permanente de Revisão (TPR) do Mercado Comum do Sul (Mercosul) para resolver a polêmica com a Argentina. O anúncio de seu chanceler de ir ao TPR do Mercosul é uma medida que, em suas palavras, se baseia no Acordo de Transporte Aquaviário e Fluvial, assinado em 1992 por Argentina, Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai.

A origem do conflito pela Hidrovia Paraná – Paraguai

Os antecedentes em relação a esse conflito pela Hidrovia Paraná – Paraguai começaram em outubro de 2022, quando a Administração Geral de Portos da Argentina decidiu cobrar pedágio para a manutenção da dragagem do Rio Paraná.

A questão é regida pelo “Acordo de Transporte Fluvial da Hidrovia Paraguai – Paraná” (conhecido como “Acordo de Santa Cruz de la Sierra”), que foi assinado por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. O objetivo do Acordo de Santa Cruz de la Sierra é “estabelecer um quadro regulamentar unificado que melhore o desenvolvimento, a modernização e a eficiência das operações fluviais, facilitando assim o acesso aos mercados ultramarinos em condições competitivas” e baseia-se em princípios fundamentais como a liberdade de Navegação, Igualdade de Tratamento e Liberdade de Trânsito.

O ministro dos Transportes da Argentina, Diego Giuliano, disse em entrevista: *“Temos que defender o que a Argentina investiu durante 13 anos, não cobraremos retroativamente um peso ou um dólar. Isso vai melhorar tudo, inclusive o tráfego internacional, que terá melhores condições de navegação e segurança.”*

O presidente do Paraguai, Santiago Peña, enfrentou sérias consequências após retirar unilateralmente a energia exportada pelo Paraguai, que corresponde a Yacyretá. Ele explicou que essa decisão foi tomada para permitir uma maior disponibilidade de energia para a Argentina. A Argentina, como resultado, teve que adquirir energia do Brasil a um custo mais elevado. Peña lamentou que, apesar dos esforços para melhorar as relações e dos desembolsos do FMI, os significativos atrasos nas negociações com o Paraguai persistem, sem entender o motivo desse descumprimento.²¹⁷

SEGIB: Relatório - Violência Económica e Patrimonial como Violência de Género: Rumo à construção de estratégias de fortalecimento de direitos²¹⁸

A Iniciativa Ibero-Americana para Prevenir e Eliminar a Violência Contra as Mulheres (IPEVCM) lançou o relatório “Violência Económica e Patrimonial como Violência de Género: Rumo à construção de estratégias de fortalecimento de direitos”, que sistematiza este fenómeno, abordando as suas manifestações e enquadramentos institucionais e as estratégias de prevenção identificadas na América Latina.

O relatório, produzido com a colaboração da Secretaria Técnica da Iniciativa (IPEVCM), apoio técnico da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) e financiamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), foi apresentado

²¹⁷ <https://radiomitre.cienradios.com/politica/bolivia-brasil-paraguay-y-uruguay-piden-a-argentina-que-garantice-la-libre-navegacion-y-transito-en-la-hidrovia/>

²¹⁸ <https://www.segib.org/la-presidenta-de-la-iniciativa-iberoamericana-para-prevenir-y-eliminar-la-violencia-contra-las-mujeres-pide-que-mas-paises-se-unan-al-programa-por-los-derechos-de-las-mujeres/>

virtualmente. Destaca-se que a violência econômica e patrimonial contra as mulheres é um tipo de violência frequentemente negligenciado e difícil de identificar, mas que representa uma forma de controle sobre as mulheres para prejudicar seu empoderamento econômico.

A Presidente da Iniciativa Ibero-Americana para Prevenir e Eliminar a Violência contra as Mulheres, María Victoria Rosell Aguilar, enfatizou a importância de divulgar o conhecimento sobre a violência contra as mulheres para desenvolver políticas públicas abrangentes.

O relatório aprofunda a compreensão da violência econômica e patrimonial como uma forma específica de violência de gênero e destaca avanços, desafios e obstáculos críticos nos países ibero-americanos.

As principais recomendações incluem o fortalecimento dos marcos normativos e institucionais para promover estratégias de desenvolvimento humano das mulheres sem violência econômica, garantir o acesso eficaz ao sistema judicial, incorporar uma perspectiva de gênero em todas as estruturas estatais e sistemas judiciais, e priorizar a agenda dos cuidados para combater a VEP a nível regional.

Cúpula da Amazônia no G20²¹⁹

Na 18ª edição da Cúpula de chefes de Estado e governo do G20, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, enfatizou a necessidade de os países ricos financiarem esforços para combater as mudanças climáticas, especialmente nos países em desenvolvimento. Exaltou também a os resultados colhidos na Cúpula da Amazônia.

Ele destacou que, desde a COP de Copenhague, os países desenvolvidos deveriam fornecer 100 bilhões de dólares por ano em financiamento climático adicional aos países em desenvolvimento, uma promessa que nunca foi cumprida.

O presidente brasileiro salientou que o mundo gastou enormes quantias em armamentos, dinheiro que poderia ser direcionado para o desenvolvimento sustentável e a ação climática. Ele ressaltou a importância de agir com urgência para combater os impactos irreversíveis das mudanças climáticas, que afetam desproporcionalmente os mais vulneráveis.

Além disso, Lula mencionou os esforços do Brasil na proteção da Amazônia e na redução do desmatamento. Ele expressou o compromisso do Brasil em colaborar com outros países que têm florestas tropicais e defendeu a importância de gerar empregos e renda por meio de energias renováveis, biocombustíveis e práticas sustentáveis.

Nesse sentido, recordou que há um mês o país sediou a Cúpula da Amazônia, na qual foi lançada uma nova agenda de colaboração entre os países que fazem parte daquele bioma. Igualmente, no mesmo evento foi aprofundado o diálogo com outros países detentores de florestas tropicais da África e da Ásia, para articular posições comuns entre as bacias Amazônica, do Congo e do Bornéu-Mekong.

Lula concluiu destacando a necessidade de o G20 impulsionar ações climáticas e respeitar os princípios de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e valorizar as convenções relacionadas ao clima, biodiversidade e desertificação. Ele também anunciou o lançamento de uma Força Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima durante

²¹⁹<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/09/09/lula-discursa-durante-a-abertura-da-cupula-do-g20.ghtml>

a presidência do Brasil no G20, visando uma agenda climática equilibrada para a COP30 em 2025.

Acordo Mercosul – UE no G20²²⁰

Em uma série de encontros durante a Cúpula do G20, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, expressou a sua urgência em concluir o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Suas reuniões incluíram o presidente francês, Emmanuel Macron, a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, e o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel.

Lula enfatizou a necessidade de uma “decisão política” para avançar com o acordo e destacou que a lentidão nas negociações se deve mais a questões políticas do que técnicas. Ele dedicou mais tempo a Macron, considerando a França um obstáculo importante para o acordo.

Macron respondeu que a França está engajada no acordo, mas dada a influência política do agronegócio francês, suas palavras foram recebidas com ceticismo. Macron já havia mencionado a Lula que o acordo depende de apoio de diferentes espectros políticos na Assembleia Nacional Francesa, o que atualmente não existe.

A situação também é adversa em outros países europeus, como Bélgica, Polônia e Irlanda, e o calendário eleitoral no Parlamento Europeu complica ainda mais a questão. O acordo enfrenta resistência de agricultores europeus e da extrema-direita, que defende que os países recuperem o controle sobre suas políticas comerciais.

Lula também criticou a carta de exigências ambientais enviada pelos europeus ao Mercosul, considerando-a “ofensiva” e um desequilíbrio para o acordo fechado em 2019. O tratado, embora celebrado na época, nunca foi assinado devido às exigências adicionais apresentadas pelos europeus relacionadas ao meio ambiente.

O governo brasileiro já enviou uma contraproposta à União Europeia e agendou uma reunião de negociadores em setembro para discutir as questões pendentes. Durante suas conversas, Macron também expressou interesse em ingressar na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica devido à floresta na Guiana Francesa.

Lula também se encontrou com o primeiro-ministro dos Países Baixos, Mark Rutte, para discutir política fiscal e o avanço da extrema-direita na Europa, além de abordar o acordo entre o Mercosul e a UE.

XXXVI Reunião Extraordinária de Ministros de Saúde da Área Andina (REMSAA), organizada pela ORAS-CONHU²²¹

Em reunião extraordinária, organizada pela ORAS-CONHU em coordenação com o Ministério de Saúde do Peru, foi aprovado, entre outros documentos o Plano Estratégico de Integração em Saúde 2023-2030 na região andina. O plano tem como objetivo fortalecer a integração regional e a agenda de prioridades comuns dos países andinos.

²²⁰<https://exame.com/mundo/g20-lula-pede-a-lideres-europeus-decisao-sobre-acordo-entre-ue-e-mercosul/>

²²¹ Ministros de salud del Área Andina aprobaron resoluciones que fortalecen la integración regional y el abordaje de una agenda en común en salud pública | :: ORAS CONHU / Organismo Andino de Salud - Convenio Hipólito Unanue :: [Internet]. www.orasconhu.org. [cited 2023 Sep 11]. Available from: <https://www.orasconhu.org/es/ministros-de-salud-del-area-andina-aprobaron-resoluciones-que-fortalecen-la-integracion-regional-y>

Segundo a secretária executiva do ORAS-CONHU, Maria del Carmen Dávila, o Plano estratégico de Integração em Saúde foi amplamente discutido e revisado com o Comitê técnico de coordenação durante os anos de 2022/2023. O ministro de Saúde Pública do Equador, José Ruales, comemorou as novas resoluções sobre os temas de câncer infantil, saúde renal e redução de morte materna, afirmou que o trabalho em conjunto das equipes técnicas fortalece a integração e finalizou que as ações conjuntas que permitam a equidade, promoção de saúde entre outras ajudam a cumprir com o Plano Decenal de Saúde do Equador.

Na Reunião, foram aprovados os seguintes direcionamentos:

- - Criação de um grupo de trabalho para a elaboração da Política Andina de redução da Morte Materna;
- -A Política andina de Saúde Pública para enfrentar a doença renal crônica;
- -Elaboração, implementação e monitoramento do roteiro para melhoria da atenção ao câncer em crianças e adolescentes no marco da Iniciativa Mundial de Câncer Infantil da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Lançamento de Funções Essenciais de Saúde Pública na América Central e República Dominicana pela SECOMISCA E OPAS²²²

Em 8 de setembro de 2023, o SECOMISCA e a OPAS realizaram o lançamento de Funções Essenciais da Saúde Pública: fortalecimento na América Central e República Dominicana para Construir Sistemas de Saúde baseados em Atenção Primária em Saúde.

O objetivo da iniciativa é fortalecer a capacidade de administração e governança das Funções Essenciais de Saúde Pública, construir sistemas de saúde baseados em um enfoque integral da Atenção Primária em Saúde e implementar a Política Regional da Saúde do SICA 2023/2030.

Participaram da reunião: representantes do Comitê Executivo de Implementação da Política Regional de Saúde do SICA, representantes de Unidades e Departamentos de Planejamento estratégico, autoridades nacionais dos Ministérios de Saúde, equipe da SECOMISCA e representantes da OPAS.

OTCA e o Governo Colombiano realizam workshop de Implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) para gestão integrada das águas na Bacia Amazônica²²³

A OTCA e o governo colombiano realizaram, por meio do Projeto Bacia Amazônica (OTCA/PNUMA/GEF), o workshop de implementação do Programa de Ações Estratégicas. O objetivo do evento é identificar, junto a atores nacionais, ações prioritárias e promover capacidades para implementação do Projeto.

Participaram do evento atores nacionais nas áreas de gestão da água, cultura e educação com o intuito de criar recomendações para a implementação do PAE. Na ocasião,

²²²SE-COMISCA y OPS realizan encuentro virtual para el lanzamiento de Funciones Esenciales de Salud Pública en Centroamérica y República Dominicana [Internet]. Sica.int. 2023 [cited 2023 Sep 11]. Available from: https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-ops-realizan-encuentro-virtual-para-el-lanzamiento-de-funciones-esenciales-de-salud-publica-en-centroamerica-y-republica-dominicana_1_132691.html

²²³ Colômbia realiza esta semana a Oficina Nacional de Implementação do PAE para a gestão integrada das águas na Bacia Amazônica [Internet]. OTCA. 2023 [cited 2023 Sep 11]. Available from: <http://otca.org/pt/colombia-realiza-esta-semana-a-oficina-nacional-de-implementacao-do-pae-para-a-gestao-integrada-das-aguas-na-bacia-amazonica/>

também são identificadas oportunidades de colaboração regional que possam impactar positivamente a elaboração do Plano de Ação Nacional.

O Plano de Ação Nacional será um documento alinhado às políticas nacionais e contribuirá para a implementação do PAE, nas linhas de fortalecimento institucional, adaptação às mudanças climáticas e monitoramento dos recursos hídricos da bacia.

México: AMLO passa o comando do partido para Claudia Sheinbaum²²⁴

O presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, passou o comando do partido Morena à pré-candidata, Claudia Sheinbaum, para as eleições de junho de 2024. Sheinbaum venceu a pesquisa interna do partido com 39,4% das preferências, superando Marcelo Ebrard, com 25,6%.²²⁵ O partido governista do México, anunciou que Claudia Sheinbaum, ex-chefe de governo da Cidade do México, será sua candidata à presidência nas eleições presidenciais a menos de um ano de distância.

A cerimônia incluiu a entrega de um bastão de comando, um símbolo indígena, representando a liderança da futura candidata. Sheinbaum comprometeu-se a continuar a transformação iniciada por López Obrador e a construir um México mais justo e democrático.

López Obrador, que assumiu a presidência em 2018, teve que enfrentar desafios como a violência e o narcotráfico, mas a economia mexicana manteve um desempenho positivo, com um crescimento de 3,6% no segundo trimestre de 2023. Seu governo foi caracterizado por estabilidade e crescimento, mantendo alianças econômicas prioritárias com os Estados Unidos e o Canadá. López Obrador também defendeu a concessão de mais poderes ao Exército e esteve envolvido em uma polêmica sobre livros didáticos com conteúdo considerados neoliberais por críticos.

A escolha de Sheinbaum abre a possibilidade de o México ter sua primeira presidente mulher, caso ela consiga herdar o apoio popular de AMLO, o atual presidente do país. As pesquisas mostram uma alta aprovação para AMLO e para o partido Morena.

Do lado da oposição, a senadora indígena Xóchitl Gálvez foi anunciada como candidata para competir contra o Morena nas eleições.

No entanto, houve controvérsias sobre o processo de seleção do candidato pelo Morena, com críticas da oposição sobre sua transparência. O ex-chanceler Marcelo Ebrard, que também concorreu à vaga do Morena, levantou preocupações sobre o processo e sugeriu que pode migrar para outro partido para concorrer à presidência, o que complicaria ainda mais a dinâmica eleitoral.

No geral, as eleições presidenciais do México prometem ser acirradas, com várias facções políticas em jogo.

²²⁴ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ckrlme32lmjo>

²²⁵ <https://jornalggn.com.br/internacional/lopez-obrador-entrega-bastao-para-candidata-do-morena-a-sua-sucessao/>

73ª Sessão do Comité Regional da OMS AFRO

Seventy-third session of the WHO Regional Committee for Africa

Augusto Paulo Silva

Manuel Mahoche

Tomé Cá

Felix Rosenberg

Abstract. *The first part of this report brings the repercussion of the WHO Regional Committee for Africa (RC73) officially opened on 28 August at the Gaborone International Convention Centre with a strong call for priority to be given to the interests of the peoples of Africa in the debates and negotiations that are reshaping the architecture of global health. The Ministers of Health adopted resolutions and decisions regarding Regional Strategies on Antimicrobial Resistance, Services and Diagnostic and Laboratory Systems, Multisectorial Strategy for Health Promotion and Wellbeing, Strengthening the Protection and Resilience of Communities and Frameworks on the implementation of the global strategic guidelines for Nursing and Obstetrics, for the maintenance of a resilient health system and implementation of the World Plan of Action on Alcohol Consumption. They also reviewed and approved recommendations presented in the Progress Reports. The second part of the report reflects the African climate summit that, since COP27, African leaders seem more determined to seek their own voice in global climate action. The third part is dedicated to the situation in Niger as an illustration of permanent coups d'Etat in African countries and more precisely in French-speaking one. The last part of the report provides information on SADC activities on industrialization and climate changes.*

Keywords: WHO AFRO. RC73. Summit. Niger. SADC

Resumo: A primeira parte deste informe traz a repercussão do Comité Regional da OMS para África (RC73), oficialmente inaugurado a 28 de agosto no Centro Internacional de Convenções de Gaborone com um forte apelo para que se dê prioridade aos interesses dos povos de África nos debates e negociações que estão a remodelar a arquitetura da saúde global. Os Ministros da Saúde adotaram resoluções e decisões relativas a Estratégias Regionais sobre Resistências aos Antimicrobianos, Serviços e Sistemas de Diagnóstico e de Laboratório, Estratégia Multisectorial para a Promoção da Saúde e do Bem-estar, Reforço da proteção e da resiliência das comunidades e aos Quadros (Frameworks) sobre a implementação das orientações estratégicas mundiais para a Enfermagem e Obstetrícia, para a manutenção de um Sistema de Saúde resiliente e implementação do Plano de Ação Mundial sobre o Consumo de Álcool. Também analisaram e aprovaram recomendações apresentadas nos Relatórios de Progresso. A segunda parte do informe repercute a Cúpula africana sobre o clima que, desde a COP27, os líderes africanos parecem mais determinados a procurar uma voz própria para a sua participação nas ações globais sobre o clima. A terceira parte é dedicada à situação no Níger como ilustração dos golpes de estados quase que permanentes nos países africanos e mais precisamente nos países africanos de língua oficial francesa. A última parte do informe traz informações sobre atividades desenvolvidas no âmbito da SADC sobre industrialização e mudanças climáticas.

Palavras-chave: OMS AFRO. RC73. Cúpula. Níger. SADC

73ª Sessão do Comitê Regional da OMS para a África (RC73)

O Comitê Regional da OMS para África (RC73) foi oficialmente inaugurado a 28 de agosto no Centro Internacional de Convenções de Gaborone com um forte apelo para que se dê prioridade aos interesses dos povos de África nos debates e negociações que estão a remodelar a arquitetura global da saúde.

No seu discurso de abertura, o Presidente do Botsuana, Sua Excelência Mokgweetsi Masisi, sublinhou que a África deve contribuir substancialmente para os debates em curso sobre a política de saúde mundial.

"Felicitos os Estados-Membros africanos pelo seu trabalho árduo e tenacidade em contribuir para os debates sobre a definição de normas a nível mundial, que têm um impacto significativo e sustentável na trajetória da situação da saúde a nível mundial e na região", afirmou.

As principais oportunidades para a contribuição de África para a agenda da saúde mundial incluem as negociações em curso para o tratado global sobre pandemias, a alteração do regulamento sanitário internacional (2005) e a declaração de alto nível das Nações Unidas sobre a prevenção de pandemias.

Estes debates políticos sobre a agenda mundial têm um enorme potencial para dar o tom à preparação e à resposta a futuras emergências sanitárias e pandemias. "Estes processos devem ser orientados pelo princípio da equidade, da inclusão de todos os Estados membros, bem como da colaboração e solidariedade internacionais", disse o Presidente Masisi no seu discurso aos ministros da saúde dos 47 Estados membros da OMS AFRO, aos chefes das agências da ONU, aos doadores, aos parceiros, aos embaixadores, aos funcionários governamentais e à imprensa. Referiu-se às desigualdades no acesso às vacinas e ao equipamento de proteção individual durante a resposta global à pandemia de COVID-19 e sublinhou que as doenças não respeitam as fronteiras dos Estados nem as disparidades económicas entre os países. Apelou a mecanismos de governação multilateral para garantir um acesso equitativo às vacinas, aos diagnósticos e a outros produtos e instrumentos médicos.

Ao finalizar o seu discurso, o Presidente do Botswana afirmou:

"Os chefes de Estado africanos concordaram em dar prioridade à diversificação da produção regional e local de produtos farmacêuticos. Por conseguinte, os instrumentos contra a pandemia devem apoiar os esforços regionais, assegurando a transferência de conhecimentos e de propriedade intelectual."

No seu discurso de abertura, o Ministro da Saúde do Botswana, Dr. Edwin Dikoloti, deu as boas-vindas a todos os delegados à RC73 no Botswana. "Sentimo-nos honrados por sermos os anfitriões da RC73 e estamos encantados e honrados para além de qualquer medida", disse o Dr. Dikoloti.

Nas suas observações, a Diretora Regional da OMS para África, Dr.ª Matshidiso Moeti, apelou ao empenho e à adesão política às alterações do Órgão de Negociação Intergovernamental (INB, *Intergovernmental Negotiation Body*) e do RSI e encorajou todos os Estados-Membros a participarem nos dois processos e a garantirem que as propostas de África são consideradas durante a 77ª Assembleia Mundial da Saúde.

"Estou otimista quanto ao facto de as discussões da INB garantirem que a equidade seja tanto um resultado como um princípio. Mas ainda há muito por fazer, o que requer uma posição africana unificada para alcançar o que propomos", disse a Dr.ª Moeti.

A equidade e a inclusividade na definição da agenda da saúde mundial foram repetidas pelo Diretor-Geral da Organização Mundial de Saúde, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, que delineou as cinco prioridades do 14.º Programa de Trabalho Mundial da OMS, nomeadamente - promover, prover, proteger, dar poder e ter um bom desempenho para a saúde, também conhecidas como os cinco P (*14th WHO Global Program of Work — to promote, provide, protect, power and perform for health*).

A terceira prioridade do GPW 14 consagra a proteção da saúde, preparando os países para atenuar os riscos para a saúde e para detectar e responder rapidamente a emergências sanitárias. A OMS desenvolveu um plano para uma arquitetura mundial mais equitativa, inclusiva e coerente para a preparação e resposta a emergências sanitárias.

A terceira prioridade do GPW 14 consagra a proteção da saúde, preparando os países para atenuar os riscos para a saúde e para detectar e responder rapidamente a emergências sanitárias. A OMS desenvolveu um plano para uma arquitetura mundial mais equitativa, inclusiva e coerente para a preparação e resposta a emergências sanitárias.

"É crucial que estas soluções não possam ser concebidas, construídas ou geridas por quem tem mais poder, dinheiro e influência. Têm de ser concebidas, construídas e geridas por todos os Estados-Membros e parceiros, num processo verdadeiramente inclusivo", afirmou Tedros.

Imagem 1: Foto de família com o Presidente da República e Primeira-Dama do Botswana



Fonte: OMS AFRO, 2023.

O Diretor-Geral elogiou as realizações do Botsuana no domínio da saúde, especialmente na resposta ao HIV. Em 2021, a OMS certificou o Botsuana como tendo eliminado a transmissão do HIV de mãe para filho e, em 2022, o país atingiu os objetivos 95-95-95 em matéria de testes, tratamento e supressão viral do HIV - um dos cinco únicos países a fazê-lo. Também observou que o Botsuana estava entre os primeiros países da região a introduzir a vacina contra o HPV. O

Botsuana e a África do Sul também foram os primeiros países a detectar a variante Omicron do SARS-CoV-2 e a alertar o mundo, embora alguns países tenham respondido impondo proibições injustificadas de viagens, que todos recordamos. O Tedros instou todos os Estados-Membros a tomarem medidas decisivas para promover a saúde, através do controlo do tabaco, de dietas mais saudáveis, de estradas mais seguras e, especialmente, tomando medidas sobre as alterações climáticas.

"Exorto todos os Estados-Membros a tomarem medidas decisivas para fornecer saúde, reorientando os seus sistemas de saúde para a saúde primária como a base da cobertura universal de saúde", disse o Dr. Tedros. Ele também pediu a todos os Estados-Membros para aproveitar o poder da ciência, pesquisa e desenvolvimento, dados e tecnologias digitais.

"Eu busco o compromisso de todos os Estados-Membros para apoiar a sua OMS para ser a organização ainda mais eficaz e eficiente que você precisa e merece. Especificamente, peço que você se envolva proativamente no desenvolvimento do 14º Programa Geral de Trabalho", disse ele.

O RC73 deste ano está ocorrendo no Botsuana, um Estado-Membro da OMS que fez grandes avanços no acesso universal de saúde. Apenas 4% das despesas com saúde estão fora do bolso e no exercício em curso, 17% do orçamento do país foi alocado para a saúde, o que excede a meta da Declaração de Abuja de 15%.

O Diretor-Geral do CDC África, Dr. Jean Kaseya, ecoou o tema da solidariedade e da equidade para garantir que o mundo se prepare para a próxima pandemia. Elogiando a conquista do Botsuana no setor de saúde, ele saudou o país para orientar a África para se preparar para emergências de saúde.

"Você (presidente do Botsuana) tem a tarefa de liderar a África para se preparar para a próxima pandemia, alavancando a conquista no setor de saúde, incluindo a excelência na fabricação de vacinas", disse o Dr. Kaseya.

Antes de encerramento da parte solene, o Presidente do Botsuana, distinguiu com a Condecoração de Medalha de Mérito à Director Regional da OMS para África, Dr.ª Matshidiso Moeti, por seu trabalho árduo e sucesso alcançado na implementação da agenda de desenvolvimento da saúde na África. Esta distinção é concedida pelo Presidente a personalidades e instituições cuja contribuição tem se destacado nas esferas do desenvolvimento socioeconômico.

Ao condecorar à Dr.ª Moeti, o Presidente da República disse que estava muito orgulhoso de ter uma cidadã do Botsuana dedicada ao melhoramento da humanidade e fazendo uma contribuição distinta. A Dr.ª Matshidiso Rebecca Moeti foi a primeira mulher a ser eleita para o cargo de Diretor Regional está servindo em seu segundo e último mandato. Nos últimos 9 anos, a Dr.ª Moeti liderou uma Agenda de Transformação que é amplamente reconhecida por ter melhorado o desempenho da OMS em emergências, aumentando a responsabilidade e impulsionando o progresso em direção à Cobertura Universal de Saúde. Ela lidera o apoio da OMS à resposta da pandemia Covid-19 em África.

Imagem 2: A D.^a Moeti sendo condecorada pelo Presidente da República do Botswana



Fonte: OMS AFRO, 2023.

Em seu discurso de aceitação, a Dr.^a Moeti disse que se sentiu muito honrada em receber tal distinção em sua cidade natal de Gaborone. Ela se comprometeu a redobrar seus esforços com sua equipe para melhorar a saúde do povo africano.

Eleição do Presidente da 73^a Sessão do Comitê Regional

O Comitê Regional elegeu por unanimidade o Ministro da Saúde do Botsuana, Dr. Edwin Dikoloti, Presidente do RC 73. Os delegados também adotaram os Procedimentos Especiais para regular a condução da sessão híbrida da 73^a Sessão do Comitê Regional para a África. As eleições realizadas no primeiro dia do RC73 também elegeram Dr. Austin Demby, Ministro da Saúde e Saneamento de Serra Leoa e o Dr. Pierre Somse, Ministro da Saúde e da População da República Centro-Africana, respectivamente como 1^o e 2^o Vice-Presidentes da RC73. E nos termos dos artigos 10^o e 15^o do Regimento, os delegados elegeram três relatores - um para cada uma das três línguas de trabalho:

- ❖ Lizzy Nkosi, Ministra da Saúde e do Bem-Estar Social de Eswatini, na qualidade de relatora em inglês;
- ❖ Sakaria Sem Kone, Embaixadora Representante Permanente da Costa do Marfim na África do Sul, na qualidade de relatora francófona;
- ❖ Dra. Philomena Gonçalves, Ministra da Saúde Pública de Cabo Verde como relatora em língua portuguesa.

Tomando as rédeas do RC 73, o Dr Edwin Dikoloti agradeceu aos delegados por elegê-lo e prestou homenagem ao Professor Moustafa Mijiyawa, Presidente das sessões 71^a e 72^a do Comitê Regional da OMS para a África. Ele, portanto, ofereceu-lhe o martelo RC72 ao professor Mijiyawa como um símbolo de gratidão pelos bons e leais serviços prestados.

Delegados adotam o relatório do Subcomitê de Programas ([Documento AFR/RC73/2](#))

Os delegados saudaram unanimemente o relatório da Presidente do Subcomitê de Programas (PSC, *Program Subcommittee*), Petronella Masabane, da Namíbia. Os membros do PSC revisaram vários documentos sobre vários tópicos, incluindo o quadro para a implementação de enfermagem e obstetrícia (2021-2025), abordando enfermagem e obstetrícia com ênfase na otimização da prática, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios ligados a restrições orçamentárias e gerenciamento de migração. O PSC recomendou a padronização dos

currículos de enfermagem e obstetrícia, instando os Estados-Membros a reduzir as barreiras de entrada, investir em sistemas de saúde e adotar uma estratégia de "Saúde Única".

O Quadro para a sustentabilidade de sistemas de saúde resilientes para alcançar a cobertura universal da saúde e promover a segurança da saúde (2023-2030) na Região Africana da OMS destacou o impacto das emergências de saúde nos sistemas e economias de saúde, o progresso paralisado em direção a metas dos ODS e ameaças à segurança da saúde. O PSC pediu investimentos equitativos e sistemas de saúde eficientes dos Estados-Membros.

O PSC observou que a estratégia regional de resistência aos antibióticos (2023-2030) mostrou que uma parcela significativa da doença e mortalidade na Região Africana causada pela resistência antimicrobiana, uma das dez principais preocupações de saúde pública mundial que a humanidade enfrenta. O PSC instou os Estados-Membros a aderir à estratégia antimicrobiana regional como ações importantes para reduzir a resistência aos antibióticos na região.

O PSC revisou o quadro do plano global de ação sobre o álcool, destacando os progressos realizados na implementação da estratégia regional de álcool de 2010, mas lamentou que os desafios persistam, como falta de coordenação, legislação limitada, má aplicação e interferência da indústria do álcool. O PSC destacou o complexo desafio de saúde pública do abuso de álcool e recomendou a integração em contextos de intervenções de prevenção específicas nos sistemas de saúde primários.

O PSC observou que a Estratégia Regional para o Envolvimento da Comunidade (2023-2030) visa apoiar os Estados-Membros na criação de ambientes de apoio para alavancar o envolvimento da comunidade e intervenções de mudança comportamental. "Os agentes comunitários de saúde desempenham um papel vital na atenção primária à saúde, na promoção da saúde, durante emergências e sistemas de informação em saúde para garantir melhores resultados de saúde para todos", disse Petronella Masabane.

O PSC destacou a Estratégia para Serviços de Diagnóstico e Laboratório (2023-2032) e propôs um aumento nos serviços de diagnóstico e laboratório com garantia de qualidade, promovendo mecanismos de liderança e governança e fornecendo orientações para melhoria. Eles também enfatizaram a necessidade de mais equipamentos de diagnóstico, aumentando a produção local e recursos humanos bem treinados para melhorar a segurança da saúde na África.

O PSC observou que a Estratégia Multissetorial Regional de oito anos visa mudar a narrativa e mudar a saúde e o bem-estar de fatores de custo para facilitadores do desenvolvimento social e econômico, alavancando as estruturas existentes, finanças, e capacidades dentro dos setores de saúde para implementar metas definidas. Eles apreciaram os progressos alcançados na implementação da Agenda de Transformação na Região, expressando gratidão ao Secretariado por seu suporte técnico oportuno e orientação normativa que orientou os Estados-Membros durante a crise da Covid-19.

Relatório da Diretora Regional (julho 2022 e junho 2023, [Documento AFR-RC73-3](#))

No segundo dia, a Diretora Regional apresentou um relatório sobre o trabalho da OMS na Região Africana entre julho de 2022 e junho de 2023 na sessão em curso do Comitê Regional da OMS para África (RC73).

Apresentando o relatório, a Dr.^a Moeti destacou as principais realizações da OMS AFRO nas áreas de segurança e emergências de saúde, fortalecimento dos sistemas de saúde,

Cobertura Universal de Saúde (UHC), prevenção e controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis, saúde e bem-estar e sistemas de vigilância ambiental contra a pólio.

Ela informou que a organização tinha apoiado os Estados-Membros para enfrentar alguns dos impulsionadores das desigualdades para garantir que ninguém é deixado para trás. Quarenta e três (43) dos Estados-Membros foram apoiados para integrar considerações de gênero, equidade e direitos humanos em programas de saúde para ajudar a ampliar a cobertura de serviços essenciais. Em colaboração com parceiros, a OMS lançou "*The Big Catch-up*" para aumentar a cobertura de vacinação para níveis pré-pandemia até o final deste ano, disse ela.

No domínio de governança do sector de saúde, a Dr.ª Moeti mencionou que o apoio da OMS AFRO resultou em pacotes de serviços de saúde essenciais mais fortes e melhorados, planos estratégicos nacionais de saúde, estratégias de programas de HIV e malária implementadas pelos Estados-Membros.

A Dr.ª Moeti informou que os três principais programas regionais – PROSE (*Promoting Resilience fo Systems for emergencies*), TASS (*Transforming African Surveillance Systems*) e SURGE (*Strengthening and Utilizing Response Groups for Emergencies*), demonstram ainda mais o apoio da OMS FRO aos Estados-Membros para reforçar a preparação. Ela também descreveu que 43 Estados-Membros foram treinados em gerenciamento e análise de dados, incluindo a vigilância *One Health*, e que a avaliação de riscos e o compartilhamento de informações em tempo hábil são fundamentais para melhorar a detecção, a preparação e a resposta às ameaças à saúde pública.

A Diretora Regional referiu que o estabelecimento do Centro de Emergência Sub-regional em Nairobi ajudou a melhorar a implantação oportuna dos conhecimentos necessários dentro de 72 horas após os surtos de emergência com dois Centros de Emergência Sub-regionais adicionais a serem lançados em Dakar e Pretória. Uma vez totalmente operacionais, os *hubs* (ou centros principais) expandirão de maneira exigente a capacidade da região para lidar com epidemias em andamento e identificar ameaças emergentes.

No fim agradeceu a todos os delegados por serem tão solidários com o trabalho da OMS. "Acredito que o 75º aniversário da OMS nos inspirará a fazer ainda mais juntos, para proteger a saúde das pessoas", ressaltou a Diretora Regional.

Imagem 3: A D.ª Moeti apresentando o Relatório Anual. Atrás dela, sentada, a Ministra da Saúde de Angola, Dr.ª Sílvia Lutucuta. (Fonte: OMS AFRO, 2023)



Na área da saúde e do bem-estar, as ações multissetoriais fortalecidas para lidar com os determinantes sociais e económicos da saúde deram um novo impulso à implementação da Declaração de Libreville de 2008 sobre Saúde e Ambiente e o Quadro para a Adaptação da Saúde Pública às Alterações Climáticas em África.

Além disso, a OMS AFRO apoiou vários Estados-Membros no reforço dos serviços laboratoriais. A Dr.ª Moeti destacou ainda que todos os países da região têm capacidade de teste de PCR, incluindo a nível subnacional em alguns países, e 90% dos Estados-Membros da Região Africana da OMS alcançaram a capacidade de sequenciar geneticamente os isolados de SARS-CoV-2 confirmados.

Seguindo em frente, a Dr.ª Moeti disse que a organização se baseará na operacionalização da Atenção Primária à Saúde (APS) e acelerará o desenvolvimento e a implementação dos planos de recuperação da Covid-19. Além disso, a organização construirá sistemas de saúde resilientes para alcançar a segurança da saúde e cuidados de saúde universais para sustentar esforços contínuos e compromisso político para acabar com a pólio.

Em suas considerações finais, a Dr.ª Moeti apelou aos Estados-Membros para desenvolver e implementar as políticas necessárias, regulamentos para controlar os fatores de risco devido a DNT, priorizar a colaboração multissetorial e o envolvimento da comunidade. Ela concluiu afirmando que é necessário apoio contínuo nas áreas de pesquisa para a produção local, incluindo aumento e equidade na prestação de serviços.

Estratégias regionais adotadas

Resistência Antimicrobiana ([Documento AFR-RC73-6](#))

A Resistência Antimicrobiana (RAM) é uma grande ameaça global à saúde pública, que representa um sério desafio para a humanidade. A prevalência da RAM é generalizada e preocupante, com os Países da Região a registarem elevadas taxas de doença e de mortes atribuídas à RAM. Esta situação é ainda agravada pelas atuais limitações do sistema de saúde. De um total de 31 Estados Membros, apenas 8 (25,8%) têm uma Política Nacional de Implementação da Gestão Antimicrobiana (AMS), indicando uma lacuna significativa na otimização do uso de medicamentos antimicrobianos. Para fazer face a esta crise sanitária crescente e reduzir o peso da RAM na sociedade, o secretariado apresentou a Estratégia Regional para Acelerar a Implementação e Monitorização dos Planos de Ação Nacionais sobre a Resistência Antimicrobiana, 2023-2030, na Septuagésima Terceira Sessão do Comité Regional da Organização Mundial de Saúde (RC73).

Na sua apresentação, a Diretora Regional Adjunta da OMS para África, Dra. Lindwe Makubalo, afirmou que, a nível mundial, 4,95 milhões de pessoas morreram de doenças relacionadas com a RAM, das quais 1,27 milhões de mortes foram diretamente atribuíveis à resistência bacteriana na África Subsariana. Até 2050, estima-se que se perderão 10 milhões de vidas devido a organismos de RAM, prevendo-se que 4,1 milhões de mortes ocorram na Região. Além disso, os países de África podem enfrentar uma perda potencial do PIB de até 5% devido a esta crise sanitária crescente.

A RAM aumentou o custo do tratamento e da prevenção de doenças infecciosas, pondo em risco décadas de progresso no controlo de doenças como a malária, o HIV/SIDA, a tuberculose e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ITS). Os planos de ação nacionais sobre

a RAM são cruciais para salvaguardar a saúde pública, garantir cuidados de saúde sustentáveis e contribuir para a segurança sanitária mundial.

A estratégia propõe uma série de recomendações para enfrentar os desafios da resistência antimicrobiana, tais como o aumento dos recursos para a resistência antimicrobiana, a melhoria da coordenação, a criação de um mecanismo regional de coordenação da resistência antimicrobiana e o apoio aos países para desenvolverem mecanismos nacionais de coordenação da resistência antimicrobiana. Também enfatiza a melhoria da vigilância da RAM através do reforço da capacidade laboratorial e do desenvolvimento e implementação de planos nacionais de vigilância da RAM. Além disso, a estratégia tem por objetivo promover a utilização racional dos agentes antimicrobianos através da sensibilização dos profissionais de saúde e do público em geral e do desenvolvimento e aplicação de políticas nacionais para promover uma utilização racional.

A aplicação e o acompanhamento efetivos dos Planos Nacionais de Adaptação são fundamentais na luta contra a RAM para salvaguardar a saúde pública e contribuir para a segurança sanitária mundial. A estratégia propõe indicadores para acompanhar os progressos, tais como o número de países com planos de ação nacionais, mecanismos de coordenação e planos de vigilância, a sensibilização dos profissionais de saúde e do público e o nível de utilização racional dos agentes antimicrobianos.

Por fim, os Ministros da Saúde adoptaram por unanimidade a estratégia, salientando a importância de abordar a resistência antimicrobiana para proteger a saúde pública e contribuir para a segurança sanitária mundial.

Compromisso de erradicar a malária na Região Africana através do aumento das dotações financeiras (evento paralelo)

Os Ministros da Saúde, doadores e parceiros que participaram no evento paralelo de alto nível sobre o "financiamento da malária", durante a sessão da RC73 em Gaborone, a 29 de agosto, apelaram veementemente a todos os Países africanos para que dessem prioridade ao financiamento da luta contra a malária para proteger vidas.

"Zero Malária começa comigo, consigo e conosco. Quando sairmos daqui, temos de assumir a responsabilidade de eliminar a malária em África, e nós podemos fazê-lo. Vamos trabalhar para uma África livre de malária. Trabalhemos para que a África fique livre da malária e das Doenças Tropicais Negligenciadas, para que o nosso continente se possa concentrar no desenvolvimento", exortou Joy Phumaphi, Secretária Executiva da Aliança dos Líderes Africanos contra o Paludismo (ALMA).

Apesar dos progressos alcançados entre 2000 e 2020, com uma redução de 27% na incidência de malária e de 49% nas mortes relacionadas com a doença, a Região Africana da OMS suporta o fardo mais pesado, com mais de 95% dos casos e 96% das mortes a nível mundial, sendo responsável por uma estimativa anual de 234 milhões de casos de malária e 593 000 mortes. Consequentemente, a Região está longe de atingir as metas da Estratégia Técnica Global Contra a Malária e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com a malária.

"Juntos, temos de combater e eliminar a malária. A abordagem para uma luta eficaz contra o paludismo deve ser multisectorial, a fim de combater os determinantes sociais da saúde e o ambiente. Além disso, temos de mobilizar

mais recursos financeiros para o controlo da malária, reforçar a colaboração regional e sub-regional e colaborar com instituições académicas para desenvolver mais ferramentas de prevenção", afirmou a Dra. Sílvia Lutucuta, Ministra da Saúde de Angola.

África continua a enfrentar ameaças significativas na luta contra a malária, incluindo graves lacunas de financiamento, resistência a inseticidas e medicamentos, evasão dos parasitas aos Testes de Diagnóstico Rápido, invasão do *Anopheles stephensi*, alterações climáticas e aumento dos custos de transação ligados à inflação global. O Fundo Global estima que o continente enfrenta uma lacuna de 1,5 bilhões de dólares que tem de ser colmatada, para manter os níveis atuais de serviços essenciais que salvam vidas.

Para ultrapassar estes desafios, os Delegados do RC73 apelaram a um trabalho conjunto substancial para reforçar os esforços da região para erradicar o paludismo, incluindo a garantia dos recursos necessários para eliminar o paludismo de uma vez por todas através do aumento da dotação orçamental para a saúde, em conformidade com a Declaração de Abuja.

De acordo com a senhora Minata Samate Cessouma, Embaixadora para Saúde, Assuntos Humanitários e Desenvolvimento Social da Comissão da União Africana, é imperativo mobilizar os recursos necessários para combater a malária. Isto implica aumentar os recursos nacionais atribuídos, promover uma abordagem multisectorial e mobilizar o sector privado.

"Temos de integrar a luta contra a malária em quadros mais amplos de financiamento da saúde, reconhecendo o seu papel fundamental na preparação e resposta à pandemia, e para a realização da cobertura universal de saúde", afirmou a Dra. Minata.

Apesar das dificuldades que a região enfrenta, alguns países têm realizados boas práticas para financiar a luta contra a malária, com o registo de resultados consideráveis. De acordo com a Ministra das Finanças do Botswana, Peggy Serame, nos últimos cinco anos, o seu governo aumentou em 28% o orçamento nacional para a luta contra a malária e foram adoptadas iniciativas fundamentais para mobilizar os recursos dos parceiros. A Zâmbia também partilhou as melhores práticas, uma vez que o país desenvolveu um Plano Estratégico de Financiamento da Saúde para 2017 a 2027, assente numa sólida vontade política, que permite um excelente ambiente para aumentar o financiamento nacional da saúde através de mecanismos inovadores, em conformidade com os compromissos assumidos pela União Africana e a nível mundial. Para o efeito, o Governo da Zâmbia definiu a malária como doença prioritária para a saúde pública e reforçou a advocacia para o aumento do financiamento para acabar com a malária.

Apesar dos desafios, a Zâmbia decidiu continuar a aumentar o financiamento da saúde para atingir os objetivos de Abuja. O orçamento do sector da saúde aumentou de 8% em 2021 para 12% em 2022, e a dotação do programa da malária aumentou de 91 milhões de Kwacha zambianos para 197 milhões de Kwacha zambianos no mesmo período. Só este ano, o governo da Zâmbia colmatou a lacuna remanescente no financiamento de Mosquiteiros Tratados Com Inseticida de Longa Duração (MILD, em inglês) para distribuição nos cuidados pré-natais e nas clínicas de imunização de menores de cinco anos.

"Como parte do planeamento estratégico do governo para a malária, adquirimos 2 milhões de mosquiteiros por 11,3 milhões de dólares. Isto vem juntar-se à distribuição em massa planeada para 2023 de 11,24 milhões de redes com o apoio do Fundo Global, da PMI e da Fundação Contra a Malária.

Além disso, o Governo adquiriu todos os inseticidas necessários para os programas de pulverização interior de 2023 e 2024", afirmou a Ministra da Saúde da Zâmbia, Dra. Sylvia Masebo.

Outro bom exemplo vem do Essuatíni, que estabeleceu um financiamento nacional para a luta contra a malária com a forte participação do governo, do sector privado e da sociedade civil. Thandile Nxumalo, Presidente do Fundo para a Eliminação da Malária do Essuatíni, afirmou que conseguiram mobilizar 44 milhões de dólares com um impacto substancial na luta contra a malária no país.

"Temos de trabalhar com o sector público, divulgando a mensagem como fizemos durante a resposta à Covid-19. O dinheiro virá se as pessoas souberem o que é a malária, compreenderem as consequências e se empenharem. Também estou aqui para dizer, por favor, vamos trabalhar juntos e eliminar a malária em África", disse.

O Sr. Elias M. Magosi, Secretário Executivo da SADC, declarou que é necessária uma ação urgente para atingir os objetivos globais acordados. Afirmou que o sucesso na luta contra o paludismo só será possível através de um forte empenho e liderança em África.

"Em 2001, os Chefes de Estado africanos lançaram as bases para os progressos impressionantes registados nos últimos 20 anos. Os líderes africanos precisam urgentemente de um novo apelo à ação para re-energizar uma parceria alargada responsável por respostas inovadoras, inclusivas e eficazes ao paludismo em todo o continente", disse o Sr. Magosi.

Entre outros apelos vitais para eliminar a malária paludismo, os Delegados recomendam a gestão eficiente dos fundos para obter impacto na luta contra o paludismo; os países preenchem as lacunas críticas de recursos para o paludismo dando prioridade aos recursos da AID do Banco Mundial e de outros bancos de desenvolvimento, para apoiar o controlo integrado do paludismo no contexto do reforço dos cuidados de saúde primários e dos sistemas de saúde. Os países e os parceiros a todos os níveis devem comprometer-se a colmatar as lacunas de financiamento através da promoção de uma abordagem integrada, multisectorial e abrangente de mobilização de recursos.

O evento ministerial paralelo constituiu uma oportunidade significativa para analisar as atuais ameaças da malária e destacou oportunidades críticas para a mobilização de recursos, incluindo a criação de conselhos e fundos nacionais para o fim da malária e das DTNs, o aumento da dotação orçamental interna, a utilização da dotação nacional do financiamento da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) do Banco Mundial e o financiamento dos doadores, entre outros.

O evento paralelo de alto nível sobre o "financiamento da malária" foi presidido pela Prof.^a Sheila Dinotshe Tlou, Embaixadora Especial para a Luta contra a Malária, e moderada pelo Dr. Michael Charles, da Parceria RBM para acabar com a Malária.

Ações multissetoriais para fazer face à crise da nutrição e da insegurança alimentar (Evento paralelo)

A Região Africana da OMS enfrenta um desafio significativo na luta contra a malnutrição, que impede a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e afeta milhões de vidas. De acordo com o relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional 2022,

um total de 278 milhões de africanos passam fome e 894 milhões, em 2020, não poderiam ter acesso a uma dieta saudável. Estes fatores contribuem para a subnutrição, a obesidade e as Doenças Não Transmissíveis relacionadas com a alimentação, que variam entre países e se agravaram no Grande Corno de África, em Madagáscar e nos países do Sahel.

A insegurança alimentar afeta de forma desproporcionada as populações vulneráveis, incluindo as mulheres, as crianças pequenas e as pessoas deslocadas internamente, expondo-as a doenças e à desnutrição aguda. Apesar dos esforços dos governos e dos parceiros de desenvolvimento, os progressos na resposta a estes desafios são lentos devido às alterações climáticas, aos conflitos e às deslocações, à baixa produtividade agrícola, ao crescimento da população, à alteração dos regimes alimentares, ao acesso limitado aos serviços de saúde, à fraca governação e instituições e à crise alimentar, financeira e energética mundial.

Para combater as causas profundas da rutura do sistema alimentar, é necessário um esforço coordenado de diferentes sectores, incluindo a saúde, a agricultura, a educação e a proteção social.

Durante a septuagésima terceira sessão do Comité Regional da OMS para África, realizou-se um evento especial para sensibilizar para a necessidade de reforçar a colaboração multissectorial, a fim de acelerar as ações destinadas a combater a insegurança alimentar e a crise nutricional na Região Africana.

O evento visava chamar a atenção sobre o agravamento da situação e sensibilizar para intervenções em diferentes sectores, para a necessidade de reforçar a colaboração e ações multissetoriais, bem como sobre a importância da vontade e do empenho político.

O objetivo é aumentar a sensibilização e a compreensão entre os decisores políticos, a sociedade civil e o público em geral; melhorar a colaboração e as parcerias entre as partes interessadas; e promover a colaboração multissectorial, partilhando informações e melhores práticas, defendendo que os ministros da saúde assumam a liderança na mobilização de ações multissetoriais e promovendo parcerias entre governos, agências das Nações Unidas e partes interessadas de diferentes sectores, de forma a abordar todas as formas de malnutrição na Região Africana.

Os delegados concordaram em criar uma dinâmica e um sentido de urgência em torno da necessidade de abordar a insegurança alimentar e a crise nutricional na Região Africana e de catalisar ações e parcerias para alcançar um impacto significativo e sustentável.

Os Estados-Membros debateram estratégias para reforçar os esforços multissetoriais com vista a acelerar os progressos, as contribuições de outros sectores para abordar todas as formas de desnutrição e insegurança alimentar, e o apoio disponível dos parceiros para promover uma abordagem abrangente, visando enfrentar os desafios complexos na gestão de todas as formas de desnutrição e insegurança alimentar na Região Africana.

A OMS, o UNICEF, a FAO, o PMA, o ACNUR e o Movimento Sol também apresentaram o seu apoio e empenho contínuos para ajudar os Estados-Membros a combater a subnutrição e a insegurança alimentar na Região Africana.

Estratégia Regional de Diagnóstico e Serviços Laboratoriais 2023 – 2032 ([Documento AFR-RC73-7](#))

Em África, os sistemas de saúde enfrentam desafios significativos devido à prevalência de doenças infecciosas como o HIV, a malária, a tuberculose, as infecções respiratórias agudas e a diarreia, que continuam a causar elevadas taxas de mortalidade. Embora estas doenças ainda sejam responsáveis por pelo menos 69% das mortes no continente, as Doenças Não Transmissíveis (DNT) são responsáveis pela morte de 41 milhões de pessoas por ano, o equivalente a 71% de todas as mortes a nível mundial, e 77% destas mortes ocorrem em países de baixo e médio rendimentos.

Neste Comité Regional, a Dra. Lindiwe Makubalo, Diretora Regional Adjunta, apresentou aos Delegados a Estratégia Regional de Diagnóstico e Serviços Laboratoriais 2023 - 2032. A Estratégia visa promover uma abordagem coordenada para a expansão dos serviços laboratoriais e de diagnóstico a todos os níveis do sistema de saúde, estabelecer mecanismos de liderança e governação, promover serviços com garantia de qualidade e fornecer orientações para a melhoria. Durante a sua apresentação, a Dra. Makubalo salientou que a maioria das mortes não é investigada e é geralmente atribuída a doenças infecciosas. No entanto, na ausência de confirmação laboratorial, a exatidão destas estimativas permanece incerta.

Em 2013, uma análise dos laboratórios médicos acreditados na África Subsariana revelou que 37 dos 49 Países não cumpriam as normas de qualidade aprovadas internacionalmente. No entanto, registaram-se progressos através do Processo de Melhoria dos Laboratórios da OMS/AFRO com vista à Acreditação, resultando num aumento de 75% dos laboratórios acreditados na região da OMS/AFRO entre 2013 e 2020.

Durante a pandemia de COVID-19, a capacidade laboratorial foi significativamente reforçada, com o número de laboratórios capazes de diagnosticar a COVID-19 e realizar testes PCR a aumentar, de dois em 2020 para 1000 em 2022.

Apesar deste progresso, são necessárias mais melhorias para cumprir as normas de qualidade necessárias para as redes laboratoriais nacionais, e para apoiar uma série de diagnósticos necessários para alcançar a cobertura universal de saúde em muitos países. Os diagnósticos e os serviços laboratoriais são essenciais para a prevenção, deteção, gestão, monitorização e tratamento de doenças transmissíveis, não transmissíveis, tropicais negligenciadas e outras doenças, lesões e deficiências, bem como para a investigação e o desenvolvimento.

A Estratégia proposta visa aumentar a disponibilidade e a acessibilidade de serviços laboratoriais e de diagnóstico com garantia de qualidade na Região Africana da OMS, em conformidade com os indicadores e objetivos da Cobertura Universal de Saúde. A Estratégia apresenta um método sólido para melhorar os sistemas de diagnóstico em África. Destaca as lacunas existentes e sublinha a necessidade urgente de um acesso equitativo aos diagnósticos, e recomenda a adoção de uma abordagem abrangente dos sistemas de saúde para melhorar significativamente a prestação de cuidados de saúde, a prevenção, o controlo das doenças e a preparação para situações de emergência, conduzindo à concretização da Cobertura Universal de Saúde (CUS) e dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Os Estados-Membros foram incentivados a incorporar o reforço dos serviços de diagnóstico e laboratoriais nas suas estratégias e planos nacionais de saúde, melhorando simultaneamente os sistemas de regulamentação e desenvolvendo uma lista nacional de diagnóstico abrangente. Devem dar prioridade ao reforço dos serviços de diagnóstico para os cuidados de saúde primários e garantir

serviços acessíveis, de qualidade e seguros para todos os tipos de diagnóstico. A Estratégia também sublinhou a importância de reforçar a biossegurança, a proteção biológica e o financiamento.

O secretariado tomou nota do pedido dos Estados-Membros de apoio técnico e financeiro, de fabrico de insumos e reagentes, de aquisição de equipamentos, de cooperação Sul-Sul para a transferência de tecnologias e de coordenação das redes de laboratórios. O Comité Regional adoptou a Estratégia por unanimidade.

Adoptado o Quadro para a Implementação do Plano de Ação Global sobre o Álcool 2022-2030
([Documento AFR-RC73-8](#))

Ao apresentar o documento, Dr. Benido Impouma, Director para a Cobertura Universal e Doenças Transmissíveis e Não Transmissíveis no escritório regional da OMS, disse que o consumo nocivo de álcool é a causa de mais de 200 doenças e lesões. Além disso, o consumo de drogas, os distúrbios relacionados com o consumo de drogas e outros comportamentos aditivos, também estão a aumentar na Região Africana.

"Após mais de vinte anos depois da adopção da última Estratégia para a Prevenção do Álcool na Região, o escritório da Região Africana da OMS apresenta um quadro estratégico para acelerar as iniciativas destinadas a reduzir significativamente a morbilidade, a incapacidade e a mortalidade devidas ao consumo de álcool", afirmou.

Na Região Africana da OMS, o consumo nocivo de bebidas alcoólicas é responsável por 5,1 por cento de todas as mortes, o mais elevado do mundo, enquanto o consumo de drogas e as perturbações mentais estão a aumentar. Para além disso, 70,6 mortes por cada 100.000 pessoas são atribuíveis a doenças e lesões relacionadas com o consumo de álcool e 21,4% dos jovens entre os 15 e os 19 anos consomem álcool. Este facto é preocupante, uma vez que África tem a população mais jovem do mundo que não deveria consumir álcool.

Com a adopção da última estratégia para a redução do consumo nocivo de álcool em 2010, a região fez progressos, incluindo a revisão de políticas antiquadas em matéria de álcool, o reforço das parcerias entre os sectores público e privado para a prevenção do álcool, a educação e sensibilização das comunidades, o aumento da tributação sobre a produção de bebidas alcoólicas e a proibição da publicidade sobre bebidas alcoólicas.

Apesar destes progressos, a região continua a enfrentar muitos desafios, uma vez que apenas nove Estados-Membros dispõem de um organismo nacional de coordenação para supervisionar a aplicação de políticas em matéria de álcool, 29 países não dispõem de políticas em matéria de álcool, as políticas de controlo das drogas são separadas das políticas em matéria de álcool e os governos dispõem de uma regulamentação limitada e pouco rigorosa sobre onde e a quem o álcool pode ser vendido.

Além disso, os Estados-Membros enfrentam várias deficiências gerais do sistema de saúde, com um impacto profundo nos serviços de apoio às perturbações relacionadas com o consumo de álcool e de drogas, e têm uma base fiscal muito reduzida, pelo que são cépticos quanto à adopção de políticas que agravem o acesso ao álcool e interfiram com as receitas fiscais, apesar de os estudos demonstrarem que os efeitos nocivos do álcool ultrapassam largamente as receitas fiscais.

Por conseguinte, para superar os desafios e acelerar as ações, os Estados-Membros adoptaram por unanimidade o quadro proposto para a implementação do "Plano de Ação

Mundial sobre o Álcool 2022-2030” e recomendaram algumas ações cruciais para uma alteração adequada do documento, tais como:

- atualizar a legislação e os instrumentos regulamentares em matéria de álcool;
- reforçar as parcerias e intervenções multissetoriais para combater os efeitos do alcoolismo;
- a OMS deve reforçar o apoio técnico aos países para intervenções bem sucedidas neste sector;
- alargar a abordagem para além do álcool a outras substâncias nocivas para a saúde;
- reforçar o controlo nas fronteiras, e as ações para prevenir o tráfico e o consumo de álcool.

Adotada nova Estratégia Multissetorial para a Promoção da Saúde e Bem-Estar ([Documento AFR-RC73-10](#))

O Comité Regional adoptou uma nova estratégia que visa integrar a saúde e o bem-estar em todas as políticas públicas. Esta é a primeira estratégia regional multissetorial da OMS que não é específica de uma doença. Uma estratégia não específica de uma doença era importante para defender o bem-estar, porque as ações multissetoriais existentes na Região são estratégias específicas de doenças com mandatos mal definidos, modalidades de implementação em silos, e sistemas de monitorização e responsabilização fracos.

A Estratégia Regional Multissetorial para a Promoção da Saúde e do Bem-Estar foi adoptada no último dia pelos Ministros da Saúde e pelos representantes que participaram neste Comitê. A nova Estratégia procura operacionalizar o facto de que saúde e bem-estar, requerem a contribuição das partes interessadas para além do sector de saúde, com base numa abordagem multissetorial.

Espera-se que, até 2030, todos os Estados-Membros tenham institucionalizado e integrado a avaliação do impacto das políticas setoriais como uma abordagem padrão no desenvolvimento e implementação de políticas; tenham adoptado uma abordagem de “Uma Saúde” para todo o governo e centrada nas pessoas na conceção, implementação, monitorização e avaliação de programas; tenham estabelecido sistemas de responsabilização com relatórios formais e revisão pelos pares dos progressos e resultados a nível comunitário, subnacional e nacional.

Espera-se que os Estados-Membros atinjam esses objetivos através de, entre outras ações: uma utilização sólida dos dados concretos, defendendo a atribuição de prioridade à promoção do bem-estar nas políticas de todos os sectores; reforçar a capacidade do sector da saúde para envolver mais eficazmente outros sectores e as principais partes interessadas numa ação multissetorial e intersectorial para promover o bem-estar. Outra ação fundamental consiste em derrubar as barreiras de comunicação entre a saúde e os outros sectores, para promover a compreensão dos objetivos comuns.

A incidência cada vez mais elevada de Doenças Transmissíveis, o aumento das Doenças Não Transmissíveis e as emergências frequentes aumentam a pressão sobre sistemas de saúde fracos. Os Determinantes Sociais e as causas subjacentes, na sua maioria fora do sector da saúde, têm impacto no sector da saúde. A aplicação da Estratégia Regional para o bem-estar trará à luz novos dados, métodos práticos e oportunidades que demonstram que a saúde e o bem-estar são ingredientes essenciais que têm um impacto positivo no desempenho económico

de outros sectores. Mostrará também como os outros sectores têm um impacto negativo e positivo na saúde e fornecerá um quadro para medir o seu impacto no bem-estar.

A Estratégia propõe uma abordagem centrada nas pessoas, em toda a sociedade e em toda a administração pública, bem como um financiamento sustentável e inovador, e quadros de responsabilização adequados. Os Estados-Membros devem desenvolver as suas próprias estratégias com objetivos pelos quais cada sector será responsável, orientados pela avaliação do impacto no bem-estar. A primeira avaliação será realizada em 2024 para estabelecer a base de referência que servirá de informação para a monitorização dos objetivos regionais. A OMS colaborará com os Estados-Membros e os parceiros para monitorizar e avaliar a implementação da estratégia regional. Em 2026, será realizada uma avaliação intercalar conjunta e, em 2031, uma avaliação final, que será comunicada ao Comité Regional.

Durante os debates que se seguiram, os Delegados sublinharam a necessidade de um instrumento de monitorização e responsabilização que ajude a fazer um balanço e a comunicar os progressos dos Estados-Membros na implementação da Estratégia. A Estratégia foi adoptada por unanimidade pelo CR73.

Adotada a Estratégia Regional de Envolvimento Comunitário, 2023-2030 ([Documento AFR-RC73-9](#))

A Estratégia Regional de Envolvimento Comunitário, 2023-2030 na Região Africana da OMS foi adoptada durante a RC73, a 31 de Agosto de 2023. É considerada como um dos meios para atingir a Cobertura Universal de Saúde (CUS) e ao mesmo tempo sem deixar ninguém para trás. O envolvimento comunitário é definido como sendo o processo de desenvolvimento e manutenção de relações que permitem às partes interessadas trabalhar em conjunto para resolver problemas e promover o bem-estar. Neste caso, o conceito de "comunidade" é alargado para abranger o contínuo de ligações e interações sociais que ocorrem ao longo da vida, tais como: estruturas baseadas na comunidade; associações profissionais, comunidade científica, associações religiosas, redes dos meios de Comunicação Social, comunidade empresarial, redes religiosas e de estudantes, entre outros.

A estratégia, apresentada pela Dra. Adelheid Werimo Onyango, Diretora do *Healthier Population Cluster* da OMS/AFRO, contribuirá para enfrentar os desafios que afectam a saúde e o bem-estar na Região Africana. De acordo com o Dr. Onyango, "quando se olha para o lado da oferta, menos de 50% da população tem acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade. Do lado da procura, a procura dos serviços é insuficiente". A estratégia visa criar um ambiente propício ao envolvimento da comunidade a longo prazo que reforce a proteção e a resiliência das comunidades através do reforço das capacidades, do aumento da literacia em matéria de saúde e da participação ativa na tomada de decisões, bem como na concepção, implementação e avaliação de iniciativas de saúde e desenvolvimento.

De acordo com o Dr. Onyango, "esta estratégia está estreitamente alinhada com outras estratégias relativas a sistemas de saúde resilientes e à promoção da segurança sanitária, bem como à promoção da saúde, adoptadas pelos Ministros durante a RC73". Além disso, a estratégia contribuirá para a criação de sistemas de saúde resilientes que possam atenuar os efeitos das emergências sanitárias e humanitárias causadas por todos os tipos de riscos. Os seus objetivos são os seguintes:

- ❖ Mapear e tirar partido das estruturas existentes na comunidade que podem servir de base para o envolvimento da comunidade na Atenção Primária à Saúde (APS), na

promoção da saúde e na prestação de serviços sociais e de saúde, incluindo a gestão de emergências;

- ❖ Institucionalizar o envolvimento e a participação da comunidade a fim de reforçar a APS, a promoção da saúde e a prestação de serviços sociais e de saúde, incluindo a gestão de emergências e
- ❖ Fortalecer as capacidades de pesquisa, monitorização e avaliação interdisciplinares para documentar as lições aprendidas com as boas práticas de envolvimento da comunidade, a serem replicadas em futuras intervenções nos países e na região.

Após várias deliberações, os Ministros na RC73 adoptaram a Estratégia.

Analisadas e aprovadas recomendações apresentadas nos Relatórios de Progresso

Eis algumas das principais recomendações que foram aprovadas para abordar questões importantes de saúde em África:

Pesquisa em Saúde: para estabelecer sistemas nacionais de investigação em saúde eficientes que gerem conhecimentos científicos valiosos para a prestação de cuidados de saúde, os Delegados aprovaram recomendações para a disponibilização de financiamento interno suficiente para a investigação em saúde, dar prioridade às intervenções de investigação, estabelecer e manter plataformas de tradução de conhecimentos e reforçar a capacidade de investigação utilizando as lições aprendidas com a Covid-19 ([Documento AFR-RC73-INF-DOC-1](#)).

Aumentar as inovações na área da saúde: em relação às inovações na área da saúde na Região Africana, os Delegados à 73ª sessão do Comité Regional concordaram em desenvolver planos de sustentabilidade para as inovações, atribuir recursos nacionais para desenvolver ferramentas analíticas, criar mecanismos de incentivo para estimular a criatividade e garantir sinergias entre os diferentes níveis do sistema de saúde, para facilitar a adoção de soluções inovadoras desenvolvidas localmente ([Documento AFR-RC73-INF-DOC-2](#)).

Utilizar soluções eHealth: de modo a melhorar os sistemas nacionais de saúde na Região Africana, foi recomendado a implementar ferramentas de governança e monitorização dos sistemas de saúde digitais, assegurar a responsabilização, a transparência e uma liderança eficaz, reforçar a coordenação interministerial, alavancar os Ministérios responsáveis pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC) para a conectividade, aproveitar o currículo de saúde digital da OMS-ITU (Unidade de Telecomunicações Internacionais) a fim de desenvolver capacidades de saúde digital, e reforçar os quadros regulamentares para orientar a digitalização na saúde ([Documento AFR-RC73-INF-DOC-3](#)).

Implementar Estratégia de Promoção da Saúde: foi recomendado aos Estados-Membros à criação de mecanismos nacionais de coordenação multisectorial para apoiar as intervenções de promoção da saúde. Devem também apoiar as instituições de formação académica para que incorporem ou reforcem os currículos de promoção da saúde e a certificação em diferentes níveis de especialização. Além disso, devem basear-se nos progressos alcançados no diálogo multisectorial para um financiamento inovador, dar prioridade à atribuição de recursos e atualizar, ou desenvolver estratégias e planos de ação nacionais de promoção da saúde abrangentes e orçamentados ([Documento AFR-RC73-INF-DOC-4](#)).

Enfrentar o desafio da saúde das mulheres em África: os Estados-Membros devem assegurar que a saúde materna continue a ser uma prioridade na agenda mundial da saúde e do

desenvolvimento. Devem acelerar os esforços para acabar com as mortes maternas evitáveis e proporcionar o acesso universal à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos, nomeadamente durante as crises humanitárias. Além disso, devem garantir que todas as raparigas tenham acesso ao ensino secundário e o concluam. Isto é crucial para alcançar a igualdade de género em todos os aspectos da vida das mulheres. Os Estados-Membros devem também aumentar a participação significativa das mulheres e das raparigas na tomada de decisões públicas como um direito e como um meio de alcançar um impacto significativo em vários indicadores de desenvolvimento. Por último, devem estabelecer estratégias de monitorização eficazes e eficientes com dados desagregados por género para avaliar os progressos e assegurar o acompanhamento, a monitorização e a responsabilização por todos os compromissos em matéria de saúde reprodutiva e materna ([Relatório da Comissão da Saúde da Mulher na Região Africana](#)).

Plano de Ação Mundial para a Atividade Física: os Estados-Membros assinalaram a necessidade de sensibilizar e envolver campeões e modelos de comportamento através de campanhas de comunicação para aumentar o conhecimento dos benefícios da atividade física ao longo do curso da vida. Devem também reforçar as capacidades dos profissionais de sectores não ligados à saúde, como a educação e o planeamento urbano, para criar um ambiente propício e defender estilos de vida mais ativos. Os Estados-Membros devem construir e manter espaços abertos para promover o acesso equitativo a ambientes seguros para a prática regular de atividade física. Além disso, devem proporcionar uma educação física abrangente nas escolas para reforçar a literacia em saúde ao longo do curso da vida. Os Estados Membros devem desenvolver mecanismos inovadores de financiamento interno para garantir a implementação sustentada de políticas e ações para aumentar a atividade física e reduzir o comportamento sedentário. Por último, devem reforçar os sistemas de vigilância existentes para apoiar a monitorização regular da atividade física e dos comportamentos sedentários ([Documento AFR-RC73-INF-DOC-6](#)).

A Década de Ação para a Segurança Rodoviária na Região Africana: os Estados Membros notaram a recomendação para promover a colaboração multissetorial e a coordenação entre a saúde, os transportes, a aplicação da Lei e outras partes interessadas, incluindo atores estatais e não estatais, os Estados-Membros devem reforçar a liderança e o financiamento das agências principais responsáveis pela segurança rodoviária. Devem também desenvolver e implementar estratégias nacionais de segurança rodoviária, incluindo planos de monitorização e avaliação em conformidade com o Plano Global para a Década da Segurança Rodoviária 2021-2030. Os Estados-Membros devem investir em recursos humanos e financeiros para implementar estratégias baseadas em evidências sobre a abordagem de sistemas seguros, para prevenir e responder a acidentes rodoviários e promover sistemas de transporte público seguros, ecológicos e acessíveis. Além disso, devem melhorar a qualidade dos dados sobre segurança rodoviária, reforçando os esforços de recolha de dados fiáveis, oportunos e comparáveis. Devem também aumentar a consciencialização e as iniciativas de prevenção específicas do contexto através do envolvimento da comunidade e das redes de jovens para reduzir os ferimentos e as mortes no trânsito rodoviário na Região. Por último, devem utilizar a inteligência artificial e tecnologias inovadoras para desenvolver abordagens baseadas em factos para as populações mais vulneráveis ([Documento AFR-RC73-INF-DOC-7](#)).

Plano Estratégico para reduzir o duplo fardo da desnutrição na Região Africana: para promover dietas saudáveis, os Estados-Membros apoiaram as recomendações no sentido de assumirem a liderança no desenvolvimento de políticas, na promulgação e aplicação de

regulamentos e no acompanhamento da implementação. Devem também reforçar a coordenação multisectorial e a vigilância para garantir a implementação sistemática e consistente de políticas, para transformar os sistemas alimentares para a saúde. Além disso, devem atribuir recursos adequados para aumentar as intervenções nutricionais, incluindo a proteção social e medidas para contrariar a crescente insegurança alimentar na Região ([Documento AFR-RC73-INF-DOC-8](#)).

O Secretariado reconheceu plenamente e comprometeu-se a fornecer aos Estados-Membros um apoio técnico e financeiro abrangente. O Secretariado mobilizará proativamente recursos suficientes, incluindo fundos flexíveis, para enfrentar eficazmente os desafios evidenciados na implementação das principais intervenções de saúde pública na Região Africana.

A Primeira Cimeira Africana sobre o Clima

A Cimeira Africana sobre o Clima é um evento de referência que reúne Chefes de Estado e de Governo, decisores políticos, organizações da sociedade civil, o sector privado, instituições multilaterais e jovens para conceber e catalisar ações e soluções para as alterações climáticas em África, proporcionando uma plataforma para deliberar sobre onexo entre as alterações climáticas, a realidade do desenvolvimento de África e a necessidade de impulsionar um maior investimento na ação climática a nível mundial e, especificamente, em África. Esta plataforma assim criada, vai ainda servir de espaço para informar, enquadrar e influenciar os compromissos, as promessas e os resultados que advém de todas as ações. A exposição às alterações climáticas e os seus custos crescentes são uma preocupação mundial, sendo a África uma das regiões mais afetadas. À medida que as crises climáticas se tornam mais frequentes e intensas, é necessária uma ação urgente para enfrentar os desafios que se avizinham. As provas são inegáveis onde a África, em particular, enfrenta uma série de dificuldades relacionadas com o clima, incluindo secas, desertificação e ciclones devastadores. Chegou o momento de África se erguer e assumir o seu lugar na luta contra as alterações climáticas. Com os seus abundantes recursos naturais e uma força de trabalho jovem e dinâmica, o continente tem um potencial imenso. Ao estabelecer parcerias e colaborações com o Norte, combinando os recursos de África com tecnologia avançada e capital humano, podemos criar uma aliança poderosa. Esta nova narrativa reconhece a sinergia que pode ser alcançada através do trabalho conjunto, transcendendo fronteiras e partilhando conhecimentos, tecnologias e melhores práticas.

Planeada para acontecer todos os dois anos, a Cimeira inaugural aconteceu de 04 a 06 de setembro de 2023 em Nairobi sob a liderança de Sua Excelência William Samoei Ruto, o Presidente do Quênia com o objetivo de abordar a crescente exposição às alterações climáticas e os custos associados, tanto a nível global como particularmente em África.

A Cimeira inaugural desse evento bienal sobre o Clima em África que aconteceu de 04 a 06 de setembro de 2023 na capital do Quênia, Nairobi, contou com a participação de cerca de 30 000 delegados, [incluindo 17 chefes de Estado](#).

Na sua sessão de abertura oficial, o Presidente Ruto fez questão de chamar atenção sob a importância do evento ao afirmar que esta Cimeira que se realiza aqui em Nairobi, entre 4 e 6 de setembro, após a Cimeira de Paris, onde se verificou uma maior clareza, será uma oportunidade crucial para acelerar a transição energética global e apresentar soluções africanas para a COP28 no Dubai. "Não podemos prosseguir a ação climática através de políticas insulares e solitárias. O aquecimento global não pode ser mitigado através do ar condicionado nos nossos pequenos bolsos e cantos do mundo", afirmou o Presidente Ruto. Ele ainda continuou dizendo

“a ação climática não é uma questão do Norte Global ou do Sul Global; mas é, acima de tudo, um desafio coletivo e afeta a todos. Por isso é imperativo unirmo-nos para encontrar soluções comuns e globais”.

O Presidente Ruto apelou a uma mudança de paradigma na atribuição dos fundos globais para a resposta às alterações climáticas. Afirmou que, no passado, estes fundos foram frequentemente atribuídos a quem não precisava deles, negligenciando os casos genuínos. Ele pensa que é hora de debater um imposto sobre o carbono que permite angariar recursos para financiar o desenvolvimento de África. E insistiu que África irá aproveitar as várias oportunidades verdes apresentadas pelos planos de ação globais para as alterações climáticas.

A Cimeira Africana sobre o Clima contou ainda com a presença do Secretário-Geral das Nações Unidas – António Guterres, a Presidente da Comissão Europeia – Ursula von der Leyen, e o Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, Akinwumi Adesina.

Após três dias de debates centrados em grande medida nas oportunidades de crescimento económico verde no continente, a cimeira emitiu a [Declaração de Nairobi](#), que contém uma série de promessas e exigências, incluindo apelos para avaliar com precisão os activos naturais de absorção de carbono do continente (como as suas florestas) e para investir 600 mil milhões de dólares em energias renováveis - um aumento de mais de 435% - para produzir pelo menos 300 gigawatts até 2030. A declaração também apelou aos países ricos para que cumpram os compromissos assumidos no sentido de reduzir as emissões e disponibilizar fundos para a adaptação - lançando adequadamente, por exemplo, o Fundo de Perdas e Danos acordado na COP27 do ano passado no Egito.

Imagem 4: Chefes de Estado e representantes dos parceiros



Fonte: ECOWAS, 2023.

Paralelamente a Cimeira Africana sobre o Clima nos dias 6, 7 e 8 de setembro, houve iniciativa de organizar a Semana Africana do Clima que estendeu de 04 a 08 de setembro. A semana africana do clima é assim considerada uma plataforma de carácter livre para permitir aos decisores políticos, profissionais, empresas e sociedade civil trocarem ideias sobre soluções climáticas, barreiras a ultrapassar e oportunidades concretizadas em diferentes regiões,

conduzindo ao primeiro balanço global a concluir na COP28 nos Emirados Árabes Unidos em dezembro do corrente ano.

Os temas de discussão/analise durante a Semana Africana do Clima são reagrupados em quatro grandes linhas de ação com vista a fornecer contribuições centradas na região. Os quatro grupos temáticos são: i) Sistemas de energia e indústria; ii) Cidades, aglomerados urbanos e rurais, infraestruturas e transportes; iii) Terra, oceano, alimentos e água; iv) Sociedades, saúde, meios de subsistência e economias.

No entanto, a cimeira foi também marcada pela controvérsia e pelos protestos, com mais de 500 organizações da sociedade civil a assinarem [uma carta aberta](#) em que afirmam que a agenda tinha sido desviada para publicitar "falsas soluções", como os mercados de carbono e a sua absorção como prioridades africanas. Um desses críticos, [Senhor Patrick Gathara, escreveu um artigo](#) em que questiona por que razão as conversas se centraram tanto nas soluções de mercado e não nos impactos humanos da crise climática.

Au revoir to some French troops in Niger

O Presidente da República do Níger, Mohamed Bazoum, eleito democraticamente em 2021, foi derrubado em 26 de julho de 2023 por um golpe de Estado liderado por um grupo de militares chefiados pelo chefe da guarda presidencial, o General Omar Tchiani. Mais um golpe de estado entre os países membros da [CEDEAO](#), o quarto nos últimos três anos e o quarto entre os 8 países ex-colónias da França da África Ocidental.

A primeira reação oficial da CEDEAO, foi de condenar mais um golpe de estado e estabeleceu o prazo de uma semana para a restituição do Presidente eleito sob pena de uma intervenção militar. Mas na prática quase todos os países que fazem fronteira com o Níger se opuseram imediatamente contra qualquer tipo de intervenção e mesmo contra uma possível utilização de suas fronteiras terrestres e espaços aéreos em caso de ação militar. Mesmo os países que haviam declarado oficialmente estarem dispostos a enviar militares em caso de necessidade, têm vindo a ter enormes dificuldades em obter apoio de suas instâncias políticas e populares nos respetivos países para dar seguimento a medidas de represálias militares contra o Níger.

O que se constata, é o aumento galopante de vozes antifrancesas em quase todos os países antigas colónias da França. E assim, desde o golpe militar no Níger de 26 de julho de 2023, as tensões entre a França e Niamey não pararam de aumentar: rutura de acordos de cooperação militar, pedido de demissão do embaixador, manifestações populares contra a França, etc. A situação complicou ainda mais com um novo evento de mais um golpe de estado, desta vez no Gabão, um país ex-colónia da França na África central. Um comentador da revista [Le Grand Continent](#) escreveu a seguinte cronica "O golpe de Estado de hoje no Gabão faz parte de uma tendência regional mais vasta, que alimenta a audácia dos que se sentem tentados a seguir o exemplo".

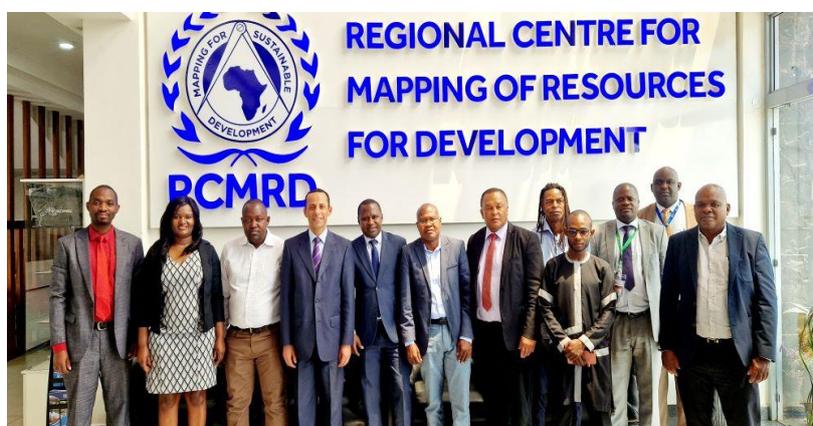
Apesar dos seus enormes recursos de urânio, o Níger é um dos países mais pobres do mundo, com indicadores de saúde dos mais baixos entre os países da África Ocidental. A maior parte da população não consegue o sustento mínimo necessário. As crianças apresentam índices elevadíssimos de carência nutricional.

Depois de uma diplomacia ofensiva inicial, a França parece cada vez mais disposta a iniciar uma [retirada militar "limitada" do Níger](#), particularmente depois de os [protestos](#)

[populares](#) terem tornado claro que as suas tropas já não são bem-vindas. Os novos líderes militares do Níger deram à França um mês para retirar os seus 1.500 soldados - mais o embaixador - do país. Mas Paris, que continua a advogar o não reconhecimento da legitimidade da junta militar, recusou. Agora, com o fim do prazo de 3 de setembro, estão em curso conversações com os comandantes do exército nigeriano (e não com os líderes do putsch, sublinham os [funcionários franceses](#)) para que um número não revelado de tropas francesas seja transferido para o Chade. Mas esta semana, houve [manifestações em frente à base francesa](#) de Faya-Largeau, no norte do Chade, depois de um legionário francês ter morto um soldado chadiano. Entretanto, os EUA também estão a "[reposicionar](#)" tropas e equipamento no Níger - mudando de Niamey para a sua gigantesca base aérea do norte, em Agadez. O Pentágono insiste que a sua luta contra a insurreição jihadista do Sahel vai continuar.

COMESA, análise do Projeto de Mudança Climática do Fundo Global para o Meio Ambiente²²⁶

Imagem 5: Membros do Comitê Diretivo do Programa



Fonte: [COMESA, 2023.](#)

No dia 5 de setembro de 2023, ocorreu a primeira reunião do Comitê Diretivo do Programa para as Alterações Climáticas (PSC) da COMESA para o Projeto da Iniciativa de Capacitação para o Reforço da Transparência (COMESA-CBIT), financiado pelo Fundo Global para o Ambiente. Este evento teve lugar em Nairobi, Quênia, coincidindo com a Cimeira do Clima de África e a Semana do Clima de África.

O objetivo principal do projeto é capacitar quatro Estados Membros da COMESA - Eritreia, Comores, Seicheles e Zâmbia - para melhorar a transparência na monitorização, comunicação e verificação das alterações climáticas, conforme estabelecido no Acordo de Paris.

O evento, juntou vários participantes, incluindo representantes governamentais dos países mencionados, bem como membros da Conservação Internacional (CI) e do Centro Regional de Mapeamento de Recursos para o Desenvolvimento (RCMRD). O Embaixador Dr. Mohammed Kadah, Secretário-Geral Adjunto do COMESA responsável pelos Programas, presidiu a reunião, estabelecendo uma visão compartilhada para o projeto e discutindo metas, prazos e alocamento de recursos.

Durante a reunião, enfatizou-se a importância de buscar financiamento adicional do Fundo Global para o Ambiente (GEF) e de outros possíveis financiadores, dada a situação

²²⁶ <https://www.comesa.int/inaugural-joint-comesa-global-environment-facility-climate-change-project-conducted/>

financeira desafiadora de muitos Estados Membros da COMESA devido a dívidas e déficits orçamentários.

O Dr. Kadah agradeceu aos Estados Membros e aos parceiros CI e RCMRD pelo seu apoio técnico e expressou confiança no sucesso do projeto. Ele também enfatizou o compromisso da COMESA em manter a transparência e fornecer atualizações regulares sobre o progresso do projeto.

Os representantes dos Estados-Membros comprometeram-se a apoiar a implementação do projeto, enquanto o RCMRD e a CI se comprometeram a continuar a oferecer apoio técnico e colaboração na mobilização de recursos futuros.

O Comitê Diretivo do Programa (CPS) continuará a facilitar a colaboração entre as partes interessadas, monitorizará o progresso do projeto e fornecerá orientação estratégica. A próxima reunião do CPS está agendada para janeiro de 2024.

Antes da reunião do CPS, o Dr. Kadah e o Diretor Geral do RCMRD, Dr. Emmanuel Nkurunziza, discutiram áreas potenciais de colaboração entre suas organizações, com destaque para o mapeamento geoespacial e questões relacionadas a alterações climáticas, monitorização de ecossistemas, segurança alimentar e desafios comuns enfrentados pelos Estados-Membros da COMESA. Ambos reconheceram a importância dessas áreas para o desenvolvimento sustentável da região.

Botswana assina o Memorando de Acordo Intergovernamental para o Estabelecimento do Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC²²⁷

Imagem 6: Ato de assinatura do Memorando



Fonte: [SADC, 2023](https://www.sadc.int/latest-news/botswana-signs-intergovernmental-memorandum-agreement-establishment-sadc-humanitarian).

No passado 5 de setembro de 2023, a República do Botswana se tornou o décimo Estado Membro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) a assinar o Memorando de Acordo Intergovernamental (MOA) para estabelecer o Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC (SHOC). Essa ação aproxima o MOA de se tornar operacional, pois dois terços dos 16 Estados-Membros devem assinar para que entre em vigor.

²²⁷ <https://www.sadc.int/latest-news/botswana-signs-intergovernmental-memorandum-agreement-establishment-sadc-humanitarian>

Localizado em Nacala, na província de Nampula, Moçambique, o SHOC é responsável por coordenar a preparação regional para riscos de desastres, resposta a emergências e esforços de recuperação precoce para apoiar os Estados-Membros afetados por desastres. Ele desempenha um papel crucial na gestão do fornecimento de equipamentos e suprimentos necessários às equipes de resposta da SADC durante as operações humanitárias.

O SHOC foi estabelecido como uma organização autônoma e autoresponsável da SADC, e o objetivo do MOA é estabelecer o SHOC e fornecer uma base jurídica para sua operacionalização.

Ilustre Kabo Morwaeng, Ministro dos Assuntos Presidenciais, Governação e Administração Pública do Botswana, representando o Governo do Botswana, enfatizou a importância de priorizar a preparação e resposta a riscos de catástrofes. Ele destacou que a região enfrentou vários eventos catastróficos, como fortes chuvas, secas, inundações, tempestades e deslizamentos de terra, resultando em perdas de vidas e danos materiais. O Ministro enfatizou a necessidade de unidade e colaboração regional para melhorar a preparação e resiliência em caso de catástrofe.

Alex Banda, Conselheiro Sênior da Unidade de Redução do Risco de Desastres do Secretariado da SADC, expressou sua gratidão ao Governo do Botswana pelo compromisso de apoiar a gestão de riscos de catástrofes. Ele reconheceu que o Acordo era um marco na melhoria dos esforços coordenados de gestão de riscos de desastres na SADC. Banda também destacou o impacto cumulativo dos desastres naturais na região, incluindo o recente ciclone Freddy, que causou danos extensos em vários países, afetando também o Botswana.

Devido à crescente frequência e gravidade dos eventos de catástrofe na região da SADC, o Conselho de Ministros aprovou atividades provisórias para a operacionalização do SHOC durante sua reunião de março de 2022. O Secretariado continua a facilitar a assinatura do MOA pelos Estados-membros.

A cerimônia também contou com a presença da Sra. Goitsewang Morekisi, Secretária Permanente do Ministro dos Assuntos Presidenciais, Governação e Administração Pública do Botswana, e do Sr. Moagi Baleseng, Diretor do Gabinete Nacional de Gestão de Calamidades do Botswana. Acompanhando o Sr. Banda estavam a Sra. Refilwe Mosarwa, Conselheira Jurídica do Secretariado da SADC, e o Sr. Letso Mpho do Gabinete de Comunicação e Relações Públicas do Secretariado da SADC.

Industrialização nas cadeias de valor dos anti-retrovirais e do couro

No dia 3 de setembro de 2023, em Durban, República da África do Sul, o Secretariado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em parceria com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH (GIZ) realizou um Workshop de Compartilhamento de Informações e Melhores Práticas como parte do Programa de Apoio à Industrialização e aos Setores Produtivos (SIPS) da SADC. Este evento reuniu representantes do Secretariado da SADC, GIZ, Departamento de Ciência e Inovação (DSI), Conselho de Investigação Científica e Industrial (CSIR), Rede da África Austral para Biociências (SANBio), Instituto de Tecnologia de Harare (HIT), Universidade de Eswatini (UNESWA), Mitch Investimentos e Solidaridad.

O propósito principal deste workshop foi atualizar os participantes sobre os três projetos de subvenção apoiados pelo SIPS nas cadeias de valor de antirretrovirais (ARV) e Couro. Os

projetos ARV operam em Eswatini, Lesoto, Malawi, África do Sul e Zimbabué, enquanto o projeto da cadeia de valor do Couro está em andamento na República Unida da Tanzânia e no Zimbabué. Além disso, o evento proporcionou uma plataforma para os parceiros do projeto compartilharem suas experiências, informações sobre desenvolvimento da cadeia de valor de ARV e Couro, bem como o crescimento de pequenas e médias empresas (PMEs) e questões de propriedade intelectual relacionadas.

O Secretariado da SADC e a GIZ estão colaborando no Programa SIPS, um projeto de cinco anos (2019-2024) financiado pela União Europeia através do 11º Fundo Europeu de Desenvolvimento no valor de 18 milhões de euros, com um aporte adicional de 2,8 milhões de euros do Ministério da Cooperação e Desenvolvimento Econômico da Alemanha, por meio da GIZ. O programa visa acelerar a industrialização na região da SADC, apoiando o desenvolvimento das cadeias de valor regional nos setores de agroprocessamento e farmacêutico.

Na abertura do workshop, a Sra. Thato Morokong, Vice-Diretora Interina do Departamento de Ciência e Inovação (DSI) do Ministério do Ensino Superior da África do Sul, enfatizou a importância do tema da Convenção Bio África intitulado "Reimaginando a Inovação Biotecnológica para o Desenvolvimento e Segurança da África". Ela destacou que o DSI está implementando um plano de inovação de 10 anos em ciência, tecnologia e inovação, com ênfase na agricultura, saúde, bioinovação, biotecnologia, produtos farmacêuticos e conhecimentos indígenas.

A Sra. Morokong elogiou os projetos que obtiveram sucesso no programa SIPS, incluindo o projeto colaborativo entre CSIR, SANBio, HIT e UNESWA, que visa utilizar conhecimentos indígenas para desenvolver medicamentos para o tratamento do HIV/AIDS no Zimbabué e Eswatini. Por outro lado, o projeto da MITCH Investments, que se concentra no desenvolvimento de uma aplicação eletrônica integrada para diretrizes de tratamento do HIV e da AIDS, a fim de otimizar os resultados do tratamento e melhorar o processo regulatório e da cadeia de abastecimento no Malawi e Lesoto. Por fim, o projeto Solidaridad, que visa promover um setor de couro competitivo, inclusivo e sustentável.

A Sra. Anneline Morgan, Oficial Sênior de Ciência, Tecnologia e Inovação do Secretariado da SADC, compartilhou os objetivos gerais do programa SIPS e seu foco nas cadeias de valor da SADC. O programa tem como objetivo contribuir para a agenda de industrialização e integração regional da SADC, concentrando-se na melhoria do desempenho e crescimento de cadeias de valor regionais selecionadas e serviços relacionados nos setores de agroprocessamento e farmacêutico.

A Europa sente as mudanças climáticas

Europe feels climate changes

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Abstract. *The European continent is suffering from climate change, under the heat of the hottest summer and the worst forest fire ever recorded in the EU's history. Also resulting from climate change, the spread of the Aedes albopictus mosquito, which transmits diseases such as dengue, zika and chicungunia, led to fumigation on the streets of Paris. At a G-20 meeting, the European Council plays a double game, meeting bilaterally with China, but launching an initiative that aims to tackle the silk road, in partnership with the USA. The absence of the Chinese president is noted at the meeting.*

Keywords: *Global Health; European Union; Europe Heatwave; Climate Changes; G20.*

Resumo. O continente europeu sofre com as mudanças climáticas, sob o calor do verão mais quente e do pior incêndio florestal já registrados na história da UE. Também decorrente das mudanças climáticas, o avanço do mosquito *Aedes albopictus*, transmissor de doenças como dengue, zika e chicungunia, levou fumigação às ruas de Paris. Em reunião do G-20, o Conselho Europeu faz jogo duplo, se reunindo bilateralmente com a China, mas lançando iniciativa que visa fazer frente à rota da seda, em parceria com os EUA. A ausência do presidente chinês é notada na reunião.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; Onda de calor na Europa; Mudanças climáticas; G20

A Europa sente as mudanças climáticas, sob o calor do verão mais quente já registrado no continente. Em agosto, enquanto o fogo queimava a Espanha e a Grécia, enchentes atingiam o sudoeste da Alemanha. Espanha, Itália e Grécia experimentaram temperaturas recordes, com ondas de calor superiores a 40º e algumas vezes, [superiores a 50º](#).

Além do calor, a Grécia viveu a tragédia do pior incêndio florestal da história da União Europeia. Os incêndios que se acumularam no norte da Grécia, destruíram reservas naturais e meios de subsistência. O fogo é tido como comum na região e a [população local culpa os refugiados pela desproporção deste episódio](#). A área de Evros tem estado na rota de migrantes da Turquia para a UE. Eles são repelidos da Grécia para a Turquia, e evitam as rotas conhecidas, escondendo-se nas florestas para escapar de autoridades e deportação. Sob a indiferença da população, 18 corpos carbonizados foram encontrados no Parque Nacional Dadia. Se a população do norte da Grécia nega as mudanças climáticas como causa dos grandes incêndios e prefere acusar os migrantes de atear fogo nas florestas, a França as reconhece como motivo pelo rápido avanço do mosquito-tigre-asiático pelo norte da Europa.

[Pela primeira vez, Paris fumeja ruas contra o mosquito Aedes](#). Foram duas operações pontuais ao redor de casas de pessoas que contraíram a dengue. "Foi a primeira vez em Paris, mas não é a primeira na França", disse a vice-prefeita de Paris, Anne Souyris, responsável pela política de saúde. O órgão regional de saúde da capital, ARS Ile-de-France, disse que a área alvo da fumigação era de 150 metros ao redor da casa de uma pessoa no 13º arrondissement que

contraiu dengue durante uma viagem. Ruas foram fechadas e as pessoas foram convidadas a permanecer em suas casas, enquanto profissionais de controle de pragas pulverizavam inseticidas em árvores, espaços verdes e outras áreas de reprodução de mosquitos. Souyris explicou que “essas operações estão sendo realizadas para reduzir o risco de transmissão da dengue após a detecção de um caso”. Uma segunda operação foi realizada depois que outra pessoa adoeceu com dengue após retornar de uma viagem ao exterior.

Tais cenas, comuns em cidades tropicais, ainda que sem a mesma organização, se tornam cada vez mais comuns na Europa à medida que o *Aedes albopictus*, se espalha na região. Nativo do sudeste asiático, o mosquito-tigre-asiático, pode transmitir os vírus da dengue, chikungunya e Zika. A estratégia sanitária é tentar impedir o desenvolvimento de uma cadeia de transmissão na região de Paris. Se um mosquito-tigre-asiático picar alguém que foi infectado no exterior, ele se torna portador do vírus. O mosquito já está estabelecido na França, Alemanha e Suíça. Andrea Ammon, diretora do Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças (ECDPC) da UE, disse em junho que, se a propagação do *Aedes albopictus* continuar, “podemos esperar ver mais casos e possivelmente mortes” por doenças transmitidas por mosquitos. Em 2022, a França registrou 65 casos de transmissão local de dengue, de acordo com o ECDPC.

[A gigante farmacêutica Novo Nordisk, se tornou a empresa mais valiosa da Europa.](#) O que explica o fenômeno é que a companhia dinamarquesa possui a patente do Ozempic, remédio para diabetes que se tornou uma febre mundial ao passar a ser utilizado para perda de peso. Em 2021, ao ser aprovado para uso nos Estados Unidos, o medicamento já havia assegurado à empresa um enorme salto em seu valor de mercado. Seu novo avanço é fruto da introdução do Ozempic no Reino Unido – até mesmo no sistema público do país, o NHS. Surgem em todo o mundo denúncias da venda indiscriminada do remédio para fins estéticos, sem orientação médica.

Paradoxalmente, enquanto ozempic levou a indústria ao maior faturamento da história, [o órgão regulador de medicamentos da Europa abriu investigações sobre alguns remédios para perda de peso](#) após receber alertas sobre possível elo com pensamentos suicidas e de automutilação entre usuários. A Islândia notificou a Agência Europeia de Medicamentos (EMA, na sigla em inglês) sobre três casos no país. A entidade investigará os medicamentos Wegovy, Saxenda e outros semelhantes — como Ozempic — que ajudam a reduzir o apetite. As bulas dos produtos já listam “pensamentos suicidas” como possível efeito colateral.

A UE esteve representada na reunião do G-20, pelo Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel e pela Presidente da Comissão Europeia, Úrsula von der Leyen. Como destaques da reunião, trago a falta do presidente chinês, a adesão da União Africana como membro permanente, e a ausência de condenação explícita à Rússia pela guerra na Ucrânia. Às margens do encontro, o Presidente do Conselho realizou uma série de reuniões bilaterais com líderes da União Africana, Brasil, China, Egito, Índia e Arábia Saudita.

Em encontro bilateral, realizado em paralelo à cúpula, [o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, reuniu-se com o primeiro-ministro da China, Li Qiang](#), quando trocaram pontos de vista sobre diversas questões e confirmaram o seu interesse em manter relações estáveis e construtivas. Michel confirmou o interesse em realizar a Cúpula UE-China até ao final do ano, sublinhando a importância de manter diálogos setoriais de alto nível previamente ao encontro, como o 10.º Diálogo Económico e Comercial de Alto Nível UE-China, o Diálogo Estratégico sobre política externa e o Diálogo Digital. Para a UE, os Diálogos de Alto

Nível têm papel importante obtenção de resultados significativos para o encontro. O Presidente do Conselho Europeu salientou que, eles são úteis e necessários para promover a compreensão mútua e enfrentar os vários desafios no contexto das relações bilaterais, mas também no contexto de questões mais globais. Citando a necessidade do trabalho em conjunto para o enfrentamento dos desafios globais, curiosamente, Michel destacou o alívio da dívida. Por fim, ele congratulou-se com a condenação da China à ameaça de utilização de armas nucleares e fazendo a política de boa vizinhança, confirmou que a Política de Uma Só China é um princípio fundamental da relação UE-China.

Em movimento contraditório, em outro encontro bilateral, a UE lança em parceria com os EUA, uma alternativa à rota da seda, conforme noticia o El País. Trata-se de um novo projeto de infraestrutura, que pretende criar conexões – de transporte, energética e digitais -, entre a Índia, o Oriente Médio e a Europa. O presidente estadunidense, Joe Biden e a presidente da Comissão Europeia, Úrsula von der Leyen, classificaram o acordo como histórico. O projeto pretende conectar Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Israel e Jordânia, para além clássicas das estruturas férreas e facilitação do comércio naval, em direção ao favorecimento de exportação de energias limpas e à instalação de cabos de conexão de dados. Para Úrsula, o tempo comercial entre Índia e Europa pode ser reduzido em 40%. O plano prevê uma segunda perna, um corredor férreo transafricano entre Angola, República Democrática do Congo e Zâmbia. Para o Jornal, representa um gesto para reforçar laços com o Sul Global e traz uma importante mensagem política num mundo em disputa. Algumas semanas após o anúncio do alargamento do BRICS, “novos membros” já participam de outra iniciativa que visa claramente fazer frente ao crescimento da influência chinesa na região²²⁸.

[A União Europeia prossegue com seu movimento em busca de autonomia estratégica e diversificação das dependências, aprofundando a relação com a Celac.](#) Os temas estão na pauta de um encontro informal entre ministros da economia e finanças, previsto para acontecer ao final da semana. Na ocasião, os ministros encaminharão a agenda de investimentos no âmbito do “Global Gateway”, acordada na cúpula de julho. No bojo do encontro, haverá uma inédita reunião conjunta com ministros e instituições financeiras internacionais das regiões da América Latina e Caribe, organizada em colaboração com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). Na pauta estará a “Economia Global Verde e Digital”. A temática da dívida, tangencia a agenda, sob o argumento da importância da manutenção de uma rede de segurança financeira global forte e eficaz, dada a difícil situação geopolítica e as crescentes necessidades de financiamento dos países vulneráveis. Neste contexto, os ministros serão convidados a considerar caminhos a seguir nas reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial, em Marraquexe, em outubro. A interação entre a política fiscal e monetária também será discutida.

Na Espanha, onde a direita ganhou as eleições, mas não conseguiu formar maioria, há chance de Pedro Sánchez se manter no poder como primeiro-ministro, com a vitória de Francina Armengol, do Partido Socialista Operário da Espanha (Psoe) na eleição para a presidência da Câmara do país. Em uma aula de política, o Psoe se aliou a uma sigla pró-independência da Catalunha e outros separatistas e conseguiu eleger Francina com 178 votos, apenas 2 a mais que a maioria absoluta necessária. Assim, apesar de ter ficado em 2º lugar nas eleições gerais, obteve maioria no Congresso por meio de acordos com diversas siglas.

²²⁸ Jornal El País: “EE UU y la UE lanzan una alternativa a la ruta de la seda china”. Edição de 10 de setembro de 2023, página 6. Espanha.

[O rei Felipe 6º da Espanha indicou o líder do Partido Popular \(PP\), Alberto Núñez Feijóo](#), vencedor das eleições, para formar o governo do país e enfrentar uma votação parlamentar para primeiro-ministro. Feijóo precisa do apoio de 176 deputados dos 350 na Câmara para se tornar primeiro-ministro. Caso não consiga, pode ascender ao poder se tiver mais votos a favor do que contra em uma 2ª votação. Se ele perder novamente, o rei terá que escolher outro político para formar o governo. Pedro Sánchez, que seria o próximo na fila, [negou apoio para que Feijóo seja premiê na Espanha](#).

Enquanto Sanchez luta para se manter no poder, [Luis Rubiales, o Presidente da Federação Espanhola de Futebol, que beijou a atleta Jenni Hermoso, sem consentimento, renunciou](#). Criticado nacional e internacionalmente, afastado de suas funções pela Fifa e enfrentando uma denúncia do Ministério Público espanhol por agressão sexual e coerção, o dirigente anunciou sua saída do cargo. Após a jogadora abrir uma queixa formal contra ele, o MP espanhol formalizou a denúncia perante a Justiça, que decidirá sobre a abertura de um processo perante o Supremo Tribunal do país. Rubiales pode ser condenado a uma pena que varia do pagamento de uma multa até quatro anos de reclusão. Os promotores também acusam Rubiales de pressionar a atacante a defendê-lo em público após a repercussão do episódio.

Conclusões

Lamentavelmente, as mudanças climáticas aparecem em destaque neste Informe sobre a Europa. Um dos principais defensores das pautas ambientais, o continente vem sendo severamente afetado por ondas de calor, incêndios, fortes chuvas e inundações. Outra decorrência das mudanças climáticas, o avanço de doenças tropicais para o território europeu é facilitado pela expansão da presença de mosquitos aedes e levou Paris a fumigar ruas para evitar a transmissão da dengue. A União Europeia, que busca desesperadamente diversificar suas dependências, anuncia iniciativa para concorrer com a rota da seda chinesa em parceria com os EUA, mas a pergunta que não quer calar é: Qual o recado chinês com a ausência de Xi Jinping na reunião do G-20 na Índia? A postura de indiferença é para com a Índia, parceiro polêmico, ou para com o G-20? Seria um desdobramento do alargamento dos BRICS? A adesão da União Africana ao G-20, que amplia a participação do continente africano no colegiado, que contava apenas com a África do Sul como membro, certamente sim.

O grande mercado chamado ASEAN: cresce a importância do Sudeste Asiático

The large market called ASEAN: the importance of Southeast Asia grows

Lúcia Marques

Resumo: Com um produto interno bruto (PIB) da **Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)** atingindo quase 3,2 bilhões de dólares americanos em 2019, este número coloca a ASEAN (10 países: Brunei, Camboja, Filipinas, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnam) em terceiro lugar como a maior economia regional da Ásia e em quinto como a maior economia do mundo, depois dos Estados Unidos, China, Japão e Alemanha. Na última década, o crescimento médio anual da ASEAN atingiu 3,98%, acima da média de crescimento econômico global de 2,6%. O aumento projetado na região da ASEAN em 2022 foi de 5,1%. Esta foi uma tendência positiva que a presidência da Indonésia, procurou manter. A capacidade de *Resiliência* foi uma constante na construção da perspectiva ASEAN para o futuro do Indo Pacífico, para manter a posição do bloco como o epicentro do crescimento econômico, político e sociocultural, preservando a relevância do bloco como um ator global capaz de enfrentar desafios futuros e promover a estabilidade e a paz na região do Sudeste Asiático. Saúde Única, tecnologia digital e economia criativa interconectam todos os setores. Esse foi o projeto da Indonésia para sua presidência em 2023. Laos assume a presidência do bloco a partir de janeiro de 2024.

Palavras chaves: ASEAN, Sudeste Asiático, Indonésia, Asia Pacífico, multilateralismo.

Abstract: *With a gross domestic product (GDP) reaching almost 3.2 billion US dollars in 2019, the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), which brings together 10 countries (Brunei, Cambodia, Laos, Malaysia, Myanmar, Philippines, Singapore, Thailand and Vietnam), ranks third as the largest regional economy in Asia and fifth as the largest economy in the world, after the United States, China, Japan and Germany. Over the past decade, ASEAN's average annual growth has reached 3.98%, above the global economic growth average of 2.6%. The projected increase in the ASEAN region in 2022 was 5.1%. This was a positive trend that the Indonesian presidency sought to maintain. Resilience capacity was a constant in building the ASEAN perspective for the future of the Indo-Pacific, to maintain the bloc's position as the epicenter of economic, political and socio-cultural growth, preserving the bloc's relevance as a global actor capable of facing future challenges and promote stability and peace in the Southeast Asian region. One Health, digital technology and the creative economy interconnect all sectors. This was Indonesia's project for its presidency in 2023. Laos will assume the bloc's presidency from January 2024.*

Keywords: ASEAN, Southeast Asia, Indonesia, Asia Pacific, multilateralism.

"À medida que a ordem mundial continua a mudar rapidamente em meio a crescentes tensões geopolíticas, o conceito de centralidade da ASEAN ganha ainda mais impulso e relevância,

especialmente por causa de sua profunda capacidade inovadora, que ajudou a impulsionar o crescimento econômico dinâmico na região"²²⁹

O grande mercado chamado ASEAN. Com um produto interno bruto (PIB) da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) atingindo quase 3,2 bilhões de dólares americanos em 2019, este número coloca a ASEAN (10 países: Brunei, Camboja, Filipinas Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnam) em terceiro lugar como a maior economia regional da Ásia e em quinto como a maior economia do mundo, depois dos Estados Unidos, China, Japão e Alemanha. Mesmo depois de superar a situação de crise global de 2008, o PIB da ASEAN continuou a crescer de forma constante, com um crescimento médio anual de 5,7 por cento até 2019. O setor dos serviços contribuiu com mais de 50%, seguido pelo sector da indústria transformadora, com 36%, e o setor agrícola, com 10,5%.

Como em muitos países do mundo, a pandemia de Covid-19 impactou severamente a economia dos países aseanos – turismo e comércio. No entanto, à medida que o impacto da pandemia diminuiu, a ASEAN conseguiu rapidamente mostrar a sua capacidade para restaurar a sua atividade econômica. E, com planos estratégicos, implantação de políticas e ações colaborativas, enfrentou as fragilidades reveladas pela pandemia e avançou em políticas para igualdade de gênero, proteção de mulheres e meninas, capacitação de jovens e trabalhadores frente às novas tecnologias, trabalhadores migrantes e proteção social, sistemas de saúde resilientes e rede de laboratórios, agricultura digital, proteção ambiental e energia verde, financiamentos e parcerias público-privadas e, principalmente, se manter integra frente a rivalidade EUA-China que, justamente se acirrou em 2020, com o governo americano de Donald Trump.

Desde a fundação da ASEAN, em 1967, em Bangkok, Tailândia, com a assinatura da [Declaração de Bangkok](#)²³⁰, os 10 países da região do Sudeste Asiático registaram um crescimento econômico quase constante. E o que levou à união destes países diferentes os mantém unidos até hoje:

“as economias fragmentadas do Sudeste Asiático, com cada país perseguindo os seus próprios objetivos limitados e dissipando os seus escassos recursos nos esforços sobrepostos ou mesmo conflitantes dos Estados irmãos, carregam as sementes da fraqueza na sua incapacidade de crescimento e na sua dependência autopropetuada das nações industriais avançadas. A ASEAN, portanto, mobiliza o potencial ainda inexplorado desta região rica através de uma ação unida mais substancial,” palavras do secretário dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, Narciso Ramos, na ocasião da fundação do bloco.²³¹

Os princípios fundamentais estabelecidos na ocasião seguem sendo os mesmos: a) respeito mútuo pela independência, soberania, igualdade, integridade territorial e identidade nacional de todas as nações; b) o direito de cada Estado de conduzir a sua existência nacional livre de interferências externas, subversão ou coerção; c) não interferência nos assuntos internos uns dos outros; d) resolução de diferenças ou disputas de forma pacífica; renúncia à ameaça ou uso da força; e) e cooperação eficaz entre si.

²²⁹ Arsjad Rasjid, presidente do Conselho Consultivo Empresarial da ASEAN (ASEAN-BAC) [Cimeira da ASEAN 2023 abre portas para mais colaboração internacional - Front Row - The Jakarta Post](#)

²³⁰ Cujos objetivos e propósitos diziam respeito à cooperação nos domínios econômico, social, cultural, técnico, educacional e outros, e à promoção da paz e estabilidade regionais através do respeito permanente pela justiça e do Estado de direito e pela adesão aos princípios das Nações Unidas.

²³¹ <https://asean.org/the-founding-of-asean/>

Talvez por isso a maior frustração das três últimas presidências seja não ter conseguido resolver a questão do golpe militar em Myanmar, quando o grupo militar, conhecido como Tatmadaw, tomou o poder em 1º de fevereiro de 2021. A Conselheira de Estado, Aung San Suu Kyi, e outros líderes do governo deposto seguem presos até hoje. Uma etnia expulsa e apátrida (Rohingya), uma guerra civil instalada, crises humanitárias e muitos migrantes e refugiados seguem sem solução. A implementação do Consenso de Cinco Pontos (5PC), estabelecido na Reunião de Líderes da ASEAN em 24 de abril de 2021, segue sem avançar. Em função disso, em [revisão dos 5PC](#), os líderes reunidos em Jacarta, 5 de setembro de 2023, reafirmaram as decisões tomadas nas 40ª e 41ª cúpulas, que mantêm Myanmar sem participação política nas cimeiras. E decidiram que a presidência ASEAN de 2026, que segue ordem alfabética, será assumida pelas Filipinas (Philippines, em inglês) – 2024, será Laos, e 2025, Malásia.²³²

Outro ponto nevrálgico para a ASEAN é o aumento das tensões no Mar do Sul da China, a hidrovia mais estratégica da região, depois que a China publicou um novo "mapa padrão".²³³ Ele descreve as reivindicações de grandes territórios disputados por alguns membros da ASEAN, o que provocou protestos, inclusive da Malásia.²³⁴ A China é um dos principais parceiros comerciais do bloco e de vários países aseanos.

Sob as presidências do Vietnã (2020), de Brunei (2021), do Camboja (2022) e agora da Indonésia (2023), a ASEAN focou na recuperação econômica e vem focando em ampliar as relações com países vizinhos e de outras regiões e com organismos multilaterais, visando fortalecer o bloco e garantir sua neutralidade frente às disputas geopolíticas atuais. “Numa região tão diversa como o Sudeste Asiático, o sucesso da ASEAN não teria sido possível sem a forte determinação e compromisso dos Estados-Membros em trabalhar em conjunto”, foram as palavras do Secretário Geral da ASEAN, o indonésio Kao Kim Hourn, em discurso que comemorou os 56 anos do bloco, em agosto último.²³⁵

A integração econômica regional é uma política comercial que reduz ou elimina as barreiras comerciais entre os países membros, incluindo barreiras tarifárias e não tarifárias. No caso da ASEAN, indica que a integração econômica regional não é apenas um conceito teórico, mas também tem princípios e mecanismos concretos que incorporam o espírito do comércio livre. Ao eliminar os direitos de importação para zero por cento, espera-se que os produtos e serviços se tornem mais competitivos entre os países membros da ASEAN.

A primeira questão é sobre o potencial do mercado da ASEAN. Qual é o tamanho da participação de mercado regional no Sudeste Asiático?²³⁶

Segundo a [Worldometers](#), a população do Sudeste Asiático atinge atualmente cerca de 687,96 milhões de pessoas. A Indonésia é o maior país com uma população de cerca de 277,53 milhões de pessoas, seguida pelas Filipinas com 117,33 milhões de pessoas, Vietnã com 98,85 milhões de pessoas, Tailândia com 71,8 milhões de pessoas, Myanmar com 54,57 milhões de pessoas, Malásia com 34,30 milhões de pessoas, Camboja com 16,94 milhões de pessoas, Laos

²³² <https://asean.org/wp-content/uploads/2023/09/01.FINAL-ASEAN-LEADERS-REVIEW-AND-DECISION-ON-THE-IMPLEMENTATION-OF-THE-5PC-1.pdf>

²³³ <https://sputniknewsbr.com.br/20230901/pequim-eleva-capacidade-antissubmarino-em-meio-a-tensoes-no-mar-do-sul-da-china-30131324.html>

²³⁴ <https://www.thejakartapost.com/world/2023/09/05/jokowi-says-asean-stands-unitedaboveallease.html>

²³⁵ <https://asean.org/president-joko-widodo-graces-56th-asean-day-celebrations/>

²³⁶ <https://indonesia.go.id/kategori/ragam-asean-2023/7488/pasar-besar-bernama-asean?lang=1>

com 7,63 milhões de pessoas, Singapura com 6,01 milhões de pessoas, Timor Leste com 1,36 milhões de pessoas e Brunei com cerca de 452,52 mil pessoas.

Esta grande população faz da ASEAN um mercado significativo, atingindo cerca de 8,54 por cento da população mundial total e ocupa o terceiro lugar na Ásia. Isto faz da ASEAN uma das maiores bases de consumidores do mundo, a terceira maior a nível mundial, depois da China e da Índia. Vale observar que mais de 50% da população do Sudeste Asiático tem menos de 30 anos de idade, que é o maior grupo etário da força de trabalho atual e futura.

E desde 2021, os fluxos de investimento em milhões de dólares americanos foram recuperados regressando aos níveis anteriores à pandemia. Ao mesmo tempo que demonstram a atratividade econômica da região para os investidores globais.

Este ano, com o tema "*ASEAN Matters: Epicentrum of Growth*", a presidência da Indonésia priorizou o valor subjacente da centralidade da ASEAN e reforçou ainda mais a cooperação para sustentar a sua relevância na resposta aos desafios regionais e globais e na manutenção do desenvolvimento econômico e da prosperidade para o benefícios para sua população.

Em discurso pelo aniversário do bloco, o Presidente Joko Widodo, lembrou que a ASEAN foi formada com a determinação de tornar o Sudeste Asiático uma região pacífica, estável e próspera, e "hoje quero que reafirmemos esse espírito e determinação."²³⁷ "Na verdade, os desafios da dinâmica global de hoje não são fáceis, a economia global não recuperou totalmente, a rivalidade está a tornar-se mais acentuada, mas acredito que a ASEAN é capaz, desde que a ASEAN esteja unida", acrescentou ainda.

43ª Cúpula da ASEAN 2023

"Trabalhemos lado a lado para realizar uma cooperação igual e mutuamente benéfica para navegar juntos em direção a um epicentro de crescimento". Esse é o lema da ASEAN 2023 sob a presidência da Indonésia que se encerra no final do ano. A República Popular Democrática do Laos assume a presidência do bloco em 2024, com o tema "Melhorar a conectividade e a resiliência"²³⁸.



Fonte: <https://asean2023.id/en/>

²³⁷ <https://asean.org/president-joko-widodo-graces-56th-asean-day-celebrations/>

²³⁸ A República Democrática Popular do Laos é um país do Sudeste Asiático que faz fronteira com Myanmar e a República Popular da China a noroeste, o Vietnã a leste, o Camboja ao sul e a Tailândia a oeste. <https://asean2023.id/en/news/laos-pdr-to-assume-asean-chairmanship-2024-in-succession-to-indonesia>

No [discurso de abertura](#) da 43ª Cúpula da ASEAN, que aconteceu entre os dias 4 a 7 de setembro, o presidente da Indonésia, Joko Widodo (Jokowi), fez questão de frisar que “nenhuma parte deve fazer da ASEAN uma arena de rivalidades destrutivas.” Como observou o presidente, “devemos colocar o 'barco' da ASEAN como um lugar para promover a cooperação na esperança de alcançar prosperidade, estabilidade e paz, não apenas para a região, mas também para o mundo como um todo”. Jokowi afirmou que o bloco regional de 10 nações ainda permanece unido, independentemente de quaisquer diferenças de opinião ou instabilidade interna entre os Estados-membros relacionadas a questões geopolíticas recentes.²³⁹

Sob o escopo da 43ª Cúpula da ASEAN, aconteceram outras cúpulas igualmente importantes e estratégicas para a região da Ásia-Pacífico e foi uma demonstração da capacidade de agregar da Indonésia. E reflete os esforços do país para manter a posição da ASEAN como o centro do crescimento econômico, político e sociocultural, preservando a relevância do bloco como um ator global capaz de enfrentar desafios futuros e promover a estabilidade e a paz na região do Sudeste Asiático. Entre elas, 18ª Cúpula do Leste Asiático, Fórum ASEAN-Indo-Pacífico (AIFP), 13ª Cúpula ONU-ASEAN, Cúpula ASEAN-Canadá, 11ª Cúpula ASEAN-EUA, 20ª Cúpula ASEAN-Índia, 3ª Cúpula ASEAN Austrália, 24ª Cúpula ASEAN-Coreia do Sul, 26ª Cúpula ASEAN-Japão, 26ª Cúpula ASEAN-China, 26ª Cúpula ASEAN-Plus Three (ASEAN+3 – China, Coreia do Sul e Japão).

A agenda da cimeira inclui o lançamento do próximo roteiro a longo prazo do grupo, o [ASEAN Concord IV](#), que assume o compromisso de implementar plenamente a Visão Comunitária da ASEAN 2025²⁴⁰, bem como trabalhar em prol da Visão Comunitária da ASEAN 2045²⁴¹ e dos documentos que a acompanham, que definem o caminho a seguir: orientação futura para responder às mudanças nos desenvolvimentos e desafios globais e regionais; responder às necessidades em mutação dos nossos Estados-Membros.

Além dos países aseanos, Timor Leste participou na qualidade de observador, uma vez que está cumprindo as formalidades para adesão final ao bloco. Bangladesh participou como presidente da Associação da Orla do Oceano Índico (IORA) e Ilhas Cook, como presidente do Fórum das Ilhas do Pacífico. Em relação a Myanmar, a ASEAN não permitiu que nenhum enviado político do país participasse da cúpula, como um esforço para pressionar a junta militar birmanesa a resolver a crise interna em curso após seu golpe contra o governo eleito.

Na Cúpula, o chefe de Estado indonésio sublinhou que os líderes da ASEAN concordaram em não deixar que nenhum país aproveite a região do Sudeste Asiático como seu campo de representação para as suas lutas pelo poder e influência. A concorrência entre as grandes potências está afetando a implementação de iniciativas da ASEAN, como a Cúpula do Leste Asiático e o Fórum Regional da ASEAN.

A [declaração final](#) reconhece que os desafios globais estão a tornar-se mais frequentes, interligados e multidimensionais; desde as implicações das alterações climáticas, as repercussões do aumento da tensão e dos conflitos geopolíticos, a recuperação desigual da pandemia de COVID-19, as vulnerabilidades nos sistemas alimentares e energéticos globais, a

²³⁹ <https://www.thejakartapost.com/world/2023/09/05/jokowi-says-asean-stands-unitedaboveallelse.html>

²⁴⁰ Traça o caminho para a construção da Comunidade ASEAN nos próximos 10 anos. O documento é um roteiro prospectivo que articula as metas e aspirações da ASEAN para realizar uma maior consolidação, integração e coesão mais forte como comunidade.

²⁴¹ [Alcançar a Visão 2045 da Comunidade da ASEAN | A ASEAN](#)

perturbação nas cadeias de abastecimento, até às volatilidades nos mercados financeiros; e a necessidade de defender os valores e normas partilhados pela ASEAN, o direito internacional, a confiança mútua e o diálogo inclusivo e a cooperação para enfrentar estes desafios emergentes.

E, reconhecendo esse cenário, os líderes concordam em trabalhar juntos para fortalecer a resiliência e as capacidades da ASEAN para recuperar e avançar de forma rápida e eficaz face a choques futuros, concentrando esforços nas áreas de: resiliência sanitária frente aos desafios de novas doenças emergentes, pandemia, alterações demográficas e climáticas e acesso equitativo aos serviços de saúde; resiliência ao clima e aos desastres, integrando a agenda de resiliência climática em todas as áreas de cooperação da ASEAN; resiliência dos sistemas alimentares; resiliência dos sistemas energéticos; aceleração para a justiça e a transição energética inclusiva; resiliência macroeconómica e estabilidade financeira; conectividade e resiliência da cadeia de fornecimento: trabalharemos juntos para fortalecer a resiliência da cadeia de abastecimento na região e fora dela; resiliência institucional, defesa do compromisso institucional da ASEAN, sua relevância, centralidade e resiliência em meio ao crescimento geopolítico, incertezas da economia, riscos de fragmentação.

Envolvendo esses temas, muitas [declarações e decisões](#) foram feitas e tomadas:

[Declaração do Presidente da 43ª Cimeira da ASEAN](#)

[Quadro da Economia Azul da ASEAN](#)

[Declaração da ASEAN sobre Desenvolvimento Inclusivo e Parceria para Pessoas com Deficiência para uma Comunidade ASEAN Resiliente](#)

[Declaração da ASEAN sobre Igualdade de Género e Desenvolvimento Familiar](#)

[Declaração dos Líderes da ASEAN sobre o Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional em Resposta às Crises](#)

[Declaração Conjunta da ASEAN sobre Mudanças Climáticas na 28ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas \(UNFCCC COP-28\)](#)

[Declaração dos líderes da ASEAN sobre cuidados e educação na primeira infância no Sudeste Asiático](#)

[Declaração dos Líderes da ASEAN sobre Resiliência Sustentável](#)

[Declaração dos líderes da ASEAN sobre o diálogo sobre direitos humanos da ASEAN](#)

[Declaração dos Líderes sobre o Desenvolvimento do Acordo-Quadro para a Economia Digital da ASEAN \(DEFA\) e Anexo](#)

A seguir, as declarações e decisões tomadas nas cúpulas bilaterais, que ocorreram no âmbito da 43ª cimeira:

Com **China**:

[Declaração do Presidente da 26ª Cimeira ASEAN-China](#)

[Declaração Conjunta ASEAN-China sobre o Aprofundamento da Cooperação Agrícola](#)

[Declaração Conjunta ASEAN-China sobre Cooperação Mutuamente Benéfica sobre as Perspectivas da ASEAN no Indo-Pacífico](#)

Com **Coreia do Sul**:

[Declaração Conjunta da 24ª Cimeira ASEAN-República da Coreia sobre Cooperação sobre as Perspectivas da ASEAN no Indo-Pacífico \(AOIP\)](#)

[Declaração do Presidente da 24ª Cimeira ASEAN-República da Coreia](#)

Com **Japão**:

[Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento da Parceria Estratégica Abrangente ASEAN-Japão](#)

[Declaração do Presidente da 26ª Cimeira ASEAN-Japão](#)

ASEAN+3 (China, Coreia do Sul e Japão)

[Declaração do Presidente da 26ª Cimeira ASEAN Plus Three](#)

[Declaração de três líderes da ASEAN Plus sobre o desenvolvimento do ecossistema de veículos elétricos](#)

Com **Estados Unidos**:

[Declaração do Presidente da 11ª Cimeira ASEAN-EUA](#)

[Declaração dos líderes da ASEAN-EUA sobre cooperação sobre as perspectivas da ASEAN no Indo-Pacífico](#)

Com **Canadá**:

[Declaração Conjunta dos Líderes sobre a Parceria Estratégica ASEAN-Canadá](#)

[Declaração dos Líderes Conjuntos da ASEAN-Canadá sobre o Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional em Resposta às Crises](#)

[Declaração do Presidente da Cimeira ASEAN-Canadá](#)

Com **Austrália**:

[Declaração do Presidente da 3ª Cimeira ASEAN-Austrália](#)

[Declaração dos Líderes Conjuntos da ASEAN-Austrália sobre o Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional em Resposta às Crises](#)

Com **Índia**:

[Declaração Conjunta ASEAN-Índia sobre Cooperação Marítima](#)

[Declaração dos Líderes Conjuntos da ASEAN-Índia sobre o Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional em Resposta às Crises](#)

[Declaração do Presidente da 20ª Cimeira ASEAN-Índia](#)

Com **Nações Unidas**:

[Declaração do Presidente da Cimeira ASEAN-ONU](#)

18ª Cúpula do Leste Asiático - ASEAN como epicentro do crescimento e espaço para o diálogo

ASEAN entrou no terceiro e último dia de reuniões (7 de setembro) com a 18ª Cúpula do Leste Asiático, na qual os principais representantes da região do Indo-Pacífico se comprometeram a manter a região como epicentro do crescimento através das Perspectivas da ASEAN sobre o Indo-Pacífico (ASEAN Outlook on the Indo-Pacific), uma estratégia de cooperação centrada no bloco de 10 nações do Sudeste Asiático ([declaração epicentro](#)). A cúpula ocorreu em meio a tensões tensas entre Rússia e Estados Unidos e seus aliados sobre a guerra na Ucrânia, bem como entre China e Japão sobre a decisão de despejar águas residuais nucleares tratadas no Oceano Pacífico.

A cimeira contou com a participação dos Estados membros da ASEAN, da Austrália, da China, da Índia, do Japão, da Nova Zelândia, da Coreia do Sul, da Rússia e dos Estados Unidos, bem como do Timor-Leste como Observador. Os presidentes da Associação da Orla do Oceano Índico (Bangladesh) e do Fórum das Ilhas do Pacífico (Ilhas Cook) participaram como convidados do presidente indonésio e transmitiram à cúpula suas perspectivas sobre a arquitetura regional no Indo-Pacífico e as suas contribuições para o crescimento econômico.

Ao final, ASEAN garantiu compromissos das principais potências do Indo-Pacífico para deixar de lado suas diferenças e se comprometer a criar "espaço para o diálogo" ([declaração espaço de diálogo](#)). Com a promessa de continuar priorizando a colaboração na próxima cúpula multilateral, Indonésia encerrou sua presidência do bloco.

Estabeleceram como áreas de cooperação prioritárias:

Ambiente e energia, tendo como meta a sustentabilidade e o enfrentamento da poluição do ar e marítima, da perda da biodiversidade e degradação dos ecossistemas, foco na construção de capacidades para segurança energética e emissão Zero Carbono, assim como cidades sustentáveis e saúde ambiental, sob a perspectiva de One Health. **Educação** inclusiva e de qualidade, tecnologia digital e capacitação de professores. **Financiamento**, cooperação financeira e incentivo às Parceria Público-Privado. **Questões globais de saúde** e doenças pandêmica, focando em cooperação para mitigação dos impactos da COVID-19 e na preparação e resposta a futuras ameaças à saúde; reforço dos esforços para alcançar a Cobertura Universal de Saúde (CUS); implementação das cinco estratégias amplas sobre sistemas de saúde - segurança humana, integração econômica, transformação digital, resiliência e sustentabilidade -; colaboração no campo da saúde mental, ação multisetorial para implementar a Abordagem de Saúde Única, reforçando a preparação regional e a capacidade na prevenção através de ação multisetorial. **Gestão de Desastres**, envolvendo colaboração mais estreita na gestão de desastres, incorporando a resiliência a desastres e a adaptação às alterações climáticas no apoio regional e reforço das capacidades em gestão de catástrofes e assistência humanitária. **Conectividade**, envolvendo cooperação em áreas estratégicas de infraestrutura sustentável, inovação digital, logística contínua, excelência regulatória e mobilidade de pessoas. **Cooperação econômica e comércio**, compromisso com um sistema comercial multilateral baseado em regras, não discriminatório, aberto, livre, inclusivo, justo, sustentável, equitativo e transparente, aproveitamento das oportunidades da economia digital e do comércio eletrônico. **Segurança alimentar**, foco nas medidas práticas e concretas para reforçar as cadeias de abastecimento alimentar e os sistemas logísticos locais, regionais e globais, para melhorar a segurança alimentar e nutricional. **Cooperação Marítima**, foco na estabilidade e na cooperação para explorar novas iniciativas. Outras áreas, como informação e comunicação tecnológica, turismo, direitos das mulheres e crianças também estão no foco de uma cooperação mais robusta. **Questões de preocupação** regional e internacional, trouxe para a declaração a Península Coreana, o Mar Meridional da China, Ucrânia, não-proliferação de armas nucleares e os desenvolvimentos em Myanmar.

Fórum ASEAN-Indo Pacífico

O Fórum ASEAN-Indo-Pacífico (AIPF): Implementação da Perspectiva da ASEAN no Indo-Pacífico²⁴², foi um evento paralelo organizado pela Indonésia como parte da sua presidência da ASEAN em 2023, nos dias 5 e 6 de setembro²⁴³. O Fórum serve como uma plataforma para discussões construtivas e identificação de potencialidades.

O Fórum teve como objetivo o diálogo público-privado para conectar ASEAN e o Indo-Pacífico discutiu questões de interesse comum e colaboração entre a ASEAN e a região Indo-Pacífico, principalmente infraestrutura verde e cadeia de abastecimento resiliente, transformação digital e economia criativa, bem como financiamento sustentável e inovador.

²⁴² <https://asean2023.id/en/page/asean-2023/flagship-events>

²⁴³ [AIPF - Evento do Ministério das Relações Exteriores da República da Indonésia \(kemlu.go.id\)](#)

Para isso, reuniu, além líderes de governos, presidentes, diretores e CEOs de bancos de investimentos, de empresas, como Microsoft, o presidente do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab, o representante da Iniciativa Belt and Road para pequenas e médias empresas, entre outros. A coordenação ficou a cargo do Instituto de Pesquisa Econômica da ASEAN e Sudeste Asiático (ERIA).

Os primeiros-ministros da Austrália e do Japão, ambos países parceiros da ASEAN, enfatizaram a ASEAN como um parceiro importante. Eles expressaram o seu compromisso de aprofundar a colaboração com o bloco. "A centralidade da ASEAN é de extrema importância para a Austrália, partilhamos a mesma confiança nesta região. A ASEAN é o destino econômico da Austrália, afirmou o Primeiro-Ministro australiano, Anthony Albanese, que sugeriu cooperação em questões nas áreas da agricultura, segurança energética, infraestruturas e educação. O primeiro-ministro do Japão, Fumio Kishida, descreveu a relação significativa entre o Japão e a Indonésia, como um "poderoso motor da economia global" e anunciou para o fim do ano o lançamento da nova visão para a ASEAN-Japão.²⁴⁴

Os EUA comemoraram os 46 anos de relação com o bloco. A Vice-presidente, Kamala Harris, reafirmou o compromisso dos EUA com a centralidade do Indo-Pacífico e da ASEAN, e enfatizou o forte apoio dos Estados Unidos às Perspectivas da ASEAN sobre o Indo-Pacífico. Harris sublinhou o compromisso da Administração Biden-Harris em trabalhar com aliados e parceiros para garantir uma região Indo-Pacífico que seja livre, aberta, próspera, resiliente e segura.²⁴⁵ Ela também reafirmou a importância de manter a paz e a estabilidade através do Estreito de Taiwan e enfatizou que a liberdade de navegação e sobrevoo deve ser respeitada no Mar da China Oriental. Dois pontos nevrálgicos da tensão EUA-China.

ONU e ASEAN

O secretário-geral da ONU, António Guterres, participou da Cúpula da ASEAN e parabenizou o bloco pelo "papel vital na construção de pontes de entendimento em todo o mundo." Em seu discurso, Guterres saudou a participação, pela primeira vez, de Timor-Leste como país observador da Asean.²⁴⁶

O líder da ONU destacou o papel do grupo na prevenção de conflitos por meio do diálogo e diplomacia, mas pediu uma "estratégia unificada em Mianmar", onde a situação política, humanitária e de direitos humanos "se deteriorou". Também elogiou "o papel construtivo da ASEAN no trabalho para acalmar a tensão desde o Mar do Sul da China até à Península Coreana, dando prioridade ao diálogo e promovendo o respeito pelo direito internacional."

Guterres manifestou sua preocupação com "o risco real de fragmentação, de uma grande fratura nos sistemas econômicos e financeiros mundiais, com estratégias divergentes em tecnologia e inteligência artificial e estruturas de segurança conflitantes." Se referindo ao movimento crescente de desdolarização dos países do Sul Global, do qual a ASEAN já vem praticando.

O secretário-geral disse que mudanças estruturais profundas são necessárias para tornar os sistemas internacionais "mais representativos e responsivos em relação às realidades políticas e econômicas de hoje." Guterres enfatizou a reforma da arquitetura financeira global,

²⁴⁴ <https://asean2023.id/en/news/australia-japan-affirm-asean-as-top-priority>

²⁴⁵ [Readout of Vice President Harris's Participation in the East Asia Summit | The White House](#)

²⁴⁶ <https://news.un.org/pt/story/2023/09/1820092>

assegurando “um mecanismo eficaz de resolução da dívida para apoiar suspensões de pagamentos, prazos de empréstimo mais longos e taxas mais baixas”

Guterres disse contar com a liderança da ASEAN na redução de emissões de gases do efeito estufa e promover a justiça climática no mundo. O líder da ONU lembrou que a região da ASEAN é uma das mais ricas em biodiversidade, mas também uma das mais vulneráveis a desastres naturais.

Em seu discurso, Guterres também agradeceu pelo apoio da ASEAN às soluções multilaterais e pelo envio de mais de 5 mil boinas-azuis dos países da região para missões de paz da ONU. Ele disse que a humanidade está sendo testado por emergência climática, crise do custo de vida, conflitos violentos e crescimento da pobreza, fome e desigualdades.

Três países assinam cooperação com ASEAN

Sérvia, Panamá e Kuwait assinaram nesta segunda-feira o Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) com a Asean, ampliando a lista de cooperação do bloco no Oriente Médio, Europa e América Central.

O bloco saudou os três países signatários do TAC, que mostraram seu compromisso em estabelecer relações amistosas e a importância do diálogo e da convivência pacífica na região. O número crescente de signatários do TAC reflete um entusiasmo crescente pelo bloco, que deve ser usado para promover a estabilidade na região e além.

"Em meio à atual dinâmica global marcada por rivalidades e déficit de confiança, devemos solidificar ainda mais os valores do TAC para reforçar a confiança", comentou o ministro das Relações Exteriores da Indonésia, Retno LP Marsudi. Ele pediu à ASEAN e aos parceiros de diálogo que forjem cooperação para enfrentar desafios comuns, como a crise climática e o crime organizado transnacional, e que pressionem pela paz, estabilidade e prosperidade na região do Indo-Pacífico.²⁴⁷

O TAC da ASEAN é um código de conduta nas relações interestatais no Sudeste Asiático que incorpora princípios de cooperação pacífica e amigável.

Considerações finais

Na última década, o crescimento médio anual da ASEAN atingiu 3,98%, acima da média de crescimento econômico global de 2,6%. O aumento projetado na região da ASEAN em 2022 foi de 5,1%. Esta foi uma tendência positiva que a presidência da Indonésia procurou manter. É esperado que os pressupostos macroeconômicos da ASEAN possam ser concretizados através de uma prosperidade que possa beneficiar diretamente o povo aseano.

Como uma comunidade de oportunidades para todos, onde o povo da ASEAN está intimamente interligado e se reforça mutuamente para garantir a paz duradoura, a estabilidade e a prosperidade compartilhada em sua região", a ASEAN tem uma base sólida para fornecer oportunidades.²⁴⁸

²⁴⁷ <https://www.thejakartapost.com/world/2023/09/05/three-countries-sign-cooperation-treaty-with-asean.html>

²⁴⁸ [Alcançar a Visão 2045 da Comunidade da ASEAN | A ASEAN](#)

A ASEAN quer garantir que os jovens assumam um papel estratégico e central na criação de emprego e estejam envolvidos em questões de sustentabilidade²⁴⁹ e na chamada economia criativa, como culinária, moda, artesanato, economia digital, música, cinema, animação.

A capacidade de *Resiliência* foi uma constante na construção da perspectiva ASEAN para o Indo Pacífico, para manter a posição do bloco como o epicentro do crescimento econômico, político e sociocultural, preservando a relevância do bloco como um ator global capaz de enfrentar desafios futuros e promover a estabilidade e a paz na região do Sudeste Asiático. Esse foi o projeto da Indonésia para sua presidência em 2023.

A Indonésia espera que a cúpula, com diversas discussões paralelas, com participantes de líderes e de membros de alto nível de governos e dos setores privados, seja um impulso para o país recuperar o atraso nas áreas da agricultura, alimentação e saúde. Há uma série de deveres de casa que devem ser feitos primeiro, como a construção de um ecossistema agrícola que seja saudável, sustentável e rentável para os agricultores; a construção de um ecossistema de saúde de qualidade, acessível e sustentável - porque a Indonésia ainda depende da importação de medicamentos e equipamentos de saúde.

Indonésia encerra sua presidência com uma cúpula cuidadosamente organizada. Pela primeira vez, o cardápio do jantar de gala foi traduzido para 12 idiomas nacionais, além do inglês (idioma tradicional das cúpulas): português, italiano, árabe, bengali, mandarim, japonês, coreano, russo, vietnamita, tagalo, laosiano e cambojano.²⁵⁰

Do ambiente de recepção das autoridades ao menu do cardápio, passando pela do salão principal, a cenografia e escolha do cardápio foi uma apresentação da rica biodiversidade – uma das maiores do mundo - e da diversidade de ingredientes do Arquipélago que abriga 277,53 milhões de pessoas e é formado por 17.508 ilhas, nem todas habitadas, e detém ecossistemas únicos no mundo.

O Brasil é Parceiro de Diálogo Setorial da ASEAN desde 2022. Confirmando a importância da centralidade do bloco, o Brasil está organizando para o final do ano um encontro com a ASEAN e espera trazer dois representantes de cada país.

²⁴⁹ <https://infopublik.id/kategori/asean-2023/776235/pemuda-asean-harus-berperan-ciptakan-lapangan-kerja-dan-terlibat-isu-keberlanjutan>

²⁵⁰ <https://infopublik.id/kategori/asean-2023/776470/pertama-kalinya-menu-gala-dinner-ktt-asean-ditulis-dalam-13-bahasa>

Brics Energizado (sem medo de ser global)

Powered Brics (unafraid to be global)

André Costa Lobato

Abstract. *On August 24, BRICS announced the invitation for six new countries to join the grouping, increasing the number of energy producers in the bloc, and expanding its symbolism and influence. Saudi Arabia, Iran and the United Arab Emirates produce half of OPEC's barrels of oil, and the first two are the Sunni and Shiite capitals of Islam. Egypt has a historical role in Pan-Arabism and Ethiopia is the capital of the African Union. Xi Jinping was in South Africa for the grouping meeting, bilateral meetings and meetings with African countries. Beijing sent Li Qiang to the G20 in India and to the China-Asean Summit in Jakarta. Washington and Beijing announce annual meeting of trade ministers and diplomatic activities continue to intensify. The British foreign secretary also visited China, the kingdom's highest official to go to Beijing in five years.*

Keywords: *Diplomacy, Health, Socioeconomic.*

Resumo. O Brics anunciou, no último dia 24 de agosto, o convite para que seis novos países entrem no agrupamento, aumentando o número de produtores de energia do bloco e ampliando seu simbolismo e influência. Arábia Saudita, Irã e Emirados Árabes produzem metade dos barris de petróleo da Opep, e os dois primeiros são as capitais sunita e xiita do Islã. Egito possui um papel histórico no panarabismo e a Etiópia é a capital da União Africana. Xi Jinping esteve na África do Sul para o encontro do agrupamento, reuniões bilaterais e reuniões com países africanos. Pequim enviou Li Qiang para o G20, na Índia, e para a Cúpula China-Asean, em Jakarta. Washington e Pequim anunciam encontro anual de ministros do comércio e atividades diplomáticas continuam se intensificando. O secretário britânico de relações exteriores também visitou a China, a mais elevada autoridade do reino a ir à Pequim em cinco anos.

Palavras-chave: Diplomacia, Sanitário, Socioeconômico.

Diplomacia

- James Cleverly o secretário de Relações Exteriores britânico, fez a primeira visita de alto nível do Reino Unido à China em cinco anos. Se encontrou com o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, e o vice-presidente Han Zheng. O comércio bilateral Reino Unido-China tem crescido 20% ao ano nos últimos cinco anos, enquanto os investimentos mútuos mais do que dobraram²⁵¹²⁵².

²⁵¹ Briefing, C. (2023, August 29). UK-China trade and investment: Analysis & 2023 updates. China Briefing News. <https://www.china-briefing.com/news/uk-china-trade-and-investment-analysis-2023-updates>

²⁵² Commonwealth, & Development Office. (2023, August 30). Foreign secretary's meetings with China's foreign minister and vice president, august 2023. Gov.uk. <https://www.gov.uk/government/news/foreign-secretarys-meetings-with-chinas-foreign-minister-and-vice-president>

• Gina Raimondo, secretária de Comércio dos EUA, se encontrou com o secretário do Partido em Xangai, Chen Jining²⁵³, o Vice premier He Lifeng²⁵⁴, o primeiro-ministro, Li Qiang²⁵⁵, o ministro da cultura e turismo, Hu Heping²⁵⁶, e o ministro do comércio, Wang Wentao²⁵⁷. Wang e Raimondo concordaram em estabelecer um grupo de trabalho para temas comerciais e um mecanismo de troca de informações sobre controle de exportações²⁵⁸. Raimondo é a quarta autoridade de alto nível dos EUA a visitar a China nos últimos quatro meses. A viagem dela ocorreu após visitas do enviado especial para o clima, John Kerry, da secretária do Tesouro, Janet Yellen, e do secretário de Estado, Antony Blinken.

• Li Qiang, primeiro-ministro da China, representou o país no G20, em Nova Déli, e na reunião China-Asean em Jakarta, na Indonésia²⁵⁹²⁶⁰.

Expansão do BRICS

• A declaração da XV Cúpula dos BRICS, em Joanesburgo, anunciou, no dia 24, o convite para que seis novos países entrem no agrupamento. Arábia Saudita, Irã e Emirados Árabes Unidos juntos representam metade da produção da OPEP²⁶¹, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Agora o Brics possui seis dos 10 maiores produtores do mundo, entre

²⁵³ Readout of Secretary Raimondo's meeting with Shanghai Party Secretary Chen Jining. (n.d.). U.S. Department of Commerce. Retrieved September 11, 2023, from <https://www.commerce.gov/news/press-releases/2023/08/readout-secretary-raimondos-meeting-shanghai-party-secretary-chen>

²⁵⁴ Readout of secretary Raimondo's meeting with Vice Premier of the People's Republic of China He Lifeng. (n.d.). U.S. Department of Commerce. Retrieved September 11, 2023, from <https://www.commerce.gov/news/press-releases/2023/08/readout-secretary-raimondos-meeting-vice-premier-peoples-republic-china>

²⁵⁵ Readout of secretary Raimondo's meeting with Premier of the People's Republic of China Li Qiang. (n.d.). U.S. Department of Commerce. Retrieved September 11, 2023, from <https://www.commerce.gov/news/press-releases/2023/08/readout-secretary-raimondos-meeting-premier-peoples-republic-china-li>

²⁵⁶ Readout of secretary raimondo's meeting with Minister of Culture and Tourism of the people's Republic of China Hu Heping. (n.d.). U.S. Department of Commerce. Retrieved September 11, 2023, from <https://www.commerce.gov/news/press-releases/2023/08/readout-secretary-raimondos-meeting-minister-culture-and-tourism>

²⁵⁷ Readout of secretary raimondo's meeting with Minister of Commerce of the people's Republic of China Wang Wentao. (n.d.). U.S. Department of Commerce. Retrieved September 11, 2023, from <https://www.commerce.gov/news/press-releases/2023/08/readout-secretary-raimondos-meeting-minister-commerce-peoples-republic>

²⁵⁸ Global Times. (n.d.). China, US trade ministers to meet at least once a year, talk directly on 'key matters': MOFCOM. Globaltimes.Cn. Retrieved September 11, 2023, from <https://www.globaltimes.cn/page/202308/1297364.shtml>

²⁵⁹ China ready to further synergize development strategies with Indonesia -- premier. (n.d.). Gov.Cn. Retrieved September 11, 2023, from http://english.www.gov.cn/news/202309/08/content_WS64fb0992c6d0868f4e8df40d.html

²⁶⁰ Chinese premier calls for advancing economic globalization, unity within G20. (n.d.). Gov.Cn. Retrieved September 11, 2023, from http://english.www.gov.cn/news/202309/09/content_WS64fc5990c6d0868f4e8df4bb.html

²⁶¹ Al Jazeera. (2022, October 5). OPEC+ plans major oil production cut despite US pressure. Al Jazeera. <https://www.aljazeera.com/news/2022/10/5/opec-heads-for-large-oil-supply-cuts>

eles China, Rússia e Brasil²⁶². Irã e Arábia Saudita são as capitais xiita e sunita do mundo islâmico e anunciaram, em 30 de março, o reestabelecimento dos laços diplomáticos num acordo mediado pela China. Neste setembro, os embaixadores tomam posse^{263,264}. Em 2010, Irã assinou um acordo, mediado por Brasil e Turquia, sobre seu programa de enriquecimento de Urânio. Egito é onde fica o Canal de Suez, importante rota comercial do mundo, e país-símbolo do panarabismo. Etiópia, que salve uma breve ocupação italiana nunca foi colonizada, é fica a sede da União Africana. Argentina é a terceira maior economia da América Latina, e a então presidente Cristina Kirchner participou como convidada na Sexta Cúpula, em Fortaleza, em 2014. Todos os novos membros assinaram memorandos com a China no escopo da Iniciativa Rota e Cinturão. Egito e Emirados Árabes Unidos possuem acordos de segurança com a Índia.

- A expansão levanta reflexões sobre o processo de institucionalização do bloco. Os presidentes Modi²⁶⁵ (Índia) e Xi²⁶⁶ (China) explicitamente apoiaram a expansão do número de países em suas falas na Cúpula. Ao longo dos anos, Xi se manifestou várias vezes no sentido da ampliação do agrupamento²⁶⁷. Lula²⁶⁸ mencionou positivamente o interesse dos países em entrar nos Brics e lembrou que a África do Sul foi convidada pelo Brasil, em 2010, a participar da Cúpula do Bric, em Brasília, e que entrou definitivamente como membro em 2011, na Cúpula em Sanya, China. Putin²⁶⁹ (Rússia), em declaração à imprensa, disse “garantir a todos os meus colegas que continuaremos o que começamos – expandindo a influência do Brics no mundo”. Ramaphosa²⁷⁰, em discurso²⁷¹ ao povo sul-africano após a Cúpula, disse que o Brics expandido

²⁶² Pistilli, M. (2023, September 6). Top 10 oil-producing countries (updated 2023). INN. <https://investingnews.com/daily/resource-investing/energy-investing/oil-and-gas-investing/top-oil-producing-countries/>

²⁶³ Motamedi, M. (2023, September 3). Iran’s ambassador to Saudi Arabia to depart for Riyadh. Al Jazeera. <https://www.aljazeera.com/news/2023/9/3/irans-ambassador-to-saudi-arabia-to-depart-for-riyadh>

²⁶⁴ First Saudi ambassador arrives in Tehran after rapprochement. (2023, September 5). Reuters. <https://www.reuters.com/world/middle-east/first-saudi-ambassador-arrives-tehran-after-rapprochement-2023-09-05/>

²⁶⁵ English translation of Prime Minister’s remarks at the 15th BRICS Summit. (n.d.). Ministry of External Affairs, Government of India. Retrieved September 11, 2023, from https://mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl%2F37028%2FEnglish_translation_of_Prime_Ministers_remarks_at_the_15th_BRICS_Summit

²⁶⁶ (N.d.). Retrieved September 11, 2023, from http://tps://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202308/t20230823_11130928.html

²⁶⁷ https://news.cnr.cn/native/gd/sz/20230822/t20230822_526390678.shtml

²⁶⁸ Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante sessão plenária aberta da XV Cúpula do BRICS. (n.d.). Planalto. Retrieved September 11, 2023, from <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-sessao-plenaria-aberta-da-xv-cupula-do-brics>

²⁶⁹ BRICS leaders’ extended format meeting. (2023, August 23). President of Russia. <http://en.kremlin.ru/events/president/news/72089>

²⁷⁰ Ramaphosa, C. (n.d.). Address by president Cyril ramaphosa on the occasion of the XV brics summit open plenary, sandton international convention center. Gov.Za. Retrieved September 11, 2023, from <https://www.thepresidency.gov.za/speeches/address-president-cyril-ramaphosa-occasion-xv-brics-summit-open-plenary%2C-sandton-international-convention-center>

²⁷¹ Ramaphosa, C. (n.d.). Address by president Cyril ramaphosa on outcomes of the 15th BRICS summit, union buildings, Tshwane. Gov.Za. Retrieved September 11, 2023, from <https://www.thepresidency.gov.za/speeches/address-president-cyril-ramaphosa-outcomes-15th-brics-summit%2C-union-buildings%2C-tshwane>

“irá melhor alinhar as vozes desses países que buscam uma governança global mais justa”. A declaração final menciona, no artigo 90, que os países chegaram a consenso dos princípios, padrões, critérios e procedimentos para o processo de expansão dos Brics. O artigo 92 menciona que os ministros das relações exteriores devem desenvolver um modelo para países parceiros e elaborar uma lista desses possíveis para a próxima Cúpula.

- Além dos fatores geoeconômicos comumente mencionados - como PIB, população, amplitude territorial e influência regional -, é interessante notar a ampliação da diversidade social e cultural dos novos membros. Se todos os convidados ingressarem de fato no agrupamento, o Brics terá países de maioria cristã (católica e ortodoxa), muçulmana (xiita e sunita), hindu, e o país com mais ateístas do mundo (China). Se os países originais eram repúblicas, agora há monarquias, a absolutista saudita e a eleitoral dos emirados. Com exceção do francês, as línguas oficiais da ONU estão representadas: árabe, chinês, russo, inglês e espanhol. Uma amostra bem representativa para um número relativamente pequenos de países.

Saúde no BRICS

- Quatro parágrafos da declaração final mencionam o tema da saúde. Eles também são representativos do conteúdo geral da declaração pois demonstram um balanço entre uma agenda intra-Brics em desenvolvimento e um consenso sobre a agenda de organismos internacionais. Ao mesmo tempo, também demonstra as limitações entre o anúncio de iniciativas e seus resultados concretos, como por exemplo é o caso do centro de vacinas e das constantes menções em documentos anteriores à Tuberculose. O que, de fato foi feito? Abaixo, os parágrafos traduzidos pelo computador:

64. Comprometemo-nos a intensificar nossos esforços para melhorar nossa capacidade coletiva de prevenção, preparação e resposta a pandemias globais e fortalecer nossa capacidade de combater tais pandemias no futuro coletivamente. Nesse sentido, consideramos importante continuar nosso apoio ao Centro Virtual de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS. Aguardamos com expectativa a realização da Reunião de Alto Nível sobre Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias, a realizar em 20 de setembro de 2023 na Assembleia Geral das Nações Unidas, e apelamos a um resultado que mobilize a vontade política e a liderança contínua nesta matéria.

65. Reconhecemos o papel fundamental dos cuidados de saúde primários como alicerces fundamentais para os cuidados de saúde universais e a resiliência do sistema de saúde, bem como na prevenção e resposta a emergências de saúde. Acreditamos que a reunião de alto nível sobre Cobertura Universal de Saúde (UHC), a ser realizada na Assembleia Geral da ONU em setembro de 2023, seria um passo crítico para mobilizar o mais alto apoio político para a UHC como a pedra angular para alcançar o ODS 3 (boa saúde e bem-estar). Reiteramos nosso apoio às iniciativas internacionais, com a liderança da OMS, sobre o enfrentamento da tuberculose (TB) e esperamos participar ativamente da Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre TB em Nova York, em setembro deste ano, e encorajar uma declaração política assertiva.

66. Levando em conta a legislação nacional e as prioridades dos países do BRICS, comprometemo-nos a continuar a cooperação em medicina tradicional em consonância com as reuniões anteriores dos Ministros da Saúde do BRICS e seus resultados, bem como com o Fórum de Alto Nível do BRICS sobre a Medicina Tradicional.

67. Observamos que os países do BRICS têm experiência e potencial significativos no campo da medicina nuclear e da radiofarmácia. Saudamos a decisão de estabelecer um Grupo de Trabalho do BRICS sobre Medicina Nuclear para expandir a cooperação nesta área.

Outros temas

Outros temas seguem o “padrão Brics” de declarações, que endossam e criam expectativas sobre trabalhos, tratados e encontros do âmbito das Nações Unidas nas mais diversas áreas. Um tom que pode ser definido como um consenso desenvolvimentista global, que fala das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”, das obrigações dos países desenvolvidos e aborda temas de paz e segurança com uma agenda mais ampla do que o ‘conflito do momento’. Com o amadurecimento do agrupamento, crescem as referências à agenda intra-bloco. Dessas, a que tem recebido maior destaque no debate internacional é a associada à desdolarização. Na declaração, o tema está implícito nos artigos 44 e 45, que essencialmente estimulam e buscam soluções para métodos alternativos de pagamento e o uso de moedas locais.

Conclusão

A XV Cúpula dos Brics sediada em Joanesburgo expandiu o grupo para além das fronteiras impostas pelo pensamento hegemônico e rompe, mais uma vez, com o propagandeado paradigma de guerra fria entre democracias e ditaduras. Como o pensamento bipolar ainda é preponderante, é natural que haja uma demanda por análises simétricas em que de um lado está o Brics e, de outro, por exemplo, o G7. Mas o Brics não é um conjunto militar nem industrial. Exemplo é a guerra na Ucrânia, onde os membros do G7 estão inseridos militarmente no confronto contra a Rússia, o que não ocorre com o BRICS, que se dedicam a oferecer soluções de paz para o conflito. O antagonismo se dá no campo do desenvolvimento e da democratização das relações internacionais.

No caso específico da China, a Cúpula representa um sucesso diplomático, especialmente porque ocorre num momento de visitas de autoridades de Washington a Pequim e de retomada de alguns mecanismos de comunicação entre os países.

Resumo: Construindo um Mundo Equitativo, Acessível e Inclusivo: No momento em que o Presidente Lula faz um chamado pela equidade global, é interessante observar como a inclusão de pessoas com deficiências é abordada em outros países. Nos Estados Unidos da América, o Departamento de Estado apresenta uma proposta intitulada "Como Construir um Mundo Equitativo, Acessível e Inclusivo." A Crise do PEPFAR no Congresso Americano: O President's Emergency Plan for AIDS Relief (PEPFAR) está enfrentando desafios no Congresso americano. Este programa, criado pelo presidente George W. Bush em 2003, tem como objetivo fornecer tratamento e prevenção do HIV/AIDS em países em desenvolvimento. Inicialmente, o PEPFAR foi um sucesso notável, salvando milhões de vidas e evitando milhões de infecções pelo HIV. Reciclagem e Outros Mitos sobre Enfrentamento das Mudanças Climáticas: Uma pesquisa do Washington Post, realizada em parceria com a Universidade de Maryland, revela que uma grande maioria dos americanos acredita que suas ações individuais podem contribuir para a redução dos impactos das mudanças climáticas. No entanto, será que eles estão cientes das ações verdadeiramente eficazes? Aparentemente, muitos não estão.

Summary: Building an Equitable, Accessible, and Inclusive World: As President Lula calls for global equity, it is intriguing to examine how the inclusion of individuals with disabilities is addressed in other countries. In the United States of America, the Department of State presents a proposal titled "How to Build an Equitable, Accessible, and Inclusive World." The PEPFAR Crisis in the American Congress: The President's Emergency Plan for AIDS Relief (PEPFAR) is facing challenges in the American Congress. This program, established by President George W. Bush in 2003, aims to provide treatment and prevention of HIV/AIDS in developing countries. Initially, PEPFAR was a remarkable success, saving millions of lives and preventing millions of HIV infections. Recycling and Other Myths about Tackling Climate Change: A Washington Post survey, conducted in partnership with the University of Maryland, reveals that a significant majority of Americans believe their individual actions can contribute to reducing the impacts of climate change. However, are they aware of genuinely effective actions? Apparently, many are not.

Como Construir um Mundo Equitativo, Acessível e Inclusivo

Nesse momento em que o Presidente Lula faz um chamado pela equidade global é interessante ver como um dos aspectos desse tema, relacionado à inclusão de deficientes está posto em outros países. Nos Estados Unidos da América o Departamento de estado tem uma proposta sobre esse tema: "[How to Build an Equitable, Accessible, and Inclusive World](#)" o qual diz que quando pessoas com deficiências podem participar plenamente na escola, no trabalho e nas atividades sociais, elas vivem vidas mais gratificantes. Suas comunidades também prosperam, tanto economicamente quanto em aspectos menos tangíveis, mas igualmente importantes. Os países que promulgam leis e iniciam políticas robustas para proteger as pessoas com deficiências podem alcançar esses resultados.

A Lei dos Americanos com Deficiências (ADA), aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1990, proporciona oportunidades iguais e garante acomodações, se necessário, para

que as pessoas com deficiências possam estudar ou trabalhar. A ADA também exige remédios arquitetônicos: edifícios e espaços públicos devem eliminar barreiras de acesso para pessoas com deficiências. Essa legislação pioneira trouxe uma maior participação na vida diária das pessoas com deficiências e, igualmente importante, aumentou suas impressionantes contribuições para a ciência, política, negócios e artes.

Outros países, desde o Reino Unido até a Mongólia, promulgaram legislações semelhantes, e os Estados Unidos, cujos esforços nessa área são liderados pela Assessora Especial do Departamento de Estado para Direitos Internacionais das Pessoas com Deficiência, Sara Minkara, encorajam outros países a codificar essas proteções.

Essa é a lista de leis e políticas que o Departamento de Estado dos EUA dá como exemplos relacionados as pessoas com deficiências:

Acessibilidade

Uma das melhorias mais imediatas para pessoas com deficiências, após a promulgação de uma lei semelhante à ADA, é uma maior acessibilidade. Nos Estados Unidos, a partir dos anos 1990, mais pessoas passaram a se movimentar facilmente em espaços públicos - graças a mais rampas de guia-fio nas calçadas, rampas para cadeiras de rodas e sinais sonoros para pedestres. Foi o primeiro impulso para muitos encontrar um novo emprego ou socializar com amigos fora de casa.

Em 2008, a Noruega promulgou sua Lei Anti-Discriminação e Acessibilidade. Como resultado, o país iniciou um projeto nacional para garantir que todas as áreas urbanas e recreativas sejam convidativas para pessoas com deficiências até 2025.

"A oportunidade de se movimentar na sociedade com facilidade, eficiência e segurança é crucial para poder participar da vida profissional e das atividades sociais", afirma um relatório do governo. "Portanto, o governo desenvolverá e adaptará o sistema de transporte para que o maior número possível de pessoas tenha boa mobilidade e que soluções individuais especiais sejam evitadas na medida do possível".

Crescimento econômico

Quando pessoas com deficiências entram na força de trabalho, as medidas de produtividade frequentemente melhoram, e as economias crescem.

Empresas do setor privado nos Estados Unidos que seguem as melhores práticas para empregar pessoas com deficiências têm um desempenho melhor (em termos de receita) do que empresas dos EUA que ficam atrás em tais práticas. Por outro lado, deficiência e pobreza estão frequentemente relacionadas em países onde leis semelhantes à ADA não são totalmente implementadas.

Desde 2008, Chile, República Tcheca, Dinamarca, Lituânia e Reino Unido aumentaram as taxas de emprego para pessoas com deficiências. Em 2010, o Reino Unido atualizou sua Lei de Discriminação por Deficiência de 1995, renomeada como Lei de Igualdade, para fortalecer as proteções de emprego para pessoas com deficiências. Como resultado, a parcela de britânicos com deficiência empregados aumentou de 40% para 50%.

A acessibilidade afeta mais do que os empregos de indivíduos e os lucros de seus empregadores. Quando pessoas com deficiências podem acessar compras, restaurantes ou destinos de férias populares, todos os tipos de negócios se beneficiam. Os americanos com

deficiências têm US\$ 500 bilhões em renda disponível anual e tendem a gastá-la em empresas que facilitam essa interação, de acordo com o estado de Illinois.

A Alemanha está trabalhando para tornar atrações culturais acessíveis a todos. Seu site de turismo destaca o aumento do acesso para pessoas com deficiências em reservas naturais, centros urbanos e outros lugares populares. Incluir amigos ou familiares com deficiências em planos sociais melhora a qualidade de vida de todos.

Inovação

Pessoas com deficiências estimulam a inovação - às vezes como inventores e outras vezes ao diminuir as barreiras para sua inclusão completa. Todos usam alguns dos itens ubíquos - um telefone celular com capacidade de mensagens de texto é um exemplo - cujos protótipos iniciais foram inventados por alguém com deficiência.

Os direitos de todos de participar na sociedade também impulsionaram a tecnologia assistiva inovadora - pense em um aplicativo que lê em voz alta ou em um elevador para cadeira de rodas.

O setor privado do Japão está desenvolvendo produtos e serviços que ajudam pessoas com deficiências a se movimentar pela cidade sem obstáculos. A Ashirase Incorporated criou sapatos especiais e um aplicativo móvel correspondente para ajudar pessoas cegas ou com deficiência visual. O aplicativo geolocaliza onde o usuário está andando e envia vibrações pelos sapatos para guiá-los. Outro aplicativo inventado no Japão - Wheelog! - foi criado por uma pessoa que usa cadeira de rodas para permitir a ela e outros como ela compartilhar rotas, resultando em uma rede de mapas de transporte acessível.

Educação

Pessoas bem-educadas frequentemente alcançam um alto padrão de vida e desfrutam de melhor saúde em comparação com aquelas com menos educação. E seu sucesso também impulsiona a economia em geral.

É por isso que o Título II da ADA exige que escolas - sejam públicas ou privadas - tornem as instalações, o aprendizado e as atividades inclusivas para todos. Alguns estudantes com deficiências estão entre os 7,3 milhões de estudantes (15% de todos os estudantes) que recebem serviços de educação inclusiva, como patologia da fala, serviços de audiologia ou fisioterapia.

A Austrália promulgou o Disability Discrimination Act em 1992, que proíbe a discriminação contra pessoas com deficiências na educação, bem como em outras áreas. A lei e uma lei complementar na Austrália, o Disability Standards for Education 2005, exigem que os professores garantam que as crianças com deficiências tenham as mesmas oportunidades que seus colegas. Como resultado, quase todas as crianças em idade escolar com deficiência vão à escola na Austrália.

Engajamento cívico

Em uma democracia, todos os cidadãos têm uma voz. É por isso que a ADA exige que os funcionários que administram os locais de votação dos EUA implementem uma lista de verificação para eliminar barreiras de entrada para qualquer pessoa com deficiência. As regras aumentam a participação dos eleitores e protegem os direitos de todos os cidadãos, não apenas de um grupo seletivo, de participar dos processos democráticos da nação.

A Nova Zelândia, onde cerca de 20% dos cidadãos têm uma deficiência, trabalha desde 2005 para melhorar o acesso às votações. "Facilitar a participação" é o cerne de sua estratégia para pessoas com deficiência, segundo o governo. Em 2020, autoridades da Nova Zelândia divulgaram um plano abrangente para fornecer informações de votação em formatos acessíveis e promover o registro e a participação dos eleitores nas eleições parlamentares. Como resultado desses esforços, 99% dos cidadãos com deficiência votam!

Qualidade de vida

Em última análise, uma sociedade inclusiva e acessível para pessoas com deficiências beneficia todos os seus cidadãos. Estudos mostram que, quando todos participam da vida diária de uma comunidade, as pessoas que lá vivem são mais felizes.

A Constituição dos Países Baixos foi alterada em janeiro de 2023 para tornar ilegal a discriminação contra pessoas com deficiência. Assim como os funcionários dos Estados Unidos, a Coalizão Holandesa de Deficiência e Desenvolvimento argumenta que a plena inclusão em todo o mundo - desde os Países Baixos até os países em desenvolvimento - é essencial e beneficiará toda a humanidade.

A crise do PEPFAR no Congresso americano

O Presidente's Emergency Plan for AIDS Relief ([PEPFAR](#)) é um programa que foi criado pelo presidente George W. Bush em 2003 para fornecer tratamento e prevenção de HIV/AIDS em países em desenvolvimento. O programa foi um sucesso estrondoso, salvando milhões de vidas e prevenindo milhões de infecções por HIV.

No entanto, o PEPFAR está agora em crise no Congresso americano. A oposição de grupos antiaborto de direita está ameaçando a reautorização do programa. Esses grupos alegam falsamente que o governo Biden está usando o PEPFAR para promover o aborto, mesmo que o programa nunca tenha financiado abortos.

Os grupos antiaborto também estão preocupados com o fato de que algumas das organizações sem fins lucrativos que recebem financiamento do PEPFAR tenham atividades separadas que não são financiadas pelo programa, mas que fornecem ou promovem o aborto.

A oposição dos grupos antiaborto é uma pequena minoria do Partido Republicano, mas eles são muito vocais e bem-organizados. Eles estão usando o aborto como uma bandeira para tentar desacreditar o governo Biden e desacreditar o PEPFAR.

Se o PEPFAR não for reautorizado, terá um impacto devastador na luta contra o HIV/AIDS em países em desenvolvimento. O programa fornece tratamento a mais de 20 milhões de pessoas e preveniu mais de 25 milhões de infecções por HIV. Também ajudou a reduzir o número de mortes relacionadas à AIDS em mais de 70%.

O futuro do PEPFAR é incerto. O Congresso americano está programado para votar na reautorização do programa em setembro de 2023. Se o programa não for reautorizado, será um retrocesso significativo na luta contra o HIV/AIDS em países em desenvolvimento.

Impactos potenciais de um colapso do PEPFAR

Um colapso do PEPFAR teria um impacto devastador na luta contra o HIV/AIDS em países em desenvolvimento. Os impactos potenciais incluem:

- **Um aumento no número de mortes relacionadas à AIDS.** O PEPFAR ajuda a fornecer tratamento e prevenção de HIV/AIDS, que salvam vidas. Se o programa não for reautorizado, o número de mortes relacionadas à AIDS aumentará.
- **Um aumento nas taxas de infecção por HIV.** O PEPFAR ajuda a fornecer educação e serviços de prevenção de HIV/AIDS, que ajudam a reduzir as taxas de infecção. Se o programa não for reautorizado, as taxas de infecção por HIV aumentarão.
- **Um aumento na pobreza e na discriminação.** As pessoas que vivem com HIV/AIDS muitas vezes enfrentam discriminação e pobreza. Um colapso do PEPFAR agravaria esses problemas.

O que pode ser feito para salvar o PEPFAR

Há uma série de coisas que podem ser feitas para salvar o PEPFAR, incluindo:

- O presidente Biden e outros líderes mundiais devem pressionar o Congresso americano para reautorizar o programa.
- As pessoas devem entrar em contato com seus representantes no Congresso e pedir que eles votem a favor da reautorização do PEPFAR.
- As organizações sem fins lucrativos que trabalham na luta contra o HIV/AIDS devem continuar a pressionar o Congresso americano para reautorizar o programa.

O PEPFAR é um programa essencial para a luta contra o HIV/AIDS em países em desenvolvimento. É importante que o Congresso americano reautorize o programa para que ele possa continuar seu importante trabalho.

Reciclagem e Outros Mitos sobre Enfrentamento das Mudanças Climáticas

Uma maioria esmagadora dos americanos acredita que suas ações individuais podem reduzir os efeitos das mudanças climáticas, de acordo com uma [pesquisa do Washington Post](#) em parceria com a Universidade de Maryland. No entanto, será que eles sabem quais ações são realmente eficazes? Aparentemente, não.

A pesquisa revela que a maioria das pessoas acredita que a reciclagem tem um grande impacto nas mudanças climáticas. Cerca de três quartos afirmam que parar de consumir carne ou laticínios teria pouco ou nenhum efeito sobre o clima. Infelizmente, os especialistas apontam que essas percepções estão equivocadas em vários aspectos.

Essas suposições incorretas representam um problema para aqueles que buscam reduzir suas emissões de carbono. Embora a pegada de carbono de uma única pessoa possa parecer pequena, essas decisões, quando somadas, podem evitar a liberação de gigatoneladas de emissões na atmosfera.

Aqui está o que o Washington Post publicou sobre o que você precisa saber sobre a redução de sua pegada de carbono.

O que não funciona

A pesquisa do Washington Post e da Universidade de Maryland revela que quase 60% dos americanos acreditam que a reciclagem terá um grande ou algum impacto nas mudanças climáticas, ficando atrás apenas da instalação de painéis solares. Cerca de um terço pensa o

mesmo em relação ao uso de um fogão elétrico em vez de um fogão a gás, e 24% acreditam que dirigir mais devagar contribuirá para a causa.

No entanto, especialistas afirmam que essas ações são improváveis de causar uma grande diferença na redução das emissões de gases de efeito estufa.

Essas percepções errôneas podem surgir quando as pessoas não pesquisam de perto as soluções climáticas ou dão importância excessiva a ações que parecem simples, como eliminar canudos de plástico. Além disso, houve esforços da indústria para enganar os consumidores sobre o que é mais eficaz.

As pessoas tendem a superestimar os benefícios climáticos da reciclagem. Um estudo liderado por um pesquisador da Universidade de Leeds classificou a reciclagem em penúltimo lugar entre mais de 50 ações que as pessoas podem tomar para reduzir sua pegada de carbono.

Isso não significa que essas medidas não tenham outros benefícios - a reciclagem pode ajudar o meio ambiente reduzindo o desperdício, e a troca para um fogão elétrico pode melhorar a qualidade do ar interno. No entanto, isso não os torna soluções climáticas.

O que funciona

Entre as 10 ações nas quais os americanos foram questionados, os especialistas dizem que voar menos e eliminar carne e laticínios estão entre as melhores medidas que as pessoas podem adotar. A maioria dos americanos não percebe isso - 51% dizem que voar menos faria pouca ou nenhuma diferença, e cerca de três quartos dizem o mesmo sobre cortar carne e laticínios.

Embora as viagens aéreas representem uma pequena parcela das emissões globais, algumas poucas viagens por ano podem rapidamente se tornar a maior contribuição para sua pegada de carbono.

Carne e laticínios também têm um grande impacto. O Project Drawdown estima que se três quartos da população mundial adotasse uma dieta rica em vegetais até 2050, poderiam evitar a liberação de mais de 100 gigatoneladas de emissões.

Se tanto especialistas quanto americanos concordam em uma coisa, é que a instalação de painéis solares pode ajudar a combater as mudanças climáticas. Mais de 60% dos americanos dizem que fazer isso reduziria seu impacto climático pelo menos em algum grau.

O quadro geral

Os americanos estão menos confiantes de que suas ações individuais podem reduzir os efeitos das mudanças climáticas. Em 2019, 66% afirmaram que poderiam fazer a diferença pessoalmente, um número que caiu para 52% neste ano, com as maiores quedas entre republicanos e independentes.

A pesquisa foi conduzida pelo Washington Post e pelo Centro de Democracia e Engajamento Cívico da Universidade de Maryland de 13 a 23 de julho. A amostra de 1.404 adultos dos EUA foi retirada do Painel NORC AmeriSpeak, um painel de pesquisa contínuo recrutado por meio de amostragem aleatória de domicílios dos EUA. Os resultados gerais têm uma margem de erro de amostragem de mais ou menos 3,5 pontos percentuais.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

Adhemar Bahadian – Diplomata brasileiro aposentado. Colunista do Jornal do Brasil online e outros veículos de comunicação.

Anna Carole D’Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho – Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup –Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI 170

Harim Baek - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juliana Ubarana – Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFMG (aposentado); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Samia de Brito - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são mais de **70** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2023

Dia 20 de setembro – *As Cúpulas do G20 na Índia e no Brasil*

Dia 4 de outubro – *Saúde na ONU e em dois continentes: Américas e Áfricas*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 16/2023

Período de 1º a 13 de setembro de 2023

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

251 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.